

**Da ‘*boca do corpo*’ aos ‘*olhos da alma*’:  
o *embodied self* no Português Europeu.  
Uma abordagem cognitiva**

Arlindo José Nicau Castanho  
(estudante n.º 56373)

Curso de Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares

Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa

Orientador: Professora Doutora Hanna Jakubowicz Batoréo

Universidade Aberta  
Lisboa, Ano Académico de 2008-2009

À mulher e às filhas, que aturaram e ajudaram.

## Índice Geral

Índice de Quadros .....	7
Índice de Figuras .....	8
Resumo em Português .....	9
Resumo em Italiano .....	11
Resumo em Francês .....	13
Resumo em Inglês .....	15
<b>I. Introdução: enquadramento teórico; objectos e instrumentos de análise, hipóteses iniciais</b>	
1. Enquadramento teórico	
1.1. A Linguística Cognitiva .....	17
1.2. Enquadramento epistemológico de base: a teoria do <i>full embodiment</i> .....	19
1.3. A abordagem neurofenomenológica .....	21
1.4. A transdisciplinaridade .....	25
1.5. Polissemia, homonímia, monossemia .....	26
1.6. Noção de polissemia .....	29
1.7. Metáfora e metonímia, à luz da Linguística Cognitiva .....	31
2. Delimitação do campo de análise .....	37
3. Método e instrumentos de análise, linguagem adoptada .....	38
4. Constituição do <i>corpus</i> .....	40
5. Convenções gráficas, normas adoptadas nas citações, anexos .....	41
6. Hipóteses iniciais .....	42
<b>II. <i>Embodiment</i>: uma palavra guarda-chuva</b>	
1. Para a desambiguação do conceito de <i>embodiment</i> ...	45

2. Enquadramento teórico .....	47
3. Como traduzir “o <i>embodiment</i> das Ciências Cognitivas” .....	54

### **III. A conceptualização do *Eu* no Português Europeu**

1. ‘ <i>Hoje não estou em mim</i> ’, ‘ <i>Se eu estivesse no teu lugar...</i> ’ / ‘ <i>Se eu fosse a ti...</i> ’ .....	60
2. O conceito psiquiátrico de <i>embodiment</i> : uma sua aplicação na análise do <i>corpus</i> .....	67
2.1. A ‘ <i>boca do corpo</i> ’ .....	71
3. ‘ <i>Com cabeça, tronco e membros</i> ’: três partes do corpo – – ou só <i>duas</i> ? – para a definição do <i>Eu</i> .....	82
4. O NÃO-AMPUTÁVEL e o NÃO-SUBSTITUÍVEL.....	84
5. O NÃO-AMPUTÁVEL: da ‘ <i>cabeça</i> ’ ao ‘ <i>baixo ventre</i> ’ .....	86
5.1. O problema dos limites anatómicos do ‘ <i>tronco</i> ’ .....	89

### **IV. O corpo no *corpus* do Português Europeu:**

#### **alguns casos paradigmáticos**

1. A ‘ <i>cabeça</i> ’	
1.1. A ‘ <i>cabeça</i> ’ nos <i>corpora</i> .....	90
1.2. A ‘ <i>cabeça</i> ’ na <i>Linguateca</i> : análise sumária das primeiras 99 ocorrências em contexto .....	92
1.3. Conceptualização por similaridade (metáforas) .....	93
1.4. Conceptualização por contiguidade (metonímias) .....	98
1.5. Casos de <i>metaftonímia</i> .....	100
1.6. A ‘ <i>cabeça</i> ’, explicitamente perspectivada em relação ao corpo ou a outras partes do corpo .....	103
1.7. Discussão .....	110
1.8. Representação esquemática das conceptualizações .....	112
1.9. Conclusões .....	117

2. O ‘tronco’	
2.1. Apresentação e discussão das fontes documentais básicas ....	119
2.2. A acepção botânica .....	123
2.3. A acepção anatómica .....	125
2.3.1. Discrepâncias entre as acepções dicionariais de B1 e as decorrentes da análise das ocorrências da <i>Linguateca</i> .....	126
2.3.2. Hipótese de fundo .....	127
2.3.3. Um caso particular da acepção B1: ‘de/em tronco nu’: uma expressão “unissexo”? .....	127
2.3.4. Ainda a acepção B1: o predomínio da <i>imagem frontal</i> ....	129
2.3.5. Discussão dos limites anatómicos do ‘tronco’ e da conceptualização das suas partes .....	130
2.4. A acepção geométrica .....	134
2.5. Conclusões	
2.5.1. ‘Tronco’: a evidência da polissemia .....	135
2.5.2. Metaforização das três acepções básicas .....	137
2.5.3. O ‘tronco anatómico’: uma focalização restritiva que nem se pode dizer, propriamente, <i>metonímica</i> .....	138
2.5.4. O ‘tronco anatómico’: restrições de uso “em vias de extinção”? .....	140
3. ‘Olhos’, ‘olhar’, ‘ver’: elementos neurofenomenológicos, <i>frames</i> culturais e respectivas manifestações linguísticas	
3.1. Critérios de selecção dos presentes objectos de estudo .....	141
3.2. Hipóteses iniciais .....	142
3.3 ‘Ver’: considerações preliminares a uma abordagem fenomenológica .....	143
3.4. ‘Ver’, ‘saber’ e ‘amar’	
3.4.1. ‘Ver’ e ‘saber’ .....	144
3.4.2. Quando ‘ver’ não é ‘saber’: ‘Não acredito nos meus olhos!...’ .....	146
3.4.3. ‘Ver’ e ‘amar’ .....	148
3.4.4. ‘Olhos <u>que</u> vêem’ .....	149
3.4.4.1. ‘ <u>O que</u> os olhos vêem...’ .....	149

3.4.4.2. ‘Olhos que <u>vêem</u> ’, ou ‘que <u>não vêem</u> ’ .....	150
3.4.4.3. ‘Uma vista de olhos’, ‘a olhos vistos’ .....	150
3.4.4.4. ‘Olho não vê, coração não sente’ .....	153
3.4.4.5. ‘Longe dos olhos, longe do coração’ .....	155
3.4.5. ‘Ver <u>com os olhos</u> ’, ‘Ver <u>com as mãos</u> ’ .....	156
3.4.5.1. De ‘ver com as mãos’ a ‘tocar com os olhos’ .....	159
3.4.5.2. ‘Os olhos também comem’, ‘comer com os olhos’:	
o aspecto estético (de uma estética mais “visceral” do que	
propriamente “cerebral”) .....	160
3.4.5.3. ‘De encher o olho’: sobreposição de processos	
metafóricos e metonímicos de significação .....	162
3.5. ‘Olho’, ‘olhar’, nos dicionários .....	163
3.6. Uma proposta de rede semântica para as extensões	
metonímicas de ‘olhar’ .....	167
3.6.1. Metonímias indiciais .....	169
3.6.1.1. ‘Olhar com bons olhos’, ‘ver com bons olhos’ .....	169
3.6.1.2. ‘Olhar/ver com + (modificador + olhos)’:	
‘Agora já olhas/vês a questão com outros olhos...’ .....	170
3.6.1.3. Outras metonímias indiciais .....	172
3.6.2. Metonímias baseadas no esquema	
imagético primário CONTENTOR/CONTEÚDO .....	172
3.6.3. Metonímias ilocutórias que implicam a atitude proposicional	
da INTENCIONALIDADE BENÉFICA .....	173
3.7. ‘Ver’, ‘olhar’, ‘olhos’: extensões semânticas de natureza metafórica	
3.7.1. O ‘olho’ como ‘abertura arredondada’ .....	174
3.7.2. O ‘olho’ como ‘rebento’ .....	175
3.7.3. O ‘olho’ como ‘cauda’ .....	176
3.7.4. ‘A olho nu’, ‘a olho desarmado’, ‘à vista desarmada’ .....	177
3.7.5. ‘Olhar/ver com os olhos da alma’ .....	178
3.7.6. ‘Os olhos são o espelho da alma’ .....	180
3.8. Extensões semânticas de natureza simultaneamente metonímica e	
metafórica	
3.8.1. ‘De encher o olho’ .....	181
3.8.2. ‘Ter mais olhos que barriga’ .....	181

3.8.3. ‘ <i>Olho vivo</i> ’ .....	187
3.9. A ‘ <i>pupila</i> ’/‘ <i>menina do olho</i> ’ .....	190
3.9.1. ‘ <i>Menina do olho</i> ’, ‘ <i>menina dos olhos</i> ’: lexicalização e gramaticalização .....	195
3.9.2. A ‘ <i>pupila</i> ’ .....	197
3.9.2.1. Entre a homonímia e a polissemia .....	199
3.10. Conclusões .....	200
<b>V. Conclusões gerais</b> .....	202
Lista dos conteúdos do CD-ROM .....	207
Referências .....	209

## Índice de Quadros

Quadro A: relação CORPO - ESPÍRITO .....	73
” B: relação CORPO - ESPÍRITO .....	74
” C: relação CORPO - ESPÍRITO .....	74
” D: relação CORPO - ESPÍRITO .....	75
” E: relação analógica entre as diversas partes do corpo ....	80
” F: relação CABEÇA - CORPO .....	109
” G: relação CABEÇA - TRONCO .....	109
” H: ‘ <i>cabeça</i> ’, extensões metafóricas .....	113
” I: ‘ <i>cabeça</i> ’, extensões metonímicas .....	114
” J: ‘ <i>cabeça</i> ’, metáforas e metonímias, quadro sinóptico ...	115
” L: especificação (1) do quadro J .....	116
” M: especificação (2) do quadro J .....	116
” N: ‘ <i>tronco</i> ’, expressões metafóricas .....	138
” O: extensões metonímicas de ‘ <i>olhar</i> ’ .....	167
” P: conceptualizações eventualmente implicadas	

por 'olhos' e por <i>barriga</i> .....	182
” Q: CAPACIDADE (CONTENTOR/CONTEÚDO) .....	185
” R: ' <i>mais olhos que barriga</i> ',	
conceptualizações implicadas .....	186
” S: ' <i>olho vivo</i> ' .....	189
” T: ' <i>olho(s) mortiço(s)</i> ' .....	189
” U: ' <i>menina do olho</i> ', ' <i>menina dos olhos</i> ' .....	197

## Índice de Figuras

Fig. 1: J. Bosch, <i>Cristo nos Infernos</i> , pormenor .....	78
Fig. 2: J. Bosch, <i>As Tentações de Santo Antão</i> , pormenor .....	79
Fig. 3: Desenho infantil .....	87
Fig. 4: Anón., <i>Impossibilidade</i> .....	107
Fig. 5: A. Dürer, <i>Impossibilidade</i> .....	108

## Resumo

O presente trabalho perfilha a noção, comumente aceita no âmbito das modernas Ciências Cognitivas, de que o *embodiment* é a condição básica dos nossos sistemas perceptivos e cognitivos. De acordo com o conceito basilar de *embodiment*, percepção e cognição encontram-se intimamente ligadas, e tal interdependência não pode deixar de reflectir-se nos nossos processos de conceptualização e de expressão linguística.

Estes pressupostos fazem prever que o *embodiment* condicione fortemente as conceptualizações respeitantes ao nosso próprio *Eu*, à relação entre o *Eu* e o *corpo* e à relação entre o corpo e as suas partes e órgãos. Seguindo a escala de relações acabada de apresentar, empreendemos sucessivamente, no âmbito do Português Europeu: a análise das modalidades de referência ao *Eu* e das conceptualizações que lhes são subjacentes; a análise da conceptualização do corpo, e da relação entre este e as suas partes, através de termos e expressões capazes de ilustrar amplamente tais mecanismos conceptuais.

A linguagem encontra-se enraizada no corpo – *embodiment* “restrito” – e no ambiente físico-social – *embodiment* “generalizado” –, e é essa dependência da língua, em relação ao organismo e ao ecossistema, que faz com que se não possa falar sem se recorrer sistematicamente a processos de figuração ancorados na realidade material circunstante, tais como as metáforas e as metonímias. Em virtude das conceptualizações metonímica, metafórica e híbrida (porque estes dois processos figurativos se encontram, em muitos casos, intimamente coligados), a referência ao corpo e às partes ou órgãos do corpo demonstra-se, pois, no Português Europeu como nas outras línguas (mas é o Português Europeu que nos interessa prioritariamente), marcadamente polissémica.

Procurámos dar conta dessa polissemia generalizada, através da análise de alguns termos básicos da taxonomia somática corrente e de algumas expressões referentes ao corpo e às suas funções perceptivas e cognitivas. Essas análises estearam-se na consulta e comparação sistemática dos verbetes que um grupo seleccionado de dicionários monolíngues dedica a tais termos e expressões, bem como nos dados que sobre os mesmos nos fornece o *corpus* informático de elaboração de textos jornalísticos de que sistematicamente nos servimos. Isso não nos impediu de recorrer oportunamente a outras fontes documentais, sempre que estas nos tenham disponibilizado outros dados igualmente pertinentes, não presentes nas fontes documentais básicas.

A análise dos dados linguísticos facultados pelas diversas fontes pautou-se, em linhas muito gerais, pelos seguintes dois princípios, próprios da Linguística Cognitiva:

a) a focalização preferencial da análise linguística sobre a componente semântica;

b) consequentemente seja a *a)* seja ao espírito que é próprio da Linguística Cognitiva, o pleno desenvolvimento da análise semântica implica uma genuína aplicação do princípio da Transdisciplinaridade, o que se traduz numa contínua atenção aos constructos propostos pela Neurofisiologia, pela Psicologia Aplicada, pela História da Língua, pela Iconologia, pela Antropologia Cultural, etc.

Uma Linguística Cognitiva “fechada em si própria” seria, com efeito, uma contradição: uma abordagem cognitiva dos fenómenos linguísticos que prescindia dos métodos de análise propriamente linguísticos – ou que os trate como acessórios – não é, obviamente, *Linguística*; e uma Linguística que prescindia dos elementos fornecidos pelas outras Ciências Cognitivas – ou que os trate como meramente acessórios – não pode ser dita *Cognitiva*.

No final do trabalho, esperamos ter amplamente demonstrado:

a) a validade dos princípios acabados de enunciar;

b) a inevitabilidade do recurso à metáfora e à metonímia, no Português Europeu (ainda que a mesma seja extensiva, muito provavelmente, a todas as línguas; mas só no caso do Português Europeu nos é dado averiguá-lo cabalmente);

c) a interpenetração e interdependência dos processos de conceptualização metafórica e metonímica (sendo igualmente válido, neste caso, o parêntese da alínea precedente).

## Riassunto

Il presente lavoro fa propria la convinzione, ormai generalmente condivisa in seno alle moderne Scienze cognitive, che l'*embodiment* è la condizione basilica dei nostri sistemi percettivi e cognitivi. Dal concetto di *embodiment* consegue che percezione e cognizione sono intimamente collegate, e che tale dipendenza reciproca non può che riflettersi nei nostri processi di concettualizzazione e di espressione linguistica.

Da tali presupposti si desume che l'*embodiment* sicuramente eserciterà un forte condizionamento sulle concettualizzazioni riguardanti il nostro *io*, il rapporto tra l'*io* e il *corpo* e, a sua volta, tra il *corpo* e le sue parti e organi. Sulla falsariga dei rapporti cui abbiamo appena accennato, abbiamo successivamente intrapreso, nell'ambito del Portoghese europeo: l'analisi dei modi di referenza all'*io* e delle concettualizzazioni loro inerenti; l'analisi della concettualizzazione del *corpo* e del rapporto tra lo stesso e le sue parti, attraverso termini ed espressioni atte ad illustrare tali meccanismi concettuali.

Il linguaggio è profondamente radicato nel *corpo* – *embodiment* “ristretto” – e nell'ambiente fisico-sociale – *embodiment* “generalizzato” –, e questa dipendenza della lingua, nei confronti dell'organismo e dell'ecosistema, fa sì che non si possa parlare senza far sistematicamente ricorso a processi di figurazione ancorati alla realtà materiale circostante, come succede nel caso delle metafore e delle metonimie. In virtù delle concettualizzazioni metonimiche, metaforiche e ibride (poiché i due processi figurativi sono spesso intimamente intrecciati), la referenza al *corpo* e alle sue parti si rivela dunque spiccatamente polisemico, nel Portoghese europeo e nelle altre lingue (ma è il Portoghese europeo che maggiormente ci interessa, in questa sede).

Le estensioni polisemiche emergono necessariamente, dunque, dall'*embodiment*; e abbiamo provato a dimostrare questa situazione attraverso l'analisi di alcuni termini basilici della tassonomia somatica corrente e di alcune espressioni referenti al *corpo* e alle sue funzioni percettive e cognitive. L'analisi si fonda su un sistematico riscontro delle voci che dedica a tali termini ed espressioni un gruppo scelto di vocabolari monolingui e un corpus informatico di testi giornalistici – il che non ci ha impedito di far ricorso ad altre fonti documentali, ogni qual volta esse ci hanno potuto fornire altri dati ugualmente attinenti alla ricerca, non presenti nelle fonti documentali basiliche.

L'analisi dei dati linguistici forniti dalle diverse fonti consultate è stata fondamentalmente sorretta dai seguenti principi, che sono propri della Linguistica cognitiva:

a) la focalizzazione preferenziale dell'analisi linguistica sulla sua componente semantica;

b) conseguentemente ad *a*) e allo spirito della Linguistica cognitiva, il pieno sviluppo dell'analisi semantica implica una genuina applicazione del principio della Transdisciplinarietà – il quale si traduce in un'attenzione continua verso gli apporti della Neurofisiologia, della Psicologia applicata, della Storia della lingua, dell'Iconologia, dell'Antropologia culturale ecc.

Una Linguistica cognitiva “chiusa in se stessa” equivarrebbe, in effetti, ad una contraddizione in termini: un approccio cognitivo ai fenomeni linguistici che prescindendo dei metodi di analisi propriamente linguistici – o che li tratti come accessori – non è, ovviamente, *Linguistica*; e una Linguistica che prescindendo degli apporti delle altre Scienze cognitive – o che riconosca loro un ruolo meramente accessorio – non potrebbe assolutamente dirsi *cognitiva*. Il coraggio dell'*apertura totale* è, e deve continuare ad essere, un tratto fondamentale di ogni lavoro che si iscriva nell'ambito della Linguistica cognitiva.

A conclusione della nostra ricerca, speriamo di aver ampiamente dimostrato:

a) la validità dei principi sopra elencati;

b) l'inevitabilità del ricorso alla metafora e alla metonimia, nel Portoghese europeo (e lo stesso si potrà anche dire, molto probabilmente, delle altre lingue, ma ci è dato di dimostrarlo solo per quanto riguarda il Portoghese europeo);

c) l'interpenetrazione e l'interdipendenza dei processi di concettualizzazione metaforici e metonimici (essendo ugualmente valida, in questo caso, la parentesi aggiunta al punto precedente).

## Résumé

Ce travail se base sur la conviction, généralement partagée dans le cadre des sciences cognitives modernes, que l'*embodiment* représente la condition fondamentale de nos systèmes perceptifs et cognitifs. Selon ce concept, perception et cognition sont intimement liées, et leur interdépendance ne peut que se réfléchir sur nos procès de conceptualisation et d'expression linguistique.

A partir de ces prémisses on peut déduire que l'*embodiment* conditionnera fortement les conceptualisations concernant notre *moi*, le rapport entre le *moi* et le corps et le rapport entre le corps et ses organes. Suivant le modèle de rapports qu'on vient d'évoquer, nous avons entrepris, en l'appliquant au portugais européen, l'analyse des moyens de référence au *moi* et des conceptualisations qui leur sont inhérentes ; l'analyse de la conceptualisation du corps et du rapport établi entre celui-ci et ses parties, à travers des termes et des expressions choisies, aptes à illustrer amplement les mécanismes conceptuels en question..

Le langage est profondément enraciné dans le corps (*embodiment* "restreint") et dans le milieu physico-social (*embodiment* "généralisé"). De cette dépendance du langage vis-à-vis de l'organisme et de l'écosystème, il ressort qu'on ne peut faire usage de la parole sans avoir systématiquement recours à des procès de figuration qui plongent leurs racines dans la réalité environnante, c'est le cas de la métaphore et de la métonymie. En vertu des conceptualisations métonymique, métaphorique et hybride (puisque ces deux procès figuratifs sont souvent intimement mêlés), la référence au corps et à ses parties et organes s'avère donc nettement polysémique, que soit dans le portugais européen ou dans les autres langues (mais le portugais européen est notre cible prioritaire).

Nous avons essayé de démontrer cette polysémie généralisée à travers l'analyse de plusieurs termes et expressions qui se rapportent au corps et à ses fonctions perceptives et cognitives. Ces analyses se basent sur la consultation et la comparaison systématique des articles consacrés à ces mots et expressions dans un groupe choisi de dictionnaires unilingues et dans un *corpus* informatique de textes journalistiques. Nous avons également puisé dans d'autres sources qui nous ont chaque fois fourni des données utiles à la recherche.

L'analyse des données linguistiques fournies par les différentes sources consultées a suivi les principes énoncés ci-dessous, principes propres à la linguistique cognitive:

a) la focalisation préférentielle de l'analyse linguistique sur son composant sémantique;

b) conséquemment à *a)* et à l'esprit de la linguistique cognitive, le plein développement de l'analyse sémantique implique le principe de transdisciplinarité – qui se traduit par une attention continue aux apports de la neurophysiologie, de la psychologie appliquée, de l'histoire de la langue, de l'iconologie, de l'anthropologie culturelle, etc.

Une linguistique qui “se renferme sur elle-même” serait, en effet, une contradiction dans les termes : une approche cognitive aux phénomènes linguistiques qui ne tient pas compte des méthodes d'analyse spécifiquement linguistiques – ou qui leur assigne un rôle secondaire – ne peut se dire, évidemment, *Linguistique* ; et une linguistique qui ne tient pas compte des données fournies par les autres sciences cognitives – ou qui leur assigne un rôle secondaire – ne peut se dire *Cognitive*.

A la fin de ces recherches, nous espérons avoir amplement démontré :

a) la validité des principes énoncés ci-dessus ;

b) l'inéluctabilité du recours à la métaphore et à la métonymie, dans le portugais européen (cette inéluctabilité peut très probablement être étendue à toutes les langues, mais nous ne sommes en mesure de le démontrer qu'en ce qui concerne le portugais européen) ;

c) l'interpénétration et l'interdépendance des procès de conceptualisation métaphorique et métonymique (et la parenthèse de l'alinéa précédente est également valable, en ce cas).

## Abstract

This work supports the conviction, generally accepted within Cognitive Science, that embodiment is the basic condition of our perceptive and cognitive systems. According to the fundamental concept of embodiment, perception and cognition are closely connected, and such interdependence must be reflected, somehow, in our processes of conceptualization and of linguistic expression.

These landmarks allow us to predict that embodiment may have a strong influence on conceptualizations concerning the Self, the relation between the Self and the body and that one between the body and its parts and organs. Drawing on this scale of relations and specifically regarding European Portuguese, we tried, then, to develop: the analysis of the ways of referring to the Self and of its inherent conceptualizations; the analysis of the conceptualizations of the body and of the relationship between it and its parts, throughout lexical units and idioms that are fit to illustrate such conceptual devices.

Language is deep-rooted in the body (“special embodiment”) and in socio-physical environment (“generalized embodiment”). Consequently to this dependence of language on the organism and on the ecosystem, no one can talk without having a systematic recourse to figurative means that are rooted in the environmental material reality, such as metaphors and metonymies. In European Portuguese and in the other languages (but European Portuguese is nevertheless our main goal), metonymic, metaphorical and hybrid conceptualizations appear, therefore, as unavoidable linguistic devices and, specifically, as indispensable ways of polysemous reference to the body and its parts.

So, polysemous extensions necessarily emerge from embodiment, as we hope we have proved throughout the analysis of some terms belonging to current somatic taxonomy and some idioms referred to the body and its perceptive and cognitive functions. These analyses are founded on a systematic comparison of the items that regard such lexemes and idioms in a chosen group of monolingual dictionaries and in a computer *corpus* of journalistic texts – and we used occasionally other documental sources, whenever they seemed fit for our investigation.

Every single analysis was developed on the basis of the following principles, which are inherent to Cognitive Linguistics:

- a) the priority focus of any linguistic analysis on its semantic components;
- b) according to *a)* and within the spirit of Cognitive Linguistics, the full development of a semantic analysis implies a coherent application of the Transdisciplinarity principles –

which involve a systematic attention to the outcomes of Neurophysiology, Applied Psychology, Philology, Iconology, Cultural Anthropology and so on.

A Cognitive Linguistics “closed in itself” wouldn’t make any sense, because that would correspond to a contradiction in terms: a cognitive approach to linguistic phenomena that would ignore the methods of analysis that are specifically linguistic – or that would confer to them a secondary role – shouldn’t obviously be considered as *Linguistics*, at all; and a kind of Linguistics that would not consider the findings of the other Cognitive Sciences – or that would confer to them a secondary role – simply shouldn’t be *cognitive*.

At the end of this work, we hope to have widely proved:

a) the validity of the principles explained above;

b) the inevitability of resorting to metaphor and to metonymy in European Portuguese (and in all languages, perhaps, although our demonstration concerns European Portuguese exclusively);

c) the entanglement and the interdependence of metaphorical and metonymical conceptualization processes (with the same limitations as in the parentheses of the previous paragraph).

# **I. Introdução:**

## **enquadramento teórico; objectos da análise, hipóteses, instrumentos e objectivos**

### **1. Enquadramento teórico**

#### **1.1. A Linguística Cognitiva**

Nos finais dos anos 60 começaram a manifestar-se reacções críticas à Gramática Generativa, com as quais se contestava a pretensa primazia da vertente sintáctica no processo de produção da linguagem humana articulada. A reivindicação da passagem do papel predominante, em tal processo, da componente sintáctica para a componente semântica, caracterizou a chamada Semântica Generativa. Esta, porém, não conseguiu impor-se como teoria unificada, uma vez que não produziu um método próprio e um conjunto de instrumentos analíticos que lhe fossem específicos. É com a afirmação progressiva da Linguística Cognitiva<sup>1</sup>, a partir de meados dos anos 70, que se delineia uma verdadeira teoria alternativa à da Gramática Generativa. Entre os principais obreiros dessa viragem destacam-se as figuras de Ronald Langacker, George Lakoff e Leonard Talmy, os quais têm vindo a enunciar desde então, em diversos estudos, os postulados fundamentais da nova corrente de estudos linguísticos. São esses princípios básicos que passaremos, agora, a apresentar sinteticamente.

Começaremos por recorrer a uma síntese proposta por Ronald Langacker<sup>2</sup>, na qual os princípios fundamentais da LC são estabelecidos por contraste com os preconizados pelas correntes linguísticas até há pouco mais acreditadas e, nomeadamente, pela corrente dominante, isto é, a chomskyana. Esta última tem constituído uma espécie de “vulgata linguística” caracterizada, antes do mais, pelas seguintes posições acerca da linguagem:

- 1) A língua é um sistema fechado, passível de descrição algorítmica.

---

<sup>1</sup> A partir de agora, simplesmente LC.

<sup>2</sup> *In* LANGACKER 1990, p. 1.

2) A sintaxe é um elemento que deve ser considerado autónomo e independente das componentes lexical e semântica da língua.

3) A significação – se é que a mesma reentra no âmbito da análise linguística – pode ser descrita nos termos da lógica formal, baseada em condições de verdade.

A estes postulados respondia criticamente a Gramática Espacial de Langacker, em seguida também conhecida como Gramática Cognitiva, nos seguintes termos, hoje consensuais no âmbito da LC:

1) A língua não é um sistema fechado e, portanto, não é passível de descrição algorítmica.

2) As estruturas gramaticais não constituem um sistema formal autónomo: léxico, morfologia e sintaxe são um *continuum* de unidades simbólicas, e a sua divisão nas sobreditas componentes é uma solução que, apesar da sua indiscutível praticidade, se revela fundamentalmente *arbitrária*.

3) Analisar as unidades gramaticais sem nos referirmos ao valor semântico que lhes é próprio é algo de tão absurdo como elaborar um dicionário que nos não forneça o(s) significado(s) de cada uma das suas entradas. Por outro lado, e uma vez que as estruturas semânticas se integram em sistemas cognitivos fundamentalmente abertos, a lógica formal baseada no contraste verdadeiro/falso demonstra-se inadequada à sua descrição.

Esta visão da língua pressupõe uma concepção da mente e dos processos de conceptualização que é a própria das Ciências Cognitivas, em geral, e que George Lakoff e Mark Johnson<sup>3</sup> resumem nos seguintes três postulados fundamentais:

1) A mente é intrinsecamente *embodied*, isto é, um constructo emergente do organismo, o qual é, por sua vez, condicionado pelo ambiente físico e social<sup>4</sup>.

2) O pensamento é, na sua maior parte, um processo *inconsciente*.

3) Uma grande parte dos conceitos abstractos que elaboramos é de natureza intrinsecamente metafórica.

Estas duas tríades de postulados – tanto a de Langacker, especificamente linguística, como a segunda, mais genericamente cognitiva – têm vindo a revolucionar as concepções dominantes sobre as relações entre a mente e a língua, e é sobre elas que se baseará o presente estudo.

---

<sup>3</sup> In LAKOFF/JOHNSON 1999, p. 3.

<sup>4</sup> Noções que serão desenvolvidas em I.1.2 e depois, mais aprofundadamente, em II.2.

## 1.2. Enquadramento epistemológico de base: a teoria do *full embodiment*

A nossa pesquisa seguirá, em grandes linhas, os princípios definidos por uma das teorias epistemológicas centradas no conceito de *embodiment*. Este conceito demonstra-se esquivo a uma clara definição, como testemunha o facto de que António Damásio só uma vez se lhe refira explicitamente em *O Erro de Descartes*, ainda que o faça em termos encomiásticos<sup>5</sup>. Trata-se, com efeito, de um conceito que é, em si, passível de múltiplas interpretações, como demonstra o ensaio de Patrizia Violi “Le tematiche del corporeo nella Semantica Cognitiva” (VIOLI 2003). A perspectiva que nos parece mais prometedora, neste âmbito, é a do chamado *full embodiment – radicação corpórea total* – tal como é apresentada, por exemplo, em *The Embodied Mind* (VARELA/THOMPSON/ROSCHE 1993), estudo no qual se propõe uma original via de diálogo entre a Ciência Cognitiva ocidental e a tradição epistemológica da meditação budista.

O *embodiment* é a condição básica dos processos cognitivos – inclusivamente, dos processos inerentes à estruturação linguística – e implica a forte radicação de todas as formas de conceptualização nos limites físicos, na experiência e na imagem que o falante tem de si próprio, enquanto identidade psicofísica. Além disso, essa condição básica que é designada como *embodiment* não se limita à ancoragem dos processos cognitivos na estrutura biológica e neuronal do indivíduo: os ditos processos cognitivos dependem igualmente das relações estabelecidas entre o indivíduo e o ambiente em que este se encontra integrado – e, por *ambiente*, deve entender-se tanto o ambiente físico, natural, como o ambiente sociocultural. O *embodiment* é, portanto, um processo generalizado, “global”, que ultrapassa largamente o âmbito das expressões cujo referente imediato é, de algum modo, o corpo humano – processo omnicompreensivo que também pode ser designado, com propriedade, como *concepção ecológica do embodiment*<sup>6</sup>; mas concomitantemente, por outro lado,

---

<sup>5</sup> «É muito provável que a mente não seja concebível sem *incorporação (embodiment)*, uma noção que teve lugar de destaque nas propostas teóricas de George Lakoff, Mark Johnson, Eleanor Rosch, Francisco Varela e Gerald Edelman, e, evidentemente, nas nossas próprias» (DAMÁSIO 1996, pp. 240-1). Esta mesma citação tornará a merecer a nossa atenção – dessa vez, integrada no corpo do texto da dissertação – em II.3.

<sup>6</sup> Designação que nos parece particularmente apropriada, e que devemos à introdução de Marco Casonato, Antonino Carcione e Michele Procacci a FAUCONNIER/TURNER 2001 (p. 9).

não existe nenhum tipo de referência linguística ao corpo que não implique, directa e incontornavelmente, o processo do *embodiment*.

As perspectivas abertas pela teoria do *full embodiment*, tal como a mesma é formulada no âmbito do que em VARELA/THOMPSON/ROSCH 1993 se designa como *abordagem enactiva da Ciência Cognitiva*, proporcionam um enquadramento teórico e um suporte metodológico à análise da polissemia dos lexemas referentes ao corpo, seja em Português seja em outras línguas eventualmente mencionadas ao longo desta dissertação.

Com efeito, como se apura do subcapítulo 3.1.3 de BATORÉO 2004, existem diferenças nos processos de *embodiment* que cada uma das línguas elabora – por exemplo, no âmbito da formação de metáforas ou metonímias convencionais esteadas no mesmo *domínio alvo*. É o caso, por exemplo, do objecto designado como ‘*braçadeiras*’ em Português, ‘*floaties*’ em Inglês e ‘*skrydelka*’ (‘asinhas’) em polaco<sup>7</sup>. Se partirmos, pelo contrário, do *domínio fonte*, poderemos relevar diversos modos de manifestação do *embodiment*, na proliferação polissémica das acepções dos lexemas; situação que é exemplificada, no mesmo estudo, com a delineação das similaridades e das divergências na pluralidade das acepções do lexema que exprime o conceito de ‘asa’, em Português, em Francês, em Inglês e em Polaco<sup>8</sup>.

Mas, por agora, o que convém sublinhar é que encararemos, ao longo do presente trabalho, o conceito de *embodiment* no seu sentido “alargado”; *et pour cause*, já que não se pode limitar a sua aplicação ao corpo propriamente dito: como afirmam Lakoff e Johnson, ao introduzirem num seu ensaio fundamental a noção de *embodied mind*, esta implica que «our bodies, brains, **and interactions with our environment** provide the mostly unconscious basis for (...) our sense of what is real»<sup>9</sup>.

Outro elemento epistemológico de base a que se deve dar o devido destaque é que o conceito de *embodiment*, “restrito” ou “generalizado” que seja, implica como pressuposto a plena aceitação da teoria evolucionista, «which shows that human capacities grow out of animal capacities»<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> BATORÉO 2004, p. 59.

<sup>8</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>9</sup> LAKOFF/JOHNSON 1999, p. 17 (negritos nossos).

<sup>10</sup> *Id.*, *ibid.*

Este ponto não pode ser dado por concluído sem uma referência ao facto, bem significativo da importância que o conceito de *embodiment* possui no âmbito da LC, de que tal conceito figura – não casualmente ou discricionariamente – na designação de um modelo formal de análise linguística, a *Embodied Construction Grammar* (ECG). A ECG é excessivamente complexa para que procuremos descrevê-la, aqui; mas cumpre-nos assinalar, ainda assim, que esta faz seus os modelos teóricos e analíticos propostos por Langacker, Talmy e Lakoff, sendo este último um dos seus mais entusiásticos promotores<sup>11</sup>.

### 1.3. A abordagem neurofenomenológica

O conceito de *embodiment* não se reveste apenas de valências filosóficas e ideológicas, mas designa também uma realidade neurofenomenológica, confirmada pelas mais recentes descobertas da investigação neurofisiológica. O contributo das Neurociências demonstra-se cada vez mais importante na resolução dos problemas linguísticos que são próprios do estudo aqui empreendido, como esperamos demonstrar ao longo do mesmo e como se pode inferir, desde já, das observações e das informações que imediatamente se seguem.

É verdade que nos encontramos, no caso da abordagem neurofenomenológica, perante

«uma nova disciplina (a “Fenomenologia neuro-psico-evolutiva”, ou seja, a “Neurofenomenologia”, justamente) que, estando em vias de consolidação, deve ainda desenvolver a maior parte das suas potencialidades»<sup>12</sup>.

Apesar da sua relativa juventude, a Neurofenomenologia parece possuir todas as condições para se constituir como sólida linha de resistência de uma atitude genuinamente científica, como guia e como elemento de contenção de derivas investigativas de duvidosa cientificidade; as quais poderão ser

---

<sup>11</sup> Para nos darmos conta disso, basta consultar a página pessoal de George Lakoff no *site* da Universidade de Berkeley, onde o professor diz, acerca de si próprio, que «his current research (...) includes the development of a neural theory of grammar – embodied construction grammar» – <[http://linguistics.berkeley.edu/people/person\\_detail.php?person=21](http://linguistics.berkeley.edu/people/person_detail.php?person=21)> (21/1/09). Para um contacto directo com as propostas da ECG, v. BERGEN/CHANG 2003.

<sup>12</sup> Massimiliano Capuccio in CAPPUCIO 2006, p. 20 – citando quase *ipsis verbis* as expressões com que Francisco Varela se referia à nova disciplina, quando justificava a escolha da designação *Neurofenomenologia* com a observação de que «não seria muito prático falar de “Fenomenologia neuro-psico-evolutiva”»: cfr. Francisco J. Varela, “Neurofenomenologia. Un rimedio metodologico al “problema difficile”, in CAPPUCIO 2006, pp. 65-93, p. 65; já antes em «Pluriverso» (Milano) II, 3 – Nov. 1997, pp. 16-36, p. 16; e, no original inglês, em «Journal of Consciousness Studies», 3, 1996, pp. 330-350, p. 330.

contrastadas, justamente, através de uma maior atenção aos elementos neurofisiológicos de base.

Na *premissa* a RIZZOLATTI/SINIGAGLIA 2006, os autores do volume mencionam o facto de o dramaturgo e cenógrafo Peter Brook ter comentado, a propósito da descoberta dos *neurónios-espelho*, que esta teria permitido às Neurociências começarem a compreender, finalmente, aquilo que no ambiente do teatro se sabe desde sempre; isto é, que todas as formas de comunicação, inclusivamente as artísticas – mas o mesmo é válido para as mais triviais formas de comunicação corrente –, implicam uma atitude básica de *comparticipação*, de participação imaginária nas acções alheias, a qual se concretiza, até, numa autêntica *simulação interior* do comportamento alheio. O comentário de Brook suscitou este outro, por sua vez, da parte dos dois neurocientistas:

As considerações de Brook revelam quão grande tem sido o interesse suscitado pelas inesperadas propriedades deste tipo de neurónios, fora do domínio restrito da Neurofisiologia. Tais propriedades impressionaram não só os artistas mas também os estudiosos de Psicologia, Pedagogia, Sociologia, Antropologia, etc.<sup>13</sup>

O que mais nos interessa, nesta citação, não são as referências às várias disciplinas científicas mencionadas, mas o facto de a categoria dos linguistas não figurar entre as que parecem manifestar-se particularmente «impressionadas pelas propriedades dos *neurónios-espelho*». São, ao invés, os dois neurocientistas em questão (e que são dois dos principais responsáveis pela descoberta daquele particular tipo de neurónios) que se mostram particularmente interessados pela Linguística – mais especificamente, no sexto capítulo do livro, *Imitazione e linguaggio*<sup>14</sup> –, ainda que o seu interesse se concentre, sobretudo, nas hipóteses sobre a origem da linguagem verbal. Mas a Linguística provavelmente só por mero acaso não figura entre as disciplinas mencionadas por Rizzolatti e Sinigaglia, uma vez que a colaboração entre os neurocientistas e a LC já antes da publicação do livro deles vinha começando a dar os seus frutos: são provas disso o artigo “The Brain’s Concepts: the Role of the Sensory-motor System in Conceptual Knowledge”, da autoria de Vittorio Gallese (outro dos autores da descoberta dos *neurónios-espelho*) e George Lakoff (GALLESE/LAKOFF 2005), e o relatório descritivo das experiências, levadas a cabo por um grupo de neurofisiólogos italianos, sobre a activação dos circuitos motores fronto-parietais

---

<sup>13</sup> RIZZOLATTI/SINIGAGLIA 2006, p. 1.

<sup>14</sup> RIZZOLATTI/SINIGAGLIA 2006, pp. 135-164.

provocada pela audição de frases referentes a acções motoras (TETTAMANTI *et al.* 2005). Em GALLESE/LAKOFF 2005 era já anunciado o trabalho de Tettamanti *et al.*, então ainda por publicar, o qual viria a confirmar a hipótese formulada pelo neurofisiólogo italiano e pelo linguista cognitivo americano, segundo a qual «mental motor imagery is voluntary simulation of motor action»<sup>15</sup>. Com efeito, as experimentações descritas e analisadas em TETTAMANTI *et al.* 2005 reforçam a pertinência de tal hipótese, uma vez que confirmam que *o ouvir falar de acções activa as mesmas áreas cerebrais que se excitam quando praticamos (ou vemos praticar) as mesmas acções*; o que, por sua vez, lhes permite concluir que «language does not appear to be detached from the evolutionary ancient sensorimotor system, but rather strictly linked to it»<sup>16</sup>.

Perante tais resultados, Gallese e Lakoff só lamentam que ainda não tenham sido levadas a cabo<sup>17</sup> experimentações do mesmo género em que as acções nomeadas nas frases testadas não se refiram a acções concretas, físicas, mas antes representem *expressões metafóricas*, nas quais as ditas acções desempenhariam a função de *domínio-fonte* (GALLESE/LAKOFF 2005, p. 18).

Conscientes das nossas reduzidas possibilidades pessoais, no que respeita a fornecer um contributo directo à resolução dos complexos problemas acabados de apresentar, nem por isso deixaremos de procurar enriquecer a nossa análise linguística com os resultados da investigação neurofisiológica, cada vez que a oportunidade se proporcionar e dentro dos limites da nossa compreensão de tais resultados.

Não nos podemos eximir, a este ponto, de empreender já uma pequena incursão nesses domínios, habitualmente pouco familiares aos linguistas “tradicionais”, a qual incide sobre a nova linha de pesquisa, «at present still vague» (GALLESE/LAKOFF 2005, p. 17), que o referido estudo de Gallese e Lakoff inaugura e que poderá implicar, no futuro, importantes desenvolvimentos ao nível da colaboração transdisciplinar entre a Neurofisiologia e a LC. Trata-se da Teoria dos *cogs*<sup>18</sup>, circuitos neuronais provavelmente localizados no sistema

---

<sup>15</sup> GALLESE/LAKOFF 2005, p. 18.

<sup>16</sup> TETTAMANTI *et al.* 2005, p. 278.

<sup>17</sup> Pelo menos não tinham sido feitas até à data, e desconhecemos se, de então até hoje, as mesmas já foram (ou estão sendo) empreendidas.

<sup>18</sup> *Cog* é o termo com que correntemente se designa, em Inglês, tanto a roda dentada de uma engrenagem como cada um dos dentes da mesma. É natural que, na escolha do termo *cog* para com ele designar a unidade neural-conceptual de que a seguir falaremos, Gallese e Lakoff tenham pensado tanto nesses significados básicos como, simultaneamente, na associação espontânea que o

sensoriomotor e cujas conexões criariam as estruturas inferenciais necessárias à formação dos conceitos ditos “abstractos”<sup>19</sup>. Os *cogs* seriam os elementos das áreas secundárias pré-motoras directamente responsáveis pela elaboração de todos os *esquemas imagéticos primitivos* «such as containment, source-path-goal, force dynamics, orientation schemas, etc.» (GALLESE/LAKOFF 2005, p. 17).

Se a hipótese da existência dos *cogs* vier a demonstrar-se correcta, a actividade “em cadeia” desses mesmos centros nervosos seria a directa responsável pela emergência do raciocínio abstracto. Os *cogs* constituiriam o ponto concreto de confluência entre a matéria nervosa e os conceitos “abstractos”, na medida em que, além de serem autênticas conexões neuronais entre as áreas corticais motora e pré-motora, os *cogs* são, **já em si**, *conceitos*: e cada um dos conceitos gramaticais, próprios da “gramática interior” dos falantes de cada língua natural, se identificaria fisicamente com um *cog*, isto é, *seria*, mesmo, um *cog* propriamente dito<sup>20</sup>.

A partir destas escassas informações, já se podem entrever as implicações verdadeiramente revolucionárias que a confirmação desta teoria poderá vir a ter, no seio da LC. Obviamente, o tema ultrapassa largamente os actuais domínios de competência de quem escreve. O que cremos já poder estar ao nosso alcance e, como tal, esperamos poder provar, ao longo deste trabalho, é que ‘*percepção*’ e ‘*cognição*’ são duas faces da mesma moeda, que é a da *representação imagética, intencional*, no âmbito de um processo de *embodiment* que é também linguístico.

Parece-nos bastante óbvio – mas convém insistir sobre isso, mesmo assim – que não terá sido por acaso que do “meramente” sensorial ‘*percipere*’ latino acabámos por fazer, em Português, um sinónimo de ‘*compreender*’ (sentido que, aliás, o verbo já admitia em Latim). A confluência semântica de ‘apreender com os sentidos’ e ‘compreender’, que o Latim e o Português manifestam no referido duplo sentido de ‘*percipere*’/‘*perceber*’, parece particularmente adequada para reflectir aquele conjunto heterogéneo de processos cognitivos que Talmy designa

---

termo suscita com o conceito de *cognição*. Em 1994, também a equipa do laboratório de Inteligência Artificial do MIT, dirigida por R. Brooks e L. A. Stein e destinada à construção de um *robot* em condições de simular a consciência, “baptizou” este, precisamente, *Cog* (cfr. DENNETT 2000, p. 26).

<sup>19</sup> Assim mesmo, entre aspas, em GALLESE/LAKOFF 2005, p. 19; e isto porque, segundo os autores, não há conceitos verdadeiramente *abstractos*, afinal.

<sup>20</sup> GALLESE/LAKOFF 2005, p. 17. Os *cogs* incluiriam, portanto – caso se venha a demonstrar a sua real existência –, as *metáforas primárias* que, segundo LAKOFF/JOHNSON 1999 (p. 59), «are realized in our brains *physically*».

globalmente como *'ception'*: *'ception'* é, com efeito, o elemento que se situa a meio caminho entre *'perception'* e *'action'*, sendo, afinal, *comum* a ambos<sup>21</sup>.

#### 1.4. A transdisciplinaridade

Vem-se afirmando cada vez mais a ideia de que «tanto a linguística pode lançar mão dos resultados de outras ciências cognitivas, como a cognição pode ser analisada com evidência linguística»<sup>22</sup>. Nomeadamente, a confluência entre a dimensão neurofisiológica, a dimensão proporcionada pelos estudos dos diversos ramos da Psicologia Aplicada e aquela que, por sua vez, é determinada pela análise linguística propriamente dita, é uma necessidade profundamente sentida no âmbito investigativo da LC, como testemunham as palavras de Augusto Soares da Silva a propósito do problema da eventual radicação da polissemia já ao nível da *representação mental* do léxico aprendido pelos falantes de uma língua:

Julgamos que o tratamento desta questão (bem como de qualquer outra questão sobre *representação mental*) requer a confluência de três tipos de dados, que correspondem, aliás, aos três métodos empíricos em Linguística Cognitiva (...): dados psico-experimentais, dados neurofisiológicos e dados linguísticos de observação de *corpora*<sup>23</sup>.

Com efeito, cremos que se possa afirmar, *grosso modo*, que as bases científicas da LC se encontram na Neurofisiologia, na Psicologia e na Semântica. Esta *tri-polaridade* pressupõe, mais do que uma *interdisciplinaridade* ou uma *pluridisciplinaridade*, uma verdadeira *transdisciplinaridade*<sup>24</sup>, a qual é de se considerar nada menos do que *inerente* à LC. Um dos fundadores desta, George Lakoff, expande sistematicamente o seu campo de estudo a terrenos que não seriam, em princípio, os da sua área específica de investigação, se a LC não se caracterizasse (como de facto se caracteriza) por essa transdisciplinaridade de

---

<sup>21</sup> Ver, a tal propósito, TALMY 1996.

<sup>22</sup> SILVA 2006, p. 322.

<sup>23</sup> SILVA 2006, p. 53.

<sup>24</sup> Para a distinção entre os três conceitos mencionados, cfr., por exemplo, CIOFFI 2001 (disponibilizado no CD-ROM como *Documento 1*). Para uma melhor compreensão dos princípios que são próprios da Transdisciplinaridade, será conveniente inteirar-se, antes do mais, das linhas de orientação definidas na Carta de Transdisciplinaridade, cujo texto original, em Francês, é consultável em <<http://nicol.club.fr/ciret/chartfr.htm>> (entre outras fontes electrónicas igualmente disponíveis). A versão portuguesa da mesma – consultável, por exemplo, em <[www.apha.pt/boletim/boletim1/pdf/CartadeTransdisciplinaridade.pdf](http://www.apha.pt/boletim/boletim1/pdf/CartadeTransdisciplinaridade.pdf)> – não faz jus, porém, ao texto original. A Carta foi adoptada pelo Primeiro Congresso de Transdisciplinaridade (Convento da Arrábida, 2-6/11/1994), tendo sido elaborada conjuntamente por Lima de Freitas, Edgar Morin e Basarab Nicolescu.

fundo, sem a qual não teria sequer razão de ser. Assim se compreende que Lakoff não desdenhe complementar a pesquisa linguística com o empenho pessoal em projectos de alteração da linguagem da propaganda política, como faz em *Don't Think of an Elephant* (LAKOFF 2004), ou que o mesmo se não iniba de explorar os domínios da Filosofia da Mente, da Psicologia e, até, da Psicanálise, como faz nos diversos ensaios em que se ocupa da elaboração onírica ou da conceptualização do *Eu*<sup>25</sup>.

Seja o exemplo concreto de George Lakoff seja o geral espírito de abertura e de inovação que permeia praticamente todos os estudos que nos são conhecidos, no domínio da LC, nos levam a pré-estabelecer a necessidade de *não fazer tábuas-rasa* das descobertas da Semiologia, da Pragmática Linguística, da Lexicologia, da Psicologia do Desenvolvimento, da Simbólica e da Antropologia Cultural<sup>26</sup>, entre outros ramos do saber científico e humanístico. Parece-nos, com efeito, que a atitude mais congenial ao espírito da LC seja a de recorrer aos contributos disponibilizados pelos diversos campos do saber, todas as vezes que tal se proporcione, assimilando-os organicamente ao quadro geral das nossas investigações.

### **1.5. Polissemia, homonímia, monossemia**

A linguagem humana articulada é, de per si, redundante. Dessa redundância se podem dar como exemplos, no Português como em tantas outras línguas, a existência dos chamados *sinónimos* (ainda que se saiba não existirem, na verdade, *sinónimos absolutos*) e o emprego do verbo *ser* com funções meramente copulativas, em frases como '*O cavalo é branco*': na verdade, \*'*O cavalo branco*' – quando o contexto permite reconhecer o sintagma como uma frase completa – bastaria, do ponto de vista lógico-funcional; e efectivamente muitas línguas, tais como o árabe e o hebraico, prescindem do verbo

---

<sup>25</sup> Para a temática da elaboração onírica, v. por exemplo George Lakoff, "La teoria della metafora concettuale applicata all'analisi dei sogni", in LAKOFF/JOHNSON 2002, pp. 199-224, ou George Lakoff, "How unconscious metaphorical thought shapes dreams", in STEIN 1997, pp. 89-120. Para a temática da conceptualização do *Eu*, v. por exemplo George Lakoff, "Il sistema metaforico per concettualizzare il sé", in LAKOFF/JOHNSON 2002, pp. 157-197, ou a sua versão original em Inglês, mais completa, "Sorry, I'm Not Myself Today: The Metaphor System for Conceptualizing the Self", in FAUCONNIER/SWEETSER 1996, pp. 91-123.

<sup>26</sup> Antropologia Cultural que de modo algum se pode encarar como um domínio já algo exorbitante, em relação aos nossos objectos imediatos de estudo: antes pelo contrário, a relação transdisciplinar entre a Linguística e a Antropologia concretiza-se numa verdadeira *«linguística antropológica* ou *antropologia linguística*», a qual «é uma janela bem situada de descoberta de mecanismos da cognição humana» – SILVA 2006, p. 109.

copulativo<sup>27</sup>. Também as marcas de plural nos substantivos, após um determinante numeral, são redundantes: \*‘*Oito cavalo*’ oferece tantas garantias de clareza, quanto à pluralidade do argumento, quanto ‘*Oito cavalos*’. Mas a redundância permite recuperar ou confirmar informações, se uma parte anterior do enunciado foi deficientemente recebida pelo interlocutor. Assim, se o ouvinte não estava atento ou foi incomodado por um ruído enquanto o locutor pronunciava o ‘*oito*’ de ‘*Oito cavalos*’, mesmo tendo ouvido apenas a segunda palavra pode já estar certo de se encontrar perante um argumento plural; se, pelo contrário, a língua prescrevesse a não flexão do nome, num contexto como este – e há línguas que assim procedem –, o receptor momentaneamente posto em dificuldade não estaria em condições de reconhecer a pluralidade do argumento, dispondo, assim, de menos informação. Como disse Willard V. O. Quine, a redundância «é uma válvula de segurança, um dispositivo de emergência»<sup>28</sup>.

No entanto, também é uma estratégia expressiva consolidada nas línguas o processo oposto ao da redundância, isto é, o emprego do mesmo signo para referir argumentos ou sentidos distintos. Arriscamo-nos mesmo a dizer que ambos os processos devem configurar autênticos “universais da linguagem”. O segundo processo a que nos estamos agora referindo, o qual consiste na polivalência das unidades significantes, manifesta-se ao nível dos diversos tipos de morfemas:

– Ao nível dos morfemas “livres” ditos *lexicais*, é notória a diferença de significado de ‘*cavalo*’, em ‘*Morning Star é um cavalo*’ (com o que alguém se pode referir a um equídeo) e ‘*O meu primo João é um cavalo*’ (com que eventualmente se apoda um ser humano). As expressões metafóricas como ‘*O meu primo João é um cavalo*’ constituem claras manifestações de polissemia.

---

<sup>27</sup> O hebraico subentende o verbo *ser* nos enunciados que se referem ao presente: cfr., por exemplo, Malca Kenigsberg, *L'ébreu sans peine, I*, Chennevières-sur-Marne, Assimil, 1982<sup>2</sup>, p. 4. Com o árabe sucede o mesmo, e com outras línguas, nem sempre de base semítica:

«[...] when we say in Arabic ‘something *is* something’ (or use other parts of the English verb ‘to be’, such as *am, are*, etc.), we do not use a verb at all, but simply state a definite concept followed by an indefinite one. (This idea is not unique to Arabic, but happens elsewhere, for instance in Russian and Hebrew [...])» – J. R. Smart, *Arabic*, Sevenoaks, Kent (Great Britain), Hodder and Stoughton, 1986, p. 37.

<sup>28</sup> Citado em PINKER 1997, p. 173.

– Ao nível dos morfemas “livres” ditos *funcionais*, como, por exemplo, as preposições ‘*de*’ ou ‘*em*’, o seu significado muda consoante os contextos em que ocorrem, com o que configuram também, portanto, casos de polissemia<sup>29</sup>.

– Ao nível dos morfemas “ligados” implicados na formação, por sufixação, de substantivos e adjetivos, Hanna Batoréo fornece-nos um claro exemplo da polissemia inerente a tal processo de formação lexical<sup>30</sup> ao discriminar os diversos sentidos atribuíveis ao sufixo *-eiro* em, por exemplo, ‘*galinheiro*’, ‘*foleiro*’, ‘*isqueiro*’, ‘*padeiro*’, etc.

As correntes da análise linguística ditas *distribucionalista* e *generativista*<sup>31</sup> tendem a reduzir sistematicamente a polissemia à homonímia. A homonímia é, contudo, um fenómeno linguístico bastante mais circunscrito, que consiste na coincidência formal de termos que apresentam uma etimologia distinta e que resultam de uma evolução diacrónica completamente diversa. A sua identidade fonética e ortográfica é, pois, meramente acidental. É o que sucede, por exemplo, com o ‘*canto*’ de ‘*canto da sala*’ e o ‘*canto*’ de ‘*canto gregoriano*’<sup>32</sup>.

O estudo sobre as capacidades dos lusofalantes europeus no reconhecimento distintivo da polissemia, da homonímia e da monossemia, que constitui o sexto capítulo de SILVA 2006 (pp. 157-167) e no qual o autor expõe as conclusões que a tal propósito lhe foram facultadas pela elaboração dos dados recolhidos através de um inquérito gizado por ele próprio (dados que constituem o anexo ao dito sexto capítulo: *cit.*, pp. 168-184), permitem-lhe inferir que «a distinção entre polissemia e homonímia é psicologicamente real» (*cit.*, p. 167).

A monossemia, por sua vez, não implica nem que duas (ou mais) palavras apresentem acidentalmente a mesma forma (homonímia) nem que uma palavra assumia diversos significados em diversos contextos (polissemia), mas que o significado de uma palavra se revele, num dado contexto, *vago*, *indeterminado*, *genérico*.

Soares da Silva dá o exemplo de ‘*avô*’, que, significando (quase) sempre que a pessoa assim designada é ‘o pai de um dos progenitores’ de uma terceira

---

<sup>29</sup> O estudo das preposições como categorias polissémicas vem constituindo um campo particularmente fértil no âmbito da LC: para uma rica exemplificação de tal circunstância e para as respectivas referências bibliográficas, v. SILVA 2006, p. 32.

<sup>30</sup> Cfr. BATORÉO 2005, pp. 3-4.

<sup>31</sup> E não só estas: para uma mais completa panorâmica da “estratégia *homonimista*”, v. SILVA 2006, pp. 28-29.

<sup>32</sup> Como ilustrado em BATORÉO 2005, pp. 4-5.

pessoa, não especifica se se trata do ‘pai do pai’ ou do ‘pai da mãe’<sup>33</sup>. Na verdade, parece que não se pode dizer, com inteira propriedade, que *avô* «é uma palavra monossémica», mas sim que o seu *uso* é frequentemente monossémico: o plural *avós*, por exemplo, pode resultar polissémico numa expressão como a do hino nacional português ‘*dos nossos egrégios avós*’, em que com ‘*avós*’ se designam as várias gerações de *antepassados colectivos*, e não exclusivamente os ‘pais dos pais’ ou os ‘pais das mães’ de cada um dos hipotéticos sujeitos que figuram na expressão – e em todo o hino – como locutores.

Também o plural de ‘*cavalo*’, além de poder configurar-se como polissémico em exemplos de uso metafórico como os citados em precedência (‘*Os irmãos do João são uns cavalos*’), resulta monossémico em frases como ‘*Vi uma manada de cavalos a pastarem*’: com efeito, numa frase como esta, não é claro se se tratava só de animais de sexo masculino, de animais de ambos os sexos (‘*cavalos*’, propriamente ditos, e ‘*éguas*’) ou, até, só de fêmeas.

Soares da Silva reconhece, a propósito, que «não existe uma dicotomia entre polissemia e monossemia, mas antes um *continuum*» que testemunha, afinal, «a falácia da nossa concepção *reificada* do significado»; significado que se caracteriza sistematicamente pela sua «*flexibilidade* intrínseca», tendencialmente – e inelutavelmente – polissémica<sup>34</sup>.

### 1.6. Noção de *polissemia*

A pp. 10 de SILVA 2006, define-se a polissemia como «a associação de dois ou mais sentidos relacionados entre si a uma única forma linguística»<sup>35</sup>. Mais adiante (*cit.*, p. 301), o processo é de novo definido em termos ainda mais impressivos: «A polissemia é pois significação flexível». A polissemia é caracterizada pelo autor, no mesmo estudo, como «uma rede de sentidos flexíveis» (*cit.*, p. 59) ou, mais enfaticamente, como «rede flexível de sentidos flexíveis» (*cit.*, p. 5).

O presente trabalho adoptará o ponto de vista segundo o qual é de preservar a noção de “significado primário” de um lexema, por contraposição com os chamados “significados secundários” do mesmo, “literais” ou

---

<sup>33</sup> SILVA 2006, p. 10.

<sup>34</sup> SILVA 2006, pp. 4-5.

<sup>35</sup> E o conceito é repetido em termos substancialmente idênticos, a pp. 35 do mesmo estudo.

“figurados” que sejam<sup>36</sup>. É já de há muito que se compreende, porém, que nem sempre «o sentido apropriado [de um termo] é o *primário*, pois todos os léxicos e todos os dicionários provam que nunca há um *sentido próprio*, objectivado, de um termo, mas antes diversos sentidos, segundo o contexto, o autor, a época...»<sup>37</sup>. Mais do que *secundários*, estes sentidos dever-se-iam dizer *segundos*, porque, não sendo *menos importantes* do que o sentido (ou sentidos) dito(s) primário(s), são porém gerados *num segundo momento, sequencialmente* e não *simultaneamente* ao “significado primário”.

O conceito de polissemia assumia já um papel central no *Ensaio de Semântica* de Michel Bréal, trabalho pioneiro que se pode ainda hoje considerar um ponto de referência indispensável, a mais de um século da sua primeira edição<sup>38</sup>. Como já tivemos ocasião de indicar no subcapítulo precedente, a polissemia foi – e continua a ser – um fenómeno algo descurado e insatisfatoriamente compreendido, nomeadamente, no âmbito do generativismo. Só nos anos 90 do século passado, com os estudos de Putejovsky e Jackendoff, alguns aspectos do fenómeno polissémico começaram a gozar de uma séria consideração, no âmbito do chamado *neo-generativismo*<sup>39</sup>; mas é a Semântica Cognitiva que, já a partir dos anos 80 e graças, sobretudo, aos trabalhos de Lakoff, Langacker e Talmy, torna a atribuir à polissemia um papel central na investigação linguística.

No recente estudo a que nos temos vindo a referir assiduamente, Soares da Silva caracteriza a polissemia como «fenómeno omnipresente nas línguas naturais» (SILVA 2006, p. 9), «endémico em todas as línguas» (*cit.*, p. 56), condição que dela faria, portanto, um autêntico “universal da linguagem”.

---

<sup>36</sup> Sobre a necessidade de manter a distinção entre “literal” e “figurado”, no âmbito da LC, ainda que não em termos de oposição mútua mas antes de continuidade evolutiva do primeiro para o segundo, v. SILVA 2003, pp. 6-11, e SILVA 2006, pp. 114-119.

<sup>37</sup> In DURAND 1986, p. 422 – onde este autor dá a entender que o mesmo ponto de vista já tinha sido antes expresso por Georges Matoré em *La méthode en lexicologie. Domaine français*, Paris, Didier, 1950, pp. 20, 27, 60 e 62.

<sup>38</sup> V. BRÉAL 1992, pp. 109-119. É justamente no início do Cap. XIV (p. 109) que o termo *polissemia*, cunhado pelo próprio Bréal, comparece pela primeira vez. É igualmente a Bréal que devemos a introdução do termo *Semântica*, apresentado pela primeira vez num seu ensaio de 1883.

<sup>39</sup> Para a bibliografia activa destes e de outros investigadores, a este propósito, e para uma mais completa compreensão de toda a problemática aqui abordada, consultar o capítulo 1.5.1 (*A polissemia no desenvolvimento da semântica lexical*) de SILVA 2006 (pp. 23-31).

### 1.7. Metáfora e metonímia, à luz da Língua Cognitiva

As metáforas e metonímias que forem identificadas, na análise semântica dos lexemas e das expressões consideradas neste trabalho, serão alvo de uma esquematização dos respectivos processos de projecção (ou *mapping*) conceptual.

Partamos, pois, da definição dos processos expressivos da metáfora e da metonímia, circunscrevendo-os ao âmbito semântico do *sentido figurado* – na medida em que implicam a aplicação de um termo ou de uma expressão a conteúdos que excedem o seu sentido referencial básico ou imediato (o chamado *sentido literal*)<sup>40</sup>.

A extensão semântica produzida pela metáfora realiza-se através da aplicação do “princípio de identidade”, *i. e.*, de um esquema conceptual do tipo «X É Y»<sup>41</sup>. Por exemplo, quando se diz ‘*Aquele indivíduo é um grande rato*’, quer-se com isso dizer que ao indivíduo em questão se atribuem características<sup>42</sup> que habitualmente atribuímos aos ratos: neste caso específico (pelo menos, em muitos contextos discursivos), a ‘esperteza’. Quando se fala de ‘*um rato de automóveis*’, pretende-se designar, assim, um ser humano que é detentor de outra característica que habitualmente atribuímos aos ratos: a de se dedicarem sistematicamente ao furto.

A metonímia, por seu lado, releva da aplicação de outro esquema conceptual, mediante o qual o *ortónimo* – no sentido atribuído ao termo por Bernard Pottier<sup>43</sup> – é substituído por um outro que se lhe encontra associado por uma relação de *contiguidade*. E isto, nos casos em que um ortónimo para um dado conceito já existe, na língua. Quando ainda não existe, é à metonímia (ou à metáfora) que os falantes se confiam, para o criarem. Por exemplo, se se diz que ‘*A mesa da assembleia era constituída só por militares*’, a ‘*mesa*’ não designa o objecto de mobiliário mas algo que concebemos como contíguo ao objecto, numa determinada situação: no caso vertente, ‘aqueles que se sentam à mesa’ defronte das pessoas reunidas – portanto, o grupo que coordena as actividades previstas para aquela reunião.

---

<sup>40</sup> A tradicional dicotomia *sentido “literal”/sentido figurado* continua a ser encarada como pertinente e produtiva, no âmbito da LC, como é evidenciado pelo uso que de tal dicotomia se faz em SILVA 2006, pp. 112-119.

<sup>41</sup> SILVA 2006, p. 113.

<sup>42</sup> No fundo, *traços semânticos* – ainda que mais particularizantes do que os “tradicional” traços semânticos da Semântica Generativa. *V.*, a tal propósito, YULE 1996, p. 133.

<sup>43</sup> Por exemplo, em POTTIER 1993, p. 11.

A diferença entre os processos conceptuais postos em marcha pela metáfora e pela metonímia ainda se tornam mais claros se os detectarmos na mesma palavra, aplicada em contextos distintos. Assim, em *'Podia-se-lhe atribuir a coroa da estupidez crassa'*, *'a coroa'* constitui uma metáfora (*'coroa'* por *'primazia'*), mas, em *'ataques jornalísticos à Coroa'*, o emprego do mesmo termo é de natureza metonímica (*'Coroa'* por *'instituição monárquica'*).

Façamos, agora, um parêntese especificamente dedicado à metáfora, para notarmos que Umberto Eco chega a afirmar que «dos milhares e milhares de páginas escritas sobre a metáfora, poucas acrescentam alguma coisa aos primeiros dois ou três conceitos fundamentais enunciados por Aristóteles»<sup>44</sup>. Uma asserção tão radical poderia representar uma perspectivação sumária mas realista, no fundo, e, portanto, amplamente compartilhável, mas só até ao advento da LC. Esta, na verdade – apesar da inexaurível reflexão teórica sobre a metáfora, levada a cabo nos domínios da retórica clássica, da gramática tradicional, da filosofia, da linguística e da semiótica –, tem vindo a introduzir, nesse âmbito sobrecarregado de reflexões e de sistematizações contrastantes, um instrumento analítico novo e de grande impacto hermenêutico: o conceito de *metáfora conceptual*.

A metáfora conceptual é algo de muito diverso da metáfora como forma de expressão linguística propriamente dita. As metáforas conceptuais, mais do que meras equivalências ou “equações semânticas” (do tipo *X é Y*, isto é,  $X=Y$ ), são justaposições ou associações de conceitos, entre os quais se estabelece uma relação de inferência (*X implica Y*). Assim, a expressão metafórica *'alta qualidade'*, que a linguística e a retórica tradicionais nem sequer consideravam como propriamente *metafórica*, não só o é como pressupõe uma metáfora conceptual subjacente, MELHOR É ACIMA. Uma metáfora conceptual como esta é adscrivível à categoria que Lakoff define como metáforas *de orientação*; mas também há metáforas *estruturais*, como, por exemplo, IDEIAS SÃO OBJECTOS, subjacente à formulação de frases como *'Foi ele que me deu esta ideia'*<sup>45</sup>, e metáforas *ontológicas*, como as várias *metáforas do CONTENTOR*<sup>46</sup>.

As metáforas e metonímias enquadradas nas Partes e nos Capítulos seguintes serão, pois, encaradas como processos expressivos irreduzíveis à

---

<sup>44</sup> ECO 1980, p. 191.

<sup>45</sup> LAKOFF/JOHNSON 1980, pp. 29-38.

<sup>46</sup> *Cit.*, pp. 49-52.

dimensão de meros artifícios retóricos. Com efeito, é praticamente impossível comunicar inteligivelmente e em tempos aceitáveis para o alocutor, sem recorrer a metáforas ou metonímias: acabam por demonstrar-se particularmente complicadas e votadas ao insucesso comunicativo, por exemplo, todas e quaisquer tentativas de nos referirmos às ‘extremidades sobre as quais se apoia o tampo’ da mesa sem lhes chamarmos ‘pernas’ (metáfora), ou ao ‘grupo coordenador das actividades’ de uma assembleia sem lhe chamarmos a ‘mesa’ da mesma (metonímia); e os exemplos poder-se-iam multiplicar *ad infinitum*. Esta imprescindibilidade da metáfora e da metonímia é algo que a LC decididamente preconiza, na esteira do que já há mais tempo vem fazendo a semiologia – em relação à metáfora, pelo menos; nomeadamente, nas teorizações elaboradas por Umberto Eco, segundo o qual «a linguagem é, por natureza, essencialmente metafórica» e a metáfora, em vez de mero *ornamento*, um «instrumento de conhecimento *aditivo* e não *substitutivo*»<sup>47</sup>.

A nossa atenção incidirá sobretudo sobre metáforas e metonímias lexicalizadas ou convencionais, privilegiadas nos estudos de LC desde que Lakoff e Johnson verificaram que são, justamente, as metáforas e as metonímias convencionais «as que mais informação trazem sobre o sistema conceptual humano»<sup>48</sup>. A este ponto, talvez convenha esclarecer previamente o que entendemos por *lexicalização*:

A lexicalização consiste na adopção de um termo para designar algo de diverso do que é o seu referente imediato. A lexicalização pode incidir tanto sobre um lexema básico como sobre uma palavra composta ou derivada ou, até, sobre uma expressão mais complexa. Assim, com o sufixo *-inho* podem-se formar lexemas com um significado diverso do do lexema de base, isto é, que não se podem identificar com o referente do lexema de base meramente modificado pelo acréscimo do traço semântico da ‘pequenez’. ‘*Passarinho*’ e ‘*casaquinho*’, por exemplo, são termos que não implicam qualquer lexicalização, uma vez que um passarinho e um casaquinho são, simplesmente, um ‘pequeno pássaro’ e um ‘pequeno casaco’ (não excluindo todas as conotações afectivas que a perspectivação de algo como sendo um ‘ser pequeno’ pode implicar); pelo contrário, a ‘*manhãzinha*’ da expressão ‘*de manhãzinha*’ e a ‘*tardinha*’ de ‘*à/pela tardinha*’ não designam nem uma ‘pequena manhã’ nem uma ‘pequena

---

<sup>47</sup> ECO 1980, p. 192.

<sup>48</sup> BATORÉO 2004, p. 61.

tarde’, mas duas fases, dois momentos específicos da manhã e da tarde; e, do mesmo modo, as ‘calcinhas’ não são ‘pequenas calças’ mas ‘cuecas’.

O emprego de ‘*cor-de-laranja*’ como *ortónimo*<sup>49</sup> para uma cor particular configura (no que contrasta com ‘*verde*’ e ‘*azul*’, por exemplo) um outro tipo de lexicalização; e o mesmo sucede com o recurso a ‘*carro de assalto*’ para designar um tipo específico de veículo de combate (equipado de canhão e/ou metralhadora(s) e movido por lagartas).

Também as expressões metafóricas e metonímicas são frequentemente lexicalizadas, na medida em que já não são sentidas como “propriamente metafóricas” pelos falantes/ouvintes de uma língua: é o caso de ‘*pernas*’, em ‘*pernas da mesa*’, e de ‘*mesa*’, em ‘*mesa da assembleia*’, que só são percebidas como metáfora e metonímia, respectivamente, ao interno de um discurso metalinguístico que nem todos os utilizadores dessas expressões (e tantas outras do mesmo teor) estão em condições de fazer ou que nem sequer já notam, levados pela força do hábito. São exemplos, estes, de metáforas e metonímias *lexicalizadas*, ou *convencionais*, ou *catacréticas*.

Algumas destas metáforas convencionais, como é o caso de ‘*pupila*’, pressupõem uma incursão nos domínios diacrónicos da etimologia e da evolução semântica; o que de modo algum contrasta com os objectos e os métodos próprios da LC, uma vez que esta se opõe, por princípio, a tais compartimentações estanques, como observam Gaeta e Luraghi:

Também nisto a LC se distingue da Gramática Generativa: com efeito, aquela não considera a diacronia como uma dimensão completamente alheia à da análise estrutural sincrónica, mas antes procede à integração, de maneira indivisível, de ambos os planos<sup>50</sup>.

Também Hanna Batoréo se refere à indispensabilidade do aprofundamento dos tópicos analisados nos estudos de LC «num enquadramento da História da Língua», de acordo com a «convicção – defendida pela Linguística Cognitiva – de que os factores linguísticos de carácter sincrónico e diacrónico devem ser tomados em consideração de um modo integrado»<sup>51</sup>.

---

<sup>49</sup> No sentido atribuído ao termo em POTTIER 1993, a que já recorreremos no início do presente subcapítulo.

<sup>50</sup> GAETA/LURAGHI 2003b, p. 24.

<sup>51</sup> BATORÉO 2000, p. 672.

Um outro aspecto a que não podemos permanecer alheios é o das complexas relações conceptuais entre a metáfora e a metonímia, relações que a alguns linguistas cognitivos se afiguram de importância fundamental. Um exemplo desta perspectiva é-nos facultado pelo conceito de *metaftonímia*, elaborado por Louis Goossens e mais recentemente desenvolvido por Antonio Barcelona (ainda que este último não recorra directamente a esta específica designação)<sup>52</sup>. Aliás, já Heinrich Lausberg, nos seus *Elementos de Retórica Literária*, dava conta da interpenetração entre os dois processos conceptuais e expressivos, declarando que «os limites entre metáfora e metonímia são pouco nítidos»<sup>53</sup>. Umberto Eco, no seu artigo sobre a metonímia para a Enciclopédia Einaudi, antecipava, de certo modo, as considerações de Goossens e Barcelona: após ter definido a metonímia como «a substituição de um sema por um semema, ou vice-versa» e a metáfora como a substituição de «um semema por outro», Eco conclui que «as metáforas são metonímias que ignoram sê-lo, e que um dia passarão a sê-lo por completo»<sup>54</sup>.

Também Soares da Silva, referindo-se ao ensaio que Goossens dedicou à *metaftonímia*, informa que «este estudo sugere que mais frequentemente a metonímia funciona como motivação conceptual da extensão metafórica do que o inverso». E, na nota que dedica a esse passo, acrescenta – sublinhando, porém, o carácter polémico de tal hipótese – que «Barcelona (...) vai mais longe [do que Goossens], ao defender que *qualquer* metáfora (...) depende conceptualmente de uma metonímia»<sup>55</sup>.

Ainda que em ECO 1980 se aluda, como foi pouco antes referido, à comutação conceptual entre semas e sememas, e que as concatenações entre essas categorias semânticas também sejam evocadas em GREIMAS 1970 (p. 319), provavelmente não é um mero acaso que tais referências se não façam acompanhar de exemplificações concretas: a impressão que nos fica é a de que tais concatenações e comutações serão talvez pouco produtivas, se não mesmo

---

<sup>52</sup> Cfr. SILVA 2003, p. 32. O conceito é-nos também sugerido em LAKOFF/JOHNSON 1999, p. 58, onde se formula a metáfora primária SIMILARIDADE É PROXIMIDADE: com efeito, não nos podemos eximir de relacionar o conceito de PROXIMIDADE com o de CONTIGUIDADE; o qual é fundamental, por sua vez, na definição das relações conceptuais que designamos de *metonímicas*.

<sup>53</sup> LAUSBERG 1982, p. 162.

<sup>54</sup> ECO 1980, p. 225. E Bernard Pottier chegava a afirmar, alguns anos depois, que a metáfora não é senão uma «*métonymie associative libre*» (POTTIER 1993, p. 12).

<sup>55</sup> Cfr. SILVA 1997, p. 13 (e notas XIII e XIV, referentes ao parágrafo dessa página no qual a noção de *metaphonymy* é apresentada), e BARCELONA 2000c, p. 45, onde este investigador afirma que o Princípio de Invariância, fundamental aos mapeamentos propostos por Lakoff e por Fauconnier e Turner, entre outros, «can be interpreted as a metonymic constraint on metaphor».

impraticáveis. Os instrumentos analíticos que a LC nos proporciona talvez venham a permitir-nos, finalmente, uma clara compreensão e uma esquematização idónea das conceptualizações inerentes à metonímia e à metáfora e, conseqüentemente, das sobreditas concatenações profundas entre estes dois processos de elaboração conceptual e linguística. Vejamos, pois, em termos bastante simplificados, em que modo se pode conceber essa hipotética relação profunda entre metáfora e metonímia.

Baseando-se sumariamente, como vimos, os processos de identificação metonímica em relações de contigüidade, e os de identificação metafórica em relações analógicas, pode-se conceber a existência de um domínio superordenado que contenha todos os elementos que apresentem uma relação analógica com um dado conceito. Dentro desse domínio – e mesmo porque pertencem a um conjunto não aleatório –, todos esses elementos (analógicos) resultam, afinal, *contíguos* e, como tal, investidos, tanto no que diz respeito ao conceito estruturante como entre si, de uma relação metonímica.

Estas reflexões configuram muito mais do que uma mera intuição, mas ainda se não chegou, que saibamos, a uma sua discriminação lógica clara, completa e esquematicamente acessível<sup>56</sup>. Para as ilustrar de forma minimamente satisfatória, servir-nos-emos, por agora, de um exemplo elementar mas que cremos suficientemente elucidativo.

Pode-se manifestar a viva estima para com uma pessoa com a qual se mantêm relações de familiaridade, e do desejo de a concretizar através do contacto físico, com um *‘Deixa-me abraçar/apertar esses ossos!’*; expressão em que, obviamente, *‘esses ossos’* implica ‘a totalidade física’ de quem é alvo de tanto afecto (e ainda que, na prática, o acto de *‘abraçar/apertar’* não envolva mais do que o tórax, os braços e os ombros do objecto de semelhantes efusões). Dito isto, parece não restarem dúvidas de que a expressão implica, portanto, uma metonímia. Por sua vez, uma asserção como *‘Aquela rapariga é só ossos/é toda ossos’*, já pode suscitar hesitações quanto à sua legítima inclusão no âmbito da metáfora ou da metonímia. Por fim, *‘Aquela rapariga é um esqueleto’* já não parece suscitar dúvidas quanto à circunstância de nos encontrarmos perante uma expressão de carácter metafórico. Basta, no entanto, pensarmos no primeiro

---

<sup>56</sup> Mas que para tal se tende, ao nível das mais interessantes investigações dos últimos anos, é algo que bem demonstra o parágrafo dedicado em SILVA 2006 (p. 205) às «extensões metonímico-metafóricas» que o autor relevou nos casos de *‘ir embora’* e *‘deixar’*.

exemplo, *‘Deixa-me abraçar/apertar esses ossos!’*, para nos apercebermos de que esta última metáfora possui um evidente fundo metonímico.

Os três exemplos acabados de apresentar, à luz da análise mínima a que os sujeitámos, parecem apontar, portanto, para a existência de um *continuum* nos processos de conceptualização, da metonímia para a metáfora. Esperamos que o desenvolvimento do presente trabalho possa vir a fornecer outros exemplos da mesma correlação e, eventualmente, uma mais profunda reflexão sobre os mecanismos mentais que lhe são subjacentes.

## 2. Delimitação do campo de análise

Este trabalho desenvolver-se-á em torno dos conceitos centrais de *embodiment* e de *embodied self*, o que implica uma reflexão sobre as relações entre o *‘corpo’* e o *‘espírito’* (ou a *‘mente’*, ou a *‘alma’*, consoante os modelos de conceptualização implicados)<sup>57</sup> e o *‘corpo’* e a *‘individualidade’*. Serão ainda objecto de análise algumas das ocorrências linguísticas em que a referência ao corpo ou, até, a actividades fisiológicas, se apresenta investida de uma carga polissémica: das referências ao corpo humano em si, considerado no seu conjunto e na sua relação com o *Eu*, e de um espectro relativamente reduzido, do ponto de vista tópico, mas significativo – esperamos – de referências linguísticas a partes concretas do corpo ou à sua funcionalidade.

A análise incidirá sobre unidades lexicais básicas referentes às partes do corpo seleccionadas – *‘cabeça’*, *‘tronco’*, etc. –, sobre lexemas compostos – *‘menina-do-olho’*, etc. – e sobre outras construções sujeitas, em menor ou maior grau, ao processo da lexicalização: desde expressões da linguagem popular e familiar até às expressões aforísticas dos ditados populares. Quer isto dizer que a selecção lexical, no que concerne aos diversos níveis diastráticos e diafásicos, só excepcionalmente se focalizará sobre termos próprios da metalíngua científica (médica, por exemplo), pois que é fundamentalmente nos registos mais correntes que sobressaem as concepções culturais generalizadas acerca do corpo, como é natural que suceda. As específicas concepções culturais atinentes ao corpo, que

---

<sup>57</sup> Ou o *‘corpo’* contraposto a *‘espírito + mente + alma’*, ou a qualquer combinação binária dos termos desta última “tríade”, consoante os modelos culturais – ainda que o problema seja encarado de modo mais simplificado em muitas investigações de LC, como sucede em RADDEN 2000: «Body and mind, or body and soul, constitute, in our folk view, the two parts which constitute human» (p. 97).

condicionam a formação e o uso do léxico no Português Europeu, são particularmente veiculadas, pois, não só pelas lexias simples e complexas acabadas de exemplificar, e que são atinentes ao nível diastrático médio, mas também pelos ditados e pelas expressões eufemísticas referentes a partes do corpo e, até, pela linguagem insultuosa e obscena.

No que diz respeito ao nível diatópico, por sua vez – e não obstante tal circunstância já ter sido mencionada, ainda que marginalmente –, convém insistir sobre a circunstância de que o nosso estudo incidirá exclusivamente sobre o Português de Portugal: as eventuais alusões ao Português africano e brasileiro limitar-se-ão a expressões características destas variantes linguísticas que de algum modo já tenham sido assimiladas pelos lusofalantes portugueses.

### **3. Método e instrumentos de análise, linguagem adoptada**

Associámos neste ponto os elementos respeitantes ao método e aos instrumentos de análise com a caracterização do tipo de linguagem adoptada ao longo do trabalho, porque, como esperamos vir a demonstrar em seguida, as duas questões não podem ser separadas mas estão, pelo contrário, intimamente relacionadas.

O método adoptado esteia-se na análise das cadeias polissémicas implícitas aos diversos usos dos termos e das expressões consideradas, bem como na identificação e explicitação da sua eventual natureza metafórica ou metonímica e das metáforas ou metonímias conceptuais que lhes são subjacentes. Esse trabalho de análise envolverá, necessariamente, o recurso aos seguintes procedimentos: a discriminação sistemática das extensões semânticas dos lexemas seleccionados, tendo em conta a caracterização enciclopédica dos termos referentes às diversas partes do corpo; a determinação dos espaços mentais subjacentes à formação de metáforas e metonímias; o *profiling* das escolhas semânticas operadas sobre unidades conceptuais básicas, de acordo com as intencionalidades expressivas evidenciadas e com os contextos comunicativos que constituem o fundo de cada circunstância de uso.

Tal método é por natureza, pois, *analítico*, mas também *descritivo*, uma vez que só a descrição exhaustiva é apropriada à semântica cognitiva, a qual é

incompatível com quaisquer sistemas formais autónomos, como constata Ronald Langacker:

A meaningful description of *shortstop* or *sacrifice fly* is possible only granted substantial knowledge of the rules and objectives of baseball. The implications of this position are apparent: the full and definitive characterization of a semantic structure must incorporate a comparable description of its domain, and ultimately of the entire hierarchy of more fundamental conceptions on which it depends. Pushing things to their logical conclusion, we must recognize that linguistic semantics is not an autonomous enterprise, and that a complete analysis of meaning is tantamount to a complete account of developmental cognition. This consequence is terribly inconvenient for linguistic theorists imprinted on autonomous formal systems, but that is not a legitimate argument against its validity<sup>58</sup>.

Isso não invalida que recorramos na nossa análise – como aliás faz o próprio Langacker e todos os cultores da LC – a esquematizações e formalizações; mas tais esquematizações destinam-se a sintetizar parcialmente os elementos em análise, a facilitar a sua visão de conjunto e as eventuais comparações com outros domínios de análise: em suma, são basicamente *orientativos*, não *exaustivos*.

A possibilidade teórica de reduzir a realidade linguística a esquemas taxonómicos e a algoritmos transformacionais inscreve-se no que Lakoff e Johnson definem como “o mito do objectivismo”, mito gerador de certas distorções de perspectiva, das quais o linguista cognitivo se deve particularmente guardar. Lakoff e Johnson também nos advertem dos perigos do “mito do subjectivismo”, mas é, sem dúvida, o “mito do objectivismo” que mais facilmente e mais frequentemente se impõe em toda e qualquer empresa de carácter científico – e é isso que explica a muito maior extensão do capítulo de LAKOFF/JOHNSON 1980 que se ocupa dos *limites do objectivismo*, quando comparada com as poucas páginas do capítulo sucessivo, dedicado às *insuficiências do subjectivismo*<sup>59</sup>.

É justamente a atenção especial que nos devem merecer as insídias do “mito do objectivismo” que nos leva a não sentirmos a obrigação de procurar recorrer sistematicamente a uma linguagem pseudo-objectiva, expurgada de expressões figuradas (como se fosse possível falar, sem recorrer a metáforas ou metonímias...). É claro que uma linguagem afastada do nível *standard* prejudica a compreensão e, como tal, deve ser evitada, quer o desvio se verifique no

---

<sup>58</sup> LANGACKER 1990, p. 4.

<sup>59</sup> LAKOFF/JOHNSON 1980: respectivamente, os capítulos 27 (pp. 257-271) e 28 (pp. 273-275).

sentido de uma linguagem muito tecnicista quer no de uma linguagem excessivamente informal. Mas ambos os tipos de desvio são muitas vezes admissíveis, quando não, até, inevitáveis, como é o caso do recurso, aqui, à metalíngua própria do âmbito de estudos em que este trabalho se inscreve. Por outro lado, se uma linguagem excessivamente “colorida” é contraproducente, porque pode fazer com que a exuberância da forma acabe por prejudicar a boa compreensão da mensagem, isso não significa que uma linguagem “cinzenta” não seja igualmente “colorida”, à sua maneira (o cinzento também é uma cor...), nem que tal linguagem aparentemente neutra ofereça maiores garantias de uma genuína objectividade da informação que veicula. São observações, estas, a que Lakoff e Johnson dão o devido relevo, na sua listagem das crenças características do “mito do objectivismo”:

(...) As pessoas podem ser objectivas e falar objectivamente, mas só se usarem uma linguagem clara e precisamente definida, que seja simples e directa e que possa corresponder à realidade. Só assim falando é que as pessoas podem comunicar sobre o mundo exterior de modo preciso e fazer asserções que possam ser consideradas, objectivamente, ou verdadeiras ou falsas.

(...) A metáfora e os outros elementos característicos da linguagem poética, retórica ou figurada podem e devem ser sempre evitados no discurso objectivo, uma vez que os seus significados não são claros e precisos, não correspondendo à realidade de maneira evidente<sup>60</sup>.

Ora, uma vez que tais crenças são em grande parte infundadas, procuraremos fazer com que à pretendida fundamentação e clareza dos conceitos expostos corresponda uma forma expositiva condigna, morigerada: mas não nos deixaremos dominar pela preocupação de espalhar a nossa linguagem segundo os modelos retóricos da objectividade aparente.

#### **4. Constituição do *corpus***

São dois os tipos de *corpora* linguísticos que servirão de base à selecção das expressões a estudar: (1) dicionários correntes da língua portuguesa em suporte *scripto*, com uma especial incidência sobre CASTELEIRO 2001, FERREIRA 1986 e 1999 e COSTA/SAMPAIO E MELO 1999; (2) o acervo telemático do uso jornalístico da língua, sinteticamente conhecido como *Linguateca*, a consultar por ligação à *Internet*.

(3) Outras fontes

---

<sup>60</sup> *Op. cit.*, p. 230.

Além disso, sempre que tal for considerado oportuno, recorrer-se-á a textos jornalísticos mais recentes do que os já arquivados na *Linguateca* – cujos documentos registrados se atêm quase todos (pelo que sabemos) à última actualização documentada, datada de 29/8/2003.

Recorrer-se-á ainda, eventualmente, a outros acervos lexicográficos, impressos ou *on-line*, seja para o relevamento de ditados populares seja para o normal controlo das extensões polissémicas de todos e quaisquer lexemas que se repute pertinente trazer à colação.

Far-se-á igualmente recurso, sempre que tal se afigure útil, a grandes repositórios de documentos electronicamente disponibilizados, como o motor de pesquisa *Google*, ou a enciclopédias *on-line* de produção não convencional, como a *Wikipédia*.

No âmbito de análise que ultrapassa os limites do lexema isolado para compreender sintagmas recorrentes, *i. e.*, expressões fixas, lexicalizadas, que constituem um património expressivo da língua, poder-nos-emos servir também de fontes literárias, tanto portuguesas como estrangeiras – e estas últimas tanto no original como na sua tradução em Português –, sempre que tal recurso se revele pertinente. A literatura pode, com efeito, testemunhar usos correntes da língua, sejam estes mais ou menos formais ou, até, decididamente informais.

A perspectiva tendente a privilegiar a linguagem corrente, mesmo a menos formal, determinará ainda o eventual recurso a outras fontes populares de conhecimento que funcionam simultaneamente como *testemunhos* da elaboração de formas específicas da “sabedoria popular”, tais como as canções da actual música popular, próprias tanto do repositório musical nacional como daquele outro que hoje, em Portugal, mais prestígio tem (como, aliás, nas outras nações da Europa Continental), isto é, o anglo-americano.

## **5. Convenções gráficas, normas adoptadas nas citações, anexos**

As palavras e expressões assumidas como objecto de estudo serão apresentadas em itálico e entre plicas (aspas altas, simples), também estas em itálico. Os significados ou acepções das palavras ou expressões estudadas serão sempre transcritos em redondo e entre plicas. Os conceitos específicos – metáforas, metonímias, esquemas imagéticos – serão transcritos em versaletes.

Os passos de obras que tiverem sido consultadas em Inglês ou em Francês serão sistematicamente citados nessas línguas, sem qualquer tradução. Os passos de obras consultadas em Italiano (quer se trate de obras escritas em Italiano ou de obras consultadas na sua tradução italiana) serão sistematicamente vertidos em Português, em traduções de que é responsável o autor destas páginas. O Italiano só será mantido se o contexto em que se integra a citação requerer a manutenção da língua original.

As referências bibliográficas das citações seguirão o modelo evidenciado na bibliografia final. Os artigos e volumes impressos e os documentos *on-line* citados como fontes de interesse secundário, ou que sejam citados apenas num caso isolado, verão as suas referências bibliográficas remetidas exclusivamente para as notas de rodapé.

Os documentos excessivamente longos para a sua reprodução no texto impresso encontram-se arquivados no CD-ROM em anexo, onde são designados como *Documento 1*, *Documento 2*, etc., – numeração que corresponde à respectiva ordem de comparência da primeira referência aos mesmos, no texto da dissertação. O arquivo de documentos em CD-ROM destina-se, por um lado e como já foi dito, a disponibilizar textos excessivamente longos para comparecerem no texto da dissertação propriamente dita, mas cuja consulta é, em muitos casos, essencial para a completa compreensão do desenvolvimento da mesma. Por outro lado, optou-se por recolher no CD-ROM alguns documentos que de outra forma seriam de difícil acesso aos leitores, ou que implicariam pesquisas (nomeadamente, na *Net*) mais ou menos morosas, as quais, assim, se podem evitar. O CD-ROM contém, ainda, alguma documentação inédita, exclusiva dos nossos arquivos pessoais e que consideramos igualmente atinente.

## **6. Hipóteses iniciais**

A nossa grande hipótese de fundo implica um postulado inicial: que os mecanismos neurofisiológicos da percepção e da conceptualização – estudados por Merleau-Ponty e, na sua esteira, pelos neurólogos, pelos psicólogos e pelos linguistas que actualmente perfilham a tese do *full embodiment* – influenciam as escolhas linguísticas, determinando modos de expressão que tanto poderão ser universais como particulares a cada uma das línguas.

A hipótese básica que daí derivamos é a seguinte:

(1) que a intuição dos falantes, a experiência de si próprios como uma individualidade, a experiência pessoal do próprio corpo e a influência do meio físico e cultural anteciparão, provavelmente, alguns dos resultados experimentais das modernas Ciências Cognitivas. Esse conhecimento empírico dos próprios mecanismos cognitivos deve transparecer, de algum modo, nas expressões da língua que implicam referências ao *Eu*, ao corpo e às suas partes.

(2) Uma segunda hipótese, que os pressupostos metodológicos adoptados e as observações preliminares fazem prever e esperamos vir a comprovar, é a de que a polissemia e as conceptualizações metafóricas e metonímicas são inerentes e essenciais à linguagem – e, conseqüentemente, ao Português Europeu –, não se reduzindo, portanto, a uma espécie de elementos “enriquecedores” mas não *indispensáveis*.

(3) Sendo muito provável que o *embodiment* constitua uma condição determinante que supera amplamente os limites do organismo humano, e incluindo o mesmo – ainda que de forma algo vaga, ao menos por agora – todo o complexo *ecológico* representado, por sua vez, tanto pelo ambiente natural como pelo meio sociocultural, é de prever que a natureza *embodied* da mente se reflecta na produção da linguagem e, nomeadamente, na das metáforas e metonímias.

No que diz respeito ao *embodiment* “restrito”, ou *organísmico*, e sendo os seres humanos basicamente idênticos, deste ponto de vista, é também de esperar (3.a) que essa homogeneidade da espécie se reflecta na produção de metáforas e metonímias que se poderão ter por *universais*.

Por outro lado, a vertente “generalizada” ou *ecológica* do *embodiment* faz prever (3.b) que muitas outras metáforas e metonímias apresentem um maior ou menor grau de diversidade, consoante as sociedades consideradas e as estruturas conceptuais que lhes são próprias – constructos culturais que deverão ter um papel decisivo no recorte particular dos recursos expressivos próprios da língua que, nesse meio social, se impõe como a *materna*.

(4) Uma quarta hipótese, esteada igualmente nos pressupostos metodológicos e nas observações linguísticas apresentadas ao longo da presente introdução, é a de que os processos de conceptualização metafórica e metonímica se encontram – muitas vezes, se não mesmo sempre – profundamente

interligados, a um nível superordenado, demonstrando-se, afinal, interdependentes.

## II. *Embodiment*: um termo guarda-chuva<sup>61</sup>

### 1. Para a desambiguação do conceito de *embodiment*

*Embodiment* e *embodied* são termos empregados, na LC, num sentido muito específico. Estes termos ingleses são particularmente susceptíveis de equívocos interpretativos, e o mesmo sucede com as suas traduções nos trabalhos que se ocupam desse particular sentido cognitivo de *embodiment/embodied*, em diversas línguas europeias. Por exemplo, no caso do Português Europeu, as traduções mais generalizadas para este par de termos são *corporização/corporizado*<sup>62</sup>. Insistimos sobre o facto de que as expressões originais inglesas *embodiment* e *embodied* já encerram em si a possibilidade de confusão entre os diversos sentidos que as mesmas podem assumir, em diversos contextos discursivos – sentidos que chegam a ser até, por vezes, francamente antitéticos; mas o sentido em que um estudioso da LC emprega *embodiment* e *embodied* não deveria dar lugar a dúvidas; pelo menos após a leitura, por exemplo, de VARELA/THOMPSON/ROSCHE 1993.

O inglês *embodiment* presta-se a um uso que podemos classificar, *grosso modo*, como *platonizante*: se algo se encontra *embodied*, na acepção básica do termo – que podemos traduzir praticamente à letra com *incorporado* ou *incarnado* –, isso quer dizer que *vem de fora do corpo* e que *nele se instala*. Ora, não há nada que as Neurociências tendam a negar mais veementemente do que a hipótese de que a mente “habite” simplesmente o corpo, como um hóspede deste: quando os neurólogos, os filósofos da linguagem e os linguistas cognitivos falam de *embodiment*, referem-se a um sistema de relações entre o corpo e a mente diametralmente oposto ao que acabámos de descrever, e decididamente inconciliável com este.

Isso não quer dizer que, no âmbito das Neurociências, não se recorra por vezes a figuras imaginárias, destituídas de um corpo propriamente dito. É o que

---

<sup>61</sup> Tradução da expressão inglesa *umbrella-word*, na esteira da tradução italiana *termine ombrello*, adoptada, por exemplo, em VIOLI 2003, p. 59.

<sup>62</sup> Por exemplo, em SILVA 2006, pp. 59 e 133, ou em VILELA 2002, p. 37.

se passa com o constructo do “homunculóide”. Esta fantasia pode parecer-nos, ao fim e ao cabo, uma variante das imagens tradicionais da *mente*, da *psique*, da *alma* ou, até, da *consciência moral*, tal como esta é personificada no “Grilo Falante” de *Pinóquio* ou no par de pequenos seres, o *anjo* e o *diabo*, que nos desenhos animados americanos admoestam ou incitam personagens como Daffy Duck ou Bugs Bunny. Isso não invalida, porém, que o referido “homunculóide” seja um elemento operativo necessário a certas especulações sobre a natureza da experiência consciente<sup>63</sup>. Ora, o que parece cada vez mais claro é que, se se levarem até às últimas consequências essas experiências especulativas, centradas na presença hipotética de um observador “homunculóide” dentro do encéfalo, se chega inevitavelmente à conclusão de que uma entidade desse tipo, «que não tenha o corpo de um animal», de modo algum poderia «compreender a natureza privilegiada da experiência consciente»<sup>64</sup>: «o nosso bizarro homunculóide não poderia *experienciar* os processos que presumimos poderia seguir»<sup>65</sup>. É esta convicção que configura, afinal, o conceito-tese do *embodiment*.

Para que o substantivo *embodiment* e o adjectivo *embodied* se possam libertar dos significados impróprios a que se prestam, e que já atrás evocámos, tentemos sintetizar, agora, o que por tais termos entendem um epistemólogo como Varela, um filósofo como Thompson e uma psicóloga como Rosch, no já referido *The Embodied Mind* (VARELA/THOMPSON/ROSCHE 1993).

---

<sup>63</sup> Cfr. EDELMAN 2005, pp. 82-83.

<sup>64</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>65</sup> EDELMAN 2005, p. 92. Algo de semelhante se passa com a especulação em torno a outra figura hipotética, a do *zombie* «[no] denominado argumento *zombie* dos filósofos» (EDELMAN 2005, p. 87). Este *zombie* seria, aliás, praticamente o *contrário* do *homunculóide*, mas o resultado da especulação sobre uma e outra destas duas quimeras seria invariavelmente o mesmo: com a espécie de “consciência objectiva” de um observador mecânico mas sem as impressões sensoriais corpóreas que lhe seriam próprias, «o homunculóide não poderia nunca vir a conhecer como é ser um humano consciente» (EDELMAN 2005, p. 82); por outro lado, estando activos, no *zombie*, todos os processos neurais do denominado Centro Dinâmico (que podemos identificar, se bem que parcialmente, com o Centro Talamocortical), mas não se operando nele a subsequente *transformação fenomenal* dos ditos processos neurais, «o *zombie* não saberia como é ser um humano consciente e não poderia efectuar as necessárias discriminações de modo idêntico às de um ser humano» (EDELMAN 2005, p. 88).

## 2. Enquadramento teórico

Na introdução a VARELA/THOMPSON/ROSCH 1993, os autores do volume confessam-se reconhecidamente devedores de Maurice Merleau-Ponty, no que concerne à adopção do conceito de *embodiment*:

We hold with Merleau-Ponty that Western scientific culture requires that we see our bodies both as physical structures and as lived, experiential structures—in short, as both “outer” and “inner”, biological and phenomenological. These two sides of embodiment are obviously not opposed. Instead, we continuously circulate back and forth between them. Merleau-Ponty recognized that we cannot understand this circulation without a detailed investigation of its fundamental axis, namely, the embodiment of knowledge, cognition, and experience. For Merleau-Ponty, and for us, *embodiment* has this double sense: it encompasses both the body as a lived, experiential structure and the body as the context or milieu of cognitive mechanisms [*cit.*, pp. XV-XVI].

What we are offering in this book is thus a new lineage of descent from the fundamental intuition of double embodiment first articulated by Merleau-Ponty [*cit.*, p. XVII].

Num passo em que aludem à *embodied reflection*, os autores adiantam a seguinte explicação para o recurso que aí fazem ao adjectivo *embodied*: «By *embodied*, we mean reflection in which body and mind have been brought together» (*cit.*, p. 27). Quanto à noção de *embodiment*, *tout-court*, é-nos apresentada nos seguintes termos, num parágrafo em que se fala do modelo de Filosofia que os autores designam como *Continental*<sup>66</sup> e no qual se atribui um particular relevo às especulações epistemológicas de Heidegger e de Gadamer: «...knowledge depends on being in a world that is inseparable from our bodies, our language, and our social history—in short, from our *embodiment*» (*cit.*, p. 149).

Varela, Thompson e Rosch consideram a cognição como uma forma de *embodied action*, conceito que explicam do seguinte modo:

Let us explain what we mean by this phrase *embodied action*. By using the term *embodied* we mean to highlight two points: first, that cognition depends upon the kinds of experience that come from having a body with various sensorimotor capacities, and second, that these individual sensorimotor capacities are themselves embedded in a more encompassing biological, psychological, and cultural context [*cit.*, pp. 172-173].

---

<sup>66</sup> Classificação que pressupõe uma dicotomia básica, segundo a qual a Filosofia se bifurca em *Analítica*, por um lado, e *Continental*, justamente, pelo outro. Os filósofos analíticos são os que dependem da tradição lógico-epistemológica anglo-saxónica, e os continentais são os que, de um modo ou de outro, se podem qualificar genericamente como *historicistas*, como esclarece Paolo Becchi, na sua *Presentazione* de JONAS 1999.

Não nos pode passar despercebida a circunstância de que nestas últimas citações o conceito de *embodiment* se apresenta significativamente alargado, em relação ao modo como o mesmo era formulado na citação inicial deste subcapítulo: os autores passaram a encarar o conceito de *embodiment* como algo que se estende **muito para além das “fronteiras” do corpo**. Esta nova abrangência arrasta consigo implicações de peso decisivo, para o futuro das Ciências Cognitivas. Para um mais completo esclarecimento do conceito de *embodiment* como relação mente-corpo, por um lado, e, por outro, da sua aceção alargada ao ambiente circunstante – tanto *natural* como *cultural* –, será útil passarmos a considerar um artigo posterior a *The Embodied Mind* (i. e., a VARELA/THOMPSON/ROSCH 1993), redigido por um dos autores desse mesmo livro.

Em 2000, a revista «Pluriverso» publicava um artigo de um dos membros do seu Conselho Científico, Francisco Varela, intitulado “Quattro pilastri per il futuro della scienza cognitiva”<sup>67</sup>. Nesse artigo, o primeiro dos *pilastri* em questão era, precisamente, o *embodiment*<sup>68</sup>. Cremos conveniente parafrasear, aqui, uma parte desse primeiro capítulo do artigo de Varela, citando alguns fragmentos do mesmo, traduzidos do Italiano para o Português e tendo o cuidado – por razões que se tornarão claras em seguida – de manter o original *embodiment*, no lugar do termo italiano que a tradutora italiana lhe preferiu, ou de qualquer outro que poderíamos ter escolhido como seu equivalente, em Português:

Varela opõe-se à concepção ainda hoje dominante sobre a mente, não só entre o grande público como no seio da comunidade científica, baseada na “metáfora do computador”, segundo a qual a mente é uma espécie de *software* de que o cérebro e o corpo, no seu conjunto, constituem o *hardware*. A perspectiva que Varela adopta, em contraste com esta, é justamente a facultada pela teoria do *embodiment*, segundo a qual «a mente emerge de um processo de reprodução imediata, indissolúvelmente vinculada a um corpo que é activo, que se move e

---

<sup>67</sup> VARELA 2000. O artigo – cujo título, em Português, seria “Quatro pilares para o futuro da ciência cognitiva” – foi traduzido do Inglês para o Italiano por Maria Laura Ferrari. Não se conhece, porém, qualquer edição do texto original inglês: mesmo os estudiosos de língua inglesa, quando se lhe referem, se vêem na contingência de citarem a versão italiana.

<sup>68</sup> Os outros três “pilares” seriam a *emergência*, a *intersubjectividade* e a *circulação* (termo com o qual o autor designa, antes do mais, a correlação complementar e não-dualista entre a análise científica da mente, por um lado, e, por outro, a análise fenomenológica da experiência pessoal que a mente nos proporciona).

que enfrenta o mundo». Este ponto de vista propicia o que ele designa como «o ponto-chave do *embodiment*», isto é, a assunção do princípio da «co-determinação do interno e do externo», que passaremos a explicar, servindo-nos frequentemente das suas próprias palavras.

A perspectiva adoptada por Varela e pela maior parte dos actuais investigadores, no âmbito das Ciências Cognitivas, implica como corolário aquilo que o neurocientista chileno considera como a sua pessoal «primeira palavra-de-ordem», a saber, a asserção de que «a mente não está na cabeça». Esta asserção implica o princípio da *co-emergência*, pelo qual tudo aquilo que definimos como “objecto” – cadeiras, mesas, pessoas, rostos, etc. – emerge da nossa própria actividade, da nossa manipulação sensoriomotora: «nós e os objectos co-emergimos, co-derivamos».

Varela ilustra o conceito da co-emergência com o exemplo, hoje considerado um “clássico”, dos dois gatinhos recém-nascidos metidos numa cesta<sup>69</sup>. Por dois meses, permitiu-se a um deles que saísse todos os dias da cesta, por alguns minutos, e que deambulasse pela sala, enquanto ao outro não era concedido que explorasse o espaço circunstante. Ambos os gatos eram sãos e filhos da mesma ninhada. Quando foram finalmente soltos, o primeiro corria, brincava e interagia com os objectos de modo absolutamente normal, mas o outro comportava-se como se fosse completamente cego: não reconhecia os objectos, contra os quais ia continuamente esbarrar, caía desamparado das escadas, etc. Como Varela sublinha, daqui não se pode inferir que «os gatos vêm com as patas» mas deve-se concluir, porém, que «o espaço (...) é completamente inseparável da circunstância de ser manipulado num modo sensoriomotor».

A cognição é, pois, não só *embodied* mas também *enactiva*, isto é, dependente do modo como interagimos com os objectos e com o ambiente. O princípio do *embodiment* enactivo implica que a mente não está nem “dentro da cabeça”, portanto, nem “fora” dela, mas antes «neste não-lugar da co-determinação do interno e do externo» em que «não nos é dado distinguir entre o

---

<sup>69</sup> Esta experiência já tinha sido exposta em VARELA/THOMPSON/ROSCHE 1993, pp. 174-175, mas com pormenores que se destacam sensivelmente dos da descrição proporcionada em VARELA 2000. Só se poderá saber qual das duas versões melhor corresponde à experiência efectivamente realizada se – ou *quando* – se nos proporcionar a possibilidade de consultar o artigo de R. Held e A. Hein “Adaptation of disarranged hand-eye coordination contingent upon re-afferent stimulation”, publicado no n.º 8/1958 de «Perceptual-Motor Skills», pp. 87-90 (referência que não nos é fornecida no artigo de Varela aqui parcialmente transcrito mas que consta, pelo contrário, em VARELA/THOMPSON/ROSCHE 1993).

que “está dentro” e o que “está fora”», e que a mente não pode ser concebida como separada da totalidade do organismo, uma vez que o cérebro está «intimamente ligado a toda a musculatura, ao esqueleto, aos intestinos, ao sistema imunitário, aos equilíbrios hormonais e assim por diante».

Este modo de ver, e de nos vermos, nega qualquer pertinência às especulações baseadas na possibilidade teórica de cultivar “cérebros em imersão”, desligados do respectivo corpo: «se um cérebro pudesse manter-se vivo nessas circunstâncias, a sua actividade neural seria de todo incoerente, pois não poderia ter a funcionalidade de quanto efectivamente faz, a constante relação com o corpo e com o ambiente, que lhe dá sentido»<sup>70</sup>.

O último parágrafo da paráfrase precedente parece dever conduzir-nos, no debate da aturada questão das relações entre a mente e o corpo, à substituição do conceito de *corpo* com o de *organismo*; o que já constitui, a nosso ver, um “progresso terminológico” – ainda que Varela pareça ignorar ou menosprezar a noção de *organismo* proposta por Hans Jonas<sup>71</sup>, com a qual este procurava explicar a relação mente-corpo sem incorrer na “velha armadilha” das fracturas dualistas<sup>72</sup>.

O conceito de *organismo* demonstra-se adequado a sugerir inter-relações, não só entre órgãos mas, até, entre diversos organismos; o conceito de *CORPO*, por sua vez, parece mais tendente a *totalizar* o material biológico do indivíduo, reduzindo as complexas inter-relações do organismo, e entre organismos, a um conjunto articulado mas algo mecânico de partes, membros, órgãos. A substituição do conceito de *corpo* com o de *organismo* parece, aliás, mais

---

<sup>70</sup> Também António R. Damásio se refere a esta «experiência filosófica imaginária conhecida por <cérebro no tanque>», a pp. 235-236 de DAMÁSIO 1996, adiantando críticas à mesma que não diferem substancialmente das de Varela.

<sup>71</sup> No entanto, a recuperação «*versus* o dualismo cartesiano [de] uma concepção de tipo aristotélico, essencialmente teleológica», característica da “biologia filosófica” de Jonas, tem muitos pontos em comum com a perspectiva sistémica de Humberto Maturana e de Francisco Varela: cfr. a já referida *Presentazione* de Paolo Becchi a JONAS 1999, pp. XVIII-XIX.

<sup>72</sup> JONAS 1999. A história deste livro e, sobretudo, a dos **títulos** atribuídos ao mesmo em diversas edições, campo em que se tem vindo a verificar uma concorrência e um confronto cerrados entre a proposta do termo *Leben* e a de *Organismus* – indo a preferência pessoal de Jonas para este último termo –, é bem documentada na já citada edição italiana, a pp. XXI. A questão pode parecer secundária mas não o é, porque reflecte o problema da não-indiferença – filosófica, teológica, ideológica e até política, por vezes – dos termos escolhidos, mesmo quando estes são apresentados como eminentemente “técnicos” ou “de recurso”, e, portanto, o problema da intencionalidade inerente às preferências assumidas nessas escolhas terminológicas por editores, tradutores ou outros “interlocutores privilegiados” dos textos: e é esse, na verdade, o problema de fundo que preside à elaboração do presente capítulo.

adequada às perspectivas abertas pela mais recente investigação científica, que tende a identificar a unidade biológica que cada um de nós representa com um *super-organismo* – *i. e.*, com um pequeno *ecossistema*, habitado por bilhões de micro-organismos, sem os quais não poderíamos sequer alimentar-nos e sobreviver; o que nos permite afirmar, sem sombra de exagero, que o *super-organismo* que é o ser humano adulto é constituído por *micro-organismos* **em cerca de 90%** do seu património genético global, e que só 10% dos genes que nele se concentram é próprio de um animal superior – reduzindo-se a menos de 4% desses 10% o material genético propriamente *humano*. Todos estes dados têm vindo a ser apurados e confirmados, nos últimos tempos, pelas revolucionárias pesquisas genéticas empreendidas por Craig Venter e pela sua equipa do TIGER (*The Institute for Genomic Research*)<sup>73</sup>; mas também já em plena época vitoriana a intuição poética de Samuel Butler, sustentada por uma sólida preparação científica, lhe tinha permitido chegar a conclusões semelhantes:

Who shall say that a man does see or hear? He is such a hive and swarm of parasites that it is doubtful whether his body is not more theirs than his, and whether he is anything but another kind of ant-heap after all. (...)

It is said by some that our blood is composed of infinite living agents which go up and down the highways and byways of our bodies as people in the streets of a city<sup>74</sup>.

Mas é o reparo contido no último parágrafo citado do artigo de Varela – «não devemos esquecer que [a co-determinação do interno e do externo] se refere tanto ao ambiente externo como ao próprio corpo» – que principalmente importa para o enquadramento que estamos procurando dar ao conceito de *embodiment*, uma vez que aí se afirma inequivocamente a necessidade de não reduzir, sequer, o âmbito de aplicação do conceito de *embodiment* à relação corpo-mente, mas de antes o alargar às relações do *conjunto corpo-mente* com o *ambiente externo*. Essa perspetivação encontrava-se já claramente expressa nos trechos das pp. 149 e 172-173 de *The Embodied Mind* (VARELA/THOMPSON/ROSCHE 1993), citados quase no início do presente capítulo; trechos nos quais – note-se bem – a noção de *ambiente externo* não se limitava ao chamado *ambiente natural* mas implicava, ainda, o *ambiente cultural*.

---

<sup>73</sup> Cfr. a tal propósito COYAUD 2006.

<sup>74</sup> BUTLER 2004, cap. XXIV.

Deparamo-nos, pois, com dois tipos de *embodiment* neurocognitivo ou neurofenomenológico:

(1) um *embodiment* “restrito” que implica, no dizer de Patrizia Violi, «a profunda radicação do pensamento na própria carne»<sup>75</sup> – radicação que já era sugerida no título de um livro de Lakoff e Johnson, *Philosophy in the Flesh* (LAKOFF/JOHNSON 1999): na verdade, esse *in the flesh* pode ser traduzido em Português com ‘*em carne e osso*’ – e esta expressão metafórica infunde perfeitamente a noção de que o *embodiment* “restrito” significa que o corpo e a mente ‘*são unha com carne*’, para usar outra metáfora corrente portuguesa;

(2) um *embodiment* “generalizado” que implica tanto a interacção entre o encéfalo e o (resto do) corpo – o *embodiment* “restrito” – como a interacção entre o corpo e o ambiente, considerado, este último, nas suas duas dimensões básicas, a *natural* e a *social*.

Os dois tipos de *embodiment*, o *generalizado* e o *restrito*, encontram-se intimamente associados, ainda, aos conceitos de ENACÇÃO (a qual é, no fundo, como já tivemos ocasião de ver, *embodied cognition*) e de EMERGÊNCIA – os quais implicam uma perspectiva filosófica decididamente *materialista*<sup>76</sup>, que no entanto nada tem de *mecanicista*. Não é um acaso, aliás, que uma das poucas concepções religiosas que não só se não choca com esta perspectiva cognitiva mas que consegue, até, dialogar frutuosamente com ela, é a representada pelo Budismo<sup>77</sup>. Contrariamente, em ambientes culturais como o português e o italiano – onde o peso da ideologia cristã, e sobretudo católica, é considerável, se não mesmo determinante – multiplicam-se as traduções “tendencialmente platonizantes” do termo *embodiment*: certamente involuntárias, em muitos casos; mas, talvez, nem sempre.

Em parte, a confusão entre o “*embodiment* platonizante” e o “*embodiment* materialista” era já sugerida pelas expressões originais francesas empregues por Merleau-Ponty, as quais deram azo, por sua vez, às equívocas traduções inglesa, italiana e portuguesa de que temos vindo a falar. Com efeito, *embodiment* é uma tradução pouco feliz da – já de per si equívoca – *incarnation* de Merleau-Ponty.

---

<sup>75</sup> VIOLI 2003, p. 58.

<sup>76</sup> Ainda que este termo filosófico não caia nas simpatias dos investigadores norte-americanos – e, com efeito, em *The Embodied Mind* não cremos que se encontre uma só vez –, é precisamente disso que se trata.

<sup>77</sup> Veja-se, a tal propósito, todo o décimo capítulo de VARELA/THOMPSON/ROSCH 1993, pp. 217-235.

Que as traduções portuguesas ou italianas do inglês *embodiment* seguissem as eventuais traduções precedentes, nas mesmas línguas, da *incarnation* de Merleau-Ponty – mantendo, assim, o étimo já presente no francês *incarnation* –, é uma operação que à primeira vista não pode deixar de parecer não só legítima como, ainda, de todo adequada. Mas as coisas não são bem assim, porque a *incarnation* de Merleau-Ponty é muito mais polissémica do que os seus aparentes “equivalentes directos” em Português e em Italiano, *encarnação/incarnação* e *incarnazione*.

O termo francês sugere, aparentemente, os mesmos significados que os seus decalques ou “equivalentes imediatos” nas outras duas línguas românicas consideradas. Com efeito, são estes os dois sentidos que são comuns a *incarnation*, *encarnação/incarnação* e *incarnazione* nos dicionários das respectivas línguas: 1) o *encarnar-se/incarnar-se* como *entrar na/descer dentro da carne*, que tem o seu caso mais típico na ideia cristã da “instalação” do *Verbo* divino num corpo humano; 2) a extensão desse conceito que permite que o termo designe, também, a *personificação*: ‘*Ela é a Virtude incarnada*’ = ‘*Ela é a personificação da Virtude*’ = ‘*Ela é a Virtude em pessoa*’. Mas é necessário sublinhar que os termos *incarnation/incarné* têm um terceiro sentido em Francês, que é o dos nossos *encravar-se/encravado*: ‘*J’ai une ongle incarnée*’ dever-se-ia traduzir, respectivamente, com ‘*Ho un’unghia incarnita/incarnata*’ ou com ‘*Tenho uma unha encravada*’. Ora, é esse sentido “médico” que Merleau-Ponty usava, extensivamente, em *Phénoménologie de la perception*, onde o termo não continha o menor resquício da noção de *descer* ou *penetrar* no corpo, *vindo de fora* (e, sobretudo, *de cima*), que os termos equivalentes forçosamente evocam, em Português ou em Italiano. Esse sentido do ‘*descer* ou *penetrar* no corpo’ constitui, aliás, o exacto contrário da *incarnation* de Merleau-Ponty e do *embodiment* dos neurocientistas de língua inglesa.

O termo *incarnation* comparece, pela primeira vez, no *avant-propos* de *Phénoménologie de la perception*:

Le *Cogito* jusqu’à présent dévalorisait la perception d’autrui, il m’enseignait que le Je n’est accessible qu’à lui-même, puisqu’il me définissait par la pensée que j’ai de moi-même et que je suis évidemment seul a en avoir au moins dans ce sens ultime. Pour qu’autrui ne soit pas un vain mot, il faut que jamais mon existence ne se réduise à la conscience que j’ai d’exister, qu’elle

enveloppe aussi la conscience qu'on peut en avoir et donc mon incarnation dans une nature et la possibilité au moins d'une situation historique<sup>78</sup>.

É natural que uma mentalidade de cunho idealista<sup>79</sup>, platonizante, eventualmente cristã, se possa sentir inclinada a traduzir o *incarnation/incarné* de Merleau-Ponty com *incarnazione/incarnato*, *incarnação*, *encarnação/incarnado* (ou *incorporação/incorporado*), por tendência espontânea e inconsciente ou até, talvez, por escolha deliberada. Que o *incarnation/incarné* de Merleau-Ponty seja uma extensão metafórica do sobredito *sentido "médico"*, é algo que resulta claro no trecho do *avant-propos* de *Phénoménologie de la perception* que acabámos de citar. Mas, para que não possam subsistir dúvidas sobre a aceção atribuída a tais termos na obra em questão, cite-se outro seu trecho no qual o sentido de *incarné* é ainda mais claramente incompatível com quaisquer interpretações de cariz idealista:

L'existence corporelle qui fuse à travers moi sans ma complicité n'est que l'esquisse d'une véritable présence au monde. (...) Je peux bien m'absenter du monde humain et quitter l'existence personnelle, mais ce n'est que pour retrouver dans mon corps la même puissance, cette fois sans nom, par laquelle je suis condamné à l'être. (...) Si donc nous disons que le corps à chaque moment exprime l'existence, c'est au sens où la parole exprime la pensée. (...) ... le corps exprime l'existence totale, non qu'il en soit un accompagnement extérieur, mais parce qu'elle se réalise en lui. Ce sens incarné est le phénomène central dont corps et esprit, signe et signification sont des moments abstraits<sup>80</sup>.

Passemos agora aos aspectos práticos que, no caso presente, se concentrarão na problemática da tradução das aceções "restrita" e "generalizada" do *embodiment*.

### 3. Como traduzir o *embodiment* das Ciências Cognitivas

Que não deixa de ser problemática a tradução do *embodiment* para outras línguas, quando se trata da aceção complexa que o termo adquire nas Ciências Cognitivas, é algo de que já se dera bem conta a tradutora para Italiano do artigo de Varela (VARELA 2000) de que antes nos ocupámos; e isto, ao ponto de –

---

<sup>78</sup> MERLEAU-PONTY 1945, p. VII.

<sup>79</sup> Para nos darmos conta do materialismo filosófico de Merleau-Ponty, basta qualquer artigo que lhe seja dedicado numa boa enciclopédia ou numa História da Filosofia. A sua persistente batalha em prol da eliminação de «toute espèce d'idéalisme» (MERLEAU-PONTY 1945, p. VIII) é patente tanto no *avant-propos* de MERLEAU-PONTY 1945 como ao longo de toda esta sua obra.

<sup>80</sup> MERLEAU-PONTY 1945, p. 193.

certamente levada pela consciência da insuficiência e, até, da insidiosa distorção ideológica activada pela tradução proposta – ter deixado o termo original inglês entre parênteses, logo a seguir à sua tradução. Foi o que fez logo no título do capítulo de VARELA 2000 atrás parafraseado – que em «Pluriverso» era “Il punto chiave dell’incarnazione (*embodiment*)” (“O ponto-chave da incarnação (*embodiment*)”) – e no parágrafo final desse mesmo capítulo<sup>81</sup>.

Demonstram a mesma preocupação as tradutoras portuguesas do livro de António Damásio *Descartes’ Error – Emotion, Reason and the Human Brain*, Dora Vicente e Georgina Segurado, que também fazem seguir ao termo *incorporação* o original *embodiment*, entre parênteses:

É muito provável que a mente não seja concebível sem *incorporação* (*embodiment*), uma noção que tem lugar de destaque nas propostas teóricas de George Lakoff, Mark Johnson, Eleanor Rosch, Francisco Varela e Gerald Edelman, e, evidentemente, nas nossas próprias<sup>82</sup>.

Para que não restem dúvidas sobre a pertinência – e sobre a necessidade absoluta, até – deste tipo de discriminações semânticas, se quisermos reduzir ao mínimo as margens de equívoco interpretativo no seio dos trabalhos de investigação científica, pontualize-se que o uso dos termos *embodiment* e *embodied*, nos seus sentidos primários de “‘incorporação’ enquanto ‘(re)incarnação’” e de “‘incarnado’”, se encontram também em estudos linguísticos que se podem considerar “de vanguarda”. É o que acontece, por exemplo:

(1) numa passagem dum artigo de Yael Ravin e Claudia Leacock em que as autoras se referem à teoria “clássica”, aristotélica, do significado:

A modern linguistic **embodiment** of the classical approach is found in the rationalist and intensionalist theory of semantics developed by Katz and Fodor (1963) and later refined in Katz (1972)<sup>83</sup>;

(2) numa passagem de um artigo de Anna Wierzbicka, em que a autora se refere à noção subjacente ao inglês *emotion* como a uma «characteristic combination of three components (related to feeling, thinking and body)», já que

---

<sup>81</sup> VARELA 2000, p. 39: «Così, in breve, questo è il primo punto chiave dell’incarnazione (*embodiment*)» (*Em poucas palavras, é este, pois, o ponto-chave da incarnação* (*embodiment*)).

<sup>82</sup> DAMÁSIO 1996, pp. 240-241.

<sup>83</sup> Yael Ravin e Claudia Leacock, “Polysemy: An Overview”, in RAVIN/LEACOCK 2002 (pp. 1-29), p. 8 (negrito nosso).

«in fact it [*i. e.*, essa <characteristic combination>] **embodies** a concept which is itself an artifact of the English language»<sup>84</sup>.

Não se pode vetar a ninguém – o que inclui, obviamente, os linguistas que acabamos de citar – o emprego de *embodiment* e de *to embody* nessas acepções, cuja legitimidade não está em questão: basta que se possa saber, sem margem para equívocos, que são *esses* os sentidos “em jogo”, no documento que estamos consultando ou no discurso que estamos ouvindo. Nos casos dos exemplos precedentes, aliás, *embodiment* não poderia ter outro significado senão o de ‘incarnação’, ‘manifestação’, e *to embody* o de ‘personificar’, ‘dar forma concreta a’, visto o contexto específico em que se integra cada um dos termos. O que já nos parece pouco adequado, porque sugere uma perspectiva *platonizante* da relação entre o corpo e a mente, é o estabelecimento de pretensas “equivalências semânticas” entre o *embodiment* e vocábulos tais como *incorporação*, *incarnação*, *corporização*, etc., em contextos nos quais o termo *embodiment* deveria exprimir, pelo contrário, a radicação material – social, ambiental e corpórea – de todos e quaisquer processos cognitivos.

Isabella Blum, a tradutora da única edição italiana de *The Embodied Mind* (VARELA/THOMPSON/ROSCH 1993)<sup>85</sup>, conseguiu resolver egregiamente o problema da tradução de *embodiment/to embody/embodied*, como se pode desde logo perceber pela leitura da inicial *Advertência do tradutor*:

Nel testo originale inglese ricorrono i (...) termini (...) *embodiment, to embody, embodied* (...).

(...) volendo mantenere anche in italiano il riferimento diretto all’idea di corpo (*body*), e non essendo però adeguato il calco diretto dall’inglese all’italiano (per es.: *embodiment* si tradurrebbe incorporamento), **in accordo con gli autori**, abbiamo diversificato la traduzione a seconda dei contesti e dei casi: corporeità, radicamento nel corpo, incarnato/disincarnato<sup>86</sup>...

---

<sup>84</sup> WIERZBICKA 1999, p. 24 (negrito nosso).

<sup>85</sup> *La via di mezzo della conoscenza. Le scienze cognitive alla prova dell’esperienza*, indicado na bibliografia – e daqui por diante – como VARELA/THOMPSON/ROSCH 1992.

<sup>86</sup> VARELA/THOMPSON/ROSCH 1992, p. 7. Negritos nossos – tanto no trecho citado como na sua tradução, que passamos a apresentar (tendo mantido o original italiano no corpo do texto, ao contrário do que é nossa norma, em virtude da sua natureza específica de *nota à tradução italiana* de um original em Inglês):

«No texto original inglês surgem com frequência os (...) termos (...) *embodiment, to embody, embodied* (...).

«(...) pretendendo manter também em Italiano a referência directa à ideia de corpo (*body*), e não sendo adequado, porém, o decalque directo do Inglês (por exemplo, traduzindo *embodiment* com *incorporamento*), diversificámos a tradução – **para o que previamente nos acordámos com os autores** – consoante os contextos e os casos específicos: *corporeità, radicamento nel corpo, incarnato/disincarnato*...».

O par antitético *incarnato/disincarnato* é correctamente aplicado, aí, nos casos em que os autores do livro se referiam precisamente à crença – culturalmente marcante, mas que lhes é de todo alheia – numa mente *desincarnada* e que, por conseguinte, se poderia eventualmente *incarnar*<sup>87</sup>.

Dos equívocos provocados, quase sempre (isto é, em todos os outros casos que não são assimiláveis aos apresentados nos parágrafos imediatamente precedentes), por versões como *incorporação*, *incarnação*, *corporização*, etc., bem se guarda igualmente Patrizia Violi, no seu fundamental ensaio “Le tematiche del corporeo nella Semantica Cognitiva” (VIOLI 2003), onde *embodiment* e *embodied* são empregues no original inglês ao longo de todo o artigo.

As edições de *The Embodied Mind* noutras línguas que não a original merecem, no entanto, ainda um pouco da nossa atenção – e não iremos, de qualquer modo, além das suas versões italiana e francesa. Em relação à edição italiana, acabámos de nos referir ao modo como nela se procedeu, conscienciosamente, à tradução de *embodied*, e das outras palavras com a mesma raiz lexical, recorrendo a diversos termos, consoante o contexto em que surgem; mas não devemos ficar-nos por aí: um outro aspecto digno de consideração é o do título atribuído ao livro de Varela/Thompson/Rosch, tanto em Italiano como em Francês.

Em Italiano, preferiu-se contornar os aspectos problemáticos suscitados pelo título – quer pela sua difícil tradução quer, provavelmente, pelo “desconforto” que o próprio conceito de *embodiment*, em si, provoca ainda a uma parte significativa da *intelligentzia* do país. É bastante significativo, cremos, que na edição italiana se tenha optado por substituir uma expressão “forte” como *The Embodied Mind*, eventualmente tida como polémica, com uma expressão aparentemente conciliatória, *La via di mezzo della conoscenza* (*A Via Intermédia do Conhecimento*). Apesar de perfeitamente justificada no âmbito da perspectiva budista, que os autores do livro reconhecem muito compatível com a da Neurofenomenologia, a escolha de uma expressão que invoca uma *via intermédia* parece sugerir ao eventual leitor, à primeira vista, uma atitude morigeradora, tendente, talvez, a alguma espécie de tranquilizante “solução de compromisso” (seja qual for o problema em questão).

---

<sup>87</sup> Como sucede, por exemplo, a pp. 51-53 da edição italiana (VARELA/THOMPSON/ROSCH 1992), e a pp. 27-28 da original inglesa (VARELA/THOMPSON/ROSCH 1993).

O título da edição francesa de *The Embodied Mind* é, por sua vez, *L'inscription corporelle de l'esprit*<sup>88</sup>, com o que se põe claramente o acento sobre o “sentido restrito” que atrás definimos para o conceito neurofenomenológico de *embodiment*. É certo que se deixou de parte, com essa solução, a acepção “generalizada” do termo – mas a restrição do sentido é compreensível, porque quase inevitável, se se pensa na complexidade e, até, na *vagueza* que caracterizam essa mesma acepção “generalizada”.

Para além do pormenor não despreciando de os franceses não terem um termo como *mente/mind* e deverem recorrer a *esprit*, o que mais importa, para o nosso caso, é a equivalência, inteligente e eficaz, que na versão francesa do título se estabeleceu entre “*embodiment* restrito” e *inscription corporelle*. E os franceses até teriam mais motivos “historicistas” do que quaisquer outros para decalcarem *embodied* com *incarné*, uma vez que esse decalque seria, no fundo, uma *restituição*: não esqueçamos que *embodied* traduz o *incarné* de Merleau-Ponty, afinal, como já antes tivemos ocasião de observar.

Que soluções se nos afiguram mais apropriadas, então, para substituir da maneira mais adequada *embodied* e *embodiment*, nos estudos cognitivos redigidos em Português, ou nas traduções portuguesas de textos em Inglês (ou noutras línguas) em que tais termos comparecem? Uma solução é fazer como Patrizia Violi em VIOLI 2003, deixando-os em Inglês. Porém, tendo em conta que também o original inglês se presta a leituras distorcidas – e que, por outro lado, não nos parece deontologicamente aceitável criticar uma escolha tradutiva, se não se apresentam, em seguida, alternativas válidas para a mesma –, abalançamo-nos a propor as seguintes traduções:

(1) Para o “*embodiment* restrito”, *radicação corpórea* ou *condicionamento somático*; e para *embodied*, *radicado no corpo*, ou

---

<sup>88</sup> *L'inscription corporelle de l'esprit*, Paris, Seuil, 1993. Por agora, não podemos conhecer mais nada sobre a tradução francesa do livro de Varela/Thompson/Rosch senão o título, uma vez que residimos em Pisa e que – segundo o *site* do *Istituto Centrale per il Catalogo Unico* – o único exemplar disponível, numa biblioteca pública italiana, se encontra na Universidade de Turim. O primeiro contacto – e único, por ora – com esta edição francesa foi indirecto, pois que a encontrámos referida na *Introduzione* de Massimiliano Capuccio a CAPPUCCIO 2006, onde este professor de Filosofia afirma, inclusivamente (p. 58, nota 8), que a versão francesa do texto é «mais completa» do que a original. Essa alegada superioridade é confirmada por Domenico Jervolino, o qual, em “Ricoeur: la fenomenologia della memoria e il confronto con le scienze cognitive” (CAPPUCCIO 2006, pp. 397-407), esclarece (na nota 15 à p. 405) que «a edição francesa apresenta enriquecimentos e modificações substanciais, em relação à precedente edição americana».

*somaticamente condicionado*. Uma outra válida alternativa tradutiva ocorre numa das respostas de Patrizia Violi, na entrevista por ela concedida a Giulia Piredda para o «Giornale di Filosofia»<sup>89</sup>, onde a semióloga bolonhesa recorre à expressão *ancoraggio corporeo*<sup>90</sup>, que podemos traduzir à letra em Português – e com um resultado igualmente satisfatório – como *ancoragem corpórea* (ou *corporal*).

(2) Para o “*embodiment* generalizado”, a problemática complexidade do conceito nada de melhor nos sugere do que um composto como *radicação sómato-eco-social* ou a expressão *radicação somática, física e social* (tomando *física* na sua acepção etimológica básica de ‘natural’); ou, talvez melhor, ainda, *radicação sómato-ecológica*. Quanto ao adjectivo *embodied*, na mesma acepção “generalizada”, as possibilidades que nos parecem mais cabais são as de – na linha da última sugestão para a tradução de *embodiment* – nos atermos às fórmulas, necessariamente longas mas apropriadas, de *somática, física e socialmente radicado* ou *somática e ecologicamente radicado*.

---

<sup>89</sup> Revista *on-line*: <[www.giornaledifilosofia.net](http://www.giornaledifilosofia.net)>. A entrevista foi publicada em 13/7/06 e tem-se mantido sempre livremente consultável, a partir de então.

<sup>90</sup> Na p. 2 do documento, na forma segundo a qual este foi guardado no CD-ROM (*Documento 2*).

### III. A conceptualização do *Eu* no Português Europeu

#### 1. ‘*Hoje não estou em mim*’, ‘*Se eu estivesse no teu lugar...*’/‘*Se eu fosse a ti...*’

Em “Il sistema metaforico per concettualizzare il sé”<sup>91</sup>, George Lakoff lança a hipótese de uma divisão básica da individualidade humana, em termos conceptuais, entre um *Eu Profundo*, ou *Sujeito*, e um *Eu Superficial*. Este último seria constituído pelo corpo e por um *quid* de características, de difícil definição, que Lakoff procura esclarecer ao longo do ensaio<sup>92</sup>. A hipótese foi adoptada por George Lakoff mas deve-se a um outro Lakoff, Andrew de nome, e a Miles Becker, que em 1991 a formularam num trabalho para a Universidade de Berkeley, *Me, Myself and I*, que terá ficado por publicar<sup>93</sup>.

Os aspectos fragmentários e contraditórios da visão que temos do nosso próprio *Eu* já há muito se vinham impondo à reflexão de George Lakoff. Um dos seus primeiros trabalhos – *Counterparts, or The Problem of Reference in Transformational Grammar*, de 1968<sup>94</sup> – versava sobre a chamada *Hipótese da identidade de referência* que, no âmbito da Semântica Generativa, explica muitos dos usos que fazemos dos pronomes ditos *anafóricos*. Tal hipótese não faculta

---

<sup>91</sup> In LAKOFF/JOHNSON 2002, pp. 157-197 – edição original em Italiano. Sobre as relações “genéticas” entre este texto de Lakoff e outro ensaio da sua autoria, “Sorry, I’m Not Myself Today: The Metaphor System for Conceptualizing the Self”, publicado em FAUCONNIER/SWEETSER 1996, pp. 91-123, v. CASTANHO 2007.

<sup>92</sup> Seria interessante poder apurar se estes *Eu Profundo/Eu Superficial* se podem identificar com os *Core Self/Extended Self* de António Damásio. Por agora, porém, esta dicotomia só nos é conhecida através da referência que lhe faz J. Andrew Ross, na sua resenha do congresso nova-iorquino de 2002 dedicado ao tema *The Self: From Soul to Brain*; resenha que foi publicada em «Journal of Consciousness Studies», Ano X, n.º 2/2003, pp. 67-85, p. 78 (também disponível *on-line*). Para saber se a correspondência proposta tem ou não razão de ser, seria necessário aceder à comunicação de Damásio, publicada nas Actas do dito congresso: Joseph LeDoux/Jacek Debiec/Henry Moss (organização), *The Self: From Soul to Brain*, New York, The New York Academy of Sciences, 2003 – mas, segundo o Catálogo Único das bibliotecas italianas, em Itália só existe um exemplar desta publicação, na Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de Pádua.

<sup>93</sup> Como indicado em LAKOFF/JOHNSON 2002, p. 160, nota 3.

<sup>94</sup> Um trabalho elaborado para a Harvard University, que permanece por publicar mas cuja reprodução circula no *Indiana University Linguistics Club*: v. LAKOFF/JOHNSON 2002, p. 157.

uma explicação cabal, porém, para todas as circunstâncias de emprego dos ditos *pronomes anafóricos*. É a constatação que decorre da análise de certos pares de frases, como o constituído por ‘*If I would be You, I would hate me*’ / ‘*If I would be You, I would hate myself*’. Lakoff apercebe-se, com efeito, de que o conjunto das fórmulas lógicas que lhe ocorrem, para analisar rigorosamente todos os possíveis significados do referido par de expressões, estão bem longe de poderem esgotar, afinal, as possibilidades relacionais que as mesmas podem implicar. O impasse é, segundo o linguista americano<sup>95</sup>, uma directa consequência da já referida dicotomia básica *Eu Profundo* ou *Sujeito (the Subject)* / *Eu Superficial* ou *Ego (the Self)*. O Sujeito é o centro da consciência e da racionalidade e está sediado *dentro* do Ego, que lhe serve de contentor e é uma espécie de *sítio* (ou *sito*) que compreende o nosso corpo, as nossas emoções e aquela parte de nós – visível, manifesta – que actua no mundo. Em princípio, deve ser o *Eu Profundo* a controlar o *Eu Superficial*. Quando isso não acontece, diz-se, por exemplo, que uma pessoa se encontra ‘*fora de si*’<sup>96</sup>.

Mas há diversos *Eus Superficiais*: quando uma pessoa fala do seu *verdadeiro Eu*, quase sempre se refere àquele particular *Eu Superficial* cujos valores são compatíveis com os do *Eu Profundo*. As outras pessoas que rodeiam aquele indivíduo podem considerar, no entanto, que outros aspectos menos positivos da personalidade dele – um outro seu *Eu Superficial*, do ponto de vista dele próprio – representam, na verdade, o seu *Eu Profundo*. É este último *Eu Superficial* que se traduz na *imagem social* do indivíduo. O *Eu Profundo* pode ser, em si, socialmente negativo, e mascarar-se através dum *Eu Superficial* socialmente aceitável<sup>97</sup>. ‘*Ser coerente consigo próprio*’, ‘*enganar-se a si próprio*’ são expressões que implicam a acção do *Eu Superficial*, que no primeiro caso se adequa ao *Eu Profundo* e no segundo se rebela contra este, e com sucesso, invertendo a hierarquia pressuposta entre ambos<sup>98</sup>.

Daqui se podem deduzir as metáforas conceptuais do *Eu Superficial como Companheiro*, seja este último um “*Par*” ou um *Servidor*. O *Eu*

---

<sup>95</sup> *Ibid.*, p. 174-5.

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 174-7. Note-se que, para Freud – na esteira de quanto já dizia Herbert Spencer a tal propósito, nos seus *Princípios de Sociologia* –, expressões como este ‘*estar fora de si*’, ou o ‘*tornar em si*’ de quem desperta de um desmaio, decorreriam simplesmente da habitual separação conceptual entre ‘*corpo*’ e ‘*espírito*’. ‘*Estar fora de si*’ e ‘*tornar em si*’ significariam assim, *grosso modo* e respectivamente, que o espírito sai do próprio corpo ou retorna dentro deste: cfr. FREUD 1969, pp. 136-137.

<sup>97</sup> *Ibid.*, pp. 182-3.

<sup>98</sup> *Ibid.*, pp. 183-4.

*Superficial como “Par”* está implícito em expressões como ‘*combato comigo próprio*’, ‘*comprometo-me comigo próprio (a fazer isto ou aquilo)*’, etc.<sup>99</sup>. O *Eu Profundo* como *Amo* e o *Eu Superficial* como *Servo* é, por sua vez, a estrutura subjacente em expressões como ‘*estou zangado/desiludido comigo próprio*’ ou ‘*devo obrigar-me a concluir o trabalho*’<sup>100</sup>. O *Eu Profundo* domina, em princípio, o *Eu Superficial*, e os diversos aspectos deste último são conceptualizados como diversos *Eus*. O controlo que o *Eu Profundo* exerce sobre o *Eu Superficial* é conceptualizado, por sua vez, em termos de relações espaciais, baseadas no esquema da VERTICALIDADE (o primeiro em cima, o segundo em baixo), por exemplo, ou no esquema do CONTENTOR/ CONTEÚDO (o primeiro, como CONTEÚDO, dentro do segundo)<sup>101</sup>.

Mas o sistema de metáforas, altamente estruturado, com o qual concebemos a nossa própria individualidade e os seus diversos elementos constitutivos, apresenta implicações dos respectivos mapeamentos que são contraditórias entre si. Essa incoerência é notória em diversos pares de metáforas conceptuais, ao interno do sobredito sistema. Um bom exemplo de tal situação, entre os muitos possíveis, é o do contraste entre a metáfora do EU INTERIOR e a de O MEU VERDADEIRO EU: a primeira implica que o “Verdadeiro Eu” é algo de *interno* e *escondido*, enquanto que a segunda implica um “Verdadeiro Eu” *externo* e *visível*. Para que possamos compreender em que medida se contradizem as duas metáforas acabadas de mencionar, é necessário que primeiro as caracterizemos, ainda que sumariamente:

Segundo Lakoff, a metáfora de O MEU VERDADEIRO EU implica que «the “real” self is normally the visible, public self rather than the hidden, private self»<sup>102</sup>, o que pode ser exemplificado com enunciados como ‘*I’m not myself today*’ ou ‘*That wasn’t the real me yesterday*’<sup>103</sup>. Por sua vez, a metáfora do EU INTERIOR implica que «it is the inner self which is real and the outer self which is false»<sup>104</sup>: uma discriminação valorativa culturalmente enraizada para a qual apresenta, como exemplos ilustrativos, as frases ‘*Her sophistication is a facade*’

---

<sup>99</sup> *Ibid.*, pp. 189-90

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 190.

<sup>101</sup> *Ibid.*, p. 193.

<sup>102</sup> G. Lakoff, “Sorry, I’m Not Myself Today: The Metaphor System for Conceptualizing the Self”, in FAUCONNIER/SWEETSER 1996, pp. 91-123, p. 108.

<sup>103</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 107.

<sup>104</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 108.

e *'You've never seen what he's really like on the inside'*<sup>105</sup>. Ora, estas duas diversas concepções do que seja o “Verdadeiro Eu”, subjacentes a cada uma das metáforas em questão, são incompatíveis entre si, e Lakoff chama a nossa atenção para isso, ao referir-se nestes termos à referida metáfora do EU INTERIOR: «This conception of a hidden, inner self is not consistent with the Real-Me metaphor»<sup>106</sup>.

Esta espécie de *incoerência* é familiar aos antropólogos culturais que estudam o universo simbólico, pois que o símbolo – o símbolo na sua acepção de signo motivado e necessariamente polissémico, entenda-se – se caracteriza justamente pela sua ambiguidade. Lakoff e Johnson já reconheciam a existência de uma semelhante relação de incoerência entre as diversas metáforas conceptuais em *Metáfora e Vida Quotidiana* (LAKOFF/JOHNSON 1980), trabalho que praticamente lançou aquelas novas perspectivas sobre a metáfora e a sua fundamental importância linguística que hoje são um dos marcos fundadores da LC. Essa incoerência traduz-se na incompatibilidade entre diversas metáforas conceptuais, igualmente indispensáveis à estruturação do nosso raciocínio e da nossa visão do mundo – uma incompatibilidade que Lakoff e Johnson consideram praticamente “orgânica” e, afinal, essencial a uma integração satisfatória do indivíduo no meio ambiente:

Há uma boa razão para que os nossos sistemas conceptuais disponham de metáforas incompatíveis para o mesmo conceito. A razão é que não há nenhuma metáfora que possa executar a tarefa de modo completo: cada uma delas disponibiliza uma certa compreensão de um aspecto do conceito e esconde outros aspectos. Operar só com base num conjunto coerente de metáforas significa esconder muitos aspectos da realidade. Para agir com sucesso nas nossas vidas quotidianas, parece ser necessária uma passagem contínua de uma metáfora a outra. O uso de muitas metáforas que são incompatíveis entre si parece ser-nos necessário à compreensão dos detalhes da nossa existência quotidiana<sup>107</sup>.

Uma das mais importantes questões levantadas por esta nova consciência das diversas conceptualizações do Eu, nem sempre coerentes entre si, que presidem às nossas acções quotidianas, parte da divisão proposta, desde o início de “Il sistema metaforico per concettualizzare il sé” (LAKOFF/JOHNSON 2002, pp. 157-198), entre o *Eu Profundo*, ou *Sujeito*, e o *Eu Superficial*, ou *Ego*: se tanto

---

<sup>105</sup> *Id., ibid.* O nosso linguista apresenta, em seguida, dois casos particulares da metáfora do EU INTERIOR nos quais a relação entre o “Eu Interior” e o “Eu Exterior” é diversa da acabada de explicitar, mas por agora deverá bastar-nos a metáfora *genérica* do EU INTERIOR, que é aquela de que presentemente nos estamos ocupando.

<sup>106</sup> *Id., ibid.*

<sup>107</sup> LAKOFF/JOHNSON 2004, p. 269.

essa divisão como o sistema metafórico dela decorrente forem válidos (o que não é garantido), sê-lo-ão só para um tipo específico de cultura – neste caso, o sistema cultural inglês e anglo-americano – ou para vários? O autor não arrisca, expressamente, a hipótese de que o sistema seja universal, mas alude explicitamente à validade do mesmo para a cultura dita *ocidental*, no seu todo. Lakoff sublinha, ainda, que o sistema japonês da conceptualização do *Eu* é praticamente idêntico ao nosso, o que «sugere que estas metáforas reflectem uma real experiência humana»<sup>108</sup>: afirmação que, no contexto, parece pretender relançar – não sem algumas reservas, como se pode notar pela ambiguidade da expressão adoptada – a hipótese da validade universal do dito sistema conceptual.

O que particularmente nos interessa é que o Português Europeu implica um *embodiment linguístico* que sob certos aspectos é idêntico, e sobre outros é diverso do que está na base das emergências linguísticas dos idiotismos do Inglês, atrás reportados. Assim, as noções expressas com o *'I'm not myself today'*, de Lakoff<sup>109</sup>, e o *'Oggi non sono me stesso'*, da versão italiana do seu artigo<sup>110</sup>, em Português também se podem exprimir com um *'Eu hoje não sou eu próprio'*, absolutamente em linha com os enunciados acabados de reportar, nas outras duas línguas trazidas à colação. Mas resultaria ainda mais espontâneo, em Português, o recurso a *'Hoje não estou em mim'*, para exprimir o mesmo conceito ou a mesma situação mental/existencial.

*'Hoje não estou em mim'* distingue-se das expressões inglesa e italiana acima reproduzidas, antes do mais, pelo facto de implicar o esquema conceptual do CONTENTOR: o *Eu Profundo* é concebido como habitualmente *contido* dentro do *Eu Superficial*, mas às vezes parece que *se ausenta*. Temos, assim, dois *Eus* (pelo menos, porque já vimos que, segundo Lakoff, existem diversos *Eus Superficiais*); e não é o *Eu Superficial* que detém o comando, pelo menos em circunstâncias normais, ainda que seja ele que *contém* o *Eu Profundo* (o que poderia dar-nos a sugestão, neste caso errónea, de que o *continente* tem uma espécie de primazia sobre o *conteúdo*): o *Eu Profundo* encontra-se como que *dentro* do *Eu Superficial*, é verdade, mas é o primeiro que comanda

---

<sup>108</sup> LAKOFF/JOHNSON 2002, p. 196; FAUCONNIER/SWEETSER 1996, p. 118.

<sup>109</sup> No título do seu artigo em FAUCONNIER/SWEETSER 1996 e depois no texto do mesmo artigo, a pp. 99 e 107.

<sup>110</sup> V. LAKOFF/JOHNSON 2002, pp. 170 e 181.

habitualmente o segundo, do mesmo modo que é o *conteúdo*, o automobilista, que guia o *continente*, *i. e.*, o carro<sup>111</sup>.

Se tomarmos agora em consideração as expressões ‘*If I were you*’/‘*Se io fossi in te*’, notaremos já uma significativa discrepância construtiva – e conceptual – entre a formulação inglesa e a italiana; discrepância que se acentua, ou pelo menos ganha um recorte decididamente diferente, no Português ‘*Se eu estivesse no teu lugar*’ – e ainda mais na variante popular/familiar ‘*Se eu fosse a ti*’.

Assim, nas expressões que neste momento estamos comparando, o anglófono pressupõe uma *assimilação* completa, uma *identificação* integral dos sujeitos, a nível conceptual: se tomarmos o ‘*you*’ de ‘*If I were you*’ como o *sujeito A* e o *I* do mesmo sintagma como o *sujeito B*, o *Eu* do *sujeito A* é substituído pelo *Eu* do *sujeito B*, nos enunciados que começarem com esta expressão. Por sua vez, ‘*Se io fossi in te*’ de modo algum pressupõe uma identificação, mas antes uma *instalação* (temporária?) do *sujeito B* dentro do *sujeito A*. A expressão portuguesa, pelo contrário, não pressupõe nem *identificações* nem *hospedagens*. Segundo o esquema conceptual inerente à expressão, os *Eus* não são nem *equivalentes* nem *encaixáveis um no outro*: no máximo, um deles pode *ocupar o espaço* reservado ao *Outro*, substituindo-o no contexto em que este último se inseria. O mais que um português crê poder fazer, portanto, é *pôr-se no lugar do Outro*, e então apreciar, desse ponto de vista que é “novo” para ele, ou pelo menos *diverso*, os eventos ou as situações: não “com os olhos do Outro”, mas com os seus próprios olhos – ainda que tentando sujeitar o seu acto de observar à perspectiva que é *a própria* (ou melhor, *a que ele julga própria*) do *Outro*.

Mas devemos convir que a conclusão a que acabamos de chegar, sobre a conceptualização equiparável, em Português, às do Inglês e do Italiano que expusemos, de modo algum soluciona o assunto definitivamente: é preciso não esquecer que existe um enunciado alternativo para ‘*Se eu estivesse no teu lugar*’, que é aquele ‘*Se eu fosse a ti*’ já antes referido como de uso popular e familiar. ‘*Se eu estivesse no...* (+ pronome possessivo) *lugar*’ implica, como *affordances* combinatórias, tanto ‘*teu*’ como ‘*vosso*’ ou ‘*seu*’; e é de considerar, ainda, o sintagma ‘*Se eu estivesse...*’, seguido das *affordances* combinatórias ‘*no lugar*

---

<sup>111</sup> Como já tínhamos constatado antes, na esteira das considerações formuladas por Lakoff em LAKOFF/JOHNSON 2002, p. 193, e em FAUCONNIER/SWEETSER 1996, p. 116.

*dele/dela/deles/delas*. Mas resulta duvidoso se a expressão ‘*Se eu fosse a ti*’ é uma construção que permite, ou não, a referência a outros *sujeitos A* (segundo a classificação proposta no parágrafo precedente) que não o designado anaforicamente com ‘*tu*’ ou com o seu plural ‘*vocês*’: ‘*Se eu fosse a vocês*’ é concebível e utilizável, mas hesitamos quanto à provável aceitabilidade, ou não, das expressões ‘*Se eu fosse a ele/ela/eles/elas*’.

A questão central, que aliás nos resulta insolúvel – pelo menos de momento –, é saber se o significado de ‘*Se eu fosse a ti*’ é, efectivamente, ‘*Se eu fosse tu*’, ou não. Com efeito, não é certo que \*‘*ser a ti*’ equivalha conceptualmente a ‘*ser tu*’: é igualmente concebível a possibilidade de que este ‘*a ti*’ represente um *desvio intencional* em relação a ‘*tu*’, uma “clivagem” de ‘*tu*’ mais destinada a exprimir o ‘*pôr-se no lugar do Outro*’ do que a ‘*identificação com o Outro*’.

Assim, ‘*Se eu fosse a ti*’, ‘*Se eu fosse a ele/ela*’ tanto poderiam reflectir uma completa (se bem que imaginária) *troca de pessoas* como o mero *pôr-se no lugar do Outro*. Mas, se o sujeito B é singular e o sujeito A é plural, só a segunda interpretação faz sentido: ‘*Se eu fosse a vocês*’, ‘*Se eu fosse a eles*’, ‘*Se tu fosses a nós*’, ‘*Se tu fosses a eles*’ não podem significar que o sujeito B se identifica com o sujeito A, mas tão-somente que se põe no lugar deste.

Note-se ainda a inaceitabilidade – ou, pelo menos, assim nos parece – dos hipotéticos \*‘*Se ele fosse a mim*’, \*‘*Se ele fosse a ti*’, ainda que obedçam às mesmas condições estruturais dos exemplos imediatamente precedentes. Por sua vez, as construções hipotéticas \*‘*Se eu fosse a nós*’, \*‘*Se tu fosses a vocês*’, \*‘*Se ele fosse a eles*’ parecem a tal ponto aberrantes que não podem sequer servir para exprimir a colocação do sujeito B no lugar do sujeito A.

O assunto merece um aprofundamento que não estamos em condições de levar a cabo, de momento; mas aqui ficam, desde já, as premissas para uma sua futura exploração exaustiva.

## 2. O conceito psiquiátrico de *embodiment*: uma sua aplicação na análise do *corpus*

Na Psiquiatria, o conceito de *embodiment* pode ser muito diverso do que definimos no âmbito da LC. Um significativo exemplo disso é-nos proporcionado por *The Divided Self* de Ronald Laing (LAING 1965), um ensaio que abalou profundamente as convicções tradicionais acerca da esquizofrenia. O psiquiatra trata directamente o conceito de *embodiment* entre as pp. 65 e 84 do seu livro: as pp. 65-77 constituem todo o Cap. 4 (o primeiro da *Parte II*), intitulado “The embodied and unembodied self”, e as pp. 78-84 são a parte inicial do Cap. 5, intitulado “The inner self in the schizoid condition”.

Nesses dois segmentos contíguos de *The Divided Self*, Laing dá mostras de ter adoptado o pressuposto segundo o qual as noções de *corpo* e de *mente* são praticamente universais – ou que o são, pelo menos, na chamada *Cultura Ocidental*. Como pressuposto, pode parecer de uma obviedade lapalissiana: estamos em crer que mais ou menos todos nós nos concebemos como constituídos por uma mente e um corpo – se é que não passamos deste esquema bipolar para outros mais complexos, em que aparecem outros elementos a opor ao corpo tais como a *alma* e o *espírito*<sup>112</sup>. Nessa conceptualização bipolar nada há, portanto, de anormal, quanto mais de patológico. Mas há dois modos básicos para conceptualizarmos, por sua vez, a relação entre esses dois elementos, isto é, entre o corpo e a mente: dois paradigmas experienciais em oposição entre si e entre os quais é necessário escolher, indo engrossar necessariamente, assim, as fileiras das *embodied persons* ou das *unembodied persons*.

É a este ponto que se torna necessário distinguir o conceito de *embodiment*, tal como o mesmo é entendido e empregue em LAING 1965, daquele que nos é familiar, no âmbito da LC. Com efeito, o seu conceito de *embodiment* pode coincidir tanto com a acepção “materialista” como com a acepção

---

<sup>112</sup> Esta conceptualização bipolar da natureza humana traduz-se, na mentalidade predominante no âmbito da cultura ocidental de raiz cristã, na oposição *corpo-alma*. De acordo com tal concepção, o *espírito* é já um elemento a considerar, em boa parte, como sobre-humano, pois que constitui a “centelha divina” presente em cada indivíduo. A tricotomia *corpo-alma-espírito* é bastante rara em S. Paulo, por exemplo, que geralmente se limita a focalizar, nas suas epístolas, o corpo, ou a alma, ou ambos. Só em I Tessalonicenses 5: 23 o “apóstolo dos gentios” refere explicitamente a tricotomia corpo-alma-espírito (*soma, psyché, pneuma*), como sublinha *La Bible de Jérusalem*, no comentário que dedica ao passo em questão.

“idealista”: não interessa se o indivíduo sente o corpo como *produtor* da mente ou se sente o corpo como *hospedeiro* da mente; para que o indivíduo seja considerado *embodied* por Laing, basta que se considere a si próprio como uma entidade que *começa* com o corpo e *acaba* com este (LAING 1965, p. 66).

O problema essencial a que o conceito cognitivo de *embodiment* procura dar resposta é o da ordem de emergência de cada um dos elementos, isto é, se é a mente que emerge do corpo ou se é o corpo que emerge da mente – e a primeira destas duas “respostas”, ou hipóteses, é a defendida no âmbito das actuais Ciências da Cognição. Mas o problema que mais interessa aos psiquiatras, em geral, e a Laing, em particular, não é esse. A este nível de análise psiquiátrica, tanto faz que seja um elemento ou o outro a emergir primeiro. É um pouco o que sucede com o sistema ptolomaico e o sistema copernicano: para a resolução de certos problemas básicos, como o da determinação da distância entre a Terra e o Sol, tanto faz que seja a primeira a girar à volta do segundo ou o segundo à volta da primeira... Tanto no que concerne aos sistemas heliocêntrico e geocêntrico como às pessoas ditas *embodied* e *unembodied*, as aplicações das duas possíveis relações de dependência entre os termos contrapostos só começam a divergir noutros tipos bem específicos de situações.

No fundo, sentir-se *embodied* ou *unembodied* são «two different ways of being human» e não se pode decidir que uma é a via “sã”, “boa”, e a outra não. Quase todos os actuais cultos cristãos, a começar pelo catolicismo, propugnam oficialmente uma visão do indivíduo como *embodied*, no sentido que Laing dá ao termo<sup>113</sup>. Mas os gnósticos, em bloco, recusavam qualquer possibilidade de identificação do indivíduo com o corpo que, na esteira dos estóicos, consideravam uma obscura prisão – e muitos cristãos de hoje também assim pensam ainda que, muito provavelmente, as igrejas a que pertencem não encorajem ou defendam essas convicções. O que interessa ao psiquiatra, sobretudo, é analisar em que medida é que cada uma destas duas maneiras de ver-se a si próprio influencia as relações do indivíduo com as outras pessoas e com o mundo<sup>114</sup>.

O que distingue basicamente, então, a *embodied person* da *unembodied person*, para Laing? – É que a *embodied person* sente que *está dentro do seu próprio corpo* e, até, que *é* (pelo menos, em parte) *o seu próprio corpo*:

---

<sup>113</sup> *Cit.*, p. 66 e nota.

<sup>114</sup> *Cit.*, p. 67.

The embodied person has a sense of being flesh and blood and bones, of being biologically alive and real: he knows himself to be substantial. To the extent that he is thoroughly ‘in’ his body, he is likely to have a sense of personal continuity in time. He will experience himself as subject to the dangers of attack, mutilation, disease, decay, and death. He is implicated in bodily desire, and the gratifications and frustrations of the body. The individual thus has as his starting-point an experience of his body as a base from which he can be a person with other human beings<sup>115</sup>.

Como claramente se exprime no terceiro e no quarto períodos da citação, apesar de a *embodied person* não estar dividida em *ela-própria-como-“mente”* e *ela-própria-como-“corpo”* e nos parecer corresponder – a nós, que escrevemos, e à maioria das pessoas, talvez – ao paradigma existencial mais “saudável”, mais “normal”, isso não quer dizer que a *embodied person* não se possa *sentir em risco* e não possa incorrer, portanto, em curtos-circuitos psicóticos. A *embodied person* corre, até, continuamente riscos a que a *unembodied person* se sente invulnerável:

The embodied person fully implicated in his body’s desires, needs, and acts, is subject to the guilt and anxiety attendant on such desires, needs, and actions. He is subject to the body’s frustrations as well to its gratifications. Being in his body is no haven from possibly crushing self-condemnation. Being embodied as such is no insurance against feelings of hopelessness or meaninglessness. Beyond his body, he still has to know who he is<sup>116</sup>.

Viver com essas ânsias e com a consciência da própria fragilidade é, porém, “o mal menor”: é a conceptualização do *Eu* como *unembodied* que mais facilmente pode conduzir à cisão radical da personalidade, em termos decididamente patológicos e dificilmente reversíveis – e o que pode desencadear todo esse processo na *unembodied person* é, fundamentalmente, a insegurança.

Conceber o próprio corpo e a própria mente como entidades separadas é a posição existencial básica daqueles que Laing inscreve no paradigma da *unembodied person*; mas, mais do que a separação entre os dois elementos, o traço característico da *unembodied person* está no facto de se identificar *de todo* com a sua própria mente, sentindo o corpo como algo que lhe é essencialmente estranho. A *unembodied person* acha que o seu “verdadeiro *Eu*” é a mente, e **uma mente *unembodied***<sup>117</sup>. Para a *unembodied person*, “o seu corpo” deixa de

---

<sup>115</sup> *Cit.*, p. 67.

<sup>116</sup> *Cit.*, p. 68.

<sup>117</sup> A pp. 78 do texto citado, Laing usa até, como sinónimas, as expressões *unembodied self* e *mental self*.

ser sentido como “seu”: é “apenas” *um* corpo, e o esquizofrénico refere-se-lhe, frequentemente, com o pronome neutro *it*<sup>118</sup>.

A *unembodied person* que se demonstrar particularmente sujeita a uma forte insegurança sobre a sua própria identidade pessoal – e essa grande “insegurança de fundo” costuma apossar-se do indivíduo na mais tenra infância<sup>119</sup> – tende a reforçar a distinção conceptual entre o corpo e a mente, até ao ponto de passar a ver estas duas componentes como *entidades* independentes. Isso é que já não é propriamente saudável e pode conduzir a graves degenerações da personalidade, se o indivíduo inseguro procurar vencer a sua insegurança através da montagem de uma imagem pessoal em que a mente e o corpo se relacionam como os casais que coabitam “separados em casa”.

Essa estratégia pode provocar algum alívio momentâneo numa forte crise de ansiedade: é a reacção do «Isto não me está a acontecer a mim», em situações de risco de vida ou de forte abalo existencial<sup>120</sup>. Mas é claro que essa espécie de “táctica do avestruz” (“esconder a cabeça na areia”) não pode dar bons resultados: exactamente como na situação dos sobreditos “separados em casa”, este tipo de convivência entre o corpo e a mente é obviamente inatural e doentio – e insustentável a longo prazo, sem graves consequências para a integridade do *Eu*.

O “verdadeiro *Eu*” é, para a personalidade esquizóide, um “*Eu* interior”, escondido bem lá no fundo de um “falso *Eu*” – *embodied*, este, e tido como basicamente *morto*. É este “falso *Eu*” que está em contacto directo com o mundo e com os outros: o “*Eu* interior”, “mental”, recebe as percepções que o “falso *Eu*” lhe transmite como essencialmente falsas, irreais, e o indivíduo esquizóide avalia as suas próprias intervenções no mundo – as acções que ele crê poder executar *só* através do “falso *Eu*” – como irremediavelmente *fúteis*<sup>121</sup>.

O indivíduo esquizóide baseia-se, pois, numa conjugação das componentes *Eu – o Corpo – o Outro* que o impede de estabelecer quaisquer relações directas com coisas ou pessoas reais. Adaptando ligeiramente – e só nos

---

<sup>118</sup> *Cit.*, p. 72.

<sup>119</sup> Falando de alguns pacientes, de cujos casos se estava servindo como exemplificadores dos mecanismos de *splitting*, *i. e.*, de «persistent scission between the self and the body» (LAING 1965, p. 78), Laing comenta que «if it [*i. e.*, the *splitting*] is followed back through their lives one usually finds that they seem, in fact, to have emerged *from the early months of infancy* with this split already under way» (*cit.*, p. 79, itálicos nossos).

<sup>120</sup> *Cit.*, pp. 65 e 78.

<sup>121</sup> *Cit.*, p. 81.

aspectos formais da exposição, para maior clareza – um esquema proposto por Laing, poder-se-ão sintetizar as duas posições existenciais da seguinte maneira:

A *embodied person* separa dicotomicamente a realidade em duas unidades básicas: de um lado, o seu *Eu* e o seu corpo, os quais formam o subconjunto que Laing designa como “unidade *self/body*”; por outro lado, em contraposição a esta unidade, delinea-se o *Outro*. A *unembodied person* estrutura conceptualmente os mesmos três elementos de maneira diversa: de um lado, o seu *Eu*; do outro, o subconjunto que Laing designa como “unidade *body/other*”<sup>122</sup>.

### 2.1. A ‘boca do corpo’

Creemos que as páginas precedentes nos poderão ajudar a perspectivar de uma maneira mais cônica os problemas de conceptualização inerentes a expressões populares como a da ‘boca do corpo’, com a qual se designa o órgão sexual feminino. Com efeito, tal expressão parece derivar duma concepção esquizóide da relação entre o corpo e a mente; concepção que desemboca, no caso da expressão em apreço, numa conceptualização secundária algo surpreendente, talvez, à primeira vista, mas que no entanto nada parece encerrar de particularmente *psicótico*.

A expressão ‘boca do corpo’ foi-nos dada a conhecer por experiência directa, durante a adolescência, no ambiente rural dos arredores de Portalegre; mas não é de excluir que a tenhamos encontrado posteriormente, também, em textos literários contemporâneos, de índole narrativa, preocupados com a reprodução fidedigna da fala popular – ainda que tal impressão careça de confirmações circunstanciadas, pelo menos de momento. Não vale a pena encetar uma busca aturada dessas eventuais referências literárias, uma vez que a expressão é atestada em alguns dos dicionários de Português que temos vindo a utilizar, na elaboração deste trabalho. Não é o caso nem do COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 nem do FERREIRA 1986, os quais, muito simplesmente, ignoram a expressão; a mesma é registada, porém, tanto no CASTELEIRO 2001 como no

---

<sup>122</sup> *Cit.*, p. 82.

HOUAISS, que a contemplan como *combinatórias fixas*<sup>123</sup>, nos verbetes que cada um deles dedica a ‘*boca*’:

– «**boca do corpo**, *Pop.*, vulva» (CASTELEIRO 2001);

– «b. do corpo  
«Derivação: sentido figurado. Regionalismo: Portugal. Uso: informal,  
«eufemismo.  
a vulva» (HOUAISS 2001)<sup>124</sup>.

A procura anotada no *corpus* da *Linguatca* produziu, para a expressão considerada, apenas o registo de uma ocorrência:

Ext **495825**: «Depois, o médico deitou-me a mão na **boca do corpo** e desandou a criança para ela nascer, começando então o parto a correr».

Também sucede que um médico registe a expressão, ouvida a uma paciente que a ela recorre para se referir eufemisticamente à vagina, e dela faça, até, o título da rubrica que o mesmo cultivava, num *blog* sobre medicina e saúde<sup>125</sup>; e que uma escritora, Maria Teresa Horta, se inspire nessa expressão popular para uma refinada poesia intitulada, justamente, *A boca do corpo*<sup>126</sup>.

Compreende-se que tal expressão popular suscite a curiosidade de médicos e estimule a imaginação de escritores, dada a complexidade das implicações que a mesma encerra e que a fazem resultar particularmente intrigante: em primeiro lugar, porque *só as mulheres têm ‘boca do corpo’*; em segundo lugar, porque dá azo à seguinte interrogação: *Se a vagina é “a boca do corpo”, a ‘boca’ propriamente dita é “a boca” de quê?*

---

<sup>123</sup> Expressão com que no CASTELEIRO 2001 se designam as «combinações de palavras cristalizadas ou em vias de cristalização, que funcionam frequentemente como verdadeiros compostos não hifenizados» – CASTELEIRO 2001, I, p. XXI.

<sup>124</sup> No artigo dedicado a ‘*corpo*’, o HOUAISS 2001 não faz qualquer referência a ‘*boca do corpo*’. O CASTELEIRO 2001, pelo contrário, cita a expressão também no artigo que dedica a ‘*corpo*’, ainda que aí se limite a remeter o leitor para a entrada secundária dedicada à expressão, no verbebo dedicado a ‘*boca*’.

<sup>125</sup> Referimo-nos concretamente ao Dr. Ricardo Pimenta-Araújo, que justifica assim o título *A boca do corpo* que atribuiu à sua coluna no *blog Conta Natura*: «Esta foi a expressão popular portuguesa que identifica os genitais femininos, que aprendi nos meus tempos de estudante universitário, não sem antes questionar a minha doente duas vezes...» (publicado por RPA em 3 de Outubro de 2005, às 06:11 PM – v. CD-ROM documental, “envelope” identificado como *Documentos 3, Pesquisa Google, boca do corpo*, doc. “Conta Natura A Boca Do Corpo”). O mesmo médico se refere à vagina como «a *outra boca do corpo*», no título da sua intervenção de 7/10/2005, no mesmo *blog* (v. CD-ROM documental, “envelope” identificado como *Documentos 3, Pesquisa Google – boca do corpo*, doc. “Conta Natura 2”).

<sup>126</sup> Na sua recolha poética *A Educação Sentimental*, Lisboa, Edições “A Comuna”, 1975 – também arquivada no CD-ROM, no “envelope” identificado como *Documentos 3, Pesquisa Google, boca do corpo*, doc. “A poesia dos calendários, boca do corpo”.

O primeiro destes dois reparos, isto é, a constatação de que só as mulheres podem possuir uma ‘*boca do corpo*’ distinta da “*boca da (/situada na) cabeça*”, explica-se com o facto de que só a parte externa dos órgãos genitais femininos – ao contrário do que acontece com o aparato genital dos homens – permite a produção de uma associação analógica com a boca.

Quanto ao segundo reparo – *Se a vagina é “a boca do corpo”, a ‘boca’ propriamente dita é “a boca” de quê?* –, exige uma resposta mais articulada, e que de modo algum se pretende definitiva. Uma boa pista para a solução do problema é já sugerida pela especificação semântica que acabamos de introduzir no parágrafo precedente, quando nos referimos a «uma ‘*boca do corpo*’ distinta da “*boca da (/situada na) cabeça*”»: na verdade, a noção de uma “*boca da cabeça*” implica que a ‘*cabeça*’ seja conceptualizada – se não sempre, pelo menos em certas circunstâncias – como *algo diverso do corpo* propriamente dito. Na verdade, parece que existem dois modelos conceptuais – pelo menos – em concorrência, ou parcialmente sobrepostos, sendo que em certas operações mentais e em certos contextos comunicativos predomina um deles, e noutras circunstâncias predomina o outro. A nossa mente parece “conviver” bastante bem com essas duplas soluções, de modo algum se bloqueando perante as contradições lógicas inerentes e, antes pelo contrário, tirando um claro proveito funcional desse duplo sistema<sup>127</sup>.

Assim, e sintetizando, uma conceptualização básica implica o dualismo *corpo/espírito*, com a conseqüente categorização de *cabeça*, *tronco* e *membros* como partes constitutivas do *corpo*:

CORPO	≠	ESPÍRITO
cabeça		
tronco		
membros		

Quadro A

A outra conceptualização básica estabelece, pelo contrário, uma correspondência metonímica entre a cabeça e o espírito:

---

<sup>127</sup> V., a tal propósito, III. 1.

CABEÇA > < ESPÍRITO  
 (encéfalo e órgãos perceptivos)

[representando aqui as aspas intermédias, > e <, as relações de **contiguidade** e de **interdependência** que caracterizam esta dualidade conceptual]

– o que implicaria a reformulação da tabela anterior nos seguintes termos:

<b>CORPO</b>	≠	<b>ESPÍRITO</b>
[cabeça]		cabeça
tronco		
membros		

Quadro B

**Nota:** na tabela acima, mantivemos a ‘*cabeça*’ como subgrupo do ‘*corpo*’, ainda que entre parêntes rectos – como sinal de uma sua presença “débil”, mas não propriamente eliminável –, contrariando, com isso, a nossa primeira tendência para colocar o item ‘*cabeça*’ exclusivamente sob o título do *espírito*; e assim procedemos porque, ao nível conceptual, a co-presença ou “ubiquidade” do elemento, em dois domínios distintos, não obedece a uma lógica linear mas é igualmente plausível do ponto de vista da radicação biológica, ou *embodiment*, que vem guiando as nossas investigações.

A cisão conceptual entre a ‘*cabeça*’ e o ‘*corpo*’ afirma-se de modo ainda mais claro no ditado popular ‘*Quando a cabeça não tem juízo o corpo é que paga*’<sup>128</sup>; o qual parece pressupor um esquema de domínios conceptuais como o anterior, mas que não motiva os escrúpulos analíticos representados pela “inclusão entre parênteses” da ‘*cabeça*’, acabada de descrever e de justificar:

<b>CORPO</b>		
cabeça	< >	<b>ESPÍRITO</b>
tronco		
membros		

Quadro C

<sup>128</sup> De que tornaremos a ocupar-nos em IV.1.

No entanto, parece-nos ainda mais plausível que, em vez de uma verdadeira conceptualização discriminante entre a *cabeça* e o *corpo*, o ditado implique tão-somente uma metonímia convencional, na qual a *cabeça* se define como Ponto de Referência da figuração, ao qual corresponde, como Zona Activa, a *mente* ou o *espírito* – o que se pode esquematizar assim:

CORPO	≠	ESPÍRITO
		cabeça
tronco		
membros		

Quadro D

A funcionalidade da metonímia relevada não depende das crenças do sujeito falante: mesmo que este negue que o *espírito* seja, em tudo e por tudo, um *produto* da *cabeça*, nenhuma sua convicção filosófica ou religiosa, por mais anti-materialista que seja, lhe permite prescindir da noção de *contiguidade* entre ambos os domínios.

A '*boca do corpo*' também pode ser vista como *metáfora convencional* ou *catacrética*, à maneira do que sucede com '*barriga da perna*', '*costas da(s) mão(s)*' e '*rabo do olho*', perspectiva segundo a qual a '*boca*' de '*a boca do corpo*' pode ser definida como um constituinte de um CONTENTOR<sup>129</sup>. Os CONTENTORES podem opor-se, entre outras coisas, aos *objectos pontiagudos*. Ainda que não existam *apenas* CONTENTORES e OBJECTOS PONTIAGUDOS no nosso universo simbólico, estes dois paradigmas conceptuais têm grande importância ao nível do imaginário humano, em geral, e do simbolismo da cultura ocidental, em particular. Que a dualidade CONTENTORES/OBJECTOS PONTIAGUDOS não é exclusiva do Ocidente é algo facilmente demonstrável, através da consulta, por exemplo, de um dicionário de símbolos como o organizado por Chevalier e Gheerbrant<sup>130</sup>. Quanto à importância dessa dicotomia simbólica no imaginário ocidental, basta pensar no conjunto objectual LANÇA/CÁLICE (o '*Graal*'), na cena do *Perceval* de Chrétien de Troyes em que o

<sup>129</sup> Sobre a imagem esquemática do corpo como CONTENTOR, veja-se ainda IV.1.3.

<sup>130</sup> Jean Chevalier/Alain Gheerbrant, *Dizionario dei simboli* (2 vol.s), Milano, Rizolli, 1989<sup>5</sup> (versão italiana de *id.*, *Dictionnaire des symboles*, Paris, Robert Lafont – Editions Jupiter, 1969).

herói cavaleiro vê passar em frente de si esses dois elementos, patentemente e intimamente associados, no palácio do Rei Pescador.

Essa dicotomia simbólica representa uma redução funcional, contextualmente justificada na presente análise, da tricotomia gestual básica decorrente da Reflexologia de Vedenski e de Betcherev<sup>131</sup>, que propõe a tripartição das atitudes dinâmicas em «três grandes gestos»: o determinado pela *dominante de posição*, «que exige matérias luminosas (...) e técnicas da separação», associado às *armas brancas* (entre outros elementos icónicos); o que deriva da *dominante digestiva*, associado à *imagery* dos CONTENTORES, por exemplo; e a – aqui momentaneamente marginalizada – componente rítmica, própria da chamada *dominante copulativa*<sup>132</sup>. Na verdade, a *imagery* objectual concentra-se nas bipolaridades CONTENTOR-PERCUTOR, ou LANÇA (/ESPADA)-TAÇA<sup>133</sup>, que acentuam o *contraste* entre esses mesmos elementos bipolares, enquanto a componente rítmica (e *sexual*, também) acentua a essencial *complementaridade* que os liga entre si.

De acordo com o mesmo esquema simbólico de base, também no Português Europeu a vagina é concebida como uma parte de um CONTENTOR (a ‘boca’ ou a ‘entrada’ do CONTENTOR, ou os bordos dele), enquanto o pénis é visto como um ‘apêndice’ ou um ‘membro’, não por acaso também dito ‘o membro viril’; o que explica, também, os gracejos alusivos correntes, de dúbio gosto mas claramente baseados neste modelo de conceptualização, pelos quais o pénis acaba por ser designado como ‘a quinta pata’. Em Francês sucede algo do mesmo género, sempre com respeito ao órgão sexual masculino, mas tendo como *metaforizante* ou domínio-fonte a conceptualização do mesmo como *apêndice*: nessa língua, com efeito, não é raro designar o pénis recorrendo a uma metáfora eufemizante, ‘la queue’ (a cauda). A presente constatação de que o órgão sexual masculino é concebido como um ‘membro’ encontra confirmação no facto de o aparato sexual masculino não ter lugar na nossa conceptualização do ‘tronco’, como se verá mais adiante<sup>134</sup>.

Existem, pois, regras implícitas na selecção das precisas partes do corpo que podem *metaforizar* (adoptando a terminologia empregue em ECO 1980)

---

<sup>131</sup> V. DURAND 1984, p. 38.

<sup>132</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 44-45 e 440-441.

<sup>133</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 44, 120 e 255-256.

<sup>134</sup> V. IV. 2.

outras precisas partes do mesmo. Por exemplo, segundo Umberto Eco, o *nariz* pode, em certos casos, metaforizar o *pénis*, mas a *mão* não pode metaforizar a *cabeça*<sup>135</sup>. Por que é que a primeira comutação funciona, e a segunda não, é algo que o semiólogo italiano explica do seguinte modo:

A resposta é sugerida várias vezes por Greimas (...): dois semas opõem-se ou unem-se conforme o *clasema* (que não é senão uma *selecção contextual* (...)). O nariz e o pénis têm em comum a sua natureza de «apêndices» e o seu «comprimento» (além de que ambos são canais, ambos terminam em ponta, e assim por diante). A cabeça, pelo contrário, tem semas de «rotundidade», de «apicalidade» e de «unicidade» que a mão não possui<sup>136</sup>.

Voltando à expressão portuguesa '*a boca do corpo*', também neste caso podemos estar perante uma simples *catacrese eufemizante*, em que a necessidade de seleccionar uma expressão indirecta e menos "crua", por parte do locutor, depende do facto de este se encontrar numa situação comunicativa particular: será, em princípio, uma pessoa que se encontra na posição do *paciente*, perante um médico ou um paramédico, que o paciente categoriza como de condição social e de educação formal superiores às suas. Nestas condições, o locutor deve referir-se a uma parte do corpo que normalmente é *tabu*; e deve referir-se-lhe evitando quer as expressões familiares ou infantis (por causa do ridículo em que incorreria) quer os termos de calão (porque também este é um *tabu*). Ora, não estando, muito provavelmente, habituado a recorrer ao termo "neutral" '*vagina*' (se é que o conhece), a melhor solução que se lhe depara é, justamente, a de recorrer a uma metáfora eufemística, com a expressão '*a boca do corpo*'.

Isso não quer dizer que o locutor que recorre à expressão '*a boca do corpo*', assumido como locutor-padrão no parágrafo precedente, não tenha por detrás uma cultura – uma "cultura popular", porventura de raízes medievais ou, de qualquer modo, remotas – que lhe tenha inculcado, junto com o uso da expressão em causa, um conjunto mais ou menos articulado de conceitos culturais, no âmbito dos quais a dita expressão se gerou e ganhou peso simbólico. Esta possibilidade goza de testemunhos abonatórios no âmbito da Iconologia e, mais especificamente, na Filologia Iconológica de Jurgis Baltrušaitis, pois não é certo que não permaneçam, a nível popular, resquícios da *imagery* que produziu, desde a Antiguidade até ao Renascimento (se não ulteriormente), figuras como a da Baubô dos Mistérios de Deméter, a do deus Bes dos egípcios – e dos outros

---

<sup>135</sup> ECO 1980, p. 208.

<sup>136</sup> ECO 1980, *ibid.*

povos semíticos que o exportaram, por exemplo, para a Sardenha – e outros monstros estetocéfalos, nos quais não é difícil ver, com efeito, a ‘vagina’ como uma literal “boca do corpo”. Destas peculiares figuras metamórficas seleccionámos dois exemplos, mais directamente atinentes à tradição iconográfica ocidental, ambos expressamente referidos por Baltrušaitis:



Fig. 1. Pormenor de um *Inferno* de Bosch, conhecido como *Cristo nos Infernos*, conservado no Kunsthistorisches Museum de Viena e reproduzido em BALTRUŠAITIS 1993, p. 81, onde a imagem é interpretada como um «leviatã estetocéfalo».

Baltrušaitis comenta que, na imagem reproduzida, «o Leviatã é representado não com fauces monstruosas directamente montadas sobre um par de patas<sup>137</sup> mas por um estetocéfalo inteiro, sobre o ventre do qual se abre um orifício que ele próprio dilata, servindo-se das mãos»<sup>138</sup>. Pouco antes, recordava que noutra quadro de Bosch, as *Tentações de Santo Antão* do Museu Nacional de Arte Antiga, «no painel da direita está uma figura de Baubô sentada no chão, com um punhal no ventre»<sup>139</sup>. Reproduzimos também o pormenor em questão, já

<sup>137</sup> Tipo particular de figuração que muitas vezes lhe era dedicado, na iconografia medieval.

<sup>138</sup> BALTRUŠAITIS 1993, p. 80.

<sup>139</sup> BALTRUŠAITIS 1993, *ibid.*

que não se encontra no livro do erudito lituano e que, além de constituir uma peça única no património artístico português, bem poderá ilustrar o que Baltrušaitis entende por representação icónica de Baubô:

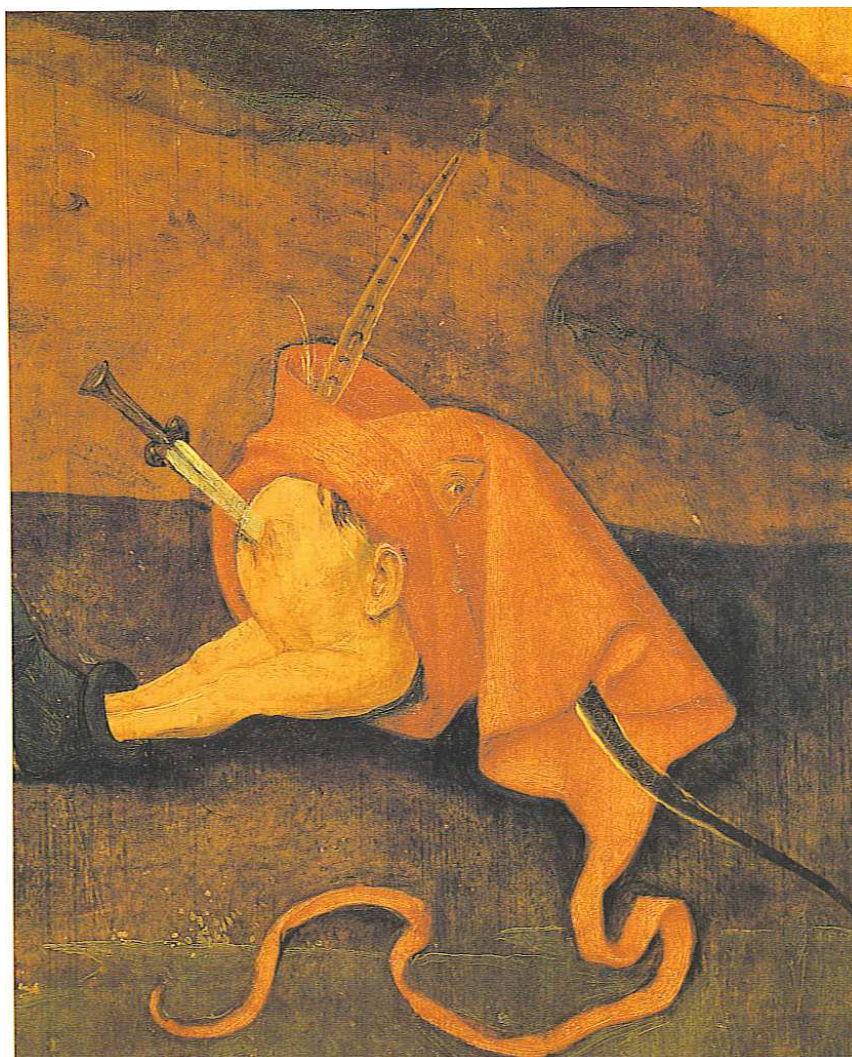


Fig. 2. Ieronimus Bosch, *Tentações de Santo Antão*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga.

Os exemplos podiam multiplicar-se mas não é certamente o caso de o fazer, neste contexto. Bastará destacar os seguintes dois aspectos, mais atinentes ao nosso assunto:

(1) que estas imagens quiméricas, que Baltrušaitis relaciona com o tipo da Baubô de Priene ou do Bes egípcio-fenício-sardo, não se limitam à sobreposição da cabeça com outra parte do corpo, designadamente, com o ventre (o que implica o desaparecimento, a supressão da cabeça propriamente dita): «Uma vez admitido o princípio de uma face móvel, as máscaras começam a

deslocar-se circularmente ao longo de corpos que conservam a cabeça sobre os ombros»<sup>140</sup>;

(2) que as especulações e conceptualizações inerentes à produção deste tipo de imagens não se esgotam com o tardo-gótico nem se refugiam exclusivamente na cultura folclórica: encontramos, em pleno Oitocentos, especulações sobre a relação analógica entre as diversas partes do corpo em *O Ocultismo* de Papus<sup>141</sup>, por exemplo, baseadas em curiosas “*tabelas de Pitágoras*” *nominais* como a seguinte:

	CABEÇA	PEITO	VENTRE
CABEÇA	Cabeça na Cabeça	Peito na Cabeça	Ventre na Cabeça
PEITO	Cabeça no Peito	Peito no Peito	Ventre no Peito
VENTRE	Cabeça no Ventre	Peito no Ventre	Ventre no Ventre

Quadro E

Creemos que toda esta digressão é não só legítima como necessária, porque não podemos excluir a presença destes constructos, como substratos, na herança da cultura popular e, como tal, no *embodiment ambiental* do lusofalante autóctone. No entanto, o que claramente se encontra por detrás de uma catacrese inovativa como ‘*a boca do corpo*’ é a estratégia do eufemismo, que já ilustrámos abundantemente, reduzindo-se, portanto, os restantes elementos conceptuais aduzidos a presenças hipotéticas, por demonstrar. A este propósito poder-se-ia aplicar uma frase aparentada com aquela que comumente se atribui a Freud, a propósito de uma ocasião em que o teriam questionado sobre o eventual significado fálico do seu omnipresente charuto; isto é, que, assim como «um charuto, por vezes, é só um charuto», também «uma ‘*boca do corpo*’, por vezes, é só um eufemismo».

<sup>140</sup> BALTRUŠAITIS 1993, p. 53.

<sup>141</sup> Papus, *O Ocultismo*, Lisboa, Edições 70, 1976, pp. 55-60

Existe ainda uma terceira pista interpretativa – a qual, aliás, se pode sobrepor às outras duas, uma vez que a aceitação de uma delas não implica a recusa das restantes. Vejamos, pois, em que consiste.

Note-se, para começar, que há diversos tipos de orifícios que podem ser designados como ‘*bocas*’, fora do campo semântico do corpo: é o caso dos canhões de um navio, por exemplo, que podem ser designados como ‘*bocas-de-fogo*’ – o que implica uma metonímia, pois que a ‘*boca*’ ou ‘orifício terminal’ do canhão designa o canhão inteiro. Voltando ao campo semântico do corpo, os únicos orifícios que podem ser chamados ‘*bocas*’ são a boca propriamente dita e, como já se viu, a vulva, ‘*a boca do corpo*’.

A conceptualização primária da ‘*boca*’ como ‘orifício’ é particularmente evidente na conhecida parentela etimológica entre os italianos ‘*bocca*’ (boca) e ‘*buca*’ (buraco): o primeiro termo vem do latino *bŭcca(m)*, como o nosso *boca*; e o segundo termo parece provir de uma variante tardo-latina do primeiro, *bŭca(m)*, atestada a partir do séc. IX, a qual ganhou, precisamente, o sentido particular de ‘orifício’, ‘buraco’<sup>142</sup>. Sendo a boca um tipo de orifício, compreende-se que possa metaforizar outros orifícios, como em ‘*a boca do corpo*’ e em ‘*boca-de-fogo*’; mas o que importa sublinhar é que não pode metaforizar *quaisquer* orifícios, orgânicos ou inorgânicos que sejam. Uma vez que só os orifícios orgânicos interessam directamente à nossa presente investigação, concentremo-nos sobre aqueles que, de entre eles, podem ser metaforizados pelo termo *boca*: verificaremos, assim, que a vulva pode ser designada como ‘*boca*’, o que já não é o caso do ânus, por exemplo.

Não parece dar lugar a dúvidas que a relação analógica entre a boca e a vulva, enquanto orifícios, acaba por ser reforçada por uma segunda relação analógica entre aquelas partes de uma e da outra igualmente designadas como ‘*lábios*’ – reforço analógico de que o orifício ‘*ânus*’, por sua vez, se não pode valer; mas essa ordem de ideias já se não pode aplicar à outra parte do corpo para a qual o conceito de *BOCA* pode funcionar como metaforizante, isto é, ‘*a boca do estômago*’.

---

<sup>142</sup> Como reportado no *Dizionario etimologico della lingua italiana* de M. Cortelazzo e P. Zolli (Bologna, Zanichelli, 1979), s. v. **buca**. Sobre o latino *bŭcca*, que é o étimo tanto do italiano ‘*bocca*’ como do português ‘*boca*’, cremos seja igualmente oportuno recordar, aqui, que tal termo não designava inicialmente a ‘*boca*’ mas a ‘*bochecha*’ (sentido que ainda hoje se mantém no romeno ‘*bucă*’). O latino ‘*bŭcca*’ tinha adquirido o significado extensivo de ‘boca’ nos tempos de Catão-o-Antigo, se não antes, e é já corrente, com este sentido, nos textos de Cícero e de Marcial.

Pode-se deduzir que a *boca* implica, em certas suas aplicações metafóricas, uma conceptualização cujo *highlighting* ou focalização incide sobre um ou vários aspectos da sua topografia anatómica, e que noutros casos a referência à *boca* implica, pelo contrário, uma sua conceptualização mais genérica como mera «abertura, geralmente redonda; entrada de cavidade»<sup>143</sup> – caso último, este, que tanto se reflecte na ‘*boca da mina*’ ou na ‘*boca do forno*’ como na ‘*boca do estômago*’ de que ultimamente nos temos vindo a ocupar. No caso da expressão ‘*a boca do corpo*’, pelo contrário, encontramos patentemente perante o primeiro caso: a vulva é conceptualizada como BOCA na medida em que se trata de uma ‘abertura’, da ‘entrada de uma cavidade’; e simultaneamente porque, tal como a boca propriamente dita, também a vulva é provida de ‘*lábios*’<sup>144</sup>.

### **3. ‘Com cabeça, tronco e membros’: três partes do corpo – ou só duas? – para a definição do *Eu***

A metáfora estrutural complexa ‘*com cabeça, tronco e membros*’ ocorrerá, no acervo da *Linguatca*, tantas vezes nas procuras dedicadas a *cabeça* como naquelas dedicadas a ‘*tronco*’<sup>145</sup>. O mesmo sucederá decerto nas procuras centradas no termo ‘*membros*’, mas essas não estão directamente implicadas na nossa investigação. O facto de a expressão ‘*com cabeça, tronco e membros*’ envolver duas das partes do corpo que estudaremos mais avante já justificaria, por si só, que propuséssemos o seu estudo num capítulo a ela exclusivamente dedicado; mas a imposição deste seu estudo destacado, e a sua particular colocação neste ponto do presente trabalho, ainda ganham mais razão de ser quando reconhecemos – como efectivamente é o caso de fazer, na nossa opinião – que a expressão em causa é particularmente relevante para o estudo das relações conceptuais que cada um de nós estabelece entre o corpo assim

---

<sup>143</sup> CASTELEIRO 2001, s. v. **boca**, acepção 12.

<sup>144</sup> V. CASTELEIRO 2001, s. v. **lábio**, acepção 5. Encontramos outra focalização específica da imagem dos ‘*lábios*’, desta vez isolados do seu natural contexto que é a ‘*boca*’, na conceptualização da metáfora catacrética ‘*os lábios da ferida*’; a qual, no entanto, já não pertence ao *campo semântico* do corpo – que é o que nos interessa – mas antes à *esfera semântica* da medicina.

<sup>145</sup> As ocorrências da expressão ‘*com cabeça, tronco e membros*’ são 27, na *Linguatca*, tanto para a pesquisa sobre ‘*cabeça*’ como para aquela sobre ‘*tronco*’, como teremos modo de voltar a referir em IV.2.1.

segmentado (e cada um dos segmentos em que o dividimos), por um lado, e a nossa ideia de individualidade, pelo outro.

Pode-se viver sem braços e sem pernas (e sem o aparato genital, que pelo menos no caso masculino e no que concerne o pênis, em particular, se pode considerar uma espécie de MEMBRO, como já vimos), e a ausência dos membros não parece pôr em causa a integridade do *Eu*, pelo menos enquanto personalidade e enquanto unidade intelectual, sensitiva e emotiva. Um indivíduo é, etimologicamente, algo *que não se pode dividir*; mas se nos virmos privados de um dos membros, ou de todos eles, não deixamos por isso de ser *um indivíduo* e, em certa medida, *o mesmo indivíduo de antes*.

No entanto, pode haver quem diga que, perante a eventualidade da perda de um ou vários dos membros, não se consideraria mais como a mesma pessoa, como *ele próprio*, e que deixaria de considerar a vida como digna de ser vivida; mas também conhecemos casos de pessoas que, após um período mais ou menos longo de rejeição da nova situação de deficiência em que se vieram a encontrar, e de questionamento sobre a persistência, ou não, da sua identidade “essencial” ou “profunda”, acabaram por assimilar o choque e assumir que, no fundo, o seu próprio *Eu* não perdera, com as ablações sofridas, a sua substancial integridade. Para mais, os braços e as pernas (pelo menos estes membros: já o mesmo se não pode dizer para o sexo) podem encontrar substitutos de recurso, nalguns casos bastante satisfatórios do ponto de vista funcional, nas próteses que a ciência ortopédica vai aperfeiçoando cada vez mais. Mas também é sabido que não há tratamentos nem próteses que valham, na maior parte das lesões graves da espinha dorsal, e que em tais casos é, naturalmente, mais difícil a “resignação” e a aceitação da essencial integridade do *Eu*, por parte das vítimas de semelhantes incidentes.

Como já dissemos antes, as partes indiscutivelmente *vitais* do corpo são a cabeça e o tronco (com o pescoço a uni-las, claro), pois aí se encontram os órgãos que garantem as funções vitais e a consciência. Mas também é preciso ter em consideração que a pessoa não é apenas uma *entidade*, é também um *projecto*. E pelo menos na execução dos *projectos*, que implica necessariamente a mobilidade e a possibilidade de acção, os membros são tudo menos secundários: tanto que, em todos os casos rastreados de ocorrência da expressão

‘com cabeça, tronco e membros’<sup>146</sup>, o metaforizado é a *consistência*, a *coerência* e a *harmonia* de um projecto; e, se um projecto não tem possibilidades de sucesso, diz-se que ‘*não tem pernas para andar*’...

#### 4. O NÃO-AMPUTÁVEL e o NÃO-SUBSTITUÍVEL

As considerações do capítulo precedente, incidentes sobre as partes do corpo *não-amputáveis* e sobre a relação entre as diversas partes do corpo e o problema da concepção que cada um de nós tem do seu próprio *Eu*, não nos proporcionam um quadro global deste último problema que nos permita entrever uma sua próxima solução. Com efeito, e apesar de quanto já esclarecido através da exploração dessa perspectiva específica, a questão deve ser formulada em termos mais abrangentes que compreendam outro aspecto, conceptualmete contíguo ao da *amputabilidade/não-amputabilidade*, que é o da *substituibilidade/não-substituibilidade*.

Se, em grandes linhas, as partes *não-amputáveis* do corpo são duas, cada uma dessas duas partes é constituída por órgãos ou partes menores que podemos conceber como *substituíveis*, através de transplantes de outros órgãos ou partes funcionalmente equivalentes, de origem humana ou animal – ou, até, produzidos artificialmente. Com efeito, pelo menos teoricamente, todos os órgãos alojados no tronco poderiam ser substituídos por outros equivalentes, em caso de mau funcionamento, como se faz com as peças de um automóvel. Já há muito se fazem transplantes de coração, prevendo-se até a aplicação a pacientes humanos do mesmo tipo de xenotransplantes – por exemplo, a instalação num ser humano de um coração de porco, geneticamente modificado ou não – que já se efectuam experimentalmente noutros animais. E, tal como no caso do coração ou dos rins, podemos conceber a substituição num indivíduo do fígado, do pâncreas ou dos pulmões, sem que, com isso, ele deixe de considerar-se a mesma pessoa de antes, ou as outras pessoas deixem de reconhecê-lo como ‘a mesma pessoa’ que ele tinha sido até então.

---

<sup>146</sup> V. a nota precedente.

Mesmo que no lugar de um só transplante se efectuassem vários, e que ao indivíduo imaginado substituissem todos os órgãos atrás nomeados e até os outros, igualmente situados no tronco, que ficaram por nomear, nem por isso a identidade do indivíduo seria posta em causa por ele próprio ou pelos outros – a não ser que ele ou os outros nutrissem convicções ideológicas radicais sobre a *sacralidade* do corpo, que ligassem indissolavelmente a manutenção da individualidade à insubstituibilidade de quaisquer das partes constitutivas daquele.

O que acabamos de conjecturar sobre as consequências, para a imagem do *Eu*, de um hipotético transplante geral dos órgãos do tronco, seria igualmente válido se as partes e órgãos submetidos a transplante fossem os sediados na cabeça: olhos, orelhas e ouvidos, boca (com todos os órgãos que esta por sua vez implica), nariz, etc. E a integridade do *Eu* nem sequer seria posta em causa se os transplantes incidissem simultaneamente sobre a totalidade dos órgãos do tronco e da cabeça – com uma única e inultrapassável excepção, representada pelo encéfalo.

Um cérebro separado do corpo, que no entanto mantenha as características psicológicas e a noção de individualidade, não corresponde a uma possibilidade real (é a hipótese conhecida como a do *cérebro no tanque*), porque ignora as condições fisiológicas, iniludíveis, do *embodiment*; mas, no entanto, é algo de *imaginável* (que é o que importa, incidindo o nosso interesse sobre as dinâmicas da conceptualização); e a hipótese em questão tem sido efectivamente objecto de diversas especulações, não só por parte dos investigadores da Escola Cognitivista mas também no âmbito criativo da Ficção Científica, dentro do qual merece um particular destaque *O Cérebro de Donovan* de Curt Siodmak. O que já não é imaginável é a manutenção da personalidade num corpo sem cérebro (limite da *não-amputabilidade*), ou num corpo que tenha sido sujeito a um hipotético transplante do encéfalo (limite da *não-substituibilidade*).

Sintetizando, se há partes do corpo *inamputáveis*, só um órgão de uma delas se configura como verdadeiramente *insubstituível*, em teoria, para a sobrevivência da personalidade no indivíduo. Esta especificação tinha que ser feita, neste ponto do nosso trabalho; mas já não seria pertinente dedicar-lhe, aqui, uma atenção superior à que acabamos de lhe conceder. Os enigmas da

constituição do *Eu* não foram ainda resolvidos por ninguém, e certamente não procuraremos resolvê-los nós (muito menos, nesta sede): o que nos interessa, sobretudo, são os tipos de conceptualização das relações entre o corpo e o *Eu* que se reflectem, não nas especulações dos cultores da Inteligência Artificial ou dos escritores de Ficção Científica, mas ao nível neurológico e ao nível fenomenológico, na experiência quotidiana de cada um de nós (e nos aspectos especificamente linguísticos que lhe são próprios). Deste ponto de vista – que é aquele que devemos privilegiar –, a discriminação verdadeiramente *produtiva* é-nos dada pelo conceito de *não-amputabilidade*, o qual norteará a nossa investigação ao longo do subcapítulo que se segue.

## 5. O NÃO-AMPUTÁVEL, da ‘cabeça’ ao ‘baixo ventre’: o conjunto CABEÇA-TRONCO

Num dos volumes da “saga” que Sue Townsend vem dedicando ao seu popular personagem Adrian Mole, o pai de Adrian, ao observar a própria nuca com o auxílio de um espelho, nota uma estranha mancha preta na “pelada” que tem no alto da cabeça e – não sabendo que tinha sido o neto que lha tinha pintado com as canetas de feltro, enquanto ele dormia –, alarmadíssimo, vai logo fazer exames ao hospital; ao que Adrian comenta: «Se for gangrena ele vai ter que amputar a cabeça»<sup>147</sup>. Os interlocutores de Adrian «riram até ficarem roxos»<sup>148</sup> perante o seu comentário, que com efeito é uma verdadeira “jóia” no domínio do humor involuntário: a “saída” de Adrian Mole constitui uma *gaffe* porque o locutor não se dá conta de que existem partes do corpo *não-amputáveis*, mais precisamente, a cabeça e o tronco. Esta verdade “lapalissiana”, que só um indivíduo desprovido do mínimo senso comum como Adrian Mole pode ignorar, reveste-se, no entanto, de uma importância primordial no estudo das relações entre o corpo e a mente: se uma parte do corpo é *amputável*, isso implica que a mesma mantém, com o *Eu* e a mente, uma relação mais “ténue” do que a atribuível às partes *não-amputáveis*.

A noção banal, mas essencial, da *não-amputabilidade* da cabeça e do tronco conduz à formulação de outra noção já menos evidente, que é a da

---

<sup>147</sup> Sue Townsend, *Adrian Mole: Na idade do Capuccino*, Lisboa, DIFEL, 2001, p. 75.

<sup>148</sup> *Id.*, *ibid.*

existência de uma unidade conceptual CABEÇA+TRONCO. Este específico conjunto de partes corporais detém uma relação privilegiada com o *Eu* e a mente, como já tivemos modo de sublinhar, mas normalmente não é conceptualizado como *uma única parte do corpo* a opor aos membros (esses, sim, *amputáveis*): a tricotomia CABEÇA + TRONCO + MEMBROS parece ser evidente, incontornável e, culturalmente, suficientemente enraizada para não permitir que a dicotomia (CABEÇA+TRONCO) + MEMBROS se torne hegemónica. No entanto, a observação do desenvolvimento cognitivo da criança, através de acções criativas como as do desenho livre, permite constatar que, pelo menos durante uma certa fase de desenvolvimento bem definida, há crianças que concebem o seu próprio corpo e os dos outros segundo a dicotomia (CABEÇA + TRONCO) + MEMBROS. No caso da criança observada – Caterina, italiana, três anos e meio de idade<sup>149</sup> –, as figurações humanas que elaborava eram todas do teor da abaixo reproduzida, antes de os pais e as educadoras infantis começarem a procurar influenciar, “cultivar” e “guiar” as suas tendências figurativas espontâneas:



Fig. 3. Figura humana, por menina de três anos e meio (v. nota 150).

Como se pode verificar no desenho reproduzido e nos outros conservados em suporte digital<sup>150</sup>, e como se evidenciava nas explicações que Caterina dava aos pais sobre os mesmos, ela ainda não distinguia a cabeça do tronco e também

<sup>149</sup> Trata-se da filha menor do autor destas páginas.

<sup>150</sup> Cfr. CD-ROM, documentos JPEG contidos no “envelope” *Documentos 4* e identificados como *Caterina 3.5 a* e *Caterina 3.5 b*. O desenho acima reproduzido também aí consta como *Caterina 3.5 c*.

situava a barriga na parte inferior do “grande círculo” que, nos desenhos dela, “alberga” patentemente os olhos, o nariz e a boca. Essa “grande bola” só não engloba os membros inferiores e superiores. Uma vez que ninguém a “pilotou” na execução de tais desenhos, consideramo-los particularmente significativos de uma percepção infantil do corpo em que predomina a unidade conceptual indivisa CABEÇA+TRONCO, à qual os membros se agregam como elementos “adventícios”.

É claro que estes elementos “adventícios” são, justamente, os que permitem a mobilidade e a intervenção sistemática sobre o ambiente, distinguindo assim, com efeito, os animais das plantas: mas o conjunto mais propriamente “neuro-vegetativo” das características dos animais não deixa, com isso, de se identificar com esta “mega-parte”, que podemos designar como CABEÇA + TRONCO.

O desenho acima reproduzido constitui, junto com outros dois<sup>151</sup>, uma série à parte, realizada no mesmo dia ou em dias consecutivos. Essa série foi precedida de alguns dias por uma espécie de seu “protótipo”<sup>152</sup> em que as mãos se unem directamente à “grande bola” do conjunto CABEÇA + TRONCO, sem representação dos braços, e os membros inferiores, por sua vez, se reduzem às pernas, sem qualquer traço que indique especificamente os pés. A este curto painel de desenhos quase contemporâneos da mesma criança acrescentámos ainda um quinto, posterior de poucos dias à “série central” de três, em que já se distingue, por debaixo da “grande bola” representativa do conjunto CABEÇA + TRONCO, um ponto central, verde, que está pelo umbigo (no dizer da própria Caterina), e um traço horizontal imediatamente abaixo desse ponto, igualmente verde, que serve para distinguir a zona do tronco da das pernas. A presença do umbigo, do traço que, muito hesitantemente, representa o tronco e, por fim, dos traços verticais azuis que figuram os cabelos, na parte superior do desenho, não correspondem a uma evolução espontânea no modelo de representação adoptado pela criança mas antes denunciam a influência de um adulto: neste caso, foi a mãe que a influenciou, perguntando-lhe onde estava «o corpo propriamente dito» – isto é, o TRONCO – e instando-a a representar também o umbigo e os cabelos.

A comprovação de que o fenómeno de conceptualização da “mega-parte” CABEÇA + TRONCO, relevado nesta criança de três anos e meio, é efectivamente

---

<sup>151</sup> Ver nota imediatamente precedente.

<sup>152</sup> Identificado, no acervo intitulado *Documentos 3* do CD-ROM, como *Caterina 3.5 d.*

comum entre as crianças dessa idade, ou, pelo contrário, de que o exemplo estudado nada mais representa do que um caso isolado, só se poderá obter com o eventual acesso a documentos produzidos por outras crianças da mesma idade (executados nas mesmas condições de liberdade, isto é, de não-influência exercida por adultos ou outras crianças), complementado com a consulta dos respectivos pais e educadores: uma tarefa a que ainda não pudemos dar seguimento mas que urge levar a cabo, provavelmente no âmbito de um ulterior trabalho de investigação, especificamente dedicado a este assunto.

No entanto, uma comprovação parcial já se encontra à nossa disposição: trata-se de um conjunto de dez desenhos feitos pela irmã mais velha de Caterina, Marta, quando também esta tinha pouco mais de três anos: aí se pode ver que também esta outra criança elidia o corpo, ou o confundia com a cabeça. Um círculo central, entre as linhas que representam as pernas de quase todas as figuras representadas, era identificado pela criança como «o umbigo»<sup>153</sup>.

### **5.1. O problema dos limites anatómicos do ‘tronco’**

Passando à conceptualização do próprio corpo e do corpo humano em geral, por parte dos adultos, também nesse âmbito nos podemos deparar com dissonâncias, insuficiências ou contradições: inesperadas, talvez, mas incontornáveis. É o caso da definição da acepção anatómica do ‘tronco’, que discutiremos em IV 2.

---

<sup>153</sup> V., no envelope identificado como *Documentos 5* do CD-ROM, os doc.s JPEG intitulados *Marta 1, 2, 7, 8, 9 e 10*. Note-se como, no desenho identificado como *Marta 10*, cinco das oito figuras antropóides da parte superior esquerda parecem possuir um corpo negro, mas, curiosamente, sem membros, ao contrário das três outras figuras que lhes estão à direita; as quais, por sua vez, têm mãos (mas não *braços*), pernas, pés e *umbigo*, mas não um tronco, a não ser que este se identifique com a cabeça.

Não nos devemos deixar levar pela impressão de estarmos perante a representação de *corpos* ou de *troncos*, nas outras cinco figuras anteriormente referidas, pois que muito provavelmente se trata de *meninos metidos dentro de sacos de dormir*: é que a Marta dormiu até aos quatro anos dentro de um saco, de modo a evitar que se pudesse descobrir involuntariamente, durante a noite.

## IV. O corpo no *corpus*: alguns casos paradigmáticos

### 1. A ‘cabeça’

#### 1.1. A ‘cabeça’ nos *corpora*

Partindo dos três dicionários correntes seleccionados, a análise dos verbetes neles dedicados ao lexema ‘cabeça’ permite concluir que o CASTELEIRO 2001 é o que se demonstra mais exaustivo, no que é seguido de perto pelo FERREIRA 1986; revelando-se o COSTA/SAMPAIO E MELO 1999, portanto, o mais parco dos três – o que é válido tanto para as lexias simples como para as complexas que contêm o termo. As discrepâncias detectáveis, no confronto dos verbetes que os três dicionários em questão dedicam a ‘cabeça’, serão pontualmente indicadas nos próximos subcapítulos, cada vez que nos debruçarmos sobre um particular uso do termo ou sobre uma particular expressão que o implique.

Quanto aos provérbios que incluem o lexema em estudo, encontram-se completamente fora do domínio das acepções processadas quer pelo CASTELEIRO 2001 quer pelo FERREIRA 1986. O COSTA/SAMPAIO E MELO 1999, por sua vez, não ignora de todo os provérbios mas atribui-lhes uma atenção marginal: os provérbios encontram-se numa secção à parte, no final do volume, caracterizada pela cor azul das páginas que a constituem; e o interesse dos provérbios aí transcritos é igualmente marginal, para nós, uma vez que a secção incide exclusivamente sobre locuções estrangeiras.

Por sua vez, os *corpora* electrónicos de provérbios que tivemos ocasião de consultar (cfr. as *Referências*, no final do volume) revelaram-se relativamente escassos de exemplos que compreendam a palavra ‘cabeça’. Alguns desses exemplos serão citados mais avante, quando vierem a propósito, com a devida menção aos *corpora* que os abrigam. Num só caso tivemos que valer-nos do

nosso arquivo pessoal: o de ‘*Onde não há cabeça tudo são pés*’, provérbio regional que abordaremos em 1.6 e que se reveste de um interesse particular, no âmbito deste estudo.

Para ‘*cabeça*’, a *Lingueteca* oferece-nos nada menos que 15.000 ocorrências em contexto<sup>154</sup>. Dentro desta avassaladora profusão de exemplos, serão talvez cerca de metade, aqueles em que o emprego do termo se refere à parte do corpo assim designada em muitas espécies animais e, sobretudo, nos seres humanos. É natural, com efeito, que, num acervo estabelecido com base em notícias jornalísticas, as informações respeitantes aos seres humanos sejam quantitativamente superiores às que têm por objecto outras espécies. Saliente-se ainda que, quantitativamente, são aí tão representativas – se não mais – as referências directas à parte do corpo em questão, quanto as suas extensões semânticas de natureza metafórica e metonímica.

Perante a natural dificuldade de utilizar com proveito essa mole de dados, preferimos tomar como elemento básico de referência um *corpus* de 99 ocorrências, correspondente ao pedido de concordância em contexto para ‘*cabeça*’ no primeiro milhão de palavras arquivadas no *corpus* da *Lingueteca*<sup>155</sup>. Isso não nos impedirá, porém, de recorrer ao acervo que contém as sobreditas 15.000 ocorrências, cada vez que o mesmo nos proporcionar exemplos que reputamos significativos e que não estão contemplados neste acervo mais reduzido.

Passaremos agora, no subcapítulo que se segue, à análise sumária das 99 ocorrências seleccionadas, como atrás se disse, no *corpus* da *Lingueteca*. Só mais adiante nos dedicaremos, mais genericamente, à análise das acepções relevadas tanto nos verbetes dos dicionários seleccionados como no mais volumoso acervo proporcionado pela pesquisa de ‘*cabeça*’ no referido *corpus* informático.

---

<sup>154</sup> V. os documentos designados como *acesso\_CP\_annotado.cabeça* e *cabeça Linguateca*, inseridos no CD-ROM dentro do “envelope” designado como *Documentos 6*. Os documentos são idênticos quanto ao conteúdo – que consiste, em ambos os casos, na mesma pesquisa, realizada na *Lingueteca* para ‘*cabeça*’ –, com a única diferença de que o primeiro é a hiperligação respectiva ao *site* da *Lingueteca* e o segundo a sua reprodução num documento *Word*, para facilitar eventualmente a consulta (já que o documento é muito grande e a hiperligação poderá empenhar o computador – e o “navegador” de *Rede* – de maneira excessiva).

<sup>155</sup> Documento arquivado – em *Word*, para evitar problemas com a eventual ligação à *Rede* – no “envelope” *Documentos 6*, com o nome de *cabeça 1.º milhão*. A passagem da hiperligação ao documento em *Word* permitiu-nos ainda numerar as 99 ocorrências: única inovação, em relação ao documento proporcionado pela *Lingueteca*, que introduzimos para facilitar as eventuais consultas de exemplos isolados.

## 1.2. A ‘cabeça’ na *Linguateca*: análise sumária das primeiras 99 ocorrências em contexto

A inferência decorrente de uma primeira visão de conjunto das 15.000 ocorrências de ‘cabeça’ no *corpus* da *Linguateca* (v. o subcapítulo precedente), segundo a qual rondaria por cerca de metade o número de exemplos que implicam o uso do termo no seu sentido básico de ‘parte do corpo’, é confirmada pela análise pontual das ocorrências da selecção mais restrita: com efeito, nestas 99 ocorrências, são 41 as que se referem à ‘cabeça’ na sobredita acepção básica.

Em todos os restantes casos nos encontramos perante usos figurados do termo, ou perante expressões figuradas que o implicam: ‘*de cabeça perdida*’, ‘*à cabeça* (de uma organização)’, ‘*jogar mais com o coração e menos com a cabeça*’, ‘*cabeça de cartaz*’ (‘posição hegemónica num espectáculo’), ‘*cabeça de série*’ (posição hegemónica num torneio de ténis), ‘*cabeça de lista*’ (posição hegemónica numa lista de candidatos políticos).

Registe-se ainda a acepção de ‘cabeça’ como ‘extremidade’ de um instrumento mecânico de escavação, que ocorre aí duas vezes (concordâncias n.<sup>os</sup> 4 e 5); e a essa acepção se pode associar o caso isolado de ‘*cabeça de alfinete*’ (concordância n.<sup>o</sup> 24), que designa igualmente uma ‘extremidade’ de um instrumento. Ainda que este seja inteiriço, isto é, não subdivisível em elementos destacáveis, como acontecia nas outras duas ocorrências acabadas de mencionar, é de notar que se trata, também neste caso, de um artefacto destinado à ‘perfuração’. Tal acepção baseia-se, verosimilmente, numa relação de analogia com os sentidos básicos de ‘extremidade’, de ‘extremidade superior’/‘apicalidade’ e de ‘forma arredondada’, e, como tal, será de considerar como de natureza metafórica.

Merece ainda uma particular menção a presença de uma acepção técnica isolada, do âmbito específico da Aromatologia (a n.<sup>o</sup> 68), em que a ‘*nota da cabeça*’ de um perfume indica a primeira apreciação sensorial proporcionada pelo mesmo<sup>156</sup>.

---

<sup>156</sup> O conceito é empregue em vários documentos disponibilizados pelo *Google.pt*, pesquisa ‘*nota de cabeça*’. Só num, porém (consulta de 7/4/09), se dá a definição de ‘*notas de cabeça*’, contrapondo-a a ‘*notas de coração*’ e a ‘*notas de fundo*’: é consultável em <[http://www.percos.pt/zz\\_faq.php#40](http://www.percos.pt/zz_faq.php#40)>, mas não é reproduzível, aqui, nem arquivável no CD-ROM, porque o *site* de origem veda a cópia do documento.

Quanto à distribuição desses diversos sentidos pelas categorias da metonímia, da metáfora ou da conceptualização híbrida de ambos os processos (a dita *metaftonímia*), sobre ela nos pronunciaremos nos subcapítulos seguintes.

### 1.3. Conceptualização por similaridade (metáforas)

A noção de ‘primazia’, veiculada por metáforas que pressupõem esquemas direccionais de vectorialização horizontal, manifesta-se em expressões como ‘*a/à cabeça do pelotão*’ (no ciclismo ou nas corridas pedestres), ‘*a/à cabeça da manifestação*’ e similares. Estas não se encontram atestadas nos dicionários consultados, excepto no caso de ‘*a/à cabeça da organização*’ (só presente no CASTELEIRO 2001, acepção 14) – expressão que se não deverá assimilar, porém, às outras realizações acabadas de referir, como teremos ocasião de ver.

Para lá da possível vectorialização horizontal ou vertical, com ‘*cabeça*’ pode-se designar, em certos casos, uma ‘extremidade’, desde que ‘saliente’, em relação ao volume global da entidade designada, e ‘arredondada’: é o caso de ‘*cabeças de alho/de cravinho/de nabo*’ (este último caso, só referido no CASTELEIRO 2001). Quanto às ‘*cabeças de “boi”/liamba/diamba*’<sup>157</sup>, seleccionam os traços semânticos de ‘extremidade’ e de ‘saliência’, mas não o de ‘arredondado’<sup>158</sup>. A ‘saliência’ ou ‘volume particularmente marcado’ que a cabeça tem em relação ao resto do corpo, tanto no homem como nos restantes membros do *subphylum* dos vertebrados (e, até, entre os membros de outros *phyla*), faz com que a seleccionemos como “ponto de referência” para os conjuntos de traços semânticos atrás indicados e que constituem, em tais casos, a “zona activa”; o que confirma a tendência dos nossos processos de elaboração imagética a preferir o ‘humano’ ao ‘não-humano’, como assinala Soares da Silva<sup>159</sup> – e até, nos casos em apreço, a preferência pelo ‘animal’ em relação ao ‘não-animal’.

---

<sup>157</sup> Termos com que se designa a *cannabis sativa*, no Português de Angola, e que acabaram por serem introduzidos na gíria que é própria, em Portugal, dos traficantes e dos consumidores de drogas.

<sup>158</sup> A ‘saliência apical’, sem referência ao ‘arredondado’, manifesta-se também na expressão italiana para as folhas terminais, mais tenras, e para as inflorescências das ‘*nabijas*’, em Italiano ‘*cime di rapa*’.

<sup>159</sup> Em SILVA 2003, p. 40. Ainda que, nesse passo, o autor se refira especificamente à metonímia, a tendência é também relevável no caso da metáfora, como esperamos que os exemplos precedentes

Outras metáforas lexicalizadas e obrigatórias, como a *'cabeça do prego/do alfinete'*, implicam a sua conceptualização primária em termos de 'extremidade superior' e 'arredondada': um prego ou um alfinete podem encontrar-se "deitados" sobre uma superfície horizontal, por exemplo, mas nem por isso a sua parte mais volumosa deixará de ser designada como *'a cabeça'*. A *imagem de fundo*, que gera tal conceptualização, é ainda a da similaridade formal com o eixo espinal, vertical, dos primatas erectos, geralmente encimado por uma caixa craniana particularmente volumosa e arredondada.

As mesmas considerações são aplicáveis a *'cabeça do dedo'*<sup>160</sup> e a *'cabeça do pénis'*<sup>161</sup>, enquanto metáforas igualmente ancoradas nos traços semânticos do 'apical' e do 'redondo' – ou, mais sinteticamente ainda, na imagem esquemática da 'extremidade redonda'. Adiante-se desde já que as expressões em questão são passíveis de uma análise de tipo diverso, que consideramos complementar à que aqui vimos desenvolvendo mas que só poderão ser plenamente desenvolvidas um pouco mais à frente, em IV.1.6.

Concentrando-nos agora sobre a expressão *'cabeça da organização'*, parece-nos fora de questão que a mesma implica a metáfora conceptual MELHOR É ACIMA – que emerge de um fundo metonímico, aliás, como evidenciado em SILVA 2006, p. 115. Tal metáfora conceptual implica, por sua vez, uma hierarquização que não só privilegia a sumidade do eixo vertical mas lhe associa a metáfora conceptual pela qual A MENTE É A CABEÇA: uma conceptualização "constelada"<sup>162</sup> – ou associada "sinápticamente", ou radialmente conexa – com o constructo cultural A MENTE É O COMANDANTE. Daí derivam, também, conceitos

---

tenham demonstrado satisfatoriamente. Aliás, Soares da Silva atribui, na mesma página do estudo referido, a circunstância de preferirmos «o 'humano' em detrimento do 'não-humano'» a um princípio cognitivo muito mais abrangente, que impera sobre os constructos do nosso imaginário, e que é «o da *experiência humana*», entendida como «a nossa perspectiva antropocêntrica do mundo».

<sup>160</sup> Registada apenas no CASTELEIRO 2001, acepção 5.

<sup>161</sup> Atestada no FERREIRA 1986 e no CASTELEIRO 2001, mas não no COSTA/SAMPAIO E MELO 1999.

<sup>162</sup> Recorrendo a um termo caro a Gilbert Durand: cfr. DURAND 1984, pp. 33-34. A imagem da *constelação* era, também, já particularmente cara a Freud – como se pode ver, por exemplo, em FREUD 1913, pp. 48, 63 e 147 (v. também a nota 3 à p. 63, da autoria de Karl Kerényi). A imagem da *constelação* continua a desempenhar um papel importante na *imagery* do moderno discurso epistemológico, como é demonstrado pela frequência com que à mesma se recorre, por exemplo, na p. 27 de LENCASTRE 1999.

culturalmente circunscritos como ‘*o homem é a cabeça do casal*’, cujas óbvias implicações sociológicas excedem o âmbito do presente estudo.

Em expressões como ‘*meter na cabeça*’ – por ‘assimilar/fixar’ (conceitos, informações, propósitos) –, a metáfora conceptual A MENTE É A CABEÇA apresenta-se directa e intimamente concatenada com a sua congénere A MENTE É UM CORPO<sup>163</sup>. ‘*Meter na cabeça*’ implica ainda o esquema imagético do CONTENTOR, desdobrado na cena primária METER ALGO NO CONTENTOR; cena primária que participa, associada ao esquema imagético do CORPO COMO CONTENTOR<sup>164</sup>, na formação da metáfora complexa METER ALGO NO CONTENTOR É APRENDER.

Retomemos ainda em consideração, porém, o esquema da VERTICALIDADE, para acrescentar que existem outros tipos de produção imagética que o subentendem, como os que implicam ‘concentrações residuais’. Quando pensamos em ‘concentrações residuais’, os nossos primeiros pensamentos vão para ‘concentrações residuais **no fundo**’ de um CONTENTOR (por maior que este seja, como poderá ser o caso do próprio oceano). Mas essas concentrações residuais também podem resultar de um ‘movimento **ascendente**’: temos, assim, categorizações baseadas na conceptualização de concentrações residuais ‘à superfície’ (entendida como ‘a parte que está no alto’), como sucede com as lexias ‘*cabeça do leite*’ e ‘*a nota da cabeça*’ de um perfume, já assinalada em IV.1.2.

Mais frequentes na experiência quotidiana são os casos em que se verificam concentrações residuais resultantes de uma deslocação de sentido descendente, como sucede no caso das borras do vinho ou do azeite, que ‘*assentam*’ no fundo dos respectivos recipientes. Os esquemas imagéticos associados da VERTICALIDADE e do MOVIMENTO PARA CIMA-PARA BAIXO, focalizado este último no PARA BAIXO, presidem à formação de expressões como ‘*assentar a cabeça*’ e ‘*de cabeça assente*’; as quais, ainda que correntíssimas, apenas se encontram atestadas no *Aurélio*, seja na versão *scripto* (FERREIRA 1986) seja na sua mais recente versão electrónica (FERREIRA 1999). Neste

---

<sup>163</sup> Referida, por exemplo, em SILVA 2003, p. 44.

<sup>164</sup> «Our bodies are containers that take in air and nutrients and emit wastes» – LAKOFF/JOHNSON 1999, p. 36. Veja-se ainda o que já antes dissemos sobre o papel da imagem esquemática do CONTENTOR, na conceptualização inerente à expressão ‘*a boca do corpo*’, em III.2.1.

dicionário, porém, o sentido do ‘*assentar*’, na expressão ‘*assentar a cabeça*’, é reportado apenas ao conceito de ‘ajustar’, de ‘submeter à ordem’; mas as presentes considerações em torno ao esquema da verticalidade levam-nos a concluir que a imagem em questão também pode pressupor um movimento vertical, de cima para baixo: ‘*assentar*’ no sentido de ‘pousar’, de ‘fazer descer’ (a níveis mais “terrenos”) o que (também metaforicamente) “andava no ar”, como se observa em relação aos indivíduos que são típicos ‘*cabeças-no-ar*’. De qualquer modo – e tendo em conta o sentido específico de ‘*cabeça*’ neste particular contexto –, tanto a perspectiva do ‘ajustar’/‘submeter à ordem’ como a do ‘fazer descer’/‘fazer repousar’ se demonstram igualmente adequadas ao sentido global de ‘*assentar a cabeça*’, que se pode sintetizar como o de ‘adequar-se ao modelo comportamental ditado pelo senso comum’; enquanto que o ‘*cabeça-no-ar*’ é o indivíduo incapaz de se concentrar e de dar a devida atenção às exigências práticas do quotidiano.

A expressão ‘*cabeça-no-ar*’, tal como ‘*de cabeça assente*’, decorre igualmente de uma metonímia indicial: a postura física de quem olha para o alto, de quem parece, pela sua atitude corporal, querer ‘*ganhar asas e levantar voo*’, é experiencialmente associada ao alimentar pensamentos desligados da realidade concreta. Quem, pelo contrário, alimenta pensamentos mais ‘*terra-a-terra*’, olha em frente ou para baixo, geralmente, e não para cima. A referência a este duplo estatuto metafórico e metonímico de uma expressão pode parecer deslocada, no presente momento, mas temo-la por quase inevitável, neste caso – e esperamos que possa servir, também, como uma chamada de atenção introdutória para o ponto em que, a seguir, nos ocuparemos dos casos que genericamente designamos como de *metaftonímia*.

Há também modalidades de conceptualização de objectos de uso quotidiano que se constroem metaforicamente, segundo a nossa concepção *embodied* do espaço, que implicam igualmente (isto é, como nos casos imediatamente precedentes) a postura e os movimentos do corpo. É o que se verifica em expressões como ‘*à cabeça do livro*’ (atestada apenas no CASTELEIRO 2001), ‘*à cabeça da página/do parágrafo/do período*’ (que só o FERREIRA 1986 atesta, na acepção 17) ou, mais simplesmente, ‘*cabeça de*

*página*’ (que o CASTELEIRO 2001 atesta como *jornalística*, e o FERREIRA 1986 como *tipográfica* – o que, no fundo, redundava praticamente no mesmo).

As expressões acabadas de reproduzir pressupõem o esquema imagético da VERTICALIDADE, o qual estamos em crer se encontre na gênese de uma metáfora conceptual complexa que designamos, *faute de mieux*, ENTIDADES NÃO ANIMADAS SÃO VERTEBRADOS ERECTOS (uma espécie de oxímoro que não deixa de ser, porém, conceptualmente funcional): uma metáfora, esta, que além de se reportar a um estado locativo marcado pela verticalidade, focaliza, neste, o ápice superior do eixo vertical. Com efeito, só uma tal metáfora permite mapear as expressões referentes à *‘página’*, tais como, além de *‘à cabeça da página’*, *‘no corpo da página’* e *‘de rodapé’* – que é como quem diz (e pode-se efectivamente dizer) *‘de pé de página’*<sup>165</sup>. A conceptualização do ápice superior de um eixo vertical associa-se, as mais das vezes, a noção de ‘grau superior de importância’, em relação aos elementos distribuídos ao longo dos restantes segmentos do eixo: o que vem enunciado *‘à cabeça do parágrafo’*, ou *‘à cabeça da página’*, pode ser entendido como – e pode ter sido aí colocado *para ser entendido como* – mais importante do que o que se lhe segue, isto é, do que vem enunciado *‘no corpo’*, e ainda mais do que é transcrito *‘no (roda)pé’*.

Esta análise leva-nos a concluir que as expressões metafóricas *‘à cabeça do parágrafo’/‘à cabeça da página’* implicam cumulativamente a metáfora conceptual MELHOR É ACIMA – o que demonstra, por sua vez, que a mesma expressão metafórica pode implicar diversas metáforas conceptuais.

Um outro aspecto a ter em conta é que a noção de ‘hierarquicamente mais importante’, de ‘posição privilegiada’ ou de ‘primazia’ pode continuar a ser expressa através do lexema *‘cabeça’*, mesmo quando este já não é associado ao esquema corpóreo vertical, próprio dos homínídeos. A noção de *primazia* pode ser associada ao ápice vectorial de um eixo horizontal: também num cavalo, ou num cão, a *‘cabeça’* indica ‘a vanguarda’, o ponto apical que marca o sentido do movimento; já não ‘extremidade superior’, mas ‘extremidade dianteira’, traduzindo a metáfora conceptual MELHOR É À FRENTE. Esta metáfora encontra-se associada, nestes casos, a outra metáfora primária, ENTIDADES INANIMADAS SÃO ANIMAIS; a qual, por sua vez, está na base (e é ainda mais “oximórica”, se

---

<sup>165</sup> V. CASTELEIRO 2001, ‘pé’, acepção 20.

possível) da que encimava o parágrafo imediatamente precedente, ENTIDADES NÃO ANIMADAS SÃO VERTEBRADOS ERECTOS.

Passando agora à expressão ‘à cabeça do mês’<sup>166</sup>, parece fora de dúvida que esta implica uma conceptualização de base muito semelhante à que descrevemos a propósito de expressões como ‘à cabeça do livro’, ‘à cabeça da página/do parágrafo/do período’; mas, ao contrário do que sucede com estas últimas, ‘à cabeça do mês’ é, antes do mais, uma expressão *temporal*. O tempo é conceptualizado, em ‘à cabeça do mês’, em termos *espaciais*. Na verdade, abordar o ‘tempo’ como se se tratasse de um tipo de ‘espaço’ é um procedimento metafórico de origem metonímica: o espaço percorrido por um indivíduo em movimento é associado, por contiguidade, ao tempo que o mesmo leva a percorrê-lo, com o que se operacionaliza a metáfora O TEMPO É UM OBJECTO QUE SE MOVE (LAKOFF/JOHNSON 2004, p. 62). Tal processo conceptual é comum ao Português e a todas as outras línguas a todas as outras línguas que nos são conhecidas, sendo um sério candidato à integração na categoria dos “universais linguísticos”.

Também nos parece apropriado relacionar a ‘cabeça do mês’ com o esquema imagético da VERTICALIDADE. O recurso à expressão pressupõe a imagem mental dos meses tal como nos são apresentados nos calendários (nomeadamente, naqueles que se penduram na parede): ‘em cima’ situa-se o início do mês, ‘em baixo’, os últimos dias do mesmo – e ‘o princípio do mês’ pode dizer-se ‘a cabeça do mês’ justamente porque ‘em cima’, nos humanos, fica ‘a cabeça’.

Por outro lado, ‘à cabeça do mês’ também pressupõe o esquema imagético ORIGEM-PERCURSO-META: o tempo – e o espaço – são percorridos numa certa direcção e com um certo “objectivo”, que para a ‘cabeça do pelotão’ é ‘a meta’, o ‘ponto terminal’; e, no caso da ‘cabeça do mês’, o mês “corre” igualmente para o seu ‘ponto terminal’, isto é, para o seu último dia.

#### **1.4. Conceptualização por contiguidade (metonímias)**

Já aludimos, no subcapítulo precedente, a metáforas “contaminadas” por metonímias, como pensamos ter apurado ser o caso de ‘assentar a cabeça’, ‘de cabeça assente’, ‘cabeça-no-ar’. A metonímia conceptual primária que se

---

<sup>166</sup> Atestada apenas no CASTELEIRO 2001, com o sentido de ‘no início do mês’.

encontra na génese de tais expressões, O EFEITO PELA CAUSA, já definida no subcapítulo precedente como *de carácter indicial*, é a metonímia *fisiológica* (SILVA 2003, p. 33) que preside igualmente à formação de expressões como *‘de cabeça baixa/erguida’* e *‘deitar/levar as mãos à cabeça’*.

*‘Baixamos a cabeça’* ou *‘andamos de cabeça baixa’*, em sentido figurado, quando nos sentimos inferiorizados, humilhados, derrotados. Também o *‘baixar a cabeça’* pode exprimir ‘humildade’ (por vezes *genuína*, por vezes apenas *simulada*, não importa para o caso), em relação a um determinado interlocutor.

Note-se, ainda, que também *‘se baixa a cabeça’* ou *‘se avança de cabeça baixa’* numa manifestação de ‘obstinação’ e, cumulativamente, de ‘aplicação concentrada da própria energia’. As expressões que se referem a alguém que *‘baixa a cabeça’* e, simultaneamente, *‘avança’*, são frequentemente completadas com a comparação *‘como um touro’*<sup>167</sup>: a significação resultante compreende, em tais casos, não só a noção de ‘obstinação’ – que pode ser mais ou menos *‘cega’*, isto é, mais ou menos ‘racionalmente motivada’ – mas também a de ‘mobilização concentrada e intensa das próprias energias’, tanto físicas como psíquicas (o recurso à *‘força de vontade’*).

Por outro lado, saímos de uma situação *‘de cabeça erguida’* quando conseguimos preservar ou reconquistar a nossa dignidade; *‘deitamos as mãos à cabeça’* quando nos encontramos perante uma situação escandalosa ou francamente crítica; e *‘batemos com a cabeça pelas paredes’*<sup>168</sup> quando a situação é desesperada.

O uso de *‘cabeça’* por *‘crânio’* (atestado no FERREIRA 1986 e no CASTELEIRO 2001, mas não no COSTA/SAMPAIO E MELO 1999), em enunciados como *‘Partiram-lhe a cabeça à pedrada’*, implica, por sua vez, a metonímia conceptual primária O TODO PELA PARTE – pois que a caixa craniana não equivale, em princípio, a *‘toda a cabeça’*, na qual se encontram também o *‘rosto’* e a *‘nuca’*.

---

<sup>167</sup> Que consta, por exemplo, da pesquisa anotada para *‘cabeça’*, na *Linguateca* (v. CD-ROM, *Documentos 6*, doc. *cabeça Linguateca*, ext. 415117): «Baixa a **cabeça** e avança sobre o teu objectivo, como um touro, sem olhar para a esquerda ou para a direita».

<sup>168</sup> Exemplo n.º 13 do doc. *cabeça 1.º milhão* (CD-ROM, *Documentos 6*).

Expressões como ‘*cabeças de gado*’ ou ‘*por cabeça*’ (em contextos como ‘*calcular as despesas a um tanto por cabeça*’) pressupõem, por sua vez, a metonímia conceptual A PARTE PELO TODO.

### 1.5. Casos de *metaftonímia*

Vimos em 1.3 que a expressão ‘*à cabeça do mês*’ implica uma conceptualização do ‘*tempo*’ em termos de ‘*espaço*’, o que configura um procedimento metafórico de origem metonímica, pois que o espaço percorrido por um indivíduo em movimento é associado, por contiguidade, ao tempo que o mesmo leva a percorrê-lo.

Por sua vez, em casos como o do provérbio ‘*Cada cabeça, sua sentença*’<sup>169</sup>, é difícil decidir se o processo conceptual subjacente é metafórico ou metonímico; e, mais do que *difícil*, talvez seja mesmo *impossível*, porque se trata, afinal, de um falso problema. Na verdade, nada nos obriga a conceber a metáfora e a metonímia como elementos estanques, e ainda menos como elementos *mutuamente exclusivos*, isto é, dos quais a presença de um deles, numa (ou *por detrás de uma*) expressão, exclua necessariamente a do outro. É mesmo a propensão espontânea para se aplicar esse mecanismo mental da *mútua exclusão* que se afigura, afinal, como necessariamente votada ao insucesso, quando aplicada a estes dois processos de significação.

O significado de ‘*Cada cabeça, sua sentença*’ pode ser explicitado em termos de ‘cada indivíduo tem uma opinião própria sobre um determinado assunto, diversa da de cada um dos restantes indivíduos’ ou, a um nível mais genérico, ‘cada mente é estruturada de uma maneira diversa das restantes’.

Que a ‘*cabeça*’ se refira, na expressão considerada, à ‘*mente*’, que é necessariamente individual, é algo que nos não parece poder suscitar dúvidas. A identificação entre ‘*cabeça*’ e ‘*mente*’ pressupõe uma relação analógica e, mais especificamente, a metáfora A MENTE É A CABEÇA. Mas também se nos impõe como essencial à conceptualização geradora de ‘*Cada cabeça, sua sentença*’ a metonímia A CABEÇA PELA MENTE, activada pelo recurso a um processo conceptual de LOCALIZAÇÃO: A MENTE ESTÁ NA CABEÇA – e o *em* subjacente ao

---

<sup>169</sup> É significativo que na pesquisa anotada para ‘*cabeça*’, na *Linguateca* (v. CD-ROM, *Documentos 6*, doc. *cabeça Linguateca*), em 15.000 ocorrências só se encontre um ditado popular, **este mesmo**, presente 11 vezes: nas ext.s n.º 48280, 67798, 190273, 347723, 367603, 368413, 374252, 710021, 838271, 871523 e 991600.

‘na’ de “NA CABEÇA” é, justamente, um marcador genérico de LOCALIZAÇÃO<sup>170</sup> –, de acordo com o esquema imagético FIGURA-FUNDO. Neste caso, o papel do FUNDO é desempenhado pela ‘cabeça’, que serve de SUPORTE ou de CONTENTOR em relação à FIGURA, que é a ‘mente’.

O processo conceptual da LOCALIZAÇÃO pode estar por detrás de diversas relações espaciais, nomeadamente, das relações espaciais de VIZINHANÇA e/ou de INTERPENETRAÇÃO, como parece ser o caso das que se estabelecem, a nível conceptual, entre o ‘corpo’ e a ‘mente’. Por VIZINHANÇA também podemos dizer CONTIGUIDADE, o que imediatamente nos faz inscrever tal relação entre as transposições conceptuais de carácter metonímico. Perante estas considerações, em ‘Cada cabeça sua sentença’ parece verificar-se aquela confluência entre processos de conceptualização metafórica e metonímica que Goossens apelidou, expressivamente, de *metaftonímia*<sup>171</sup>.

Julgamos seja legítimo incluir nesta última categoria os casos, já mencionados em IV. 1.2, em que nos referimos a alguém como ‘cabeça de cartaz’, ‘cabeça de lista’ ou ‘cabeça de série’: o significado básico de ‘vantagem’/‘predomínio’/‘hegemonia’ que tais expressões encerram é-nos facultado tanto por uma metáfora como por uma metonímia, que acaba por *compreender* aquela.

Assim, nas expressões em causa é activada a metáfora O MAIS IMPORTANTE É ‘ACIMA’, que se desdobra, sucessivamente, em O MAIS IMPORTANTE É ‘A CABEÇA’. A posição de um artista, de um tenista ou de um político que sejam, respectivamente, ‘cabeça de cartaz’, ‘cabeça de série’ ou ‘cabeça de lista’ é, sem dúvida, *hegemónica*, em relação aos restantes membros de cada uma das categorias, implicados em cada um dos cenários situacionais. Simultaneamente, porém, esses mesmos cenários implicam uma metonímia: assim como o cliente de um bar pode ser, para os empregados que o atendem, ‘a *sandes de presunto*’ (que está à espera da conta)’ – Lakoff & Jonhson, início

---

<sup>170</sup> Cfr. BATORÉO 2000, p. 667.

<sup>171</sup> Cfr. GOOSSENS 1990 e SILVA 2003, p. 41. Ainda que a expressão *metaphonymy* pareça ter sido abandonada sucessivamente por Goossens – não figurando, por exemplo, em GOOSSENS 2000 –, a mesma tem continuado a ser considerada útil e pertinente por outros estudiosos: é o que se apura, nomeadamente, da leitura de FEYAERTS 2000, de GEERAERTS 2002, de LAM THANG 2002 e de WILCOX 2000 (pp. 92-96).

do capítulo 8 de *Metaphors We Live By*<sup>172</sup> –, também a referência a um indivíduo concreto através da imagem do seu nome que comparece ‘à cabeça’ de um cartaz, de uma lista ou de uma série, é de natureza fundamentalmente metonímica.

As relações conceptuais acima descritas serão esquematicamente descritas em IV. 1.8, no Quadro L. Por agora, dedicar-nos-emos a desdobrá-las no seguinte mapeamento<sup>173</sup>:

HEGEMÓNICO É ‘ACIMA’

Exemplos: ‘*André Agassi é o cabeça de série do torneio*’; ‘*Os Radiohead são os cabeças de cartaz do festival*’; ‘*António Santos é o cabeça de lista do partido*’.

Mapeamento:

(1) O que é colocado na extremidade vertical superior de uma lista é o elemento preponderante da mesma.

(2) A preponderância dos elementos colocados na extremidade superior do documento – lista escrita, cartaz publicitário, etc. – pode ser acompanhada de procedimentos que reforçam a *posição destacada* dos mesmos em relação aos restantes: inserindo-os numa posição centrada, em relação à superfície do documento expositor e à sua específica parte superior; atribuindo-lhes caracteres maiores e/ou de cores mais apelativas do que os restantes; acumulando os processos acabados de descrever.

Léxico: os elementos mais importantes de uma lista, colocados ao início da mesma, são ‘a cabeça’.

Implicações: os nomes dos indivíduos que são ‘cabeças de série/de lista/de cartaz’ detêm uma posição privilegiada no ‘cartaz’ ou na ‘lista’ em que os seus nomes comparecem; analogicamente, os indivíduos assim designados detêm uma posição privilegiada, no conjunto de actividades ou nos eventos enunciados/anunciados nas listas/cartazes em questão.

Elementos conceptuais de fundo: a posição de primazia, numa lista, acarreta *privilégios* e, eventualmente, *obrigações* específicas. O ‘cabeça de cartaz’ ganha um *cachet* superior aos restantes intervenientes, o ‘cabeça de lista’ conta com mais apoios (logísticos, e não só), o ‘cabeça de série’ pode “saltar” um certo número de partidas da fase inicial de um torneio; mas cada um deles *deve*, em princípio, demonstrar-se mais activo (no caso do ‘cabeça de lista’) ou mais capaz (em todos os casos das expressões consideradas) do que os restantes membros da lista em questão – se é que não lhe são atribuídas, em virtude da sua posição na lista, competências ou responsabilidades específicas.

Relação metonímica implicada:

– Referir-se à posição de um indivíduo numa lista para designar a posição privilegiada que uma determinada instituição (um júri, um comité, etc.) lhe atribuiu, ao

---

<sup>172</sup> Na nossa notação bibliográfica, respeitante à edição italiana consultada, LAKOFF/JOHNSON 2004, p. 55. O exemplo era já presente em LAKOFF 1987, p. 77, e é rediscutido em RUIZ DE MENDOZA 2000, pp. 117-119.

<sup>173</sup> Mapeamento que segue o modelo proposto em LAKOFF 1996b, pp. 102-115.

interno de um cenário específico (competição, espectáculo), é um recurso expressivo que implica a metonímia básica O EFEITO PELA CAUSA:

CAUSA: alguém (obviamente, com poder para isso) – que designamos como **A** – decidiu que um determinado indivíduo – que designamos como **B** – deteria uma posição privilegiada, no cenário predeterminado.

EFEITO: conseqüentemente, **A** atribuiu a **B** um posto analogamente *importante*, numa lista.

O EFEITO PELA CAUSA: é esse posto privilegiado na lista (EFEITO) que é usado para designar a posição hegemónica atribuída a **B** (CAUSA).

A profunda inter-relação, nas expressões em apreço, dos processos de conceptualização metafórico e metonímico será ainda brevemente esquematizada, na parte final do presente capítulo (Quadro L).

### **1.6. A ‘cabeça’, explicitamente perspectivada em relação ao corpo ou a outras partes do corpo**

A ‘cabeça’ é frequentemente associada a outras partes do corpo: em “binómios” ou *díades*, como ‘cabeça e coração’ (INTELECTO CONTRA EMOÇÃO)<sup>174</sup> ou ‘dos pés à cabeça’/‘da cabeça aos pés’<sup>175</sup>; em “trinómios” ou *tríades*, como em ‘Coração, Cabeça e Estômago’ (título de um romance de Camilo, que assim pretende simbolizar os reinos do sentimento, da razão e do egotismo vital) ou ‘com cabeça, tronco e membros’ (expressão que transmite a ideia de ‘obra completa’, de ‘tarefa judiciosa e competentemente realizada’).

Assim como tivemos ocasião de nos debruçarmos sobre a metáfora conceptual A MENTE É UM CORPO, em IV.1.3, teremos agora que lidar com um

---

<sup>174</sup> De que é exemplo o ‘jogar mais com o coração e menos com a cabeça’, já relevado em IV.1.2 (n.º 18 do doc. *cabeça 1.º milhão* – CD-ROM, *Documentos 6*). Esta conceptualização desdobra-se nas conceptualizações secundárias A RAZÃO É IMEDIATISTA/IMPULSIVA e O CORAÇÃO É PERSISTENTE/GRADATIVAMENTE ESTRUTURADO, detectáveis no exemplo, também referido em IV.1.2, das ‘notas de cabeça’ e ‘notas de coração’ de um perfume: em <[http://www.percos.pt/zz\\_faq.php#40](http://www.percos.pt/zz_faq.php#40)> afirma-se, com efeito, que «um perfume é concebido para se desenvolver no tempo (...): / – explode com as notas da cabeça que devem prender a atenção desde o primeiro segundo; / – desenvolve-se e enriquece-se gradualmente com as notas de coração (...).».

<sup>175</sup> Com o sentido de ‘integralmente’. Considerando os verbetes que os diversos dicionários dedicam a ‘cabeça’, verifica-se que ambas as expressões se encontram averbadas no CASTELEIRO 2001; no COSTA/SAMPAIO E MELO 1999, só a primeira; no FERREIRA 1986, nenhuma das duas. ‘*Dos pés à cabeça*’ é o segundo exemplo registado na Procura *cabeça 1.º milhão* (CD-ROM, *Documentos 6*).

esquema imagético que a contradiz no plano lógico<sup>176</sup>: A MENTE OPOSTA (contrastivamente) AO CORPO. Encontramos um bom exemplo da aplicação deste esquema no ditado ‘*Quando a cabeça não tem juízo, o corpo é que paga*’<sup>177</sup>.

Releva do mesmo tipo de associação contrastiva um ditado a que já aludimos de passagem, em IV.1.1: ‘*Onde não há cabeça tudo são pés*’. O provérbio não se encontra em nenhum dos repositórios que nos são conhecidos, electrónicos ou não, mas podemos garantir a sua autenticidade, uma vez que o ouvimos repetidamente, em família e entre conterrâneos, seja em Portalegre seja no Frangoneiro, lugarejo vizinho àquela cidade do Alto Alentejo (e integrado na freguesia dos Fortios)<sup>178</sup>.

À primeira vista, a frase *não faz sentido*, pura e simplesmente. Parece uma manifestação de puro *nonsense* – e, na verdade, por muitos anos a empregámos em diversos contextos pragmáticos, onde nos parecia oportuna, sem no entanto penetrarmos as suas implicações semânticas profundas. E isto, porque a frase pode ser empregue com diversos matizes de intenção expressiva, conforme as situações de comunicação em que se insere – um pouco como o ‘*Che te lo dico a fare?*’ dos ítalo-americanos, na explicação que deste sintagma

---

<sup>176</sup> Já antes observámos que ao nível das estruturas do imaginário não há quaisquer contradições, apenas *sobreposições* ou *escolhas sequenciais*: já Freud tinha constatado que «o *não* parece não existir, para o sonho» (FREUD 1989, p. 185); também Gilbert Durand, na esteira de Bachelard, insiste sobre a noção de que nos tradicionais *Quatro Elementos*, essenciais para o imaginário (pelo menos, para o *ocidental*), «cada elemento é bivalente [ou *ambivalente*, segundo o mesmo autor, no mesmo lugar]» – o que implica um ror de contradições aparentes (DURAND 1963, p. 26). O mesmo sucede no caso das *metáforas conceptuais incompatíveis entre si* – frequentemente, metáforas baseadas na experiência –, as quais, no entanto, “convivem pacificamente” nos nossos sistemas conceptuais, como justamente se observa em LAKOFF/JOHNSON 2004, pp. 40 e 269. A mesma conjuntura de co-presença de elementos contraditórios entre si, na psique, repete-se no caso dos *frames* do PAI SEVERO e do PAI EXTREMOSO, aos quais, apesar de serem mutuamente exclusivos, o mesmo indivíduo recorre alternadamente, consoante as circunstâncias, como se observa em LAKOFF 2004, p. 40.

<sup>177</sup> Registado em *Vox Populi* (<<http://proverbios.no.sapo.pt>>), mas na versão ‘*Quando a cabeça não pensa, o corpo padece*’. A versão que acima reproduzimos é muito mais vernácula (pense-se, por exemplo, na sua “recuperação”, como título e como refrão de uma canção interpretada por António Variações, muito popular em Portugal nos anos 80 do século passado).

Como já registado em IV.1.4, tal ditado não consta entre as 15000 ocorrências de *cabeça* no *corpus* anotado da *Linguateca*; mas surge aí uma espécie de glosa livre do ditado – que já não constitui, portanto, uma expressão fixa: «Quando a cabeça não pensa... não há nada a fazer» (ext. 475123).

<sup>178</sup> Com efeito, não havia, até há pouco (que soubéssemos), qualquer referência escrita a este ditado. Mesmo as pesquisas em *blogs* ou outros documentos lusófonos, disponibilizados pelo *Google.pt*, se demonstravam totalmente infrutíferas. Só muito de recente (mais precisamente, em 12/11/2008) conseguimos finalmente detectar o uso da expressão em causa no *blog Notícias d’Aldeia*, num comentário anónimo (uma espécie de crónica jornalística) intitulado, justamente, *Onde há cabeça, tudo são pés*, datado de 27/5/2008: <<http://noticiasdaaldeia.blogspot.com/2008/05/onde-no-hcabea-tudo-so-ps.html>>.

lexicalizado se fornece numa cena do filme *Donnie Brasco*<sup>179</sup>. Agora, à distância de pelo menos duas décadas de quando o ouvíamos e empregávamos correntemente, já nos parece claro que o ditado pode ter, pelo menos, os seguintes sentidos:

– o mesmo que se deduz de ‘*O preguiçoso, por não dar uma passada, dá oito*’: o indivíduo ‘*sem cabeça*’ (neste caso, que não planeia bem os seus deveres e o cumprimento atempado dos mesmos) acaba por ter que andar e andar (isto é, que trabalhar) muito mais do que os outros – e em *afã*, como também pode sugerir a imagem mental dos pés que se movimentam freneticamente<sup>180</sup>;

– onde não há juízo (capacidade de avaliação das circunstâncias e dos acontecimentos com um “elevado” critério), todas as coisas acabam por se resumir a problemas “terrenos”, corriqueiros, mesquinhos – “rasteiros”, em suma, como a posição que cabe aos pés, na estrutura corporal do homem;

– o indivíduo que não tem ‘*cabeça*’ (raciocínio, ponderação) é como se não tivesse praticamente nada: em relação à cabeça, parte “nobre” por excelência, todas as outras partes do corpo “são pés”<sup>181</sup>. Isso não invalida que o ‘*pé*’ possa representar uma *base* para a acção, para o desenvolvimento, como ‘*o pé de uma planta*’, o rebento que germina de uma semente; mas onde não há ‘*cabeça*’ (‘*planificação*’, ‘*ideia propulsora*’) fica-se sempre pelos ‘*pés*’, isto é, pelas premissas (estéreis) da acção ou do crescimento.

Uma hipotética interpretação complementar de ‘*Onde não há cabeça tudo são pés*’ é-nos facultada, ainda, pela iconografia quinhentista dos *Hieróglifos* (ou *Hieroglyphica*) de Horapollo.

Ainda que a versão grega do texto em questão (a qual parece pressupor um original em língua egípcia) seja presumivelmente do séc. V d.C., a mesma só

---

<sup>179</sup> USA, 1997, realizador Mike Newell.

<sup>180</sup> ‘*Tudo são pés*’ pode sugerir, com efeito, a imagem do ‘multiplicar-se dos pés’: apesar de estes serem só dois, podem parecer *muitos mais* – como sucede na expressão gráfica de animais e seres humanos lançados em corrida, na Banda Desenhada e no Desenho de Animação. A mesma imagem parece estar implicada no ‘*fugir a sete pés*’ mencionado em BATORÉO 2005, p. 13.

<sup>181</sup> Como parece confirmar o único desenho infantil recolhido no CD-ROM que não é da autoria de Marta ou de Caterina (*Documentos 4 e 5*) e ao qual se atribuiu, no mesmo CD-ROM, a designação de *Documento 7 – auto-retr. Giulio*. O desenho foi recolhido no Infantiário Infantil Municipal Calandrini de Pisa, em 15/5/08, graças à boa-vontade da educadora Giovanna Buono. O autor é um menino de três anos. Ao desenho do rosto, que o menino parece, no seu desenho, identificar com a macro-unidade cabeça-corpo a que nos referimos em III.5, o mesmo não entendeu acrescentar mais nada senão os dois pequenos segmentos verticais e as duas linhas fechadas ovóides que representam, respectivamente, as pernas e os pés.

começou a ser divulgada no séc. XV, no Ocidente. O texto grego foi editado pela primeira vez em 1505, em Veneza, e a primeira tradução em língua vulgar é a francesa de 1543, publicada com o título de *Orus Apollo de Aegypte, de la signification des notes hieroglyphiques des Aegyptiens (...)*. Essa edição era ilustrada com 197 gravuras anónimas, geralmente atribuídas a Jean Cousin; e muitas edições sucessivas, em Francês ou em outras línguas, se fizeram igualmente acompanhar das mesmas gravuras ou de suas reelaborações.

Ora, tanto a descrição do *emblema* da impossibilidade nos *Hieróglifos* de Horapollo (o § 58 do Livro I) como a ilustração correspondente, na referida primeira edição francesa e na edição latina que do livro se fez igualmente em Paris (e pelo mesmo editor), em 1551, parecem de algum modo aparentadas com a expressão paremiológica de que nos estamos ocupando.

O texto do parágrafo de Horapollo, traduzido do grego, diz assim<sup>182</sup>:

[58. Como exprimir a impossibilidade]

Para exprimir a impossibilidade, representam os pés de um homem, que caminham [sozinhos] dentro de água; e quando querem figurar o mesmo conceito de outra maneira, representam um homem sem cabeça, que ainda assim segue em frente. Ambas estas coisas são impossíveis, e por isso mesmo foram escolhidas para ilustrar o dito conceito.

A ilustração quinhentista do parágrafo, à qual nos temos vindo a referir, é a seguinte<sup>183</sup>:

---

<sup>182</sup> Traduzimos do original grego, apoiando-nos na versão italiana – ambas presentes em RIGONI/ZANCO 1996, pp. 148-149.

<sup>183</sup> Reproduzida em MARRONE 2002, p. 109 – que a retirou, por sua vez, da versão latina da obra de Horapollo: *Ori Apollinis Niliaci, de sacris notis et sculpturis libri duo...*, Parisiis, J. Kerver, 1551.



Fig. 4. Anón., emblema da *Impossibilidade*.

É possível que esta gravura e outras semelhantes circulassem também em Portugal, seja como ilustrações do texto de base seja até, talvez, como imagens avulsas. Para quem observasse um desenho do género, isolado do texto que ilustrava (como gravura extirpada de um livro e emoldurada, por exemplo – o que era prática bastante corrente), ou para quem não estivesse em condições de ler o texto de Horapollo que explicava o sentido da imagem<sup>184</sup>, é provável que a gravura suscitasse uma interpretação muito diversa da pretendida pelo seu autor: no lugar de uma alegoria da impossibilidade, é natural que o observador “despreparado” a acolhesse como uma ilustração dos conceitos de ‘desorientação’ (um corpo que segue em frente sem poder ver o caminho), de ‘atrapalhação’ ou de ‘inabilidade’: até as mãos passariam a ser uma espécie de pés – incapazes de agarrar convenientemente os objectos –, como parece sugerir a proximidade entre os pés que caminham sozinhos e as mãos do corpo sem cabeça. Talvez tenha sido mesmo esta gravura, ou outra parecida, que, isolada do texto que em princípio ilustrava, acabou por ser “lida” como ‘*Onde não há*

---

<sup>184</sup> Até porque o dito texto de Horapollo, a estar presente em tais circunstâncias, dificilmente se poderia encontrar redigido em Português, pois que não se conhecem versões portuguesas dos *Hieróglifos*.

*cabeça tudo são pés*’, dando assim origem a um ditado de cuja fonte se perdeu, em seguida, a memória.

Existe outra versão do “hieróglifo” da Impossibilidade, elaborada por Albrecht Dürer, cuja observação ainda mais facilmente poderia conduzir à formulação dos conceitos subjacentes ao ditado *‘Onde não há cabeça tudo são pés*’, assim como o temos vindo a interpretar:

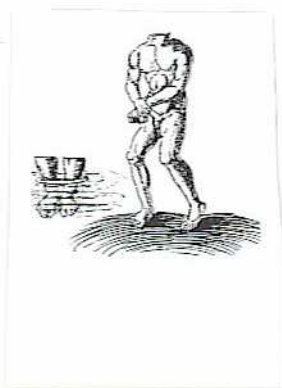


Fig. 5. A. Dürer, *Impossibilidade* (in ROOB 1997, p. 12).

Na gravura de Dürer, os pés “avulsos” encontram-se unidos, como que atados um ao outro por laços invisíveis – os quais, no entanto, são sugeridos pelos círculos concêntricos da água em que se encontram mergulhados –, o que incita à sua identificação com as mãos do indivíduo decapitado, apresentadas nesta gravura de modo a parecerem como que amarradas uma à outra, como que bloqueadas: um verdadeiro *‘mãos-atadas*’<sup>185</sup>, em suma...

Voltando à análise das expressões metafóricas *‘a cabeça do dedo*’ e *‘a cabeça do pénis*’, já abordadas em 1.3, verificamos que as mesmas podem ser abordadas de duas diversas perspectivas (pelo menos): ou estamos, simplesmente, na presença de metáforas ancoradas nos traços semânticos da *‘extremidade redonda*’; ou, então, encontramos-nos perante uma metáfora complexa, em que o membro – o dedo, o pénis – é mapeado como *‘um corpo inteiro*’, e algumas partes do membro – não todas – são mapeadas como *‘partes do corpo*’.

---

<sup>185</sup> Expressão não considerada no CASTELEIRO 2001 ou no COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 mas que conhecemos como corrente, desde a infância, e que é atestada, aliás, seja no MACHADO 1981 seja no *Aurélio* (FERREIRA 1986 e FERREIRA 1999).

<b>estrutura física</b>	<b>parte do membro</b>
<b>básica</b>	
cabeça	cabeça do dedo cabeça do pénis
corpo	*corpo do dedo corpo do pénis

Quadro F

<b>parte do corpo</b>	<b>parte do membro</b>
cabeça	cabeça do dedo cabeça do pénis
tronco	*tronco do dedo tronco do pénis

Quadro G

Como os mapeamentos ilustram, não é possível estabelecer uma correlação entre os membros do corpo – e, mais especificamente, os membros inferiores (os superiores estariam, obviamente, fora de questão desde o início) – e a correspondente parte *basilar* do dedo ou do pénis. Isso tem que ver com o facto de os membros estarem necessariamente pegados ao corpo e não serem, portanto, passíveis de se deslocarem autonomamente em relação ao mesmo, para longe dele. Consequentemente, resulta impossível metaforizar a base do dedo ou a base do pénis em termos de ‘pernas’ ou de ‘pés’. Os dedos e o pénis encontram-se inapelavelmente *insediados* no corpo, o que torna imprópria qualquer analogia entre esses membros e aqueles que servem à deslocação dos corpos. A única analogia produtiva, para a relação desses membros com a base de carne e osso que os sustenta, é, pois, a que recorre a imagens que se reportam ao mundo vegetal: mundo vegetal directamente evocado, com efeito, quando se diz que os dedos e o pénis estão ‘*implantados*’ noutros tecidos orgânicos, ou quando nos referimos à zona de ligação destes órgãos com os que lhes são adjacentes como a sua ‘*raiz*’.

Vimos antes<sup>186</sup> que uma expressão como ‘*a boca do corpo*’, enquanto designação popular da vagina, tanto podia implicar: (1) uma conceptualização relativamente simples, pela qual a metáfora ‘*boca do corpo*’ se podia classificar como uma mera *catacrese eufemizante*; (2) uma conceptualização mais complexa, que pressupunha que o ‘*corpo*’ fosse encarado como algo decididamente **distinto** da ‘*cabeça*’ (como também sucedia na expressão/ditado ‘*Quando a cabeça não tem juízo o corpo é que paga*’) e segundo a qual, portanto, a metáfora se revestia de um cunho paradoxalmente quase *literal*, como se a ‘*boca do corpo*’ fosse, afinal, uma sub-espécie particular da ‘*boca*’ “propriamente dita”. Opinámos, então, a possibilidade da “convivência” ou da acumulação de ambas as conceptualizações, nesse caso específico – e a mesma possibilidade torna a ocorrer-nos agora, ao debruçarmo-nos sobre expressões como ‘*a cabeça do dedo*’ ou ‘*a cabeça do pénis*’: também, neste caso, nada impede que as duas interpretações *se adicionem* ou *sobreponham*, pois não se encontram em contradição. Aliás, mesmo que se contradissem, isso não seria uma boa razão para propor a eliminação de qualquer das duas – ou das duas em conjunto –, uma vez que a convivência entre elementos antitéticos não constitui decerto uma novidade, nos processos psíquicos de associação<sup>187</sup>.

### 1.7. Discussão

A interrogação de que devemos partir, na discussão dos dados analisados, pode parecer ociosa, à primeira vista, mas demonstra-se funcionalmente indispensável: *Para que serve o lexema ‘cabeça’ no Português (e, mais especificamente, no Português Europeu)?*

Os dados recolhidos permitem concluir que o lexema ‘*cabeça*’ serve, antes do mais, para:

(i) a referência a uma das extremidades do corpo:

- a extremidade superior, nos bípedes, sejam estes mamíferos ou aves;
- a extremidade anterior – *anterior*, em relação ao normal sentido de marcha dos animais considerados (onde em geral se situam certos órgãos como o cérebro, os olhos, a boca, as antenas ou os chifres): nos quadrúpedes –

---

<sup>186</sup> V. III. 2.1.

<sup>187</sup> Como já tivemos ocasião de assinalar, numa nota ao início do presente subcapítulo.

mamíferos, répteis, batráquios –, nos peixes, nos répteis ápodes, nos gastrópodes, artrópodes, etc.;

– e as extremidades de entidades que possam ser conceptualizadas analogicamente, em relação às anteriormente enunciadas;

(ii) a referência à ‘função de comando’, derivada da identificação da ‘cabeça’ com ‘o centro de comando do corpo’: ‘*a cabeça da organização*’, ‘*a cabeça do casal*’;

(iii) a referência ao estatuto de ‘primazia’ (que não se confunde forçosamente com a ‘função de comando’ da alínea anterior: ‘*cabeça de cartaz*’, ‘*cabeça de lista*’, ‘*cabeça de série*’);

(iv) a referência a substâncias concentradas à superfície de um líquido, sejam estas mais *evanescentes* (a ‘*nota da cabeça*’ de um perfume) ou mais *palpáveis* (‘*a cabeça do leite*’) <sup>188</sup>, no que constitui uma extensão metafórica de (i);

(v) a referência a uma parte específica da ‘cabeça’, aquela que constitui ‘a parte superior’ da mesma – com o que nos encontramos, portanto, perante uma extensão metonímica de (i): ‘*bateu-lhe na cabeça*’ significa, na maior parte dos casos, o mesmo que ‘*bateu-lhe no crânio*’ (só em contextos muito particulares ‘*bateu-lhe na cabeça*’ pode equivaler a ‘*bateu-lhe na cara*’ <sup>189</sup>, por exemplo);

(vi) a referência à extremidade arredondada de objectos, de plantas ou de partes do corpo (por exemplo e respectivamente, ‘*cabeça do prego/do nabo/do dedo*’);

(vii) a referência a comportamentos gestuais que denunciam atitudes ou estados emotivos: ‘*de cabeça assente/baixa/erguida*’, ‘*deitar as mãos à cabeça*’;

---

<sup>188</sup> Dos três dicionários sistematicamente consultados, este sentido só comparece no CASTELEIRO 2001 (acepção 9). A presente extensão semântica pressupõe um movimento vertical de sentido ascensional: praticamente o oposto da conceptualização dos ‘resíduos’ (o ‘*depósito*’) que em Batoréo 2005, p. 11, é ilustrada por expressões quais ‘*o pé do vinho*’, ou ‘*um vinho que cria pé*’.

<sup>189</sup> É o que sucede num contexto discursivo em que se discuta sobre os tipos de golpes admissíveis numa competição desportiva de artes marciais ou de boxe. Tanto no caso do boxe como no do karaté e de outros desportos do mesmo tipo, é concebível a conceptualização contrastiva entre as zonas do corpo do adversário que se podem legitimamente golpear com os punhos: a ‘*cabeça*’, na acepção de ‘conjunto de rosto e crânio’, e o tórax, mas não o abdómen ou as pernas. Note-se que o recurso ao termo ‘*cabeça*’, como conjunto dos dois elementos acabados de referir, já não é seleccionável quando a focalização se restringe em virtude de uma outra regra, como aquela (presente no boxe) de se poder golpear com os punhos o rosto e as partes frontal, parietal e temporal da caixa craniana mas não a occipital, isto é, a nuca.

(viii) a referência a indivíduos ou a animais, sendo cada *'cabeça'* da categoria considerada *'uma (sua) unidade'*: *'Ele vendeu 30 cabeças de gado'*; *'Ao jantar, pagámos 30 € por cabeça'*.

### **1.8. Representação esquemática das conceptualizações**

A análise exposta ao longo dos quatro subcapítulos precedentes pode ser esquematizada, agora, em quadros que sintetizem as operações conceptuais descritas:

Polissemia de ‘ <i>cabeça</i> ’ (‘extremidade superior do corpo humano’) Extensões semânticas por similaridade (de natureza metafórica)	
‘extremidade superior’	<i>cabeça</i> <i>de “boi”</i> (i.e. ‘ <i>de liamba</i> ’, ‘ <i>de marijuana</i> ’) <i>do leite</i> (‘ <i>nata</i> ’)
‘extremidade superior arredondada’	<i>cabeça</i> <i>de cravinho</i> <i>do pênis</i> <i>do dedo</i> <i>do prego</i> <i>do alfinete</i> <i>da máquina</i> <i>perfuradora/escavadora</i>
‘extremidade inferior arredondada’	<i>cabeça</i> <i>de nabo</i> <i>de alhos</i>
‘extremidade superior’ (eventualmente associada a ‘interesse superior’)	<i>cabeça</i> <i>do leite</i>  <i>do parágrafo</i> <i>da página</i> <i>do livro</i>
‘início’	<i>cabeça</i> <i>do mês</i>
‘extremidade superior’ (associada a ‘hegemonia’)	<i>cabeça</i> <i>de série</i> <i>de cartaz</i> <i>de lista</i>

v., a propósito,  
o Quadro L

Quadro H

Polissemia de ‘*cabeça*’ (‘extremidade superior do corpo humano’)  
 Extensões semânticas por contiguidade (de natureza metonímica)

<p>O EFEITO PELA CAUSA          (metonímia indicial/fisiológica)</p>	<p>‘<i>de cabeça baixa</i>’          ‘humildade’          ‘humilhação’          ‘obstinação’ +          + ‘concentração de energias’</p> <p>‘<i>de cabeça erguida</i>’          ‘dignidade’          ‘auto-estima’</p> <p>‘<i>deitar as mãos à cabeça</i>’          ‘aflição’</p> <p>‘<i>bater com a cabeça nas paredes</i>’          ‘desespero’</p>
<p>O TODO PELA PARTE</p>	<p>‘<i>partir a cabeça</i>’</p> <p>‘<i>bateu-lhe na cabeça</i>’</p>

Quadro I

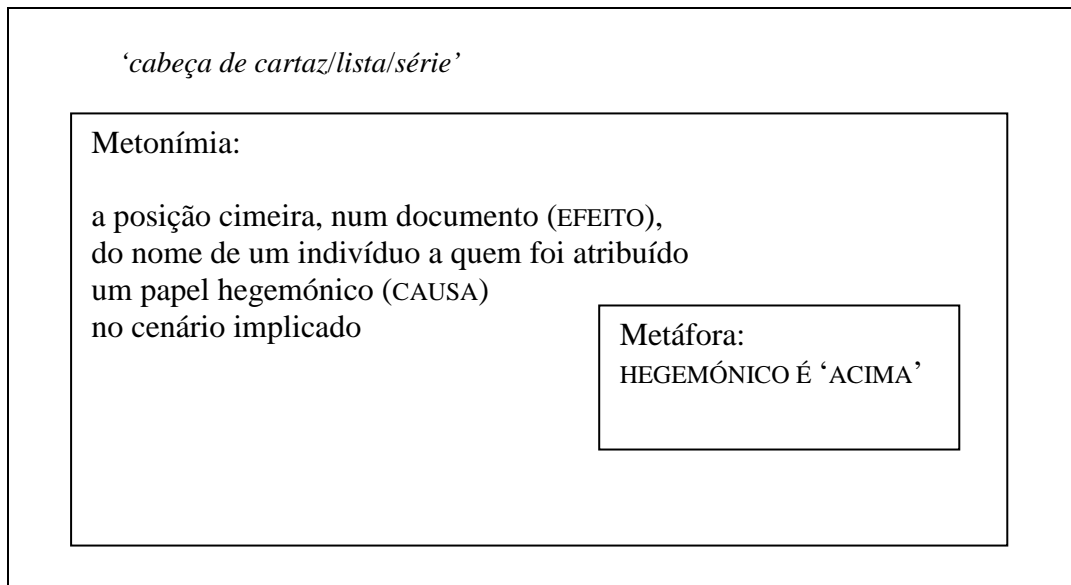
Polissemia de ‘cabeça’ (‘extremidade superior do corpo humano’)  
 Metáforas conceptuais implicadas,  
 seu eventual entrelaço com conceptualizações metonímicas

Metáforas	Exemplos	Esquemas imagéticos subjacentes	Relações metonímicas subjacentes
A MENTE É UM CORPO ↓			
A MENTE É A CABEÇA	‘meter na cabeça’ ‘de cabeça perdida/perder a cabeça’, ‘onde não há cabeça, tudo são pés’ ‘quando a cabeça não tem juízo, o corpo é que paga’ ‘assentar a cabeça’ ‘Cada cabeça, sua sentença’ [um indivíduo] ‘de cabeça assente’ X X ‘um cabeça-no- ar’ →	LOCALIZAÇÃO: VIZINHANÇA, INTERPENETRAÇÃO [CONTIGUIDADE]  → → → →	A CABEÇA PELA MENTE  → A CAUSA PELO EFEITO (metonímia indicial)
A MENTE É O COMANDANTE	‘a cabeça da organização’		
O CORPO É UM CONTENTOR ↓		CONTENTOR	
A CABEÇA É UM CONTENTOR	‘meter na cabeça’ ‘onde não há cabeça, tudo são pés’ ‘quando a cabeça não tem juízo, o corpo é que paga’	CONTENTOR	A CABEÇA PELA MENTE (a mente concebida como ‘contida’ na ‘cabeça’: a ‘inclusão’ é uma forma de ‘contiguidade’)
A CABEÇA É ‘ACIMA’ [para O MAIS IMPORTANTE É ‘ACIMA’ e O MAIS IMPORTANTE É ‘A CABEÇA’, ver quadro específico (L) na pág. seguinte]	‘cabeça do leite’ ‘a nota da cabeça’ de um perfume  ‘cabeça do parágrafo/ da página/ do livro’	VERTICALIDADE	
A CABEÇA É ‘O INÍCIO’	‘à cabeça do mês’	ver quadro específico (M) na pág. seguinte	ESPAÇO POR TEMPO

Quadro J

Sintemas adotados: “X” = “versus”; “↓” = “dá origem a”; “→” = “é correlato a”.

Especificação do quadro J (1)



Quadro L

Especificação do quadro J (2)

<b>Metáforas</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Esquemas imagéticos subjacentes</b>	<b>Relações metonímicas subjacentes</b>
<p>O TEMPO É UM OBJECTO QUE SE MOVE</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>A CABEÇA É 'O INÍCIO'</p>	<p><i>'à cabeça do mês'</i></p> <p style="text-align: center;">→ → → → →</p>	<p>a) VERTICALIDADE</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>b) DE CIMA PARA BAIXO</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>→ c) PONTO DE PARTIDA (‘o início do mês’)</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>PERCURSO (‘entre a 1.a e a 4.a semanas’)</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>META (‘o fim do mês’)</p>	<p>ESPAÇO POR TEMPO</p>

Quadro M

## 1.9. Conclusões

As ocorrências de ‘cabeça’ na *Linguateca*, a que já nos referimos em 1.1 e 1.2, oferecem-nos a oportunidade de estabelecer uma comparação entre as ocorrências da palavra ‘pé’ e da palavra ‘cabeça’, nesse mesmo repositório de enunciados escritos: comparação que cremos útil, por causa do seu valor contrastivo. Com efeito, a autora de “Como não ‘Pôr o pé em ramo verde’ (...)” observava, a propósito das ocorrências de ‘pé’:

Repare-se (...) que o que é relativamente menos comum são os exemplos (...) em que a palavra ‘pé’ surge no seu sentido básico de “*extremidade de cada um dos membros inferiores do homem que lhe permite o apoio e a locomoção*”, para citar a definição que aparece em primeiro lugar das respectivas acepções dos dicionários portugueses. Esta acepção ocorre, no entanto, com frequência nos provérbios, seja na referência à própria parte do corpo ou a parte dela, como em: ‘*planta do pé*’,<sup>190</sup>.

Ao invés, os resultados da busca para ‘cabeça’, no *corpus* da *Linguateca*, perspectivam uma situação claramente diversa. Como se induziu superficialmente em 1.1, a propósito do pedido de concordância em contexto no *corpus* em questão, e mais abalizadamente em 1.2, com a redução da pesquisa ao primeiro milhão de palavras contidas no dito acervo electrónico de textos jornalísticos, entre as ocorrências de ‘cabeça’ são frequentes as que se reportam ao seu “sentido básico”, isto é, à «parte do corpo dos animais situada na extremidade superior, no caso dos bípedes, ou na anterior, nos outros animais, que contém a maior parte dos órgãos dos sentidos e o encéfalo» (CASTELEIRO 2001). São exemplos disso, entre os muitos acessíveis, «Cortou-lhe a cabeça com uma navalha», «uma coisa (...) suspensa a dois palmos da cabeça», «Os dois jogadores voltaram a marcar no fim-de-semana, curiosamente ambos em bonitos remates de cabeça»<sup>191</sup>.

Nos provérbios, pelo contrário, a ‘cabeça’ comparece **sempre e exclusivamente** nas suas acepções ditas *figuradas*: ‘*Cada cabeça, sua sentença*’,<sup>192</sup>; ‘*Quando a cabeça não tem juízo o corpo é que paga*’, etc.

Ao nível da nossa reflexão teórica, ao longo da elaboração deste estudo temo-nos vindo a capacitar, cada vez mais, de quanto é desejável a integração

---

<sup>190</sup> BATORÉO 2005, p. 7.

<sup>191</sup> Respectivamente, as extensões 318, 442 e 446 do doc. *cabeça Linguateca*; as mesmas são também transcritas, na pesquisa mais restrita do doc. *cabeça 1.º milhão*, respectivamente como exemplos 6, 7 e 8. Ambas as listagens se encontram no “envelope” *Documentos 6* do CD-ROM.

<sup>192</sup> Ditado que, como já tivemos ocasião de notar em IV. 1.5, é o único presente nas 15.000 ocorrências da pesquisa anotada para ‘cabeça’, no *corpus* da *Linguateca*.

sistemática, nas investigações linguísticas elaboradas no âmbito da LC, dos dados complementares disponibilizados pela Semiótica, pela Simbólica e pela Iconologia e por outros ramos do saber, humanístico ou científico que seja; e isto, não como manifestação de um eclectismo inconsistente mas, bem pelo contrário, com vistas à integração complementar, orgânica e articulada, das informações veiculadas pelos diversos ramos do saber, num quadro metodológico sempre mais rico e abrangente.

Frequentemente nos temos deparado com instancias cuja gênese pressupõe o concurso simultâneo e articulado da metáfora e da metonímia, o que nos leva a pensar que a relação entre esses dois fundamentais processos cognitivos (e não só *expressivos*) será um dos problemas mais absorventes e mais produtivos, no futuro próximo da LC.

## 2. O ‘tronco’

### 2.1. Apresentação e discussão das fontes documentais básicas

O material linguístico utilizado como base da pesquisa sobre o item lexical ‘tronco’ foi extraído dos verbetes que lhe dedicam o FERREIRA 1986, o FERREIRA 1999, o COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 e o CASTELEIRO 2001<sup>193</sup>, e dos cerca de 900 resultados da procura das ocorrências jornalísticas do termo, no *corpus* da *Linguateca*<sup>194</sup>.

No documento em que se encontra registada a pesquisa realizada através da *Linguateca* (v. nota precedente), a procura restringe-se quase exclusivamente a ‘tronco’, no singular, pois tanto as ocorrências do termo no plural como os outros eventuais morfemas derivados estão fora do recorte permitido, nessa base de dados, à pesquisa das “concordâncias em contexto”. Não estava, porém, nas nossas intenções iniciais reduzirmo-nos ao singular – ainda que a proliferação de ocorrências, para lá de um número minimamente controlável, nos tenha levado a procurar só o singular: se tivéssemos procurado também as ocorrências em contexto do plural, dificilmente poderíamos tratar todos os dados relevados como merecem, pelo menos em tempo útil. O plural ‘trancos’ pode surgir, porém, no contexto em que vem anotado o seu singular, e não há nenhum motivo válido para que, se e quando tal ocorrer, não o tomarmos igualmente em consideração. Foi o que aconteceu na ext. 190248: se nos não enganamos, caso único de presença da flexão do termo no plural, proporcionada pelos contextos seleccionados. A restrição quase exclusiva à forma ‘tronco’ não diminui, porém, o interesse da pesquisa efectuada através da *Linguateca*, como esperamos venha a ser demonstrado pelas induções a que a mesma nos conduzirá.

A análise detalhada dos verbetes dos dicionários e de cada um dos resultados patenteados no *corpus* informático acabou por nos impor como

---

<sup>193</sup> V. doc. Word *Tronco*, *dic.s*, no CD-ROM como *Documento 8*.

<sup>194</sup> V. doc. Word da procura na *Linguateca* sobre *Tronco*, no CD-ROM como *Documento 9*.

pertinente – e até *necessária*, por razões conceptuais e pragmáticas – uma divisão sintética, tripartida, dos significados atribuídos a ‘*tronco*’, assim delineada:

- A. acepção botânica;
- B. acepção anatómica;
- C. acepção “geométrica pura”.

Falta a menção, aqui, ao significado arquitectónico do termo como ‘fragmento de coluna’, presente no verbete do COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 mas não no do FERREIRA 1999, nem tão-pouco no do CASTELEIRO 2001. É um sentido que, aliás, nem uma só vez se apresenta, nos mais de 900 resultados da pesquisa efectuada com base na *Linguateca*; o que não deixa dúvidas sobre a pertinência de considerá-lo periférico – e até, em última análise, integrável na acepção geométrica.

A nossa atenção concentrar-se-á agora, sobretudo, sobre as ocorrências facultadas pela *Linguateca*; as quais serão, de certo modo, privilegiadas em relação aos verbetes dos dicionários, como fonte documental, uma vez que correspondem melhor ao registo da língua-no-uso. Procedemos, em relação a esta última fonte documental, à redistribuição das ocorrências das três acepções atrás definidas, que contabilizámos nas seguintes percentagens relativas: A, c. 39%; B, c. 60%; C, c. 1%.

Salta à vista a escassa incidência estatística da acepção C, a qual corresponde ao rastreio de apenas 9 ocorrências, em mais de 900 resultados; o que é francamente contrastante com o não despreciando peso relativo atribuído a esta acepção, nos verbetes dos dicionários. É certo que os dicionários devem dar conta de todas as acepções de um termo (na medida dos possíveis), e a acepção geométrico-arquitectónica não pode ser, aí, de modo algum descurada. Isso não invalida, porém, que, na língua-em-uso da generalidade dos lusofalantes europeus, a acepção C demonstre ter, efectivamente, uma incidência mínima. Mas tudo depende do tipo de documentos sobre os quais se baseia a pesquisa, e das características culturais dos falantes implicados: a frequência do recurso a ‘*tronco*’, na acepção C, demonstrar-se-á certamente muito superior em documentos como um manual de Geometria, ou nas actas de um convénio de História da Arte.

Registe-se ainda que o uso da acepção botânica de ‘tronco’ é frequentemente metafórico, no *corpus* em análise. Glosando a metáfora convencional da “árvore genealógica”, ao interno da qual o ‘tronco’ assume os sentidos de ‘principal canal de transmissão’ e de ‘repositório das características essenciais a transmitir’, do *protótipo* ao *tipo* ou do *género* à *espécie*, abundam no *corpus* seleccionado expressões como a que define um país como «a raiz e o tronco da cultura da África Ocidental», ou como a que preconiza a «síntese entre todas as formas de religião em volta do tronco comum da <sabedoria das idades>»<sup>195</sup>. Estas metáforas convencionais representam quase 20% de todas as ocorrências do ‘tronco’ na acepção A (isto é, do “tronco botânico”).

A “metáfora botânica” demonstra-se frequentemente compósita; isto é, frequentemente a metáfora surge associada a outras metáforas cujo domínio-alvo se insere no mesmo campo semântico que o domínio-alvo da primeira, e com a qual cria uma unidade hierarquicamente superior de sentido: uma metáfora estrutural complexa, portanto (de acordo com a terminologia utilizada em LAKOFF/JOHNSON 2004, p. 88). É o que sucede em enunciados como o seguinte, também ele contido na procura de ‘tronco’ no *corpus* da *Linguateca*:

Ext **360944** (nd, 94a): «O **tronco** tem que ser definido pela Câmara, e as folhas e os ramos têm que ser o contributo da sociedade», avança Estrela, a sonhar com a construção do Conservatório Regional de Sintra, que poderá servir aos interesses dos vários grupos concelhios.

Outro caso notável de metáfora estrutural complexa é a expressão ‘*com cabeça, tronco e membros*’, que obviamente concerne à acepção B de ‘tronco’.

Passando, pois, ao conjunto das ocorrências integradas no grupo B, estas parecem-nos exigir, por sua vez, uma subdivisão tricotómica, que reflecta os sentidos atribuídos ao termo no *corpus* informático consultado, em contextos nos quais o ‘tronco’ assume uma clara significação “anatômica”. São estes:

B1 – parte do corpo humano;

B2 – parte do corpo de qualquer animal susceptível de tal atribuição;

B3 – parte do cérebro: dos animais, em geral, e dos seres humanos, em particular.

---

<sup>195</sup> Respectivamente, as ext.s 68981 e 497061.

Correspondem à aceção B1 cerca de 80% das ocorrências em contexto que foram englobadas nas ocorrências B, isto é, nas correspondentes ao ‘tronco anatómico’. Os restantes 20% são quase equitativamente distribuídos entre B2, B3 e um quarto tipo de ocorrências – quantitativamente mais representativa que B2 e B3 – que não pressupõem a divisão entre B1 e B2: a já mencionada metáfora ‘*com cabeça, tronco e membros*’<sup>196</sup>, já tratada numa secção deste trabalho<sup>197</sup>, a qual ocorre na procura em apreço 27 vezes<sup>198</sup>.

Existem ainda duas ocorrências registadas consecutivamente, ambas indiciadas como *ext. 364322*, em que nos deparamos com a expressão ‘*procurar/encontrar o tronco negro do Faraó*’, certamente metafórica, mas de que desconhecíamos de todo o significado, no que respeita seja ao domínio-alvo seja ao domínio-fonte. Pesquisas posteriores permitiram esclarecer os significados fundamentais de que a metáfora é portadora, ainda que o seu mecanismo de construção se mantenha obscuro. A expressão evoca o apuramento das capacidades criativas e de improvisação: em princípio, no âmbito do canto do *flamenco*, mas extensivo a todos os domínios da actividade humana – ainda que, sobretudo, àqueles que são mais propriamente artísticos ou que, de qualquer modo, implicam mais frequentes e mais intensas demonstrações de um particular estro pessoal.

Os dois documentos, disponíveis na Rede, que permitiram este esclarecimento são ambos assinados por Manuel Alegre<sup>199</sup>. Como afirma o poeta no segundo documento, previamente publicado no «Público» de 17/6/06 e em «El País» de 21/6/06, ‘*chegar ao tronco negro do Faraó*’ «é uma metáfora extraordinária e acho que ninguém definiu melhor a inspiração [do que Manuel Torres, o alegado inventor ou, pelo menos, divulgador da expressão]». Mas Manuel Alegre também adverte que a expressão lhe permanece, em boa parte, incompreensível: «Não me perguntem o que isto quer dizer»... Preferimos, pois, transmitir a interpretação proporcionada por Manuel Alegre, cientes da insuficiência que o mesmo lhe reconhece: é a única alternativa – ao menos por

---

<sup>196</sup> Ou ‘*ganhar/ter cabeça, tronco e membros*’, como ocorre nas *ext.s* 169610 e 196693, por exemplo: variantes que não distinguimos formalmente, porque isso só complicaria o cômputo das ocorrências observadas, sem qualquer benefício para a sua análise propriamente dita.

<sup>197</sup> V. III. 3.

<sup>198</sup> São as *ext.s* 29242, 61082, 169610, 196693, 203430, 366683, 402476, 455052, 518739, 586089, 681410, 710111, 767923, 792773, 923983, 952740, 1073091, 1095973, 1119897, 1149813, 1152463, 1229716, 1335641, 1347913, 1370352, 1414157 e 1533953.

<sup>199</sup> <<http://www.ps.parlamento.pt/?menu=opinioes&id=4046&leg=IX>> (11/8/06)

<<http://www.manuelalegre.com/index.php?area=1400&id=931>> (11/8/06)

agora – à tática anticientífica de ignorá-la pura e simplesmente, só porque a não conseguimos compreender em todas as suas implicações, de maneira satisfatória.

## 2.2. A acepção botânica

A acepção botânica poderia não exigir grandes comentários, em princípio, uma vez que o significado do termo como ‘caule (ou ramo particularmente grosso) das árvores’ é um dado adquirido da experiência colectiva dos lusofalantes europeus. Mas já se revela problemático decidir se o ‘tronco’ é “só” ‘o caule das árvores’ ou se pode ser, também, um ‘ramo grosso’ das mesmas, como se pode logo depreender das primeiras acepções que lhes atribuem os diversos dicionários.

Temos, assim, no FERREIRA 1999:

- tronco1  
[Do lat. truncu.]  
S. m.  
1. Bot. O caule das árvores. [É sempre muito grande e grosso, tendo crescimento secundário na casca e no cilindro central.]  
2. P. ext. Ramo grosso de árvore<sup>200</sup>.

E, por sua vez, no COSTA/SAMPAIO E MELO 1999:

**tronco** A. s. m. tipo de caule lenhoso (arbóreo) com ramificações e com entrenós longos .

E, por fim, no CASTELEIRO 2001:

**tronco**<sup>1</sup> (...) s. m. (*Do lat. truncus*). 1. Parte inferior das árvores, entre a raiz e a rama..

Como se vê, os dois dicionários portugueses consultados atêm-se exclusivamente à definição de ‘tronco’ como ‘caule’, e só o brasileiro considera a acepção daquele, «por extensão», como ‘ramo grosso de árvore’. Não cremos, porém, que esta seja uma acepção exclusiva do Português Brasileiro, até porque a mesma é regularmente atestada, sem quaisquer indicações sobre eventuais limitações diatópicas, tanto pelo MORAIS 1889 como pelo MACHADO 1981. Aliás, mesmo que perfilhássemos a definição “reduzida” do ‘tronco’ como ‘caule de árvore’, também a definição do que seja ‘uma árvore’, contrastivamente com o que será ‘um arbusto’ e ‘uma erva’ ou ‘uma planta herbácea’, é uma fonte de ulteriores problemas, como se verá já em seguida.

---

<sup>200</sup> Na versão *scripto* (FERREIRA 1986) : «2. P. ext. Ramo grosso de árvore; **cepo**» (negrito nosso).

O ‘tronco’ é um caule ‘lenhoso’ e, por isso, tanto pode designar o caule das árvores propriamente ditas como o dos arbustos – muitos dos quais são encarados pela generalidade das pessoas como uma espécie de “árvores em miniatura”. *Muitos deles*, com efeito, mas *não todos*, como se pode concluir da seguinte pesquisa em diversos dicionários e enciclopédias, em Português e em Italiano.

Assim, para o CASTELEIRO 2001, um ‘arbusto’ é uma «planta lenhosa, de menos de cinco metros de altura, sem um tronco principal, e que se ramifica a partir da base». Para a LEXICOTECA 1992, é o «nome atribuído às plantas lenhosas com caule ramificado desde a base, com as dimensões de 1-5 m de altura».

Parece, pois, que os dois critérios para a definição da categoria ‘arbusto’ deverão ser o *tipo de caule* e o *porte* da planta. O segundo critério, porém, manifesta-se incoerente e, talvez, deslocado: se uma planta com caule ramificado desde a base tivesse, eventualmente, mais de cinco metros de altura (e há-as assim)<sup>201</sup>, passaria a ser, então, uma *árvore*? E se uma árvore (com caule único, portanto) não chegar aos cinco metros – ou a 1m, pelo menos, segundo a LEXICOTECA 1992 –, é “despromovida” a arbusto? Num bom dicionário italiano, o ZINGARELLI 1999, o ‘arbusto’ é simplesmente definido como «planta lenhosa com caule perene, ramificado desde a base». A própria LEXICOTECA 1992, no artigo que dedica às *formações arbustivas*’ (s. v. do termo a negrito), fornece como exemplo destas o carrasco, a esteva e o medronheiro. É sabido, no entanto, que a esteva apresenta quase sempre um caule único – caule único que, nos casos do carrasco e do medronheiro, constitui mesmo a regra. Ainda sobre o medronheiro, o mesmo artigo da LEXICOTECA 1992 acrescenta que este é «geralmente um arbusto até 3m<sup>202</sup>, podendo ocasionalmente atingir o porte de árvore» (sublinhados nossos) – introduzindo, assim, a noção de que o medronheiro pode “evoluir” de arbusto para árvore.

Só passando das classificações “categoriais” às baseadas na noção de *protótipo* se podem conciliar essas duas ideias, aparentemente incompatíveis,

---

<sup>201</sup> Critério que é reduzido a **1 m**, como vimos, na LEXICOTECA 1992.

<sup>202</sup> Negrito nosso: nova incoerência, em relação ao reportado pela mesma fonte documental e por nós referido, algumas linhas atrás e na nota anterior.

sobre o que seja um arbusto: passando da rigidez definidora, portanto, à “vagueza” (*fuzziness*) dos processos de conceptualização, referida por Lakoff<sup>203</sup>.

Assim se pode estabelecer, na nossa opinião, que o ‘tronco’ só não pode designar o caule das plantas herbáceas, justamente pelo facto de este não ser ‘lenhoso’, pelo que podemos chamar ‘tronco’ tanto ao caule (ou a um ramo grosso) de uma azinheira ou de um abrunheiro como ao caule (mas não a um ramo, que nunca poderá alcançar a envergadura necessária para “merecer” tal designação) de um carrasco ou de um medronheiro. Ao invés, será certamente sentido como pouco correcto, da parte de alguns lusofalantes europeus com uma cultura botânica mais desenvolvida, a eventualidade de alguém se referir ao caule de uma bananeira como ao seu ‘tronco’, uma vez que a bananeira é uma herbácea. É, contudo, bastante provável que a maioria dos lusofalantes europeus não sintam quaisquer hesitações em referir-se ao caule da bananeira como a um ‘tronco’, levados pelo porte da planta e pela sua configuração geral, que fazem com que a bananeira se vá colocar mais proximamente aos exemplos centrais, ou protótipos, da categoria radial ÁRVORE do que aos que serão próprios da categoria radial ERVA.

Aliás, a tripartição das plantas em ervas, arbustos e árvores já de há muito foi abandonada no âmbito científico. Permanece, contudo, na “enciclopédia não escrita” da sabedoria popular, bem como, ainda, nalgumas definições dos dicionários ou das enciclopédias<sup>204</sup>.

### 2.3. A acepção anatómica

Note-se que o FERREIRA 1999 considera a parte anatómica chamada ‘tronco’ como exclusivamente *humana*, iludindo, assim o facto de a mesma também poder ser uma «parte do corpo (...) dos vertebrados» (CASTELEIRO 2001) ou uma «parte desenvolvida do corpo de um animal superior» (COSTA/SAMPAIO E MELO 1999). Por sua vez, a expressão «animal superior», do COSTA/SAMPAIO E

---

<sup>203</sup> Cfr. a propósito BATORÉO 2000, pp. 127 e 132-133.

<sup>204</sup> Essa tripartição tradicional só muito raramente é ainda hoje explicitada nos dicionários, nas enciclopédias ou nos livros de Botânica, mas comparece, esporádica e parcelarmente, quer nos últimos, quer nos primeiros, sob a forma de referências isoladas à classificação como erva, como arbusto ou como árvore de uma dada planta. A fuga geral à explicitação dessa conceptualização tradicional não se efectivou (pelo menos até agora), no entanto, no verbete que dedica à palavra *planta* o já citado ZINGARELLI 1999: «Denominação genérica de cada organismo vegetal, seja este herbáceo, arbustivo ou arbóreo».

MELO 1999, não deixa de ser um tanto ou quanto equívoca<sup>205</sup>. Assim, de entre os dicionários consultados, a definição mais completa e precisa do emprego do termo, em sentido anatómico, é, a nosso ver, a proporcionada pelo CASTELEIRO 2001: «3. Parte do corpo do homem e dos vertebrados composta pelo tórax e abdómen e à qual estão ligados a cabeça e os membros».

Dos três dicionários seleccionados, só o FERREIRA 1999 fornece a particular acepção anatómica que aqui tornamos a reproduzir: «Designação genérica de porção principal, habitualmente curta, de nervo ou de vaso sanguíneo ou linfático». A sua relativa raridade, em âmbitos não especialísticos, leva-nos a considerar tal acepção como marginal, no âmbito desta análise, ainda que isso nos não exima de a assinalar. O mesmo se diga de uma outra acepção presente, esta, exclusivamente no COSTA/SAMPAIO E MELO 1999: «tórax, nalguns animais, especialmente insectos».

Podemos desde já adiantar, aliás, que a acepção de *tronco* atrás referida como apenas presente no FERREIRA 1999, entre os dicionários consultados, de ‘porção de nervo ou de vaso sanguíneo ou linfático’, nem uma só vez comparece, nas mais de 900 ocorrências em contexto seleccionadas na *Linguateca*. Pelo contrário, a *Linguateca* fornece-nos múltiplos exemplos de uma outra acepção anatómica ignorada pelos três dicionários chamados à colação, como se verá em seguida, no capítulo 3.

### **2.3.1. Discrepâncias entre as acepções dicionariais de B1 e as decorrentes da análise das ocorrências da *Linguateca***

Se a acepção dita “anatómica” de ‘*tronco*’ se desdobrava, no FERREIRA 1999, no sentido de «Designação genérica de porção principal, habitualmente curta, de nervo ou de vaso sanguíneo ou linfático», e se esse sentido nunca comparece entre as cerca de 500 ocorrências do TRONCO ANATÓMICO no *corpus* da *Linguateca*, pelo contrário há um sentido do TRONCO ANATÓMICO que comparece neste *corpus* e é de todo desconhecido nos três dicionários consultados: trata-se do TRONCO CEREBRAL, que pelo contrário na *Linguateca* ocorre pelo menos 33 vezes<sup>206</sup>.

---

<sup>205</sup> *Animais superiores* eram, na classificação aristotélica, *os que nascem dos seus semelhantes*, característica que se considerava própria das aves, dos peixes e dos mamíferos. Segundo a mesma concepção, os *animais inferiores* – insectos, crustáceos, moluscos – surgiam por geração espontânea.

<sup>206</sup> Por exemplo nas ext.s 16267, 618768 e 836540.

### 2.3.2. Hipótese de fundo

Uma primeira análise superficial dos dados recolhidos suscita-nos uma hipótese que só em seguida, com a exploração sistemática das ocorrências em contexto do lexema ‘*tronco*’, poderá vir a ser confirmada ou invalidada: a de que em nenhum enunciado recolhido nos *corpora* consultados – ou, então, só num número percentualmente muito reduzido de tais enunciados – o ‘*tronco*’ é conceptualizado como algo diverso ou mais extenso do que o “mero” ‘*tórax*’, ou ‘*torso*’, ou ‘*busto*’. A validade desta hipótese só se poderá apurar, pois, no final do capítulo.

### 2.3.3. Um caso particular da aceção B1: ‘*de/em tronco nu*’: uma expressão “unissexo”?

Tendo em conta as diferenças anatómicas entre o tronco de um ser humano de um sexo ou do outro, pelo menos a partir de uma fase pré-adolescencial do seu desenvolvimento físico, torna-se necessário apurar se as expressões ‘*em tronco nu*’, ‘*de tronco nu*’, e outras que com estas mantêm uma forte parentela semântica e pragmática (como as que abordaremos mais adiante), se referem – quando com elas se visam adolescentes ou adultos – indiferentemente a indivíduos de um e do outro sexo, ou se não. Uma das extensões, a n.º 126148, parece apontar para um uso sexualmente discriminatório de ‘*tronco*’, pois que nela se fala de «lésbicas de seios desnudados» e de «*gays de tronco nu*»: como se só a um homem despido da cintura para cima se demonstrasse adequada a expressão ‘*de/em tronco nu*’, e a uma mulher nos mesmos preparos, antes, a de ‘*de seios nus*’, ‘*de seios desnudados*’; ou até, com uma ponta de crítica implícita, ‘*de seios ao léu*’. É esta última opção por uma expressão alusiva, eivada de malícia eufemística, que cremos se evidencie na ocorrência que reproduzimos:

Ext **785380**: Porém, para mal dos nossos pecados, muito recentemente Cindy foi fotografada nas Caraíbas em, digamos, **tronco nu**.

É igualmente digno de nota que o emprego de ‘*tronco*’ onde seria mais de esperar o de ‘*peito*’ acabe por referir-se exclusivamente, nos exemplos a que tivemos acesso, a sujeitos de sexo masculino. É o que sucede nas extensões 121163 e 160786, por exemplo, e na que reproduzimos:

Ext **124299**: Quando Bob Dylan interpretava, ao vivo, o tema «Love Sick», subiu ao palco um jovem em cujo **tronco** nu tinha escrito a negro «Soy Bob».

Por outro lado, a hipótese da focalização maioritária, se não mesmo exclusiva, do *'tronco nu'* sobre o *'tronco masculino'* (e, mais precisamente, sobre aquela parte do tronco que constitui o *'peito'*), que parecia corroborada pela ocorrência da menção a «lésbicas de seios desnudados» e a «gays de tronco nu», é em parte confirmada pela análise do total das ocorrências de *tronco nu*: num total de referências ao *'tronco nu'* estimável em cerca de 120, são mais de 100 aquelas em que o *'tronco nu'* é, seguramente, um tronco masculino<sup>207</sup>. São de somar a esta centena de referências ao *'tronco masculino'* as ocorrências, limitadas a uma só unidade para cada uma delas, das expressões *'de tronco desnudado'* e *'exibindo o tronco'* (sendo que, nesta última, a referência em contexto é, claramente, ao *'tronco nu'*)<sup>208</sup>. Mas também nos deparamos com casos de *'tronco nu'* seguramente *feminino*, que é o que veio a verificar-se nas extensões 164883, 311206 e 344630. Nas extensões 367504 e 401902, então, a expressão aplica-se igualmente a homens e mulheres – e até há o caso de um *'tronco nu'* claramente *hermafrodita*, que reproduzimos para esclarecer o sentido desta nossa classificação:

Ext **333334** (clt, 92a): No primeiro, como num padrão de tecido ou papel de parede (aliás alargado a todo o espaço mural numa recente instalação na Galeria Paula Copper, de Nova Iorque), duas imagens: um jovem deitado sob um lençol, dorme; um homem pende, em silhueta, da árvore onde se enforcou, um **tronco** nu divide-se em (ou reúne?) duas realidades, a metade direita é masculina, a esquerda feminina.

Da análise de todos os dados recolhidos, a única conclusão que parece apropriada é que o uso de *'tronco nu'*, como expressão referida a indivíduos do sexo masculino, se mantém maioritário mas já não exclusivo, como se pode supor que terá sido, até um passado bastante recente. Esta suposição baseia-se, aliás, não só na experiência pessoal de quem escreve, enquanto lusofalante europeu autóctone, mas também na consulta do número integral das ocorrências de *'tronco'* no *corpus* da *Linguateca*.

---

<sup>207</sup> Cfr., por exemplo, as ocorrências n.ºs 10623, 35695, 42768, 49135, 71773, 73506, 77746, 89168, 94339, 1298664, 1320061.

<sup>208</sup> Respectivamente, ext.s n.º 150310 e 391083.

#### 2.3.4. Ainda a acepção B1: o predomínio da *imagem frontal*

O facto, previamente mencionado, de que em certas circunstâncias (já descritas) uma parte do ‘tronco’, o ‘peito’, possa substituir metonimicamente o “todo”, que neste caso é o próprio ‘tronco’, motiva algumas especificações semânticas que não devem passar sem o devido realce. Com efeito, a imagem mental suscitada pela palavra ‘tronco’, quando aplicada na acepção B1, parece incidir quase sempre sobre *a parte da frente*, que é o alvo da perspectiva adoptada. Mantém-se assim, geralmente, num plano recuado e secundário a conceptualização global do ‘tronco’ como constituído pelo ‘peito’, pelo ‘ventre’ e pelas ‘costas’ (pelo menos, já que dentro em pouco será introduzido ainda outro seu constituinte).

Chegámos a pensar que essa tendência para privilegiar a perspectiva frontal estivesse intimamente relacionada com o predomínio – na chamada *cultura ocidental*, pelo menos – de esquemas visivos, dinâmicos e posicionais que podem ser imageticamente sugeridos pelo MODELO ARQUITECTURAL ROMANO: o qual, ao contrário do que sucede com o modelo grego clássico ou com o bizantino, privilegia decididamente a *FRONTALIDADE*. Com efeito, é necessário tomar sempre em consideração a tripla possibilidade de que a conceptualização dependa de elementos biológicos, de elementos culturais ou de uma combinação de ambos. No caso vertente, a nossa tendência inicial a privilegiar o elemento cultural parece não ter qualquer razão de ser, pois que a frontalidade manifesta dispor, neste caso, de uma base indiscutivelmente biológica, como defende Hanna Batoréo:

Do ponto de vista biológico, o homem dispõe de um aparelho sensorial bilateral constituído por olhos para ver, ouvidos para ouvir, boca para apreciar o sabor, nariz para sentir os cheiros e lábios, mãos, dedos e cara para, privilegiadamente, experienciar o toque. Todos estes órgãos estão agrupados numa parte do corpo, que é a parte anterior, mostrando maior sensibilidade para os estímulos vindos da frente do que dos vindos de outros lados. O aparelho perceptivo do organismo humano faz com que se possa falar numa assimetria do seu corpo e, conseqüentemente, na sua divisão em dois planos verticais sagitais – o da frente e o de trás<sup>209</sup>.

Já um outro elemento constitutivo do conceito imagético de ‘tronco’, o ‘flanco’, parece dispor de uma base eminentemente cultural, como claramente se deduz da nota 194 a BATORÉO 2000, p. 123, onde a autora cita um passo de Wierzbicka (1992, pp. 7-8) que passo a reproduzir (parcialmente):

---

<sup>209</sup> BATORÉO 2000, p. 259.

For example, the Eastern Aztecs in Central America don't have a special word for the side of the body – they only distinguish between the thorax and the abdomen – so that when a Bible translator wants to say that Jesus was pierced in the side, he must decide whether he was pierced in the side below the ribs or between the ribs, because there is no general word for 'side'. (Nida and Taber, 1969).

Na verdade, talvez não deixe de ser significativo, em termos culturais (se é que não se trata, simplesmente, de uma idiosincrasia pessoal), que nós próprios tenhamos ignorado por completo a componente '*flanco*', até nos termos deparado com ela no passo transcrito. Pode-se formular, com as devidas cautelas, a hipótese de que a nossa visão do espaço, e dos objectos no espaço, continue a ser predominantemente *euclidiana*, isto é, essencialmente *bidimensional*. Se assim for, compreende-se melhor que privilegiemos a *fachada* – a qual terá o mesmo valor, no *frame* em que se nos oferece a imagem do objecto, do que o *recto* da folha sobre a qual se desenha uma figura: o *verso* da folha **existe** (nem o *recto* poderia existir, sem ele), mas, no fundo, para nós é *como se não existisse*... E, se já o *verso* (*i. e.*, as *costas*, no âmbito que prioritariamente nos empenha) é tratado como insignificante, muito menos importância terá ainda – uma importância *praticamente nula*, na verdade –, no mesmo processo conceptual de *framing*, a parte lateral: o '*flanco*' de uma *folha*, ou de qualquer outra superfície plana, é de todo ignorável e tende, idealmente, para zero...

### **2.3.5. Discussão dos limites anatómicos do 'tronco' e da conceptualização das suas 'partes'**

Como já referimos em III.5, a definição anatómica do '*tronco*', ainda que nos dicionários pareça completa e inequívoca, depois, tanto no uso concreto do lexema em situações comunicativas como na demarcação enciclopédica do conceito de TRONCO – sempre na sua acepção anatómica –, revela estar submetida a um paradigma experiencial não coincidente com o seu paradigma metalinguístico. Em suma, parece haver um contraste entre aquilo que é *efectivamente concebido como* TRONCO (anatómico) *pelo falante-ouvinte e aquilo que o dicionário diz que o 'tronco' (anatómico) é.*

Os primeiros sintomas da situação acabada de descrever podem ser ilustrados através da consulta dos artigos da *Wikipédia*, os quais nos parecem reflectir, pela própria natureza “aberta” dos contributos que a compõem, um bom

“espelho” não apenas das acepções científicas dos termos, mas sobretudo dos *modelos* ou *teorias populares* (*folk models* ou *folk theories*, em LAKOFF 1987, p. 118, por exemplo) desenvolvidos a propósito de tais termos e das conceptualizações que lhes são inerentes, por parte de cada comunidade linguística. As crenças e as impressões gerais que são próprias de tais modelos, adscritíveis a uma vaga mas estável e influente “sabedoria das nações”, são as que, afinal, mais vigorosamente enformam as nossas conceptualizações e categorizações.

Assim, uma consulta sobre ‘*tronco*’, na dita enciclopédia *on-line*, permite-nos verificar uma discrepância taxonómica na subdivisão anatómica dessa parte do corpo, consoante a língua em que foram redigidos os artigos. Assim, segundo o artigo português da Wikipédia, o tronco divide-se em ‘*tórax*’ e ‘*abdómen*’<sup>210</sup>. Segundo a versão francesa da mesma enciclopédia *on-line*, o tronco reparte-se em ‘*thorax*’, ‘*abdomen*’ e ‘*petit bassin*’<sup>211</sup>; versão que pouco se distingue da sua correspondente italiana, que propõe uma divisão em ‘*torace*’, ‘*addome*’ e ‘*bacino*’<sup>212</sup>. Na versão espanhola a divisão é também tripartida, como na francesa e na italiana, mas resulta organizada diversamente, dividindo ‘O ESQUELETO’ DO TRONCO em ‘*coluna vertebral*’, ‘*tórax*’ e ‘*pélvis*’, e definindo o ‘*abdómen*’ como “uma zona intermédia” entre estas duas partes, que são descritas do seguinte modo:

- Tórax

Caja ósea elástica que contiene los pulmones y corazón, y en cuya parte superior se fijan los miembros superiores o *torácicos* mediante la cintura escapular, primer segmento del miembro correspondiente. Es decir, la cintura escapular no pertenece al tórax.

El tórax lo forman:

1. Porción dorsal de la columna vertebral, por detrás.
2. El esternón, delante y arriba, en el centro.
3. Las costillas, por detrás, delante y a los lados.

---

<sup>210</sup> V. o documento registado em CD-ROM como *Tronco\_(anatomia) Wiki port.*, na “*pastas*” *Documentos 10*.

<sup>211</sup> V. o documento registado em CD-ROM como *Tronc\_(anatomie) Wiki fr.*, na “*pastas*” *Documentos 10*.

<sup>212</sup> V. o documento registado em CD-ROM como *Tronco\_(anatomia) Wiki. it.*, na “*pastas*” *Documentos 10*. No entanto, note-se que ‘*bacino*’/‘*bassin*’ e ‘*petit bassin*’ não são precisamente a mesma coisa: não têm a mesma extensão, pois o *petit bassin* corresponderá, afinal, só a uma parte do ‘*bacino*’/‘*bassin*’. Deixamos o aprofundamento dessa questão para quem estiver interessado em levar ainda mais a fundo a comparação dos artigos em questão: para os nossos objectivos imediatos, o grau de análise já atingido deverá ser suficiente.

<sup>205</sup> Consultável em <[http://es.wikipedia.org/wiki/Tronco\\_%28anatom%C3%ADa%29](http://es.wikipedia.org/wiki/Tronco_%28anatom%C3%ADa%29)>.

- Pelvis

Especie de receptáculo en la parte inferior del tronco conformado por:

1. Los coxales
2. El sacro
3. El cóccix

Los coxales de la pelvis son además la cintura pelviana que fija los miembros inferiores al tronco, mientras que sacro y cóccix son el final de la columna vertebral.

Entre la pelvis y el tórax se encuentra en el individuo vivo el abdomen, de paredes esencialmente musculares.

El tronco aloja los órganos del aparato cardiopulmunar -corazón, pulmones y grandes vasos, y los órganos responsables de la digestión - estómago, intestino- y glándulas anejas -hígado, páncreas-. Asimismo contiene el aparato urinario -riñones, vejiga-, y el aparato reproductor femenino-útero, ovarios, trompas de Falopio<sup>213</sup>.

Não se pense, contudo, que uma enciclopédia *on-line* produzida por desconhecidos, e livremente emendada por outros autores igualmente anónimos, seja necessariamente uma fonte particularmente suspeita: dentro da Wikipédia encontra-se um pouco de tudo, do ponto de vista qualitativo, desde os estudos mais avançados sobre qualquer assunto até à apresentação de artigos fantasiosos, ou simplesmente medíocres, sobre personagens ou acontecimentos históricos. Os artigos que as diversas edições nacionais desta enciclopédia informal dedicam ao ‘tronco’ são, por exemplo, largamente superiores ao que encontramos na LEXICOTECA 1992, onde, sob ‘tronco’, só se nos deparam as acepções *botânica* e *geométrica*, permanecendo de todo ignorada aquela que de momento mais nos interessa, isto é, a *anatômica*<sup>214</sup>.

Voltando, pois, ao artigo que a edição espanhola da Wikipédia dedica ao *tronco anatómico*, note-se como nele se atribui um papel taxonómico fundamental ao *aparato esquelético*, que é o que define as diversas partes ou zonas do tronco: *coluna vertebral*, *tórax* e *pélvis*. O destaque particular dado aí à *coluna vertebral* é um elemento *sui generis*, quando se compara o artigo espanhol com os seus congéneres da Wikipédia nas outras línguas consideradas.

---

<sup>214</sup> O facto relevado envolve tanto a edição dos 18 Tomos da LEXICOTECA 1992 como os seus suplementos anuais igualmente consultados, que constituem os Tomos XIX e XX. A lacuna aqui relevada deverá ter que ver com a origem alemã da dita enciclopédia, associada a uma pouco cuidada revisão desta parte da sua versão portuguesa: com efeito, em Alemão o ‘tronco’ na sua acepção anatómica diz-se ‘*Rumpf*’, enquanto as acepções botânica e geométrica correspondem respectivamente, *grosso modo*, a ‘*Stamm*’ e a ‘*Stumpf*’.

Mas o mais curioso, a nosso ver, é o facto de que os artigos em Português e em castelhano reflectem uma concepção da parte inferior do tronco – seja esta definida como ‘*abdómen*’, como sucede no caso português, seja como ‘*pélvis*’ ou ‘*bacia*’, no espanhol e no italiano – em que a mesma é dada como parcialmente *assexuada*, ou pelo menos reduzida a uma parte do aparelho genital *feminino*. Com efeito, o artigo em Português informa que

O *abdómen*, ou seja, a parte inferior (anterior) do tronco, abaixo ou atrás do diafragma, alberga os órgãos do sistema digestivo, do sistema urinário e, **especialmente no caso das mulheres**, os órgãos sexuais internos [negrito nosso].

O artigo espanhol também não difere sob esse aspecto, uma vez que, como vimos, declara que «el tronco (...) contiene (...) el aparato reproductor femenino», mas não faz a mínima referência ao *aparato reproductor masculino*.

O artigo italiano diverge do anterior (e de todos os outros compulsados) na conceptualização proposta, pois subdivide a ‘*bacia*’ (it. ‘*bacino*’) em «diverse parti: l’osso sacro, il coccige, il pube, l’ischio e le ossa iliache» – sem qualquer referência directa, portanto, à eventual inclusão, nas partes assim delimitadas, dos órgãos sexuais femininos ou masculinos; mas pode-se deduzir que estão incluídos implicitamente na listagem, em virtude da referência explícita ao ‘*pube*’ (púbis).

É o artigo francês que reserva maiores surpresas, ao dividir a ‘*bacia*’ em ‘*bacia propriamente dita*’ (‘*bassin*’) e ‘*pequena bacia*’ (‘*petit bassin*’), excluindo a primeira do tronco (para a colocar aonde?):

En anatomie humaine, le **petit bassin** (aussi appelé **pelvis**) est une zone hémisphérique, de la forme et de la taille d’un petit bol, située à la base du bassin, sous la cavité abdominale.

Les organes qu’on y trouve sont essentiellement la vessie, l’urètre et le rectum, et selon les sexes :

Chez l’homme : la prostate, les vésicules séminales.

Chez la femme : le vagin, l’utérus, les trompes utérines, les ovaires.

O que se pode concluir, da análise comparativa dos diversos artigos expostos, é que todos eles manifestam uma espécie de *renitência* em relação a incluir expressamente os órgãos sexuais no quadro mais amplo do ‘tronco’. Quando o fazem, preferem concentrar-se sobre os órgãos sexuais femininos e, sobretudo (ou *exclusivamente*), sobre os órgãos internos do aparelho reproductor feminino. A ‘*vagina*’, em si, só consta do elenco francês – e o ‘*pénis*’, por seu

lado, de nenhum (pelo menos, explicitamente); o que parece confirmar as considerações por nós formuladas, antes, sobre a possibilidade de o pénis ser «visto como um *apêndice* ou um *membro*, não por acaso também dito *o membro viril*»<sup>215</sup>. O mesmo se pode dizer em relação às ‘*nádegas*’, que seguramente não são conceptualizadas como parte dos ‘*membros*’ (neste caso *et pour cause*, dos ‘*membros inferiores*’) mas dificilmente se concebem como parte integrante do ‘*tronco*’.

A relação entre o hiperónimo ‘*tronco*’ e os hipónimos ‘*abdómen*’, ‘*bacia*’, ‘*pélvis*’, etc., parece caracterizar-se, pois, pela mesma «vaguidade referencial ou indeterminação extensional da aplicação aos referentes» que Augusto Soares da Silva assinala, por exemplo, em relação à ‘*perna*’ e ao ‘*joelho*’, pois que «é impossível dizer com precisão onde é que acaba o joelho e começa o resto da perna» (SILVA 2006, p. 11).

Essa mesma *vaguidade referencial* ou *fuzziness* associa-se a um exemplo concreto de uma diferente subdivisão conceptual do ‘*tronco*’, no seio de outra língua e de outra cultura, *i. e.*, daquela que podemos designar (também algo *vagamente*) como *anglo-americana*. Com efeito, em LANGACKER 1990 (p. 20), o “pai” da Gramática Cognitiva refere-se às diversas circunstâncias em que «objective factors do not suggest any demarcation» e, como exemplo disso, formula a questão: «Where, for instance, does one’s *midriff* begin or end?». Ora, este ‘*midriff*’ – que é ‘a parte central do tronco’, mais ou menos situável em torno ao diafragma – é uma noção para a qual não dispomos de equivalente, nas conceptualizações do ‘*tronco*’ que são próprias das outras línguas europeias de que atrás nos ocupámos.

#### 2.4. A acepção geométrica

Na acepção “geométrica pura”, o termo *tronco* pode ser usado como adjectivo (*um cone tronco*) mas ocorre mais frequentemente como substantivo: ‘*um tronco de coluna*’, ‘*um tronco de cone/pirâmide*’, etc. O objecto dito ‘*tronco*’, nesta acepção, é um objecto geometricamente “regular”, não na medida em que apresenta lados iguais (o que não é o caso) mas na medida em que se apresenta *talhado, cortado, mutilado de um certo modo*, e não de qualquer maneira: a superfície do corte deve ser perfeitamente plana, por um lado; e, por

---

<sup>215</sup> V., a tal propósito, III.2.1.

outro, tal superfície deve intersectar (com maior ou menor inclinação em relação ao plano horizontal) o eixo vertical, central, do sólido geométrico.

Como já se referiu em IV.2.1, nos mais de 900 resultados da pesquisa para ‘tronco’, na *Linguateca*, registaram-se apenas 9 ocorrências do ‘tronco geométrico’, e nenhuma delas diz respeito à acepção ‘fragmento de coluna’.

## 2.5. Conclusões

### 2.5.1. ‘Tronco’: a evidência da polissemia

Numa perspectiva de síntese da análise semântica levada a cabo sobre o termo, constata-se a impossibilidade de estabelecer uma ordem de precedência, na emergência das três acepções básicas de tronco: a *botânica*, a *anatômica* e a *geométrica*. Ainda que as considerações etimológicas se reduzam a um papel marginal, neste tipo de abordagem, não deixa de ser significativo que já no caso do ‘*truncus*’ latino se demonstre impossível determinar, com absoluta certeza, se a forma “primigénia” é a do substantivo ou a do adjectivo. Ernout e Meillet consideram bastante provável, contudo, que o verbo seja posterior ao substantivo e ao adjectivo e que o substantivo seja, por sua vez, posterior ao adjectivo:

**truncus, -a, -um:** ébranché (d’un arbre: *trunca manu pinus regit* (*Polyphemum*) Vg. Ae. 3, 659); mutilé, privé de ses membres, tronqué (par oppos. à *integer*), joint à *mutilus, débilis*. Sens propre et figuré. La date tardive à laquelle apparaît *truncō* rend peu vraisemblable l’hypothèse selon laquelle *truncus* adj. serait dérivé du verbe.

**truncus, -i m.:** tronc de l’arbre, ou du corps humain; fût d’une colonne ou d’un piédestal, etc. Usuel et classique; semble attesté plus tôt que l’adjectif qui n’apparaît pas avant Vg. et T. L. Mais *truncus* par sa forme est plutôt un ancien adjectif, avec le même suffixe que dans *mancus*, etc.<sup>216</sup>

Se nos concentrarmos exclusivamente, agora, sobre as informações veiculadas por Ernout e Meillet a propósito do substantivo, verificaremos que lhes é de todo obscuro se o termo possuía inicialmente um significado botânico, um significado anatómico, um significado geométrico ou se, pelo contrário, já concentrava polissemicamente dois deles, ou mesmo os três.

A observação de Ernout e Meillet segundo a qual «La date tardive à laquelle apparaît *truncō* rend peu vraisemblable l’hypothèse selon laquelle

---

<sup>216</sup> A. Ernout/A. Meillet, *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*, Paris, Klincksieck, 1951<sup>3</sup>, s. v.

*truncus* adj. serait dérivé du verbe» parece ser uma resposta crítica à interpretação de Bréal, o qual via em *truncus*, na sua dualidade morfológica de substantivo e de adjetivo, uma forma de polissemia que o mesmo linguista caracteriza como «indirecta ou de segundo grau»<sup>217</sup>, na medida em que considera o substantivo como o ‘*truncus*’ “primordial”, do qual teria derivado o verbo e só posteriormente, a partir deste, se teria formado o adjetivo:

Em latim, *truncus* designa um tronco de árvore; quer também dizer «mutilado, incompleto». Mas enganar-nos-íamos se passássemos de um sentido ao outro: há um outro, intermédio, que não se pode omitir. De *truncus*, «tronco de árvore», veio *truncare*, «cortar, abater uma árvore». É este *truncare* que produziu o adjetivo *truncus*, o qual tem com o precedente [*truncus*, substantivo] um parentesco já mais distanciado<sup>218</sup>.

Mais cautamente, Ernout e Meillet deixam em suspenso a questão da hipotética “precedência filogenética” do substantivo em relação ao adjetivo ou vice-versa. Reconhecem que o adjetivo se encontra atestado em documentos mais tardios do que o substantivo, mas também observam que este último parece, ainda assim, derivar de um adjetivo “arcaico”.

Concentrando-nos agora exclusivamente sobre o substantivo, quanto a uma eventual “precedência” de uma das suas acepções sobre as restantes, Ernout e Meillet simplesmente não se pronunciam. Bréal é algo mais assertivo a tal propósito, uma vez que se limita a considerar a acepção *botânica* (que podemos deduzir, portanto, que reputasse a “primordial”), no passo citado, e não volta ao assunto nessa sua obra.

O ‘*tronco*’ revela-se, pois, um exemplo particularmente incisivo do conceito de polissemia, uma vez que se demonstra inútil procurar apurar, sequer, qual teria sido o hipotético “primeiro sentido” do termo: com efeito, o facto de que se trate sempre de um objecto desprovido de apêndices, ou considerado isoladamente dos apêndices que possa ter, não nos permite distinguir, nem sequer ao nível do étimo latino, se esse provável “primeiro significado” seria adscrevível ao âmbito geométrico, ao vegetal ou ao animal. A evidência da polissemia de ‘*tronco*’ encontra-se, pois, justamente na co-presença das suas três acepções básicas, entre as quais nem sequer é possível estabelecer, com certeza, uma ordem de prioridade ao nível diacrónico.

---

<sup>217</sup> BRÉAL 1992, p. 112.

<sup>218</sup> *Cit.*, p. 113.

### 2.5.2. Metaforização das três acepções básicas

Da análise dos dados fornecidos pela *Linguateca* e pelos dicionários, salta à vista que é quase sempre a *acepção A*, isto é, a *acepção botânica*, que é metaforizada. A *acepção B*, isto é, a *anatômica*, só nos surge metaforizada em três expressões concretas: na já abundantemente discutida expressão ‘*com cabeça, tronco e membros*’, reportada só pelo CASTELEIRO 2001, entre os dicionários, e frequentíssima no *corpus* da *Linguateca*, como já tivemos ocasião de verificar; na enigmática expressão acerca do ‘*tronco negro do Faraó*’, presente igualmente na *Linguateca*, e de que já tivemos ocasião de nos ocuparmos; e noutra das ocorrências registadas neste último *corpus*, que passamos a reproduzir:

Ext **1529692**: Os outros devoravam o **tronco** melódico, enquanto os Swans flagelavam os membros rítmicos.

No fundo, também neste caso nos encontramos perante a metáfora ‘*com cabeça, tronco e membros*’: falando de um conjunto musical, atribui-se a cada uma das três partes do corpo uma característica musical. Ainda que aqui só se nos apresentem as características musicais que têm que ver com os ‘*membros*’ e com o ‘*tronco*’, é fácil deduzir que uma terceira, a *harmonia*, devia já ter sido ou estaria para ser metaforizada, naquele contexto, pela ‘*cabeça*’ – que também, como metáfora do COMANDO, pode estar pela ‘*mente centralizadora*’ que organiza e dá unidade à actividade dos executantes. Não são porém, os ‘*membros do conjunto musical*’ que são metaforizados como ‘*partes distintas de um corpo*’, mas a própria música, que aqueles ‘*maltratam*’ e ‘*canibalizam*’, num sentido, também, amplamente metafórico (que julgamos inútil aprofundar, nesta sede).

Quanto à *acepção C*, ou “geométrica pura”, não nos foi dado revelar nenhuma sua extensão metafórica, o que certamente se prende com o seu uso especializado, ao interno de discursos de carácter quase exclusivamente técnico-científicos.

A polissemia de ‘*tronco*’, no que respeita às suas extensões metafóricas, pode ser esquematizada do seguinte modo:

	<b>expressões metafóricas</b>	<b>expressões metafóricas que explicitam a metáfora estrutural complexa subjacente</b>
<b>acepção botânica</b>	<i>‘a raiz e o tronco da cultura da África Ocidental’; ‘todas as formas de religião em volta do tronco comum da «sabedoria das idades»’ (Linguatca, ext.s 68981 e 497061)</i>	UMA ENTIDADE (ABSTRACTA OU CONCRETA) ARTICULADA, COMPLETA E HARMONIOSA É UMA ÁRVORE: ‘com raiz, tronco e copa’: <i>‘o tronco é a Câmara, as folhas e os ramos...’ (Linguatca, ext. 360944)</i>
<b>acepção anatómica</b>	<i>‘o tronco negro do Faraó’</i>	UMA ENTIDADE ABSTRACTA ARTICULADA, COMPLETA E HARMONIOSA É UM ANIMAL VERTEBRADO: <i>‘com cabeça, tronco e membros’</i> : inúmeros exemplos, entre os quais a Ext <b>1529692</b> : <i>‘Os outros devoravam o tronco melódico...’</i>
<b>acepção “geométrica pura”</b>	-----	-----

Quadro N

### 2.5.3. O ‘tronco anatómico’: uma focalização restritiva que nem sequer se pode dizer, propriamente, *metonímica*

Concentrando-nos sobre o ‘tronco anatómico’, verificamos uma singular uniformidade de focalização, em todas as ocorrências consultadas em que o termo nos é apresentado no seu natural contexto frásico. Com efeito, seja nas cerca de 300 ocorrências desta acepção (num total de cerca de 900, para ‘tronco’ nas diversas acepções) em que o lexema nos surge anotado em contexto, no *corpus* da *Linguatca*, seja no único exemplo presente no CASTELEIRO 2001 para esta acepção<sup>219</sup>, a parte do ‘tronco anatómico’ focalizada reduz-se sempre ao ‘tórax’ propriamente dito, nunca implicando nem o ‘abdómen’ nem a ‘bacia’.

O recurso ao hiperónimo ‘tronco’ no lugar de ‘peito’, assinalado em 3.1, poderia parecer configurar um exemplo daquela espécie de metonímia em que,

<sup>219</sup> Também se encontra, num dos dicionários sistematicamente compulsados, uma abonação seleccionada de um texto de Aquilino Ribeiro, na qual a focalização do ‘tronco’ como só TÓRAX, ou como TÓRAX + ABDÓMEN, ou como TÓRAX + ABDÓMEN + BACIA, resulta pouco clara: «<um homem de meia idade [...] de alta estatura a julgar pelo tronco que emergia do tamborete.> (AQUILINO, *Uma Luz ao Longe*, p. 37)» – CASTELEIRO 2001, s. v. ‘tronco’. Como já tivemos ocasião de verificar, os verbetes dos outros dois dicionários, para a mesma entrada, carecem deste tipo de atestações – pelo menos, no caso da entrada em apreço.

ao contrário da mais habitual referência à PARTE PELO TODO, nos deparamos com a do TODO PELA PARTE; mas, se não se dá sequer a conceptualização do ‘tronco’ como TODO, como pensamos ser, efectivamente, o caso, não é sequer o caso de falar de *metonímia conceptual*, mas apenas de um caso – particularmente digno de nota – de *focalização restritiva*, já ao nível conceptual, que “precede” e “ordena” a selecção das expressões linguísticas.

O ‘tronco’ demonstra-nos, pois, no Português Europeu, um grau de indefinição ou de difusão tópica e taxonómica, semelhante ao que já antes se verificara (em III.5) para a unidade conceptual infantil CABEÇA+TRONCO – com a diferença que esta última correspondia a uma fase evolutiva, transitória, na conceptualização do corpo, por parte da criança, e que, ao invés, a indefinição dos limites anatómicos do TRONCO se revela uma constante, mesmo nos lusofalantes portugueses adultos.

Pode-se induzir, pois, que a generalidade dos lusofalantes portugueses opera, sobre o conceito de TRONCO, uma focalização restritiva que limita a aplicação do mesmo à *parte superior do ‘tronco’*<sup>220</sup>, do ponto de vista do enquadramento visual do indivíduo erecto; focalização que, muito provavelmente, corresponde a uma conceptualização dos órgãos aí situados como agentes, instrumentos ou “sedes” de funções biológicas (inclusivamente, *mentais* ou *espirituais*) qualitativamente “superiores” às que dependem dos órgãos sediados “mais abaixo”. Mas não é o caso de enveredar – ao menos no presente estudo – pelo caminho do aprofundamento destas considerações hipotéticas, ainda que nos pareçam cientificamente prometedoras. O que nos parece certo e seguro, após a análise levada a cabo, é que a hipótese formulada em IV.2.3.2, segundo a qual «em nenhum enunciado – ou, pelo menos, num número percentualmente muito reduzido – recolhido nos *corpora* consultados o *tronco* é conceptualizado como algo diverso ou mais extenso do que o “mero” ‘*tórax*’, ou ‘*torso*’, ou ‘*busto*’», encontra plena confirmação nos dados analisados.

---

<sup>220</sup> A noção de focalização restritiva deriva dos conceitos de *imagery*, de *focal area*, de *focusing operation* e de *focus*, tal como as mesmas nos são apresentadas em LANGACKER 1990, respectivamente a pp. 5-8, 49-50, 95 e 248-249.

#### **2.5.4. O ‘tronco anatómico’: restrições de uso “em vias de extinção”?**

De quanto foi analisado e discutido em IV.2.3, pode-se deduzir que a evolução das culturas de modelo ocidental vem implicando uma gradual emancipação feminina e uma evolução dos costumes, tendentes à igualdade entre os sexos: o que faz com que o *‘tronco’* vá deixando de ser uma espécie de “apanágio verbal” exclusivamente masculino.

### 3. ‘Olhos’, ‘olhar’, ‘ver’: elementos neurofenomenológicos, *frames* culturais e respectivas manifestações linguísticas

#### 3.1. Critérios de selecção dos presentes objectos de estudo

Este capítulo ocupar-se-á da análise tanto das definições e das ocorrências em contexto de ‘*olho*’ e ‘*olhar*’ como das que dizem respeito a ‘*ver*’. Ainda que a abordagem de ‘*ver*’ possa parecer ligeiramente deslocada em relação aos nossos objectos imediatos de estudo – que são, prioritariamente, os termos com que no Português Europeu se designam algumas partes ou órgãos do corpo – , cremos que a *função*, a *actividade*, a *possibilidade* de ‘*ver*’ são elementos a não descurar, de acordo com a perspectiva neurofenomenológica que enforma o nosso esforço analítico. Além disso, a lexia ‘*ver*’ integra expressões como ‘*ver com bons/maus olhos*’, ‘*ver com olhos de ver*’, ‘*Olho não vê, coração não sente*’, etc. – as quais são, por sua vez, de uma pertinência que se nos afigura dificilmente discutível, num trabalho como o presente. Estas expressões, assim como muitas outras igualmente atinentes, constituem “blocos de sentido”, que devem ser abordados como tal: isolar artificialmente a parte sobre a qual, em princípio, deveria incidir prioritariamente a nossa atenção – isto é, ‘*olho*’, ‘*olhos*’ – equivaleria a desvirtuá-las, a fazer-lhes *perder o sentido*: uma espécie de “amputação” arbitrária que falsearia os dados a analisar e, conseqüentemente, as conclusões a que os mesmos nos podem e devem conduzir.

Em princípio, a nossa abordagem também deveria reservar algum espaço ao nome ‘*vista*’, uma vez que este se demonstra intercambiável com ‘*olhos*’ em tantas expressões (um exemplo por todos, ‘*Longe da vista/Longe dos olhos, longe do coração*’), sem que isso incida sobre o significado das mesmas. No entanto, mesmo por causa dessa intercambiabilidade eximir-nos-emos de lhe dedicar um tratamento particular, evitando assim tediosas e inúteis repetições.

Procuraremos associar, ainda, os elementos neurocognitivos atinentes ao acto de ‘*ver*’ com a respectiva análise semântica, mormente nos casos das

expressões idiomáticas e dos ditados que os dicionários não atestam, ou atestam em proporções insuficientes. Sempre que possível servir-nos-emos, então, das abonações encontradas nos *corpora* informáticos consultados; e, quando mesmo estes se revelarem estéreis ou parcos de exemplos, apelaremos para a nossa experiência pessoal, tanto em termos de recolha de referências escritas (propriamente *literárias*, ou não) como de memórias registadas, na nossa qualidade de falante-ouvinte nativo.

A necessidade de tomarmos na devida consideração os já mencionados elementos neurocognitivos atinentes ao acto de ‘*ver*’, e a circunstância de ‘*ver*’ se combinar com ‘*olho(s)*’ e ‘*olhar*’ em muitas expressões, tornando inútil ou contraproducente a análise separada de cada um dos lexemas, leva-nos a introduzir desde já os considerandos necessários a uma abordagem fenomenológica da função e do acto complexo que, afinal, é ‘*ver*’.

### 3.2. Hipóteses iniciais

Já verificámos, em III e IV, que o *embodiment* conceptual nos reservava algumas conclusões inesperadas, tanto no que respeitava à unidade CABEÇA+TRONCO, nas crianças de cerca de três anos de idade, como nos próprios adultos, pelo que concernia à focalização restritiva de TRONCO. Por isso mesmo, não esperamos que, agora, para os ‘*olhos*’ e para o léxico básico dos processos perceptivos e cognitivos que estes possam implicar, o *embodiment* “restrito” nos traga, na produção de expressões concretas da língua e ao nível conceptual subjacente, quaisquer confirmações das explicações neurofenomenológicas que as Ciências Cognitivas vêm formulando sobre tais processos. Será antes ao nível do *embodiment* “generalizado”, isto é, da “ancoragem” sociocultural da língua, que podemos esperar (1) encontrar explicações cabais para os *modos de dizer* que são próprios do Português Europeu, nestes domínios.

Inclusivamente (2) – como também já se verificou em IV.2.5.4 –, a evolução da sociedade, por definição *diacrónica*, poderá implicar restrições ou extensões semânticas e de uso dos termos e das expressões. Esta possibilidade faz-nos ainda prever que o recurso à etimologia e à História da Língua (também

na sua vertente necessariamente *cross-cultural*) será necessário para uma análise satisfatória das expressões com que nos viremos a confrontar.

### **3.3. ‘Ver’: considerações preliminares a uma abordagem fenomenológica**

A faculdade de ‘ver’, em si, é já um problema complexo, do ponto de vista neurofisiológico, e muito mais o é o conjunto de processos cognitivos – sensoriais e conceptuais – implicados no acto (porque de um verdadeiro *acto* se trata) de ‘ver (algo)’. Isso não nos impede, porém, em geral, de pensar na faculdade ou no acto de ‘ver’ como uma coisa óbvia, fundamentalmente simples. Com efeito, do ponto de vista determinado pela bagagem experiencial comum à generalidade das pessoas – e mesmo do ponto de vista daquelas que têm um conhecimento razoável dos mecanismos anatómicos envolvidos –, a visão parece reduzir-se a uma fisicidade mecânica que não exige, ao fim e ao cabo, explicações particularmente complexas. *Aquilo que vemos*, então, não só não exige explicações mas nem sequer as admite, segundo a nossa experiência comum e corrente: é opinião generalizada, considerada de uma obviedade quase “lapaliciana”, que «vemos porque temos olhos para ver»; ou que, no máximo – numa perspectiva biológica ligeiramente mais informada –, que vemos «porque temos os olhos ligados ao cérebro», o qual, por sua vez, «nada mais faz» do que receber as imagens, identificá-las e armazená-las. Essas imagens correspondem a objectos que existem, fora de nós, com propriedades independentes da eventual intervenção de um observador: o sistema vista-cérebro “nada mais faz” do que “detectar” os objectos e “registrar” as respectivas imagens, como sucede no caso das máquinas fotográficas. Essa maneira de conceber os próprios sentidos, em geral, e a vista, em particular, é uma manifestação do chamado *realismo ingénuo*, um complexo atitudinal que se pode descrever, sintética e expressivamente, do seguinte modo:

(...) Experimentem dizer às pessoas que a vossa ocupação principal consiste no estudo da maneira como vemos. A maneira como vemos o quê? A maneira como vemos as cores, as caras, a distância a que os objectos se encontram, o movimento? E onde é que está o problema?

(...) Para quase todas as pessoas, é por demais sabido que certas figuras enganam a vista, e algumas delas estão desejosas de conhecer melhor o

mecanismo das miragens no deserto. Pelo contrário, não há ninguém que aceite facilmente a ideia de que o problema está em *porque é que* o mundo se nos apresenta no modo em que se nos apresenta. O mundo apresenta-se-nos assim porque *é* assim, e a evidência desse facto não facilita a discussão. Os psicólogos chamam a esta atitude *realismo ingénuo*: quem o manifesta acredita que, com poucas excepções, as propriedades da experiência podem ser explicadas, de modo fácil e completo, pelas características que são próprias do mundo em si. O realista ingénuo acha que a maneira como vemos uma miragem é uma coisa interessante, mas já não dirá o mesmo do modo como vemos uma cadeira<sup>221</sup>.

A atitude reflexiva, secundária e contrária a toda e qualquer ingenuidade que é a própria da ciência, pelo contrário, nada tem de óbvio e parece, até, *complicar o que é – o que parece!* – fácil:

Une fois de plus, la réflexion – même la réflexion seconde de la science – rend obscur ce qu'on croyait clair. Nous pensons savoir ce que c'est que sentir, voir, entendre, et ces mots font maintenant problème. Nous sommes invités à revenir aux expériences mêmes qu'ils désignent pour les définir à nouveau<sup>222</sup>.

O caso de 'ver' é precisamente um dos que melhor ilustra quão complexas e problemáticas podem ser as coisas que, segundo a nossa compreensão espontânea – 'à primeira vista', costumamos dizer... –, nos parecem "óbvias".

### 3.4. 'Ver', 'saber' e 'amar'

#### 3.4.1. 'Ver' e 'saber'

Existe uma parentela etimológica entre o latino 'visto' e o inglês 'wisdom', irmanados por uma comum raiz indo-europeia, presente tanto nas línguas ditas *clássicas* como nas germânicas<sup>223</sup>.

---

<sup>221</sup> BRESSAN 2007, p. IX.

<sup>222</sup> MERLEAU-PONTY 1945, p. 17.

<sup>223</sup> O facto é ilustrado, por exemplo – entre tantas outras constatações possíveis e igualmente abalizadas, dedicadas ao mesmo tema –, nos apontamentos de Lorenzo Lozzi Gallo para o seu curso de Filologia Germânica na Universidade de Bari, consultável em <[www.lingue.uniba.it/dag/pagine/personale/lozzi%20gallo/ven1603.doc](http://www.lingue.uniba.it/dag/pagine/personale/lozzi%20gallo/ven1603.doc)> (21/6/07):

Alguns verbos assumiam, já no indo-europeu, a forma de um pretérito com o significado de um presente: por exemplo, o pretérito \**woid-*, proveniente de uma raiz \**wid-* "ver" ("vi" > "sei"). O germânico conserva estes verbos com forma de pretérito e significado de presente (\**wait* "eu sei" > antigo nórdico *veit*), mas gera também, por sua vez, um pretérito débil (antigo nórdico *ék veissi* [<\**veit-ti*] "eu sabia").

A dupla acepção da raiz \**wid-* – aí grafada \**weid-* – como 'ver' e 'saber' é também mencionada em LAKOFF/JOHNSON 1999, p. 85.

Na Europa e nos restantes ambientes culturais dependentes das línguas europeias, portanto – das culturas centradas noutras línguas não falamos, por manifesta incompetência –, parece ser generalizado o recurso a expressões como ‘*ter olhos para ver* (algo)’, no sentido de ‘*ter inteligência para compreender* (algo)’. Em Português, tal uso não só é correntíssimo como se encontra indelevelmente impresso na memória de quem dedica alguma atenção à História da Cultura Portuguesa, por vias do famigerado remoque de Antero a Castilho, «Eu não sei se V. Ex.a tem olhos para ver tudo isto». A frase de Antero – particularmente cruel porque dirigida a alguém que era, efectivamente, cego – surge no início do sexto parágrafo de *Bom senso e bom gosto. Carta ao Ex.mo Senhor António Feliciano de Castilho*; onde era precedida, aliás, de outras de teor semelhante que, por assim dizer, já pareciam preparar o insulto atrás transcrito: «Verdade e justiça estão tão altas, que não têm olhos com que vejam as pequenas cousas (...); «Não é isso que as ofende [*à verdade e à justiça*]. Mas as ideias que estão por detrás dos homens (...); isso é que aflige excessivamente a razão e o sentimento, o que prende o olhar ainda o mais desdenhoso a estas baças intrigas»<sup>224</sup>.

A circunstância, já atrás referida, de a relação conceptual entre ‘*ver*’ e ‘*saber*’ não se limitar ao âmbito criativo da língua culta, como no exemplo precedente, mas antes fazer parte da *koiné* imagética de cada lusofalante europeu, é confirmada pela ampla difusão do ditado ‘*Quem não sabe é como quem não vê*’<sup>225</sup>. Por detrás deste ditado e de outras expressões igualmente correntes – tais como ‘*Vejo perfeitamente quais são as tuas intenções*’, ‘*As suas investigações lançaram uma nova luz sobre o problema*’ ou ‘*A sua posição sobre o assunto é clara/obscura*’ – encontra-se a metáfora conceptual COMPREENDER É VER, como justamente pontualiza Soares da Silva<sup>226</sup>.

Esta metáfora conceptual merece uma análise mais detalhada, uma vez que a mesma se reveste de uma particular importância para a compreensão das

---

<sup>224</sup> Antero de Quental, *Prosas da Época de Coimbra* (volume que integra a edição crítica da sua *Obra Completa*, organizada por António Salgado Júnior), Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1973, p. 282.

<sup>225</sup> De que se encontram inúmeras atestações na língua escrita, detectáveis através da inserção do provérbio na pesquisa do *Google.pt*, por exemplo. O provérbio é listado em recolhas *on-line*: por exemplo, em <<http://www.moo.pt/proverbios/?id=sabe>> e em <<http://proverbios.aborla.net/pq.php>>. Encontra-se igualmente registado em GHITESCU 1997 (p. 136, n.º 1023).

<sup>226</sup> SILVA 2006, p. 122. Os exemplos que acabamos de propor são também inspirados nos fornecidos por este investigador, no mesmo lugar.

complexas relações entre a metáfora e a metonímia. Com efeito, Soares da Silva observa que é possível considerar o domínio da visão como projectado no domínio da compreensão, o que parece avalizar, por sua vez, a formulação da seguinte hipótese:

... também se poderia admitir que estes dois domínios pertencem a um mesmo domínio superordenado – o da ‘percepção’ (especificado como percepção sensitiva, donde a percepção visual, e percepção mental) –, e que os mesmos domínios, tal como os respectivos conceitos ‘ver’ e ‘conhecer/compreender’, estão causal ou condicionalmente ligados, o que permitiria que, através da metonímia CAUSA PELO EFEITO (especificamente, PERCEPÇÃO PELO RESULTADO DA PERCEPÇÃO), ‘ver’ fosse tomado por ‘conhecer/compreender’<sup>227</sup>.

Com algumas reservas que não nos cumpre aqui aprofundar, o linguista da Universidade Católica admite que «poderá dizer-se que este é um daqueles casos de *interacção* entre metáfora e metonímia»<sup>228</sup>.

### 3.4.2. Quando ‘ver’ não é ‘saber’: ‘*Não acredito nos meus olhos!...*’

‘*Believe none of what you hear and half of what you see*’ é um aforismo atribuído a Benjamin Franklin e é um lema do cepticismo a todo o transe, característico do habitante das grandes cidades (de Nova Iorque, sobretudo)<sup>229</sup>. Estamos em crer, porém, que esse mesmo aforismo pode ser considerado como a expressão verbal de uma atitude perfeitamente realista, do ponto de vista cognitivo. A mesma atitude realista jaz, latente e insuspeita, em expressões correntes tanto em Inglês como em Português (e, muito provavelmente, na grande maioria, se não na totalidade das línguas conhecidas), de que são exemplo as diversas glosas possíveis da exclamação ‘*Não acredito nos meus (próprios) olhos!*’: um comentário que facilmente nos sai da boca, quando nos encontramos perante situações que parecem exceder o âmbito do verosímil. A expressão em causa implica uma atitude básica de credulidade, de confiança nos dados recolhidos pelo sentido da visão – sentido cujas informações são postas em causa, excepcionalmente, nas muito particulares circunstâncias que suscitam exclamações (quase sempre retóricas e, portanto, a não tomar “à letra”) como ‘*Não creio nos meus olhos!*’/‘*Não acredito no que estou a ver!*’ e quejandas. O

---

<sup>227</sup> *Op. cit.*, p. 124.

<sup>228</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>229</sup> Encontramos versões de tal aforismo, por exemplo, em canções da moderna música popular americana como “I heard it through the grapevine”, cuja mais popular interpretação é a de Marvin Gaye (álbum homónimo, Motown, 1968), e “The last american whale”, de Lou Reed (álbum *New York*, Sire, 1989).

que é verdade é que, de um ponto de vista cognitivo, tais expressões seriam de tomar muito “à letra”, pois deveríamos cultivar, em continuidade e por princípio, uma atitude de *dúvida metódica* em relação às nossas percepções visuais.

Muitos fenômenos demonstram a necessidade duma postura crítica em relação aos dados que nos são fornecidos através do sentido da vista: desde as ilusões ópticas, como a evidenciada pelo teste perceptivo conhecido como *ilusão de Müller-Lyer*, até aos casos-limite que põem em cheque toda e qualquer relação de correspondência entre as nossas percepções e a chamada “realidade externa”, como sucede na *Síndrome de Charles Bonnet*<sup>230</sup>.

Mas não são só algumas ocorrências insólitas como as que acabamos de descrever, ou como o mecanismo da formação das miragens, que justificam uma desconfiança de fundo seja quanto ao *acto de ver*, em si, seja quanto ao *facto de*, através dele, vermos *aquilo que*, efectivamente, *vemos*: as modernas ciências cognitivas dão-nos, a cada dia que passa, mais e mais sólidas razões para concebermos essas operações perceptivas, aparentemente óbvias, como requintadas e complexas construções biopsíquicas. O que se vê não corresponde a uma realidade objectiva, no caso das ilusões ópticas ou das alucinações; mas o mesmo sucede, afinal, nas restantes circunstâncias em que usamos do sentido da vista: praticamente tudo quanto vemos é uma reelaboração “artificial”, biodinâmica e neurológica, de uma realidade externa que nos será sempre experiencialmente inacessível, a não ser através dos padrões de interpretação – e de recriação – que nos são facultados pelo nosso sistema perceptivo.

No fundo, existe uma única grande diferença entre as alucinações ou os sonhos e a percepção “realista” do real:

A percepção é, em suma, uma alucinação guiada. Os cães que nós vemos não são menos «construídos» do que os cães que vê a Sra. B. [uma vítima da síndrome de Bonnet que via, vivo, o seu cão que já tinha morrido há tempos]; a diferença é que nós os construímos usando um maior número de vínculos e os nossos semelhantes usam também os mesmos vínculos – razão pela qual as amigas da Sra. B. não vêem o cão dela, mas vêem o nosso [que está vivo e ali ao pé delas]<sup>231</sup>.

---

<sup>230</sup> Descrita, por exemplo, em BRESSAN 2007, pp. 119-121.

<sup>231</sup> BRESSAN 2007, p. 121.

### 3.4.3. ‘Ver’ e ‘amar’<sup>232</sup>

‘Ter olhos para (algo ou alguém)’ também pode implicar, em certos contextos, não uma incapacidade intelectual mas uma concentração da atenção, do interesse, em torno a um objecto privilegiado que acaba por resultar, até, exclusivo. Nesses casos, a expressão inclui necessariamente um modificador que introduz a noção da concentração obsessiva sobre um objecto: ‘só ter olhos para (algo ou alguém)’, ou ‘não ter olhos senão para (algo ou alguém)’. Cada uma destas expressões implica que o indivíduo designado como seu sujeito gramatical se sente esteticamente atraído e emotivamente dependente do objecto ou pessoa referidos como objecto gramatical do sintagma. Trata-se, em suma, de locuções que exprimem casos de dependência psicológica, de um amor ou enamoramento que, em princípio, se pode exercer biunivocamente – tanto da parte do sujeito para com o objecto da frase como deste último para com o primeiro, se ambos são humanos ou, pelo menos, animais superiores – mas a que a expressão, em si, atribui apenas um sentido unívoco, do sujeito gramatical para com o seu objecto.

Exemplos de frases correntes que ilustram a aplicação de tais conteúdos semânticos são, entre tantos outros possíveis, ‘Não tem olhos senão para a filha’ ou ‘Só tinha olhos para o seu Ferrari’. Estranhamente, a pesquisa para ‘olhos’ na *Linguateca* só nos forneceu uma ocorrência deste tipo, completada, para mais, de uma maneira que nos parece algo inovadora e, até, pouco adequada (além de algo redundante): «Há um <instante inesquecível>, pelo menos, há um <requiebro provocante> de uma diva – que janta <à luz da vela> com um maestro que <**só tinha olhos para** a devorar> –, há <ecos vibrantes> de uma ária de Strauss (Richard), uma <electricidade especial> no ar, um coração <envolto num véu inebriante> e outros mimos»<sup>233</sup>.

Em Francês, a conceptualização acabada de descrever ganha expressão com ‘ne voir que par les yeux de (quelqu’un)’. É o que sucede, por exemplo, nesta frase retirada de um texto jornalístico, em que se fala de um general francês dos finais de Oitocentos, Boulanger, e da sua amante:

Les historiens se sont montrés, en l’affaire, sévères et moqueurs pour Boulanger, dont pourtant la seule idée maîtresse a été le respect de la légalité.

---

<sup>232</sup> Reduzindo, aqui, o significado de ‘amar’ ao do latino ‘adamare’, que também coincide com o primeiro sentido que normalmente os dicionários da mesma língua atribuem a ‘studēre’.

<sup>233</sup> V. **Pesquisa Linguateca Olhos** (CD-ROM, *Documento 11*), ext. 39124.

Determination d'ailleurs sans grande importance, car le général **ne voyait que par les yeux de** Mme de Bonnemains<sup>234</sup>.

E, ainda que essencialmente se invoque, com esta expressão francesa, o mesmo tipo de reacções e a mesma dependência afectiva que em ‘*só ter olhos para* (alguém)’, basta dedicar-lhe alguma atenção para nos apercebermos dos matizes semânticos que implica, bem diversos do da expressão portuguesa: na expressão francesa, a situação psíquica imaginada implica uma transferência do *eu* do amator “para dentro” do da pessoa amada: uma identificação imaginária, mas *totalitária*, do primeiro com a segunda, que faz com que aquele “veja (como que) através dos olhos” desta.

#### 3.4.4. ‘*Olhos que vêem*’

A noção convencional dos olhos como órgãos ‘*que vêem*’ corresponde a uma conceptualização “ingénua” da visão, como já tivemos ocasião de referir. Os olhos *servem para ver*, decerto; e é igualmente certo que sem eles não se vê: mas os olhos *não vêem*. O conhecimento científico do mecanismo da visão leva-nos a inscrever na categoria das metonímias as expressões que exprimem ou pressupõem que ‘*os olhos vêem*’, uma vez que os olhos são apenas um elemento, ainda que indispensável, do complexo sistema neurocognitivo que resulta na visão propriamente dita.

##### 3.4.4.1. ‘*O que os olhos vêem...*’

Entre as muitas frases concretas e os diversos contextos comunicativos correntes que poderíamos seleccionar para a exemplificação da noção convencional segundo a qual ‘*os olhos vêem*’, ocorre-nos a letra de *Fado*, um “clássico” dos Heróis do Mar (aqui, optámos por pôr em destaque a expressão que particularmente nos interessa através do recurso ao negrito):

Sim estou convencido qu’isto é mesmo assim  
Que nunca se conta bem o que se vê  
E levo comigo já sem aprender  
**O que os olhos vêem** e eu já não sei<sup>235</sup>

---

<sup>234</sup> Georges Poisson, “Le président Sadi Carnot, premier chef d’État français assassiné depuis Henri IV”, «Dossier d’Actualité de l’Histoire» (Darnétal, França) n.º 90, Maio de 2007, pp. 56-61, p. 59 (negrito nosso).

<sup>235</sup> Do álbum *Macau* (Valentim de Carvalho, 1986). Letra de Pedro Ayres Magalhães.

#### 3.4.4.2. ‘*Olhos que vêem*’, ou ‘*que não vêem*’

‘*Ver*’ é um *modo de percepção* e é também um *acto*.

É a *modalidade perceptiva* que é focalizada em contextos como

- Como é que deste por ele?
- Nada de mais fácil: vi-o!

Com efeito, na situação pressuposta, no lugar de ‘*vi-o*’ também se poderia ter colocado, se fosse esse o caso, ‘*ouvi-o*’, ‘*toquei-o*’, ‘*senti o seu cheiro*’, etc.

É o *acto* que é focalizado, por sua vez, em contextos como

- O que estás a fazer?
- Estou a ver uma partida de futebol.

ou como

Ele vê tudo o que sucede nas redondezas.

(E é-nos indiferente – ao menos por agora – que o acto de ver implique, em cada exemplo, todo um conjunto de actividades que, de momento, não é o caso de destringar.)

Mas o verbo ‘*ver*’ também pode focalizar a *capacidade*, em si, de agir recorrendo aos órgãos perceptivos da visão, ou de usar essa específica modalidade perceptiva. Os olhos ‘*vêem*’ ou ‘*não vêem*’, no sentido genérico de que ‘são capazes de ver’ ou ‘não são capazes de ver’, em frases como:

- Ele gritou:
- Era cego, mas agora vejo!

É inútil que lhe mostres os desenhos, ainda não percebeste que ele não vê?

O ‘*ver*’ pode ser, até, interpretado neste sentido genérico, como referido à *capacidade de ver*, e, cumulativamente, como referido aos *actos perceptivos* que com o mesmo verbo são designados: é o que sucede no caso do ditado de que nos ocuparemos em 3.4.4.4.

#### 3.4.4.3. ‘*Uma vista de olhos*’, ‘*a olhos vistos*’

A fraseologia ‘*dar uma vista de olhos*’ figura no COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 e no CASTELEIRO 2001 (considerando este último, também, a variante ‘*deitar uma vista de olhos*’) mas não no FERREIRA 1986. Por sua vez, ‘*a olhos vistos*’ figura no CASTELEIRO 2001 e no FERREIRA 1986 mas não no COSTA/SAMPAIO E MELO 1999. Não é difícil, ainda, encontrar exemplos de

ambas as expressões no *corpus* da *Linguateca*<sup>236</sup>. As mesmas são correntíssimas e, portanto, o seu significado não carece de ulteriores explicações. O único problema que se nos impõe é o da maneira como se formaram e adquiriram o significado que têm; problema que até agora não foi alvo de qualquer análise genética, por quanto nos é dado saber. Na nossa opinião, a explicação da formação das ditas expressões deverá passar pela análise comparativa com os castelhanos ‘*vista de ojos*’ e ‘*a ojos vistas*’.

O castelhano ‘*vista de ojos*’ é semelhante, no significado, à expressão portuguesa literalmente equivalente, mas distingue-se desta última pelos níveis diastrático e diafásico que lhe são próprios. Com efeito, ‘*vista de ojos*’ significa «inspecção», como em Português, mas é «*jurídico*»<sup>237</sup>, enquanto ‘*vista de olhos*’ é corrente tanto a nível familiar como na língua *standard* e não é associável a qualquer metalíngua específica – e muito menos a uma metalíngua inscrita nos níveis socioculturais tradicionalmente considerados “altos” como é o caso, com efeito, da metalíngua jurídica.

A não ser que existam, sobre o assunto, artigos ou partes de monografias esclarecedores e cuja existência ignoramos, parece que nos devemos confrontar com uma situação de escassez de reflexões linguísticas em torno à expressão ‘*vista de olhos*’<sup>238</sup>. Do mesmo modo, não conhecemos documentação sobre o ‘*vista de ojos*’ espanhol que possa ajudar-nos a discriminar elementos explicativos úteis e, como tal, igualmente aplicáveis ao “nosso” ‘*vista de olhos*’. A hipótese que nos ocorre, quanto à formação desta expressão, implica que nela se tenha inicialmente recorrido a ‘*vista*’ numa acepção extensiva pela qual se lhe atribuiu um dos sentidos de ‘*revista*’, isto é, o de ‘inspecção’. Assim, uma ‘*vista de olhos*’ seria uma revista ou uma inspecção *exclusivamente* visual e, portanto, algo superficial: uma inspecção pormenorizada de um objecto ou de um ambiente, pelo contrário, deveria ser, em princípio, tanto visual como *táctil*.

---

<sup>236</sup> V. por exemplo, no *Documento 11* do CD-ROM, as ext.s 12172, 22131, 25390 e 28607, entre tantas outras disponíveis.

<sup>237</sup> Segundo o *Nuovo dizionario spagnolo-italiano*, de Lucio Ambruzzi (Torino, Paravia, 1973<sup>7</sup>), s. v. *vista*. A citação *supra* é a nossa tradução do passo que neste dicionário é dedicado à acepção em causa, de que damos aqui o original: «*For. [por Forense] vista de ojos, sopralluogo*».

<sup>238</sup> Sobre a qual apenas nos é dado citar o verbete presente em SILVA BASTOS 1933, (pp. 9-10): «**A olhos vistos.** – Loc. que alguns puristas rejeitam, emendando para *a olhos visto*. (Cândido de Figueiredo). <Ficava-lhe molesto o peito, e *a olhos vistos* desnudando>. (F. Elysio). Segundo G. Viana a forma vernácula é *a olhos vistos*, considerando-a um idiotismo da língua, que não sabia analisar. D. Carolina Michäelis de Vasconcelos era do mesmo parecer dizendo que *a olhos vistos* equivale a *a olhos videntes*, dando-se o fenómeno frequente do part. passivo ter o valor de part. activo».

Como sucede com o par interlinguístico ‘*vista de olhos*’-‘*vista de ojos*’, também a expressão ‘*a ojos vistos*’ possui, em Espanhol, o mesmo significado básico que ‘*a olhos vistos*’ em Português; isto é, é uma expressão adverbial codificada com o mesmo sentido básico que os advérbios ‘*claramente*’, ‘*evidentemente*’, ‘*perspicuamente*’. Mas a expressão é de uso bastante restrito, tanto ao nível diatópico como aos níveis diastrático e diafásico e, além disso (ou *por causa* disso?), considerada pouco correcta. O mesmo significado é mais comumente explicitado através de ‘*a ojos vistas*’, que é a única versão atestada nos dicionários<sup>239</sup>. A expressão também se encontra codificada como ‘*a ojos vista*’. Tenha-se presente, porém, que só a forma ‘*a ojos vistas*’ é averbada pelos dicionários e dada como «correcta» pelos filólogos<sup>240</sup>.

A hipótese explicativa para a formação do português ‘*a olhos vistos*’, que estamos para apresentar, serviria também (caso viesse a demonstrar-se fundamentada) a esclarecer as condições de formação das suas congéneres espanholas, e tem que ver com os contextos frásicos em que se apresenta a locução. A nossa abordagem interpretativa parte da constatação de que a expressão ‘*a olhos vistos*’ parece encontrar-se sempre em contextos frásicos nos quais a mesma depende de verbos que transmitem a ideia de ‘desenvolvimento’ – seja este positivo, “aumentativo”, ou negativo, “diminutivo”: ‘*crescer/desenvolver-se/expandir-se/engordar/melhorar a olhos vistos*’, mas também ‘*minguar/emagrecer/mirrar/piorar a olhos vistos*’.

Obviamente, o sujeito gramatical de qualquer dos referidos “verbos de desenvolvimento” pode ser marcado morfológicamente como um masculino ou como um feminino, singular ou plural: ‘*O menino/A menina cresce a olhos vistos*’, ‘*Os meninos/As meninas crescem a olhos vistos*’. Se o participio (passivo) de *ver* se refere ao sujeito gramatical dos sobreditos “verbos de desenvolvimento”, então as frases que acabamos de reproduzir com o sujeito no masculino singular ou no feminino, singular ou plural, poderiam fazer pressupor, como formulações precedentes e, afinal, mais lógicas, respectivamente \*‘*O menino cresce a olhos visto*’, \*‘*A menina cresce a olhos vista*’, \*‘*As meninas*

---

<sup>239</sup> Cfr., por exemplo, o supracitado *Nuovo dizionario spagnolo-italiano*, ou então o *Diccionario on-line* da *Real Academia Española*, s. v. *ojo* (consultável através de <[www.rae.es](http://www.rae.es)>).

<sup>240</sup> É o caso, por exemplo, da professora de Língua Espanhola María Ángeles Sastre, da Universidade de Valladolid, num documento disponível *on-line*, consultável em <[www.nortecastilla.es/prensa/20070616/cultura/algunas-locuciones\\_20070616.html](http://www.nortecastilla.es/prensa/20070616/cultura/algunas-locuciones_20070616.html)>, mas também disponível no CD-ROM, em formato *Word*, com o título *M. Angeles Sastre. a ojos vistas (Documento 12)*.

*crecem a olhos vistas*'. O particípio 'vistas' referir-se-ia originariamente, portanto, apenas a objectos marcados morfologicamente como um masculino plural: 'Os meninos *crecem a olhos vistos*', 'Este ano os nabos *crecem a olhos vistos*'. A construção do significado destas últimas frases implicaria, assim, as seguintes análises semânticas: 'Os meninos/Os nabos *crecem vistos com os [meus/nossos] olhos*' ou '*vistos pelos [meus/nossos] olhos*'; o que significa, mais apropriadamente, que 'os [meus/nossos] olhos *vêm*', ou 'podem ver', 'os meninos/os nabos *a crescerem*', que 'os meninos/os nabos *são vistos a crescerem*' – em suma, é o próprio *crescimento* que é directamente testemunhado pelos olhos do(s) observador(es).

Num momento sucessivo da história da língua, a expressão '*a olhos vistos*' terá sido isolada dos seus contextos específicos e lexicalizada: em virtude da lexicalização da expressão, em vez de um hipotético \*'*a menina cresce vista a olho(s)*' passou-se a produzir enunciados como '*a menina cresce a olhos vistos*', em que a expressão '*a olhos vistos*', além de lexicalizada, resulta reanalisada e ressemantizada. A mesma explicação serviria, e *a fortiori*, para as três variantes castelhanas atrás apontadas: tanto a expressão portuguesa como as suas "congêneres" castelhanas serão assim – se a nossa hipótese genética for correcta – exemplos acabados de *convencionalização*, a qual se pode definir como «um processo social de aceitação de um novo sentido ou de um novo termo por parte de uma comunidade linguística»; um «processo gradual e contínuo» que «compreende o que Langacker (1987) denomina *rotinização (entrenchment)* de traços comuns recorrentes em "eventos de uso", isto é, no próprio discurso»<sup>241</sup>.

Convirá, talvez, tornar a insistir sobre o facto de que tanto as construções actualmente em estudo como as que se seguem implicam a conceptualização subjacente dos OLHOS QUE VÊM: uma conceptualização que não é tão óbvia quanto pode parecer, pois emerge de um específico modelo de *embodiment* biológico e ambiental, como tivemos ocasião de referir em 3.3.4.

#### **3.4.4.4. 'Olho não vê, coração não sente'**

A inclusão dos ditados na nossa pesquisa foi preanunciada e justificada a seu devido tempo. Debrucemo-nos agora, pois, sobre o ditado '*Olho não vê*,

---

<sup>241</sup> SILVA 2003, p. 54.

*coração não sente*’ – ou ‘*Olhos não vêem, coração não sente*’<sup>242</sup>. Já esta dupla possibilidade de realização merece um comentário. Com efeito, o recurso ao singular para exprimir o plural é um fenómeno consolidado na língua portuguesa, configurando aquilo que se pode designar como uma *sinédoque do número*, na sua modalidade *particularizante*<sup>243</sup>: ‘*Este ano há muito figo*’ por ‘*Este ano há muitos figos*’, ‘*Tanta coisa inútil!*’ por ‘*Tantas coisas inúteis!*’, por exemplo, são *sinédoques particularizantes do número* – isto é, reduções do plural ao singular – que são correntes no Português Europeu (e também no Castelhana), mas que se demonstram de todo impraticáveis em Italiano ou em Francês.

No ditado em análise, o sintagma ‘*olho não vê*’ ou ‘*olhos não vêem*’ remete-nos directamente para a identificação semântica entre ‘*ver*’ e ‘*saber*’, já tratada em 3.3.1. Efectivamente, se um certo tipo de acções ou de cenas são particularmente propensas a suscitar a nossa indignação, a nossa raiva ou outros sentimentos negativos – e note-se que os sentimentos implicados no ditado são sempre e somente *negativos* –, não é porque se não participa visualmente a tais cenas que deixaremos de reagir-lhes negativamente, se “apenas” as escutarmos, ou no-las contarem, ou delas tomarmos conhecimento por outros processos.

Assim, o conceito básico que o ditado exprime é o de que ‘as coisas que desconhecemos não nos podem afectar emotivamente’. Tal significado seria um bom exemplo, portanto, de asserção “lapalissiana”, se não se desse o caso de o ditado ser habitualmente empregue em contextos comunicativos onde a mesma tem outras implicações: por exemplo, quando é usada como comentário ao facto de alguém se comportar alegremente, despreocupadamente quando os outros sabem que sobre ele pende uma qualquer forma de desgraça, ignorada pela “vítima”; ou quando se procura incitar alguém a fazer algo a que este mesmo *alguém* se sente tentado, mas que se coíbe de fazer porque a sua acção poderia ferir pessoas que lhe são caras, acenando-lhe com a possibilidade de satisfazer seja o primeiro desejo seja o segundo, através da manutenção do sigilo. É ainda

---

<sup>242</sup> Sempre ouvimos, a par da forma ‘*Olhos não vêem, coração não sente*’, a outra em que se manifesta a “sinédoque redutiva” típica do Português, ‘*Olho não vê, coração não sente*’. Mas a pesquisa *Google* só nos permitiu encontrar resultados respeitantes à primeira forma (CD-ROM, *Documento 13*). Nenhuma das duas se encontra averbada na *Linguateca*, porém.

<sup>243</sup> No que adoptamos – e adaptamos – a terminologia proposta em BECCARIA 2004, art. *sineddoche*. Associámos, assim, a definição aí esboçada de *sineddoche del numero* («il singolare per il plurale e viceversa») à distinção, também aí relevada e descrita, entre a *sineddoche generalizzante* e a *sineddoche particularizzante*, segundo a classificação dos tropos proposta pelo *Grupo µ* em 1970.

particularmente digno de nota, cremos, o facto de ambos os exemplos aduzidos implicarem o recurso à chamada *ironia dramática*.

#### 3.4.4.5. ‘*Longe dos olhos, longe do coração*’

‘*Longe dos olhos, longe do coração*’ pode assumir o mesmo significado que ‘*Olho não vê, coração não sente*’, em contextos comunicativos como aqueles a que acabámos de nos referir – mas também pode revestir-se, noutras situações, de um significado que implica não a absoluta *ignorância* mas a mera *distanciação*, em relação a alguém que se conhece bem e com quem se mantém uma relação afectiva, seja ela intensa ou superficial. Pode corresponder, por exemplo, à constatação, ou ao *aviso*, de que a distanciação física entre duas pessoas afectivamente ligadas uma à outra, para lá dos limites espaciais dentro dos quais é sempre possível o contacto visual, implicou, implica ou implicará o enfraquecimento ou, até, a falência total de tais laços afectivos.

Ainda como no caso de ‘*Olho não vê, coração não sente*’, ‘*Longe dos olhos, longe do coração*’ pode ser, noutros contextos discursivos, um mero comentário genérico sobre a fraca sensibilidade ou a indiferença, até, perante fenómenos negativos – terremotos, massacres, carestias – que se passam a uma considerável distância física dos observadores, transformando-se essa distância física, concomitantemente, em distância emotiva. Eça de Queirós, por exemplo, numa das suas crónicas<sup>244</sup>, observa sagazmente esse declinar das reacções emotivas, em virtude da distância espacial que separa o observador dos factos que lhe são narrados ou aos quais, de alguma forma, assiste: sente-se, assim, mais intensamente a pequena desgraça de uma senhora conhecida, que desmanchou um pé, do que a destruição de vinte aldeias por um terremoto, implicando a morte de duas mil pessoas na ilha de Java... Também perante este tipo de reacções, em que o grau de distância física é inversamente proporcional ao grau de participação emotiva suscitada, as expressões paremiológicas ‘*Olho não vê, coração não sente*’ e ‘*Longe dos olhos, longe do coração*’ podem revelar-se apropriadas, quando inseridas nos discursos suscitados por tais situações, na qualidade de comentário genérico ao mecanismo mental da *empatia inversamente proporcional à distância*.

---

<sup>244</sup> «Gazeta de Notícias» (Rio de Janeiro), 20/9/1897.

### 3.4.5. ‘Ver com os olhos’, ‘Ver com as mãos’

Le sensible est ce qu’on saisit *avec* le sens, mais nous savons maintenant que cet «avec» n’est pas simplement instrumental, que l’appareil sensoriel n’est pas un conducteur, que même à la périphérie l’impression physiologique se trouve engagée dans des relations considérées autrefois comme centrales<sup>245</sup>.

É absolutamente possível uma frase descritiva do tipo de ‘*Eu como com a boca e vejo com os olhos*’ (é o chamado *comitativo-instrumental*), tanto em Português como nas restantes línguas românicas e, até, em todas as germânicas, com a exceção (parcial) do islandês<sup>246</sup>. Mas a relação funcional sugerida por ‘*ver com os olhos*’ ou ‘*ver através dos olhos*’, apesar de nos poder parecer “natural”, nada tem de óbvio e encerra em si uma notável complexidade, como já notara Merleau-Ponty:

Le visible est ce qu’on saisit *avec* les yeux, le sensible est ce qu’on saisit *par* les sens. Suivons l’idée de sensation sur ce terrain et voyons ce que deviennent, dans le premier degré de réflexion qu’est la science, ce «par», cet «avec», et la notion d’organe des sens<sup>247</sup>.

Desloquemos, agora, a nossa atenção deste ‘*ver com os olhos*’ que parecerá a cada um de nós, muito provavelmente, uma expressão sem qualquer mistério implícito (ainda que, como tivemos ocasião de verificar através da observação de Merleau-Ponty, as coisas não sejam assim tão simples), para a menos usual mas igualmente atestada expressão ‘*ver com as mãos*’<sup>248</sup>. Ao contrário de ‘*ver com os olhos*’, ‘*ver com as mãos*’ é uma expressão que, ao que cremos, ninguém ouvirá pela primeira vez – pelo menos, se a mesma se apresenta ao falante-ouvinte durante a sua infância, quando os mecanismos de interpretação das metáforas ainda não estão maduros –, sem uma inicial reacção de estranheza. É, aliás, a não-obviedade, a surpresa inerente à associação entre o

---

<sup>245</sup> MERLEAU-PONTY 1945, p. 17.

<sup>246</sup> Thomas Stolz, “Comitativo e Strumentale nelle lingue germaniche e romanze”, in GAETA/LURAGHI 2003 (pp. 213-231), pp. 222-223. O ensaio de Stolz contém, ainda, uma crítica circunstanciada tanto do conceito lakoffiano de “metáfora do companheiro”, formulado por Lakoff e Johnson em *Metaphors We Live By* (LAKOFF/JOHNSON 2004), como da hipótese, igualmente formulada no referido volume de Lakoff e Johnson, de considerar tal metáfora como um provável “universal da linguagem”.

<sup>247</sup> MERLEAU-PONTY 1945, p. 13.

<sup>248</sup> A expressão não se encontra em nenhum dos dicionários consultados mas é relevável em documentos informais, acessíveis através da *Web*: é o caso da ocorrência disponibilizada pela pesquisa na versão portuguesa do *Google* e das duas ocorrências – uma de «vê com as mãos», outra de «ver com as mãos» (e nenhuma de «vêem com as mãos», note-se por maior precisão) – registadas no *corpus* da *Linguateca*. Os três documentos encontram-se arquivados no CD-ROM, dentro de um “envelope” específico intitulado, justamente, *Ver com as mãos*, denominado genericamente como *Documentos 14*.

‘ver’ e as ‘mãos’, que faz com que tal metáfora seja sentida como particularmente expressiva e *impressiva*. A expressão não é propriamente *rara*: mas é diastraticamente e diafasicamente demarcada, pois ocorre habitualmente em diálogos informais; e talvez seja também diatopicamente demarcada – pelo menos, de acordo com a directa experiência de falante-ouvinte de quem escreve, como se explicará já em seguida.

O bizarro e sugestivo ‘*ver com as mãos*’ será, verosimilmente, uma extensão contrastiva de ‘*ver com os olhos*’, e tem uso corrente no Alto Alentejo, na cidade de Portalegre e nos seus arredores, pelo menos: numa zona fronteiriça, portanto, cenário de uma longa sequela de recontros com a vizinha Espanha, ao longo das eras. A expressão é empregue para redarguir quem manifestar a tendência para tocar ou manipular coisas que em princípio lhe são defesas. A introdução da expressão no discurso faz-se geralmente preceder da pergunta: «És espanhol?»; ao que, se a pessoa interpelada pede esclarecimentos sobre o significado de tal pergunta, se acrescenta: «Os espanhóis é que vêm com as mãos...».

A expressão é de origem obscura e, portanto, o que a seguir adiantamos a tal propósito é passível de alterações, eventualmente suscitadas por novos elementos documentais ou por mais abalizados pareceres. Salvaguardando esse princípio, parece-nos bastante provável que a caracterização dos espanhóis como indivíduos que ‘*vêm com as mãos*’ não se limite a espelhar a tradicional *hispanofobia* lusitana: se assim fosse, encontrar-se-ia também noutras regiões que conhecemos relativamente bem, como a Estremadura (e, pelo menos aí, tal caracterização simplesmente não se encontra de todo).

Por outro lado, é muito provável que a situação de contiguidade espacial com a Espanha, numa região fronteiriça como a de Portalegre, reforce a sobredita tendência *hispanófoba*, fazendo com que o espanhol seja visto, ainda mais numa zona fronteiriça do que em qualquer outra do país, como o protótipo do indivíduo mal-educado, grosseiro, de maneiras excessivamente desenvoltas, impulsivo e descarado, tendente a tomar excessivas liberdades. Mas não é de excluir que o ‘*ver com as mãos*’ atribuído aos espanhóis tenha como pano de fundo a imagem, sedimentada ao longo dos séculos, de recontros e razias fronteiriças em que se evidenciava a rapacidade de *nuestros hermanos*; rapacidade que não deveria ser muito diversa da manifestada pelos portugueses, quando eram eles a passarem

para o outro lado da fronteira – mas esta última suposição, como é natural, pouco interessa à *vox populi lusitana*...

Uma circunstância que reputamos particularmente significativa é a de a expressão idiomática ‘*ver com as mãos*’ ter começado, recentemente, a impor-se noutras línguas, graças ao influxo dos estudos neurofisiológicos de Giacomo Rizzolatti, Vittorio Gallese e outros, responsáveis pela descoberta dos *neurónios-espelho*; e isto, porque a ideia de ‘*ver com as mãos*’ se tem vindo a impor como uma fórmula, particularmente feliz, para exprimir o conceito da fusão entre os mecanismos perceptivos inerentes à vista e ao tacto. A primeira monografia dedicada à divulgação da descoberta dos *neurónios-espelho* entre o grande público, *So quel che fai* de Rizzolatti e Sinigaglia, contém, no seu segundo capítulo (“*Il cervello che agisce*”) um subcapítulo intitulado “*Vedere con la mano*”, onde a expressão de que nos vimos ocupando é assumida mesmo no sentido que acabamos de destacar:

“Vemos porque agimos, e podemos agir mesmo porque vemos”, escrevia George Herbert Mead há quase um século, sublinhando que a percepção seria incompreensível “sem o contínuo controlo da vista por parte da mão, e *vice-versa*”<sup>249</sup>. É este *controlo* mútuo que nos permite agarrar um objecto como, por exemplo, uma chávena de café. Mas a análise das transformações visio-motoras operadas pelos neurónios da AIP<sup>250</sup> e de F5<sup>251</sup> indica que o “ver” que guia a mão é também, se não mesmo *sobretudo*, um “ver com a mão”, em relação ao qual o objecto percebido surge imediatamente codificado como um conjunto determinado de *hipóteses de acção*<sup>252</sup>.

O recurso à expressão ‘*ver com a mão*’/‘*ver com as mãos*’, em Italiano – e sempre em relação com os processos neurodinâmicos e neurocognitivos –, já ocorria num artigo de Edouard Gentaz e Yvette Hatwell, “*Un senso ingannevole?*” (“Um sentido enganador?”)<sup>253</sup>, o qual contém, por sua vez, um subcapítulo intitulado *Vedere con le mani (Ver com as mãos)*. O emprego da expressão poderia limitar-se a não representar, aí, mais do que uma *boutade* jornalística, se não se desse a circunstância de os autores se referirem, em

---

<sup>249</sup> G. H. Mead, “Concerning animal perception”, in «*Psychological Review*» 14 (1907), pp. 383-390, p. 388 [nota de RIZZOLATTI/SINIGAGLIA 2006] .

<sup>250</sup> A *Área Interparietal Anterior*, «cujos neurónios estão activos durante os movimentos da mão» (RIZZOLATTI/SINIGAGLIA 2006, p. 31).

<sup>251</sup> As experiências de que Rizzolatti e Sinigaglia aqui falam são realizadas com macacos. A zona F5 designa, no cérebro do macaco, uma região do cérebro anatomicamente equiparável àquela que, no cérebro humano, é designada como *área de Broca*.

<sup>252</sup> RIZZOLATTI/SINIGAGLIA 2006, p. 49. No final do trecho citado, os autores remetem, em nota, para G. H. Mead, *The Philosophy of the Act*, Chicago, University of Chicago, 1938, pp. 23-25.

<sup>253</sup> Edouard Gentaz e Yvette Hatwell, “*Un senso ingannevole?*”, in *LA SCIENZA* 2005, pp. 692-703. O artigo de Gentaz e Hatwell tinha sido anteriormente publicado em «*Le Scienze – Quaderni*» (Roma) n.º 127, de Setembro de 2002.

seguida, ao facto de o teste de Müller-Lyer produzir o mesmo tipo de ilusões quanto ao comprimento de dois segmentos de recta (iguais entre si mas sentidos como sendo um maior do que o outro), se em vez de serem observados visualmente forem apenas tocados com as polpas dos dedos, por sujeitos de olhos vendados ou invisuais (tendo-se atribuído aos segmentos um relevo reconhecível ao tacto, obviamente). O mesmo tipo de ilusão, produzido tanto ao nível da percepção visual como da percepção háptica, parece demonstrar, assim, a existência de «mecanismos gerais elaborativos do sistema nervoso central, que se aplicam aos vários sentidos»<sup>254</sup>.

Por outro lado, o ‘*ver com a mão*’ a que se referem Rizzolatti e Sinigaglia já era antecipado pela experiência dos gatinhos recém-nascidos, descrita por Francisco Varela (ver II. 2): estes, com efeito, em boa parte, ‘*viam com as patas*’...

Voltando ao âmbito específico da língua portuguesa, o “nosso” ‘*ver com as mãos*’ dá testemunho de uma feliz coincidência – se é que de mera coincidência se trata, e não de uma feliz intuição, integrada no património conceptual e, portanto, no *embodiment ambiental* próprio da língua portuguesa – entre as implicações neurocognitivas da descoberta dos *neurónios-espelho* e as implicações semântico-cognitivas desta expressão característica da nossa língua; língua em que outras expressões manifestam o mesmo tipo de confluência conceptual com as observações da moderna neurofisiologia, como veremos em seguida.

#### **3.4.5.1. De ‘*ver com as mãos*’ a ‘*tocar com os olhos*’**

Invertendo de certo modo os termos implicados em ‘*ver com as mãos*’, podemos formular um ‘*tocar com os olhos*’ que não está codificado na língua mas que pode funcionar, sem restrições normativas ou de uso, como metáfora original. Aliás, a língua dispõe de uma metáfora codificada investida de um sentido aproximado ao daquela que acabamos de propor: ‘*acariciar com os olhos*’<sup>255</sup>.

O que mais importa destacar, a este ponto, é que ‘*tocar*’ ou ‘*acariciar com os olhos*’ são expressões que, tomadas à letra, têm um significado científico

---

<sup>254</sup> Edouard Gentaz e Yvette Hatwell, *cit.*, LA SCIENZA 2005, p. 694.

<sup>255</sup> Observável em textos disponíveis no *Google* português, como por exemplo, em <<http://void.weblog.com.pt/arquivo/184538.html>>.

não menos importante do que ‘*ver com as mãos*’: demonstrando experimentalmente que os campos receptivos visuais de alguns neurónios da área F4 do cérebro do macaco «estão sempre dispostos em torno aos respectivos campos receptivos sómato-sensoriais», Rizzolatti e Sinigaglia induzem que «há mais do que uma simples “equivalência” entre estímulos visuais e estímulos somáticos»<sup>256</sup>, na esteira do que vem dizendo Alain Berthoz, que citam: «A proximidade [espácio-visual] é já contacto, por antecipação, da zona do corpo que será tocada»<sup>257</sup>.

### **3.4.5.2. ‘Os olhos também comem’, ‘comer com os olhos’: o aspecto estético (de uma estética mais “visceral” do que propriamente “cerebral”)**

‘*Comer com os olhos*’ é uma das muitas possibilidades de “fazer” com os olhos coisas para as quais os olhos não são, em princípio, os instrumentos adequados. O que é essencial, desde este primeiro instante, é distinguir o ‘comer (algo) com os olhos’ ou o ‘despir (alguém) com os olhos’ da língua corrente, em que os olhos estão pela ‘imaginação’, do ‘comer’ ou ‘despir com os olhos’ da neurofisiologia, que são muito mais complexos. A abordagem neurofisiológica, reforçada pela experimentação, demonstra que ‘ver’ ou ‘despir com os olhos’ não implicam uma mera referência ao poder (virtual) da imaginação: há grupos de neurónios-espelho, contidos nas áreas cerebrais que habitualmente se consideravam “especializadas” numa motricidade quase exclusivamente mecânica, que *simulam* essas acções, com um investimento energético certamente inferior ao dos actos em si mas, de qualquer modo, não indiferente.

Será uma banalidade a constatação de que o aparato perceptivo visual não é comparável a um mero aparelho fotográfico, de que os olhos seriam a objectiva; mas é uma constatação necessária, para que possamos passar a discriminar o que há, no acto de ver, que é radicalmente diverso da impressão fotográfica. A participação *activa*, no acto de ver, de todo o aparato perceptivo visual e, concomitantemente, dos diversos sistemas neuroencefálicos a este coligados, é um dado de facto, reconhecido pelas modernas Ciências da Cognição. No caso circunscrito dos *olhos* – e já não de todo o aparato perceptivo visual –, essa participação activa é bastante óbvia, quando observamos objectos

---

<sup>256</sup> RIZZOLATTI/SINIGAGLIA 2006, pp. 54-55.

<sup>257</sup> Alain Berthoz, *Il senso del movimento*, Milano, McGraw-Hill, 1998, p. 78 (trad. it. de *Le sens du mouvement*, Paris, Éditions Odile Jacob, 1998).

em movimento sem movermos a cabeça. Mas a participação activa de que estamos falando de modo algum se limita à percepção do movimento dos objectos: a percepção combina-se com a intencionalidade, numa participação emotiva e numa simulação de acção, num vasto leque de actividades em que se mobilizam os chamados *neurónios-espelho*. O que é mais interessante, para nós, é que na língua transpareça a intuição ou a consciência implícita dessa participação activa, num ditado corrente como ‘*Os olhos também comem*’.

Em ‘*Os olhos também comem*’ encontram-se associadas uma metonímia e uma metáfora: na primeira, ‘*os olhos*’ estão pela ‘visão’ ou ‘percepção visual’; na segunda, ‘*comer*’ está por ‘*degustar*’, na acepção de ‘(ser capaz de) sentir prazer’<sup>258</sup>: um prazer estético, eminentemente físico, para o qual a imagem mais icástica é, precisamente, a do prazer associado à alimentação – ‘*degustar*’ é, antes do mais, ‘sentir prazer com a exploração bucal de um alimento’ –, a qual pressupõe necessariamente uma intensa participação activa, muscular, por parte do sujeito. Esta interpretação deve ser ainda complementada com a seguinte, igualmente plausível e, até, indispensável à plena compreensão do ditado: ‘os olhos (*i. e.*, ‘o aparato perceptivo visual’) também têm as suas necessidades, devem ser “alimentados”’: e o que está implícito é que o seu alimento é de natureza estética.

A afirmação da importância do factor estético, por um lado, e por outro, do papel activo do sujeito na percepção visual, encontra, pois, a sua plena expressão na sabedoria tradicional e popular que gerou o ditado e o vem mantendo em pleno uso. O mais interessante é que esta conceptualização tradicional, relevada na língua através do ditado em apreço, encontra hoje a confirmação científica das mais vanguardistas pesquisas do âmbito neurofisiológico, como é o caso da que redundou, recentemente, na descoberta dos já mencionados *neurónios-espelho*, devida a um grupo de investigadores da Universidade de Parma. Um deles, Vittorio Gallese, assim se refere aos factores dinâmicos inerentes à observação de quaisquer objectos:

A observação de um objecto determina a activação do mesmo programa motor que se empregaria se se quisesse interagir com ele. Olhar para um objecto significa simular uma acção potencial. (...) Dá-se o mesmo processo na observação de acções ou da expressão de emoções. Graças aos neurónios-espelho, a observação de uma acção ou da expressão de uma emoção determina a activação, no observador, do mesmo circuito nervoso que controla a efectiva execução dessa mesma acção. Observar uma acção, uma

---

<sup>258</sup> Numa análise semântica elementar que se inspira nos processos de descrição próprios da NSM (*Natural Semantic Metalanguage*), cultivada por Anna Wierzbicka e Cliff Goddard, entre outros.

emoção ou uma sensação induz no observador, portanto, a automática simulação corporalizada (*embodied simulation*)<sup>259</sup> dessa mesma acção, emoção ou sensação. Este mecanismo que se activa não somente durante a observação de imagens em movimento mas também no de imagens estáticas, dá azo a uma forma implícita e experiencial de compreensão, muito semelhante ao que normalmente se define como “empatia”<sup>260</sup>.

Não é este o lugar adequado para aprofundar as implicações comportamentais e, afinal, *morais*, dos mecanismos neurológicos de *simulação*, que estão na base da compreensão do Outro e da empatia. Mais necessário, se não imprescindível, é fazermos aqui menção à importância fundamental da capacidade de simulação nos processos de integração conceptual estudados por Fauconnier e Turner. Os processos de integração conceptual implicam o recurso a estratégias de simulação mental de acontecimentos e de situações. É o que sucede, por exemplo, na formulação de hipóteses e de situações contrafactuais; as quais não são meras elucubrações acessórias mas autênticas estruturas fundamentais do pensamento humano. Assim se referem, com efeito, Fauconnier e Turner à importância da capacidade de simulação:

A nossa análise baseia-se, ainda [cumulativamente aos processos de mapeamento entre domínios], sobre uma outra descoberta fundamental, já demonstrada, aliás, por Johnson-Laird (1983), Kahneman (1995), Grush (1995), Schwarz e Black (1996), Barsalou (1996). Na nossa análise, a capacidade de simulação está na base da elaboração, *hic et nunc*, de espaços amalgamados (...) <sup>261</sup>.

A importância fulcral que Fauconnier e Turner atribuem à capacidade de simulação, na produção de espaços conceptuais amalgamados, está em total consonância com a hipótese, formulada posteriormente por Gallese e Lakoff, de que «understanding requires simulation»<sup>262</sup> – demonstrando-se os primeiros a tal respeito, aliás, bem mais assertivos do que os segundos.

### **3.4.5.3. ‘De encher o olho’: sobreposição de processos metafóricos e metonímicos de significação**

‘De encher o olho’ é uma locução que pode ser analisada como pressupondo o esquema imagético do CONTENTOR: nessa perspectiva o ‘olho’ resulta, na locução, equiparado à ‘barriga’, como sucede em ‘os olhos também

---

<sup>259</sup> Não podemos deixar de observar que a presente referência é ilustrativa da adesão de Gallese à mais extrema concepção do *embodiment*, isto é, à do ‘*embodiment* como *shaping*’, também dita ‘*embodiment* completo’ (*full embodiment*) ou *radical embodied cognition* (cfr. VIOLI 2003, p. 60).

<sup>260</sup> Vittorio Gallese, “Estética e cervello. Cortocircuito d’occhi e anima”, «Il Sole – 24 Ore», 26/8/07, p. 40 do suplemento dominical de Cultura.

<sup>261</sup> FAUCCONNIER/TURNER 2001, p. 33.

<sup>262</sup> GALLESE/LAKOFF 2005, p. 14.

*comem*'. Trata-se, num caso como no outro, de um processo de extensão semântica de natureza fundamentalmente metafórica. Mas também é igualmente lícito interpretar o *'encher'* da locução no sentido de 'alargar': um 'alargar' que pode ser lido como *bidimensional*, isto é, como imagem de uma linha fechada – mas elástica – que aumenta de perímetro, como efectivamente sucede com a rima ocular, no movimento também exprimido com a locução *'arregalar o(s) olho(s)'*. Nesta acepção, a extensão semântica produzida é de carácter metonímico. O mais interessante, para nós, é que as duas interpretações se não excluem uma à outra, mas antes se podem e devem sobrepor, sem que isso implique qualquer relação conflitual entre elas.

Os casos de sobreposição de processos metafóricos e metonímicos de significação serão estudados mais avante, em 3.8, mas não podíamos deixar de dar conta do processo, neste ponto do nosso trabalho.

### **3.5. 'Olho', 'olhar', nos dicionários**

O trabalho sobre os artigos que o FERREIRA 1986, o COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 e o CASTELEIRO 2001 dedicam, respectivamente, a *'olhar'* e a *'olho'* implica uma reprodução integral dos ditos artigos, os quais ocupariam, só por si, um número significativo de páginas, nesta dissertação. Resolvemos, pois, remetê-los para o arquivo documental do CD-ROM, onde figuram como *Documento 19*.

Um reparo decorrente da comparação dos artigos que os vários dicionários dedicam, respectivamente, ao lexema verbal e ao lexema nominal (e o segundo decorrerá de uma lexicalização do primeiro) é o de que só o CASTELEIRO 2001 separa claramente os dois: verbo *'olhar'*, substantivo *'olhar'*; forma verbal *'olhares'* (conjuntivo futuro ou infinitivo pessoal), substantivo plural *'olhares'*.

As entradas do FERREIRA 1986 – e, muito particularmente, a que aí se dedica ao substantivo *'olho'* – também nos proporcionam alguns reparos.

Em primeiro lugar, há várias expressões características do Português do Brasil que aí não são registadas como tais, mas como se fossem comuns às duas variedades fundamentais da língua. É o caso de *'olho de mormaço'*, *'botar o olho*

*grande em*’, ‘*pôr o olho em*’ (que, no Português de Portugal, seria ‘*pôr os olhos em*’). O mesmo se pode dizer das seguintes fraseologias: ‘*não pregar o olho*’, que em Português de Portugal se reduz a ‘*não pregar olho*’ (expressão ignorada pelo CASTELEIRO 2001 mas presente, – averbada segundo esta última forma – no COSTA/SAMPAIO E MELO 1999); ‘*não ser olho de santo*’ («não ser coisa que exija excesso de cuidado, exagerada preocupação de acabamento»), cuja fórmula de sentido equivalente, em Portugal, se constitui escolhendo como referente outra parte do rosto, o ‘*nariz*’: «Não ser (um) nariz de santo»; ‘*nunca mais lhe pus o olho*’ e ‘*ter o olho maior que a barriga*’ seriam respectivamente, no Português Europeu, ‘*nunca mais lhe pus os olhos em cima*’ e ‘*ter mais olhos que barriga*’<sup>263</sup>.

Em segundo lugar, o FERREIRA 1986 apresenta-nos, também, expressões absolutamente correntes no Português de Portugal, averbadas, porém, como características ou exclusivas da variante brasileira da língua. Cite-se de novo, por todos, um caso que reputamos exemplar: «**Olho da rua**. *Bras.* Lugar independente para onde se manda alguém, expulsando-o; meio da rua; rua: *Ponha-se no olho da rua, patife*». Ora, a expressão é igualmente corrente em Portugal – e será mesmo o caso de aproveitar o ensejo desta nossa presente análise lexical para destrinçar o processo de elaboração semântica inerente ao significado reconhecido da expressão, uma vez que tal processo nada tem de claro, à primeira vista, nem sequer para os falantes-ouvintes mais habituados a interrogarem-se sobre a génese das palavras e das expressões:

– Com efeito, a que se deverá a referência ao ‘*olho da rua*’, presente apenas nessa expressão? Cremos que a explicação resida no facto de que uma das acepções secundárias de ‘*olho*’, em cada um dos dicionários consultados, é a de ‘parte central’. Ainda que os dicionários em questão registem este sentido só em expressões que se reportam a *algumas hortaliças*<sup>264</sup>, pode-se depreender que é esse mesmo sentido, ainda que isento de qualquer vínculo com o léxico do reino vegetal, que está na base da expressão considerada, já que uma expressão

---

<sup>263</sup> Quanto a ‘*pelos seus belos olhos*’ («*Irón.* Sem obter em troca nenhuma vantagem; de graça; gratuitamente: *Acredita que ele só o auxiliará pelos seus belos olhos?*»), o problema é de natureza diversa: a redução à segunda pessoa, semi-formal, e à terceira – ambas singulares –, ‘*pelos seus*’, não é exaustiva: também se pode dizer ‘*pelos meus belos*’ (ou *lindos*) *olhos*’, *pelos nossos/vossos lindos/belos olhos*’, ‘*pelos lindos/belos olhos dele(s)*’.

<sup>264</sup> FERREIRA 1986, acepção 11: «A parte central de certas hortaliças: *um olho de couve*»; COSTA/SAMPAIO E MELO 1999, acepção não numerada: «parte central, ainda nova e tenra, de plantas hortícolas, como a couve»; CASTELEIRO 2001, acepção 8: «Parte central e tenra de algumas hortaliças. *Comprou dois olhos de couve*».

igualmente corrente, e semanticamente equivalente à citada como exemplo no FERREIRA 1986, é ‘*Ponha-se no meio da rua*’. O ‘*olho*’ funciona na expressão, portanto, como alusão imediata ao *espaço central* da rua, equidistante das habituais duas fileiras de casas que a delimitam.

Haveria muitas outras observações a assinalar, decorrentes da análise dos verbetes do FERREIRA 1986, mas a nossa insuficiente familiaridade com a variedade brasileira da língua – que, aliás, não constitui objectivo imediato da análise promovida no presente trabalho – leva-nos a suspender juízos sobre o conteúdo dos verbetes que se poderiam revelar, nestas circunstâncias, fora do lugar. Merece destaque, pelo contrário, a particularidade de o FERREIRA 1986 adoptar uma classificação dos verbos, quanto às implicações sintácticas dos mesmos, muito mais completa e esclarecedora do que a seguida nos dicionários portugueses: Assim, no lugar da sucinta e nem sempre suficiente distinção entre verbos *transitivos*, *intransitivos* e *pronominais* (*reflexos* ou não), vigente no COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 mas de todo ausente do CASTELEIRO 2001, o FERREIRA 1986 prefere caracterizá-los como *transitivos directos*, *transitivos indirectos*, *transitivos directos e indirectos*, *transitivos circunstanciais*, *transitivos directos e circunstanciais*, *intransitivos*, *transobjectivos* e *pronominais*.

Quanto ao verbe com que no CASTELEIRO 2001 é contemplado o verbo ‘*olhar*’, ocorrem-nos três reparos:

1. A acepção 8, «Fazer restrições; gastar comedido. *Olhar a despesas. Olhar a esforços*» não especifica que o emprego da construção está limitado às frases negativas: ‘*não olhar a despesas, não olhar a esforços*’.

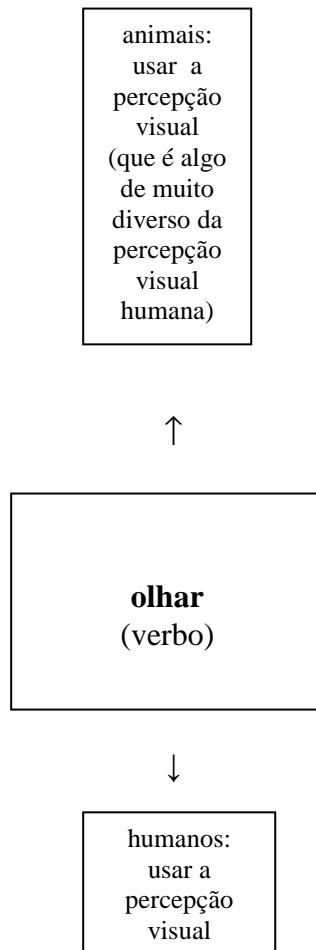
2. A fraseologia «**olhar para alguma coisa como boi para palácio**», explicada como «não ter quaisquer conhecimentos que lhe permitam compreender», é exemplificada com ‘*Olhei para o problema como o boi para palácio*’: frase estranhável, por causa da inserção do artigo, evidenciado em negrito, que nunca ouvimos em nenhuma realização e que, aliás, não comparece na fraseologia, tal como a mesma é reportada imediatamente antes do exemplo.

3. A fraseologia «**olhar para a sombra**» contém um artigo que, a nosso ver e como no ponto precedente, não se lhe aplica: as únicas realizações que sempre aplicámos e ouvimos aplicar exigem o artigo, sim, mas associado ao adjectivo

*‘própria’*, ao pronome possessivo ou a ambos: *‘olhar para a própria sombra’*, *‘olhar para a sua própria sombra’*.

Sobre o verbete que no COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 é dedicado ao *‘olho’* – muito mais reduzido do que os dos outros considerados, como é característico da estrutura particular do dicionário em causa –, pouco mais há a acrescentar àquilo que sobre o mesmo já se disse, cruzando as suas informações com as disponibilizadas pelo FERREIRA 1986 e pelo CASTELEIRO 2001. Cremos que bastará, portanto, juntar às referências anteriores aquela que incide sobre a expressão – de origem neotestamentária e, mais propriamente, evangélica – **«ver o argueiro no olho alheio, e não ver a trave no seu olho»**, onde o segundo recurso explícito ao lexema *‘olho’* é redundante e pragmaticamente improvável; neste caso, a nossa opinião é confortada pela do CASTELEIRO 2001, que transcreve a expressão, simplesmente, como **«ver o argueiro no olho alheio e não ver a trave no seu»**.

### 3.6. Uma proposta de rede semântica para as extensões metonímicas de ‘olhar’



Extensões metonímicas:

1. ↓ examinar, observar	2. ↓ controlar o movimento de objectos ou seres	3. ↓ ponderar, calcular	4. ↓ avaliar, julgar
-------------------------------	--	-------------------------------	----------------------------

Quadro O

Seja claro que o *OLHAR DOS ANIMAIS*, ao alto no esquema, também pode assumir todas as extensões metonímicas de que é passível o *OLHAR HUMANO* – na condição de que se *antropomorfizem* os animais, isto é, de que se lhes atribuam as capacidades perceptivas e cognitivas que são habitualmente próprias dos seres humanos. Qualquer criador de gado, qualquer caçador ou outro especialista do

mundo animal sabe que a visão de cada uma das espécies com que mais nos relacionamos é diferente da nossa, em muitos aspectos e em maior ou menor grau, conforme as espécies consideradas. Assim, a maior parte dos mamíferos apercebe-se bem dos movimentos mas não distingue claramente os objectos parados; muitos deles têm uma visão monocromática, ou dotada de uma gama cromática muito mais pobre do que a nossa. Em contrapartida, muitas aves e peixes possuem, no lugar da nossa visão tricromática, uma visão quadrícroma<sup>265</sup>. E isto, para nos mantermos ao nível das capacidades perceptivas. Quando passamos a considerar os aspectos cognitivos directamente associados ao acto de ‘olhar’, então, o que um homem ou homínídeo reconhece numa imagem que se lhe apresenta (por exemplo, numa imagem bidimensional) e o que é capaz de reconhecer, na mesma, um outro animal qualquer, é uma questão altamente complexa que ultrapassa largamente o nosso campo directo de estudo.

Por outro lado, pareceu-nos inútil considerar o caso das *coisas*, quando assumidas como sujeitos gramaticais da acção de olhar – por exemplo, na ocorrência registada no artigo de FERREIRA 1986 para ‘olhar’, acepção 3: «Estar virado ou orientado para determinada direcção. *A casa olhava o oceano*»; e isto porque os *objectos inanimados ‘que olham’ (para algo)* representam apenas um grau taxonomicamente mais amplo de *antropomorfização* ou *personificação*, em relação ao caso dos animais.

As quatro acepções numeradas podem ser consideradas extensões metonímicas do verbo, uma vez que são as manifestações exteriores, físicas, que nelas representam as particulares modificações mentais de que as primeiras são os *sintomas* (o que configura, em cada um dos casos, uma modalidade da relação pela qual se toma a parte pelo todo).

Uma rede semântica sintética, como esta acima reproduzida, quando comparada – ainda que superficialmente – com o vasto elenco das acepções incluídas em todos os dicionários consultados, proporciona, desde logo, algumas observações pontuais, tanto quanto à necessidade ou à pertinência das informações lexicais neles contidas como quanto à forma como essas informações aí se encontram categorizadas. Assim, por exemplo, a entrada específica que em duas destas obras de consulta é dedicada à forma do

---

<sup>265</sup> Cf. a propósito, por exemplo, LA SCIENZA 2005, pp. 575-576, BRESSAN 2007, p. 51, ou VARELA/THOMPSON/ROSCH 1993, pp. 181-183.

imperativo ‘*olhe*’ distingue-se pela sua inutilidade. Por uma questão de clareza será melhor reproduzirmos, de novo, as ditas entradas:

COSTA/SAMPAIO E MELO 1999: «**olhe!** *interj.* que serve para chamar a atenção (De *olhar*)»

CASTELEIRO 2001: «**olhe** (...). *interj.* (De *olhar*). Exclamação usada para chamar a atenção ou para interpelar. *Olhe lá o menino!*»

Como se vê, o FERREIRA 1986 prima pela ausência, quanto a esta particular entrada; de que, aliás, não se sente a falta, não sendo ‘*olhe*’ propriamente uma interjeição mas um modulador discursivo, declinável consoante a pessoa e o número. Com efeito, tal modulador discursivo é passível, numa frase em todo o resto idêntica à que o CASTELEIRO 2001 fornece como exemplo, de assumir formas como ‘*olha*’ – se se trata o interlocutor por *tu* –, ou ‘*olhem*’ – plural de ‘*olhe*’ ou de ‘*olha*’ –, ou ‘*olhai*’. Todas estas formas são extensões da aceção 2 da rede semântica acima reproduzida, isto é, de ‘controlar o movimento de objectos ou seres’.

### 3.6.1. Metonímias indiciais

A metonímia exprime frequentemente um estado ou uma qualidade, através de um *indício* destas. As metonímias indiciais são adscritíveis tanto à metonímia conceptual A PARTE PELO TODO como à metonímia conceptual decorrente daquele princípio cognitivo e comunicativo que Kövecses e Radden<sup>266</sup> definem como O CONCRETO PELO ABSTRACTO. Como aplicações de tal princípio, estas metonímias implicam, ainda, as metonímias conceptuais O CORPÓREO PELO EMOCIONAL e O VISÍVEL PELO INVISÍVEL<sup>267</sup>.

#### 3.6.1.1. ‘*Olhar com bons olhos*’, ‘*ver com bons olhos*’

Consideremos as fraseologias ‘*olhar com bons olhos*’<sup>268</sup> e ‘*ver com bons olhos*’<sup>269</sup>. Os olhos não são, em si, nem ‘*bons*’ nem ‘*maus*’, mas do seu aspecto pode induzir-se o estado de espírito do indivíduo que olha e que está, por sua vez, sob observação – estado de espírito ou atitude que “transborda” em certos

<sup>266</sup> KÖVECSES/RADDEN 1998, cit. em EVANS/GREEN 2006, pp. 317-318.

<sup>267</sup> EVANS/GREEN 2006, *ibid.*

<sup>268</sup> CASTELEIRO 2001, s. v. *olhos*, «ter boa impressão; mostrar-se favorável». E, s. v. *olhar*, «**olhar com bons olhos**, ter uma disposição favorável; aceitar de bom grado. *Olhava com bons olhos o namoro da filha*».

<sup>269</sup> CASTELEIRO 2001, s. v. *olhos*, «1. Simpatizar. 2. Mostrar-se favorável»; FERREIRA 1986, s. v. *olho*, «Receber bem; ser ou mostrar-se favorável a: *Não vê com bons olhos o casamento da filha com aquele rapaz*». Note-se a ausência dessas expressões no COSTA/SAMPAIO E MELO 1999, seja no artigo de ‘*olho*’ seja no de ‘*olhar*’.

indícios sintomáticos; indícios que vão da dimensão ou do brilho da pupila, do movimento ocular e da relativa abertura das pálpebras, ao movimento das rugas que circundam o globo ocular e a outros elementos que podemos, neste contexto, dispensar-nos de enumerar.

**3.6.1.2. ‘Olhar/ver com + (modificador + olhos)’:** ‘Agora já olhas/vês a questão com outros olhos...’

Seguir-se-á, nos próximos parágrafos, um aprofundamento sobre as implicações semânticas do sintagma ‘com outros olhos’, a propósito das construções ‘olhar/ver com bons/maus olhos’. Interessa registar, prioritariamente, a “intercambiabilidade” entre *olhar* e *ver*, nas expressões em análise: ‘Agora já vês a questão com outros olhos...’ não tem um significado diverso de ‘Agora já **olhas** a questão com outros olhos...’. Dever-se-á isto ao facto de ‘olhar’ e ‘ver’ terem, nestas expressões, o significado básico de ‘observar **de uma determinada perspectiva**’: uma extensão secundária da extensão metonímica 1 da “rede semântica” proposta em 1.1; ou, então, uma aplicação da extensão 4 da mesma “rede semântica”, já que, neste caso, a inclusão numa ou noutra das ditas extensões se demonstra igualmente pertinente.

Pelo contrário, se passarmos a considerar o modelo construtivo ‘olhar/ver com (+ olhos + modificador)’, ‘olhar’ e ‘ver’ já podem implicar traços semânticos distintos. Concentrando primeiramente a nossa atenção sobre o ‘olhar’ e o ‘ver’ que podem preceder o sintagma ‘com olhos de ver’, verificamos que as fraseologias ‘**olhar** com olhos de ver’ e ‘**ver** com olhos de ver’ veiculam significados semelhantes mas não de todo coincidentes: ambas as construções exprimem uma atitude perceptiva intencional, um esforço voluntário de concentração, mas ‘**ver** com olhos de ver’ exprime uma prospecção visual de conjunto, “panorâmica”, e ‘**olhar** com olhos de ver’ uma focalização pontual do objecto a observar.

A distinção esfuma-se, porém, ao ponto de se tornar irrelevante, na seguinte situação comunicativa, se passarmos a concentrar-nos sobre o sintagma preposicional que se segue, ao interno das mesmas lexias complexas de que nos estamos presentemente ocupando: se admoestarmos uma pessoa pouco concentrada para que preste uma maior atenção a algo que deve examinar, servindo-se da visão, tanto nos poderemos servir da frase ‘*Olha com olhos de*

*ver!*' como de *'Vê com olhos de ver!'*; mas já não são possíveis\* *'Olha com olhos de olhar!'* ou \**'Vê com olhos de olhar!'*.

Estas últimas observações parecem corroborar a impressão de que *'ver'* implica um grau de cognição superior ao de *'olhar'*, em certos contextos discursivos como, justamente, aquele que acabámos de ilustrar: contextos em que *'olhar'* exprime o *acto perceptivo, imediato*, e *'ver'* a *elaboração ou reelaboração* mental desse mesmo acto perceptivo. Uma ulterior comprovação de que *'olhar'* e *'ver'* podem irradiar conteúdos semânticos bem diversos, ao nível gnoseológico, é-nos proporcionado pela constatação de que *'olhar'* não selecciona a noção de SABER, ao contrário do que pode suceder com *'ver'*: *'estar a olhar'* para algo não implica uma real compreensão do que é observado, como se nota no caso da expressão popular *'olhar... (para algo) como um boi para um palácio'*. Dos aspectos gnoseológicos de *'ver'* já nos ocupámos largamente, aliás, no início do presente capítulo.

*'Olhar'* e *'ver'* demonstram-se, assim, umas vezes intercambiáveis e outras não, consoante os contextos discursivos em que ocorrem. Para melhor discriminar as condições que permitem ou vedam a dita intercambiabilidade, convém alargar a amostragem frásica através do *corpus* da *Linguateca*. O pedido de uma concordância em contexto para *'com olhos de ver'*<sup>270</sup> traduziu-se na relevação de 44 ocorrências. Na maioria destas, a expressão é precedida, justamente, por formas de *'olhar'* ou de *'ver'*, parecendo a escolha entre *'olhar'* e *'ver'*, nas ditas ocorrências, semântica e pragmaticamente indiferente<sup>271</sup>. Mas *'com olhos de ver'* também se apresenta precedido por *'observar'*, *'visitar'*, *'percorrer'*, *'passar por (+ SN)'*, *'apreciar'* e, até, pelo sintagma nominal *'uma leitura'* (*'uma leitura com olhos de ver'*)<sup>272</sup>.

Outro aspecto a não descurar, na análise semântica das expressões *'olhar/ver com outros olhos'*, é que pressupõem implicitamente *'olhar/ver com bons/maus olhos'*<sup>273</sup>, já discutida nos parágrafos iniciais de 3.5: uma frase como *'Agora já olhas/vês a questão com outros olhos'* implica que se, num momento

---

<sup>270</sup> Arquivado no CD-ROM como *Documento 15*. Todas essas ocorrências se encontram, como é natural, no documento dos resultados da pesquisa lexical no *corpus* da *Linguateca* para *olhos*, denominado *Olhos Linguateca* e igualmente disponível no CD-ROM como *Documento 11*.

<sup>271</sup> É o caso do segundo exemplo presente na lista de ocorrências, n.º 54625, e do quarto, n.º 132816, do *Documento 11* do CD-ROM.

<sup>272</sup> Como exemplificam, respectivamente, as ext.s 26206, 230829, 263668, 540160, 809683 e 1069270 do *Documento 11* do CD-ROM.

<sup>273</sup> Pesquisa na *Linguateca* para *olhos*, no CD-ROM como *Documento 11*, ext.s 21781, 28314, 28336, 30514, 33626, 38426.

anterior ao que é, aí, objecto do discurso, a questão era encarada pelo mesmo sujeito como negativa, ‘*com maus olhos*’, agora o é positivamente, ‘*com bons olhos*’; ou que, se inicialmente era ‘*vista com bons olhos*’, agora o é ‘*com maus olhos*’.

Assinale-se ainda que, no lugar de ‘*ver com maus olhos* (+ complemento directo: alguém, ou alguma coisa)’<sup>274</sup>, é mais frequentemente a expressão eufemística ‘*não ver com bons olhos* (+ complemento directo: alguém, ou alguma coisa)’<sup>275</sup>.

Além das extensões metonímicas que implica e de que nos temos vindo a ocupar, ‘*olhar/ver com...*’ é também constituinte de expressões de natureza metafórica: é o caso de ‘*olhar/ver com os olhos da alma*’, que será alvo da nossa atenção em 3.7.5.

### **3.6.1.3. Outras metonímias indiciais**

Outras metonímias indiciais são ‘*de olhos em alvo*’ e ‘*de olhos em bico*’ ou ‘*com os olhos em bico*’, expressivas, respectivamente, de um estado de êxtase – ou, pelo contrário, de mal sofrida suportaçãõ – e de uma reacção de espanto.

### **3.6.2. Metonímias baseadas no esquema imagético primário CONTENTOR/CONTEÚDO**

Um tipo muito frequente de metonímia é aquele pelo qual os CONTENTORES são invocados no lugar dos CONTEÚDOS, como sucede em ‘*beber um copo*’. O que já complica o mecanismo expressivo posto em marcha é que ‘*beber um copo*’, *tout court* – isto é, sem qualquer outra especificação como ‘*um copo de água/de cerveja/de sumo*’ –, pressupõe que o líquido a beber é alcoólico: ‘*Senta-te e bebe um copo conosco!*’, ‘*Vê-se que ontem deve ter bebido uns copos*’.

Os exemplos acabados de apresentar implicam a activação neural do esquema imagético primário<sup>276</sup> do CONTENTOR/CONTEÚDO e, especificamente, do processo de transposição conceptual, metonímico, pelo qual o CONTENTOR é

---

<sup>274</sup> *Ibid.*, ext.s 13497, 25555 etc. V. doc. mais específico, dedicado exclusivamente à pesquisa, no mesmo corpus, de *com maus olhos*, guardado no CD-ROM como *Documento 16*.

<sup>275</sup> *Documento 11* do CD-ROM., ext.s 23318, 28572, 33629, 37266.

<sup>276</sup> V., a tal propósito, GALLESE/LAKOFF 2005, p. 17 e, neste nosso trabalho, I.1.3.

invocado no lugar do CONTEÚDO. O processo de elaboração metonímica é já diverso em expressões como ‘*ser um bom copo*’, ‘*ser um bom garfo*’, nas quais o INSTRUMENTO é invocado no lugar da FUNÇÃO; e o mesmo se pode dizer de ‘*olho não vê, coração não sente*’ e de ‘*o que os olhos vêem...*’, expressões em que o “instrumento” da visão é identificado com a visão propriamente dita, como se aquele fosse “o centro” do acto de ver. Em suma, a plataforma fisiológica de ingresso dos dados perceptivos – os olhos – é identificada como sendo, também, o terminal da elaboração final dos dados recolhidos, *i. e.*, a função da visão. Este tipo de implicação pode parecer-nos óbvio e, portanto, não digno de discussão ou análise, “à primeira vista”: mas não é propriamente assim, como tivemos modo de observar, mais completamente, em 3.3.2 (Quando ‘*ver*’ não é ‘*saber*’: ‘*Não acredito nos meus olhos!...*’).

Perante a evidência da substancial equivalência semântica das expressões que consideraremos em seguida, quer contenham os termos ‘*ver*’, ‘*olho*’ ou ‘*olhar*’, tratá-las-emos em conjunto – tendo o cuidado, porém, de identificar sempre em que verbetes de que dicionários os mesmos se encontram, de entre os reproduzidos no *Documento 19* do CD-ROM. Esta “fusão expositiva” não deve, portanto, de modo algum redundar em *confusão*. E o mesmo esperamos se possa dizer de uma outra *fusão* que com a análise dessas expressões virá, por vezes, à superfície: aquela que tem que ver com a eventual detecção de operações semânticas, subjacentes às expressões postas em destaque, de junção ou sobreposição de metonímias e metáforas. É que, com efeito, em muitos dos casos que destacamos, de entre os exemplos tomados dos dicionários ou dos *corpora* informáticos, esses dois modos específicos de *produzir significação* acabam por assimilar-se, de forma dificilmente discriminável: mas a nossa tarefa é mesmo essa, a de procurar explicitar essas relações implícitas.

### **3.6.3. Metonímias ilocutórias que implicam a atitude proposicional da INTENCIONALIDADE BENÉFICA**

Ao contrário das fraseologias ‘(não) *ver/olhar com bons olhos*’ e ‘*olhar/ver com maus olhos*’, a saudação ‘*Bons olhos o/a/te/vos vejam!*’ não comparece em nenhum dos verbetes reproduzidos dos dicionários, mas é corrente

e encontra-se frequentemente atestada no *corpus* da *Linguateca*<sup>277</sup>. A saudação é um voto augural e auto-referencial de *boa vista*, voto através do qual o locutor formula, implicitamente, um elogio ao indivíduo avistado, considerado como uma presença benfazeja – o que nada teria de metonímico, se não se desse o caso de a intencionalidade auspiciosa desse ‘*Bons olhos o/a/te/vos vejam!*’ se alargar muito para além de um benefício da mera capacidade visual do locutor, acabando por favorecer este último, enquanto indivíduo, na sua totalidade. A referida dinâmica extensional torna-se mais evidente em ‘*Felizes olhos o/a/te/vos vejam!*’, expressão que encontramos, por exemplo, num popular conto de Torga, ainda que numa versão elíptica:

– Felizes olhos, amigo! Até que enfim! Que ausência foi essa? Grande passeata!<sup>278</sup>

Expressões de saudação como o ‘*Felizes olhos, amigo!*’ do personagem de Torga implicam a metonímia conceptual A PARTE PELO TODO: não é de excluir que o sujeito da acção de *ver* formule com esta expressão, em relação a si próprio, um voto de *boa vista*, como em ‘*Bons olhos (...)*!’; mas o voto auto-referencial estende-se, com esta expressão, muito para além do objectivo da acuidade da vista, perfilando-se como um voto muito mais abrangente de *boa vida*, de *boa sorte*. ‘*Felizes olhos (...)*!’ será, pois, uma expressão elíptica que se pode considerar semanticamente equivalente a ‘[Sejam] Felizes estes olhos que te [vos, etc.] estão vendo’; expressão esta que, por sua vez, implicando a referida metonímia conceptual A PARTE PELO TODO, é interpretável como significando ‘Feliz o indivíduo que te [vos, etc.] está vendo’.

### **3.7. ‘Ver’, ‘olhar’, ‘olhos’: extensões semânticas de natureza metafórica**

#### **3.7.1. O ‘olho’ como ‘abertura arredondada’**

As acepções segundo as quais os olhos são concebidos como ‘aberturas’, ‘orifícios’, ‘furos’, são devidamente tidas em consideração nos verbetes dos três

---

<sup>277</sup> Ver no CD-ROM, por exemplo, a ext. 33805 do *Documento 11*.

<sup>278</sup> Miguel Torga, “Bambo”, in *Bichos*, Coimbra, edição do autor, 1986<sup>16</sup>, pp. 59-67, p. 62.

dicionários seleccionados. Não é difícil compreender a relação analógica entre as fendas no tecido epitelial, correspondentes à localização anatómica dos olhos<sup>279</sup>, e as cavidades formadas em massas levedadas como as do pão e do queijo; e, com efeito, nos verbetes que FERREIRA 1986 e CASTELEIRO 2001 dedicam a ‘olho’ encontramos, como exemplos, a metáfora convencional ‘os olhos do queijo’. O COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 refere a acepção de ‘olho’ como «abertura em forma de olho; furo ou buraco redondo», mas não dá exemplos concretos das expressões em que tal acepção se manifesta. O COSTA/SAMPAIO E MELO 1999, por sua vez, não se atém exclusivamente ao queijo mas inclui também o pão, nas possibilidades de aplicação de ‘olho’ na acepção de ‘furo’, ‘buraco’: «cavidade **no pão** ou no queijo» (negrito nosso).

Também o ‘olho do traseiro’, expressão com que se designa correntemente o ânus, se insere neste tipo de metáforas convencionais. Não nos parece que seja o caso de ver, na expressão, algo mais do que o recurso a ‘olho’ por ‘buraco arredondado’. Aliás, referimo-nos sempre aos diversos exemplos aduzidos para esta conceptualização como ilustrativos da acepção ‘buraco arredondado’, e não ‘buraco redondo’, porque a forma dos objectos designados não tem que ser rigorosamente ‘redonda’, em muitos dos casos focalizados: é o que sucede com os ‘olhos do queijo’ ou ‘do pão’, e também com os das fachadas dos edifícios, que podem ser, até, elípticos (como o são, aliás, os olhos das pessoas e de boa parte dos mamíferos).

### 3.7.2. O ‘olho’ como ‘rebento’

A acepção de ‘olho’ como ‘parte central, ainda nova e tenra das plantas hortícolas’ é comum aos três dicionários consultados. Esta acepção é directamente associável à de ‘rebento’ (*a vide botou olhos*): um ‘rebentar’ ou ‘botar olhos’ que dá conta de uma compreensão primária e socialmente

---

<sup>279</sup> Esta correspondência entre a fenda na pele e a localização dos olhos não é, afinal, tão óbvia quanto possa parecer. Cite-se a tal propósito o famoso aforismo de Lichtenberg (seleccionado, por exemplo, na *Antologia do Humor Negro* de André Breton): «Admirava-se de que os gatos tivessem duas fendas na pele, mesmo no ponto em que têm os olhos». O aforismo chamou a atenção de Freud, que o citou na sua recolha de “Witze clássicos” e que nós citamos agora “em segunda mão” – uma operação quase sempre inaceitável mas que aqui, excepcionalmente, reputamos legítima –, pois que retraduzimos do Italiano a versão que dela dá Umberto Eco no final de ECO 1980 (pp. 234-235): «A estupidez que se exhibe aqui [*i. e.*, no aforismo de Lichtenberg] é só aparente; na realidade, esta observação simplista contém, de forma latente, o grande problema da teleologia na estrutura dos animais. Que a rima palpebral se abra no ponto em que se encontra a córnea é algo que nada tem de óbvio, pelo menos até quando a história da evolução nos não esclarecer sobre como se terá produzido esta coincidência».

generalizada (e não forçosamente *ingénua*) daquele conceito fundamental que a neurofenomenologia, hoje, denomina *emergência*. Por outro lado, é igualmente lícito fazer incidir a focalização, na análise semântica destas expressões, sobre o aspecto da ‘centralidade’, que já destacámos no início de 3.4, ao relacionarmos a expressão ‘*o olho da couve*’ com ‘*o olho da rua*’.

### 3.7.3. O ‘*olho*’ como ‘*cauda*’

Propusemos anteriormente – ainda que com as devidas cautelas, como mera hipótese de difícil avaliação final – a interpretação de ‘*boca do corpo*’ como resultado de uma provável hibridação conceptual *quimérica*, partindo da simples interrogação espontânea: «Se a ‘*vagina*’ é ‘*a boca do corpo*’, a ‘*boca*’ é ‘*a boca*’ de quê?». Do mesmo modo, a pergunta que nos ocorre espontaneamente, para o ‘*rabo do olho*’, é: «Se ‘a parte lateral externa’ do ‘*olho*’ é o ‘*rabo*’, onde estão a ‘*cabeça*’, o ‘*tronco*’, os ‘*membros*’ do mesmo?». Mas, se a pergunta feita a propósito da ‘*boca do corpo*’ tinha alguma razão de ser – como pensamos ter demonstrado –, esta segunda, pelo contrário, afigura-se-nos ociosa: por detrás da metaforização pode estar um esquema conceptual geral que implica um mapeamento de correspondências analógicas entre os lexemas do mesmo campo semântico sobreordenado pelo CORPO HUMANO, como provavelmente sucede com ‘*a boca do corpo*’; mas a metaforização também pode implicar o estabelecimento de uma correspondência analógica isolada entre um lexema dependente do campo semântico sobreordenado pelo CORPO HUMANO e outro lexema da mesma *esfera semântica*<sup>280</sup>, mas sobreordenado por outro hiperónimo, como sucede com o ‘*rabo*’ em ‘*o rabo do olho*’. Isto quer dizer que o *highlighting*, no processo de metaforização, incidiu somente sobre alguns dos traços semânticos de ‘*rabo*’; isto é, sobre o facto de ser uma ‘extremidade’ e, em muitos casos – como nos quadrúpedes e, também, no olho –, essa extremidade se definir em relação a um plano horizontal. Há animais sem rabo, mas também há rabos sem animais: é o caso do ‘*rabo do olho*’ que, portanto, não nos deve levar para complexas – e improfícuas – especulações sobre um hipotético mapeamento entre as outras partes do olho e as outras partes do corpo de um vertebrado.

---

<sup>280</sup> Para a distinção entre os *subsistemas lexicais* designados como *campo semântico*, *esfera*, *família* e *hierarquia semânticas*, consultar, por exemplo, BERRUTO 1997, pp. 94-95.

O *'rabo do olho'* é uma catacrese muito mais elementar do que a *'boca do corpo'*, portanto. Além disso, e ao contrário de *'a boca do corpo'*, em *'o rabo do olho'* não é discernível a presença de qualquer estratégia eufemística.

#### 3.7.4. *'A olho nu'*, *'a olho desarmado'*, *'à vista desarmada'*

As expressões *'A olho nu'*, *'a olho desarmado'* e *'à vista desarmada'* são objecto de tratamentos bastante diversos, nos três dicionários prioritariamente considerados. Existe até uma expressão, conceptualmente muito próxima destas – ainda que antitética, em relação às mesmas –, apenas atestada pelo FERREIRA 1986: *'a olho armado'*<sup>281</sup>. Não parece que *'a olho armado'* faça parte das possibilidades expressivas do Português Europeu: é a conclusão a que nos leva tanto a nossa experiência pessoal de falante nativo desta variedade da língua como o facto de tal expressão não constar nos outros dois dicionários considerados, e nem sequer figurar no *corpus* da *Linguateca*<sup>282</sup>. Nem sequer podemos garantir que *'a olho armado'* seja uma expressão típica do Português do Brasil, pois que a explicação que o FERREIRA 1986 dá sobre a expressão, no verbete dedicado a *'olho'*, não é precedida de qualquer indicação de que a mesma esteja sujeita a essa particular circunscrição diatópica (ao contrário do que habitualmente sucede, nesse dicionário, no caso das expressões características do Português do Brasil).

Por sua vez, *'a olho nu'* consta dos verbetes que cada um dos três dicionários dedica a *'olho'*; e *'a olho desarmado'* consta dos mesmos verbetes do FERREIRA 1986 e do CASTELEIRO 2001 (com a excepção, portanto, do COSTA/SAMPAIO E MELO 1999)<sup>283</sup>.

Nos mesmos contextos discursivos e com o mesmo significado, *'a olho nu'* ou *'a olho desarmado'* é intercambiável com *'à vista desarmada'* – mas não, note-se, com *\*'à vista nua'*. A expressão *'à vista desarmada'* consta dos três

---

<sup>281</sup> FERREIRA 1986, s. v. *'olho'*: «**A olho armado**. Com instrumento que auxilie a visão».

<sup>282</sup> Com efeito, para *'a olho armado'*, a mais recente consulta da *Linguateca*, em 16/10/07, continuou a não produzir nem um só resultado, como sucedera em todas as consultas empreendidas anteriormente.

<sup>283</sup> FERREIRA 1986: «**A olho desarmado**. V. *a olho nu*.»; e imediatamente a seguir: «**A olho nu**. Apenas com a vista, sem auxílio de qualquer instrumento; a olho desarmado, a simples vista, à vista desarmada». COSTA/SAMPAIO E MELO 1999: «**a olho nu** sem auxílio de óculos ou qualquer instrumento óptico». CASTELEIRO 2001: «**a olho desarmado**, *loc. adv.*, sem auxílio de qualquer instrumento óptico. **a olho nu**, *loc. adv.*, o m. que *a olho desarmado*».

dicionários, com efeito, ao interno dos verbetes que cada um deles dedica a ‘*vista*’<sup>284</sup>.

Passemos a fixar a nossa atenção, agora, sobre o adjectivo ‘*nu*’ e sobre o prefixo de privação *des-*: o recurso ao primeiro faz pressupor que os olhos *se vestem*, e o recurso ao segundo que os olhos *se armam* (com aparelhos auxiliares). ‘*Armar*’ no sentido de ‘*guarnecer*’, ‘*prover*’, é corrente em Português – mas, para o conceito metafórico de VESTIR OS OLHOS, a referência linguística que imediatamente nos ocorre é a do Inglês: se em Português dizemos que alguém ‘*usa*’ óculos (ou ‘*tem*’ óculos), em Inglês os óculos são objectos que se usam um pouco como a roupa, em suma, que se ‘*vestem*’. Recordem-se, a título de exemplo, os versos de uma canção popular (que constituem, também, o título da mesma): ‘*The futures’ so bright, I gotta wear shades*’<sup>285</sup>.

### 3.7.5. ‘*Olhar/ver com os olhos da alma*’

O que signifique, precisamente, ‘*olhar/ver com os olhos da alma*’, é uma questão que nos levaria a discutir a conceptualização de ‘*alma*’ – árdua empresa que nos dispensamos de enfrentar nesta sede, dada a natureza filosófica e, até, *teológica* do assunto. Dever-nos-ão bastar, no âmbito do presente estudo, os capítulos anteriormente dedicados à conceptualização do *Eu*. Melhor será, partindo destas premissas, induzir o sentido das expressões ‘*olhar/ver com os olhos da alma*’ a partir das informações que sobre as mesmas nos transmitem os dicionários, e a partir das suas ocorrências em contexto, no *corpus on-line* de referência.

Quanto aos dicionários, o único dos três dicionários de referência que contempla a expressão ‘*os olhos da alma*’ é o FERREIRA 1986, no verbete de ‘*olho*’:

«5. *Fig.* Aquilo que distingue, percebe, guia, esclarece: *os olhos da alma.*»

---

<sup>284</sup> Eis o que referem os ditos dicionários a propósito de ‘*à vista desarmada*’, s. v. ‘*vista*’: FERREIRA 1986: «V. *a olho nu*» [e segue-se uma atestação, colhida num romance de Rodrigues Miguéis]; COSTA/SAMPAIO E MELO 1999: «a olho nu, sem auxílio de qualquer utensílio óptico»; CASTELEIRO 2001: a olho nu; sem auxílio de utensílios ópticos».

<sup>285</sup> Timbuk 3, *Greetings from Timbuk 3*, IRS, 1986.

Com respeito à pesquisa no *corpus* anotado da *Linguateca*, os resultados obtidos limitam-se a três ocorrências<sup>286</sup>:

Ext **73747**: R. -- Tudo isto está relacionado com uma experiência de «*dejà vu*» que tive nos Açores, terra cuja intensa espiritualidade não pode deixar de impressionar quem tenha **os olhos da alma** despertos.

Ext **578997**: O autor cola-se às palavras de Laranjeira, perscruta-lhe o olhar, não para o confrontar com as razões da razão, à maneira do interrogatório judicial, mas para o ouvir e ver com **os olhos da alma**.

Ext **1405706**: É necessário abrir **os olhos da alma**, em todas as nações, em todos os países.

Analisemos, primeiro, os dados recolhidos, para depois tentar delinear um quadro global dos sentidos que a expressão pode transmitir.

A definição do FERREIRA 1986 é vaga e não permite a comutação, no contexto de um enunciado, entre essa mesma definição e a expressão a que se refere. Na verdade, se substituirmos, por exemplo na primeira ocorrência registada na *Linguateca*, ‘*quem tenha os olhos da alma despertos*’ com \*‘*quem tenha aquilo que distingue/ percebe/guia/esclarece desperto*’, produzimos enunciados inaceitáveis, porque privados de sentido – ou, pelo menos, carregados de sentidos que não são identificáveis com aqueles que, instintivamente, reconhecemos como adequados a ‘*ter os olhos da alma despertos*’.

Poder-se-ia argumentar que a possibilidade de comutação não é indispensável, nas definições do dicionário; mas, pelo contrário, é nossa opinião que essa possibilidade é a única garantia imediata da adequação das definições. E, com efeito, se substituirmos o lexema ‘*olho*’ pela sua definição, nas acepções que, no FERREIRA 1986, precedem aquela actualmente em análise, o resultado pode não ser linguisticamente “natural” mas o significado do enunciado mantém-se acessível e inalterado. Aqui as tornamos a reproduzir, excluindo a primeira e a quarta acepções, porque desprovidas de abonações:

2. Percepção operada pela visão; olhar, vista: *Dirigiu os olhos para o mar.* 3. Fig. Atenção, cuidado, vigilância: *Nada escapa ao olho do mestre; Olho nele!*

---

<sup>286</sup> Consultáveis também no CD-ROM, doc. *Linguat. Olhos da alma*, mais facilmente identificável como *Documento 17*.

É claro que, na acepção 2, «Dirigiu a percepção operada pela visão para o mar» seria, como enunciado, algo de monstruoso; mas as outras duas comutações possíveis, «Nada escapa ao cuidado do mestre» e «Nada escapa à atenção do mestre», constituem enunciados que se encontram ao abrigo de contestações. O mesmo se diga da comutação de ‘Olho nele!’ com ‘Atenção a ele!’, ‘Cuidado com ele!’, ‘Vigilância sobre ele!’, com a ressalva de que o verbete nos não informa das regências preposicionais dos lexemas substitutivos, diversas daquela implicada por ‘Olho nele!’, mas também se pode argumentar que tal informação não é necessária, neste ponto preciso, uma vez que a mesma se deverá encontrar nos verbetes dedicados, respectivamente, a ‘atenção’, a ‘cuidado’ e a ‘vigilância’. Se depois, nos verbetes dedicados a estes últimos lexemas, se dá efectivamente conta das suas respectivas regências preposicionais ou não, é um problema interessante, sem dúvida, mas que ultrapassa o âmbito da nossa pesquisa.

Os enunciados que a *Linguateca* nos proporciona, por sua vez, transmitem a clara noção de que em ‘os olhos da alma’ não está em causa apenas «aquilo que distingue, percebe, guia, esclarece» (definição do FERREIRA 1986), mas uma modalidade perceptiva mais apurada, superior à que normalmente implica a visão. É como se ‘os olhos do corpo’ produzissem ‘percepção pura’, e ‘os olhos da alma’ produzissem ‘sabedoria’: não mero ‘conhecimento’, perceptivo, estético ou intelectual – ou constituído pelas três vertentes juntas –, que são domínios acessíveis aos ‘olhos do corpo’, ou melhor, à *mente* que destes se serve como *interface* com a realidade externa; mas ‘sabedoria’, num sentido veiculado pela cultura de raiz hebraico-cristã desde os tempos da redacção dos *Provérbios de Salomão* (pelo menos) – e, certamente, por muitas outras tradições culturais de outras regiões do globo –, em que a ‘alma’ é o elemento depositário de um conhecimento existencial, emotivo, intuitivo e místico. Esta superior forma de conhecimento existencial é tida, na cultura em que a nossa língua se formou e evoluiu e que constitui uma parte significativa do nosso *embodiment ambiental*, como mais importante, mais gratificante, mais “perspicaz” e, portanto, mais *sólido* do que o “mero” ‘conhecimento’.

Sem entrarmos na “anatomia da alma” – âmbito que decerto nos não compete –, estas são as ilações que se nos impõem e que aqui podemos tomar em consideração, como sendo as mais plausíveis. O assunto encontra-se em estreita

relação, porém, com quanto desenvolvemos nas partes deste trabalho dedicadas à **conceptualização do Eu no PE** e ao *embodied self*.

### **3.7.6. ‘Os olhos são o espelho da alma’**

Que os olhos sirvam não só ‘para ver’ mas também ‘para sermos vistos’, é um conceito básico que se manifesta comumente, na língua, através da expressão metafórica ‘*Os olhos são o espelho da alma*’. Os olhos são nela conceptualizados como ‘*espelho*’, isto é, como ‘imagem fidedigna’, *ao interno do indivíduo*, dos fenómenos exteriores, e, simultaneamente, como ‘*espelho*’ ou ‘imagem fidedigna’, para aqueles que com o mesmo indivíduo interagem, das dinâmicas mentais que, a cada momento, nele se tornam dominantes.

A função indicial de que os olhos de um indivíduo se revestem, para aqueles que os observam, faz com que a conceptualização básica subjacente ao ditado ‘*Os olhos são o espelho da alma*’ se deva considerar como fundamentalmente metonímica; mas é igualmente inegável que a expressão constitui, em si, uma metáfora. A inter-relação entre os processos de conceptualização metonímica e metafórica é, assim, evidente na expressão em causa, fazendo entrever a existência de um *continuum* entre os dois tipos de processos: *continuum* que procuraremos analisar e sistematizar melhor, nos parágrafos que se seguem.

## **3.8. Extensões semânticas de natureza simultaneamente metonímica e metafórica**

### **3.8.1. ‘De encher o olho’: v. IV.3.4.5.2**

### **3.8.2. ‘Ter mais olhos que barriga’**

‘*Ter mais olhos que barriga*’ activa a imagem mental de ‘*fazer olhos grandes*’ ou ‘*arregalar os olhos*’, a qual se pode incluir – como definido antes<sup>287</sup> – no domínio das chamadas *metonímias indiciais*. Por seu lado, o ‘*ter barriga*’

---

<sup>287</sup> Em IV. 3.6.1.

do segundo termo da comparação, enquanto expressão do conceito ‘ter uma barriga proeminente’, é indicial de ‘ter apetite’, de se ‘*ser um bom copo/bom garfo*’.

Também se deve relevar, em ‘*ter mais olhos que barriga*’, a presença do conceito subjacente de TER UM APETITE OU DESEJO MENTAL/CEREBRAL e não propriamente “físico”<sup>288</sup>, e, no ‘*ter (uma maior ou menor) barriga*’ que constitui o segundo termo da comparação, o de SENTIR UMA FORTE SOLICITAÇÃO SOMÁTICA, não redutível aos poderes sugestivos da imaginação. Deste ponto de vista, tanto a expressão na sua inteireza como cada um dos seus membros acabam, cremos, por ser investidos de uma carga metafórica.

O somatório destas discriminações parece corroborar a pertinência do conceito de *metaftonímia*, a que já anteriormente nos referimos<sup>289</sup>. Nesse sentido, é oportuno delinear, antes do mais, um quadro dos significados atribuíveis a ‘*olhos*’ e a ‘*barriga*’, que resuma esquematicamente os resultados da análise semântica que até agora desenvolvemos de maneira exclusivamente discursiva:

#### Conceptualizações susceptíveis de serem evocadas através do recurso aos lexemas

1. ‘ <i>olhos</i> ’	2. ‘ <i>barriga</i> ’
<ul style="list-style-type: none"> <li>– órgãos da percepção (servem para ‘<i>ver</i>’) ↓</li> <li>– reflectores (“espelhos”) da realidade externa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– órgão da digestão</li> <li>– contentor</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>– órgãos da expressão pessoal / indícios de estados mentais ou de propensões caracteriais (servem para ‘<i>sermos vistos</i>’, são ‘o “<i>espelho da alma</i>”’)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– capacidade de digestão</li> <li>– proeminência da ‘<i>barriga</i>’ na compleição: indício de propensões caracteriais</li> <li>– capacidade de satisfazer os desejos (alimentares, antes do mais, mas não só)</li> </ul>
<p style="text-align: center;">apetite <i>mental</i> (solicitação da imaginação)</p>	<p style="text-align: center;">apetite <i>mental</i> e <i>físico</i>: uma solicitação <i>do corpo</i>, e não só – nem sequer <i>principalmente</i> – da imaginação</p>

Quadro P

<sup>288</sup> Mais uma vez somos obrigados a recorrer à concepção tradicional, segundo a qual o que se passa na “mente”, e até mesmo no *cérebro*, não é, no fundo, propriamente *físico*.

<sup>289</sup> V. parte final de I.1.7.

Analisaremos a polissemia de *'ter mais olhos que barriga'* segundo duas linhas distintas de abordagem. Assim, (1) se focalizamos os elementos *'olhos'* e *'barriga'*, o sentido que se activa, em primeiro plano, é o de *'ter mais desejos do que capacidade de satisfazê-los'*. Se (2) focalizamos prioritariamente o modificador *'mais'* de *'mais olhos'*, *'ter mais olhos que barriga'* implica o sentido de *'ter os olhos maiores do que a barriga'*. A nossa hipótese, que esperamos poder demonstrar, nas linhas que se seguem, é que os sentidos activados pelas diferentes focalizações são *cumulativos*, isto é, que não só não são contraditórios como se reforçam mutuamente.

O significado explicitado como *significado 1* implica a activação daquele tipo de metonímias conceptuais que já antes definimos como *indiciais*: como já tivemos ocasião de discutir, os *'olhos'* evocam *'desejos'*, em virtude de um indivíduo seguir os objectos dos seus desejos com os olhos, eventualmente, arregalando-os; e, exprimindo uma *'barriga grande'*, indicialmente, um *'grande apetite'* que é uma *solicitação somática* e não só um mero impulso mental, muitas vezes inconsequente e veleitário, a *'barriga'*, em si, carrega-se do sentido de *'capacidade de satisfação'* dos desejos.

As metonímias *indiciais*, como a activada pelo significado explicitado como *significado 1*, também podem ser averbadas na categoria conceptual O EFEITO PELA CAUSA. Por exemplo, a imagem da morte como um esqueleto descarnado implica uma metonímia deste tipo: «a Morte, enquanto causa, é associada metonimicamente ao esqueleto, que é efeito»<sup>290</sup>. Assim como nos casos de recurso a *'o esqueleto'* (efeito) por *'a Morte'* (causa), também na conceptualização de *'uma barriga proeminente'* (efeito) por *'grande apetite'* (causa) nos encontramos perante uma relação basicamente metonímica.

O significado explicitado como *significado 2* implica o recurso à noção de *'muitos olhos'* para exprimir, afinal, a de *'(um par de) olhos muito grandes'*, *'(um par de) olhos arregalados'*: uma inferência de natureza metonímica, pois que nela se não produzem comutações entre o domínio semântico a que pertencem os *'olhos'* e outro qualquer, mas só *ao interno* desse mesmo domínio.

É necessário esclarecer e aprofundar a perspectiva por que estamos enveredando, concentrando-nos agora sobre o modificador *'mais'* de *'mais olhos que...'* e chamando em causa as *metáforas por correlação metonímica* que

---

<sup>290</sup> In FAUCONNIER/TURNER 2001, p. 96.

Soares da Silva exemplifica com MAIS ESTÁ EM CIMA, IMPORTANTE É GRANDE, ACTIVO É VIVO<sup>291</sup>. Outros exemplos de metáforas com uma base metonímica, igualmente identificados por Soares da Silva<sup>292</sup>, são A MENTE É UM CORPO e COMPREENDER É VER, que se revestem de uma importância primordial neste trabalho e que já discutimos amplamente noutros lugares.

Mas o que nos interessa trazer à superfície, no modo mais claro possível, é esta relação, funcional e genética, entre metonímia e metáfora. Assim, se *'ter muito dinheiro'*, por exemplo, não implica sentidos figurados, *'ser muito belo'* já implica o recurso (de per se metonímico) à comutação conceptual entre a 'qualidade' de uma entidade e a sua 'quantidade': *'muito belo'* não significa 'detentor de uma grande quantidade de beleza', mas 'detentor de um grau superior de beleza'<sup>293</sup>. O procedimento conceptual metonímico transforma-se, sem solução de continuidade, num procedimento metafórico, pois que se apropria da metáfora implícita MELHOR É MAIS. Na verdade, a diferença entre a metonímia A QUANTIDADE PELA QUALIDADE e a metáfora MELHOR É MAIS – igualmente formulável como O ACRÉSCIMO DE QUALIDADE É ACRÉSCIMO DE QUANTIDADE – é meramente formal e, no fundo, praticamente inconsistente.

Se os diferentes usos do adjectivo *'alto'* podiam ilustrar, em SILVA 2006 (pp. 114-115), a existência de um *continuum* entre os seus sentidos literal, metonímico e metafórico, o emprego do advérbio *'mais'* na expressão agora em estudo parece poder demonstrar, por sua vez, quanto o metonímico e o metafórico dependam um do outro e se interpenetrem.

O que acabamos de dizer em relação a *'mais'* é igualmente válido para o conceito, implicado em *'ter mais olhos que barriga'*, de BARRIGA PROEMINENTE É CAPACIDADE DE SATISFAZER OS PRÓPRIOS DESEJOS. Este último conceito depende da metonímia BARRIGA PROEMINENTE POR GRANDE APETITE, mas o GRANDE APETITE não se associa por força à CAPACIDADE DE SATISFAZER OS PRÓPRIOS DESEJOS. Esta associação torna-se possível porque a *'barriga'* é 'capacidade' num duplo sentido: (1) 'capacidade' como CONTENTOR, POTENCIALIDADE DE CONTER (relação *analógica* e, portanto, metafórica) e (2)

---

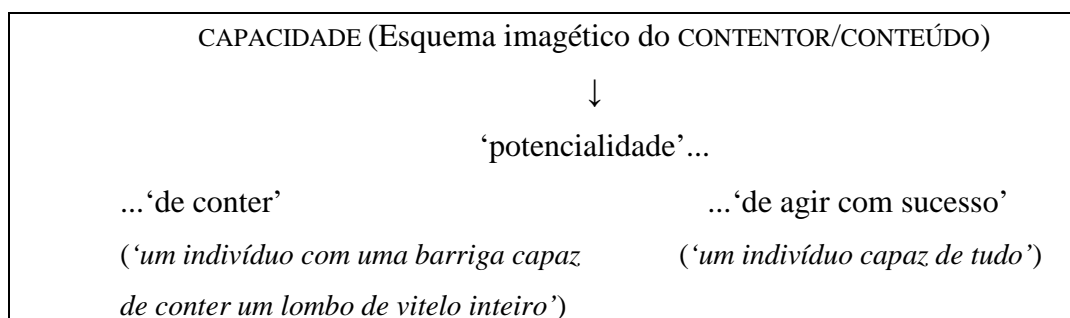
<sup>291</sup> SILVA 2006, p. 146.

<sup>292</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>293</sup> Note-se que, na formulação do sentido que acabamos de apresentar, quer se opte por 'um grau superior', 'um nível mais elevado', 'um grau excelso' ou outra qualificação, é-nos muito difícil (se não mesmo impossível) *evitar o discurso figurado*: o que bem demonstra quanto este último seja intrínseco e indispensável, em todo o pensamento linguisticamente formulado.

‘capacidade’ como POTENCIALIDADE DE ACÇÃO; sentidos que podem ser exemplificados, respectivamente, por (1) ‘*ter capacidade para 10 litros*’ e (2) ‘*ter a capacidade de nos enervar*’. BARRIGA PROEMINENTE É CAPACIDADE DE SATISFAZER OS PRÓPRIOS DESEJOS constitui, portanto, uma relação metafórica de base metonímica.

A *contiguidade* – a barriga proeminente pelo apetite – transforma-se em *analogia*: a barriga digere > elabora > sabe tratar (com) o objecto do desejo do indivíduo (o alimento > outra pessoa enquanto potencial parceiro sexual) > “vence” ou “convence” (atinge os seus objectivos em relação a) o objecto do desejo. O conceito implícito de CAPACIDADE desdobra-se nos significados de ‘potencialidade de conter’ e ‘potencialidade de agir com sucesso’:



Quadro Q

Não é só ‘*a barriga*’ que, na expressão ‘*ter mais olhos que barriga*’, pode identificar-se com o esquema imagético do CONTENTOR: também ‘*os olhos*’ se podem ‘*encher*’ (‘*com esta paisagem magnífica, posso dizer que hoje enchi os olhos*’; ‘*os olhos também comem*’), e também podem *agir* (‘*fulminava-me com os olhos*’). A diferença é que os olhos ‘*acumulam imagens*’ e ‘*simulam acções*’, mas não podem exercer uma acção concreta sobre os objectos – a não ser através da acção mágica do *fascínio*, que pode funcionar, no caso dos indivíduos fortemente carismáticos, ou que pode ser uma mera tentativa veleitária (‘*fazer olhos doces*’, ‘*fazer olhinhos*’). Os ‘*olhos*’ são, portanto, caracterizados pelos traços semânticos de uma relativa ‘*impotência*’ de intervenção material, estão mais perto da ‘*alma*’ (de que são ‘*o espelho*’), não são investidos do sentido da potência material, grosseira mas eficaz, que caracteriza ‘*a barriga*’.

Os elementos acabados de relevar e analisar podem ser sintetizados num quadro de correspondências, ou *mapeamento*, como o seguinte:

<i>'ter mais olhos que barriga'</i> – significações conceptuais básicas		Conceptualizações metonímicas implicadas	Conceptualizações metafóricas implicadas	Metaftonímia
<p>1. 'ter mais desejos que capacidade de satisfazê-los'</p> <p><b>'mais desejos':</b></p> <p>–</p> <p>acréscimo de <b>quantidade:</b> 'alimentar <b>muitos</b> desejos e só ter a capacidade vital para satisfazer <b>um,</b> ou <b>alguns'</b></p> <p>–</p> <p>acréscimo de <b>qualidade:</b> 'ter um desejo cerebral <b>intenso</b> e não ter a capacidade <i>física</i> para o satisfazer'</p>	<p>2. 'ter olhos grandes e uma barriga pequena'</p> <p><b>'alimentar muitos desejos e só ter a capacidade e vital para satisfazer <b>um,</b> ou <b>alguns</b></b></p> <p>Ter um desejo cerebral <b>intenso</b> e não ter a capacidade e <i>física</i> para o satisfazer</p>	<p><i>'ter mais olhos que barriga'</i> ≈ 'ter os olhos grandes e a barriga pequena':</p> <p>A QUANTIDADE PELA QUALIDADE</p> <p><i>'mais olhos'</i> = 'olhos arregalados' ≈ 'olhos (tornados) grandes' &gt; 'desejos': <b>metonímia indicial:</b></p> <p>olha-se para as coisas que nos agradam, que desejamos; mais nos agradam, mais as desejamos, mais arregalamos os olhos</p> <p>'barriga' [através do esquema imagético do CONTENTOR/CONTEÚDO] &gt; <b>metonímia indicial*:</b></p> <p>BARRIGA PROEMINENTE É SINAL DE GRANDES APETÊNCIAS PSICOSSOMÁTICAS E DE CAPACIDADE PARA SATISFAZÊ-LAS &gt; 'capacidade de contenção dentro de si'/'capacidade de absorção'/'capacidade de apropriar-se do que é externo (do que se deseja)'</p> <p>* também O EFEITO PELA CAUSA: 'ter uma grande barriga' (efeito) por 'ter um grande apetite' (causa)</p>	<p>"MAIS" É ACRÉSCIMO DE QUALIDADE /</p> <p>/ O ACRÉSCIMO DE QUANTIDADE É MUDANÇA DE QUALIDADE ESPECÍFICA:</p> <p><i>'mais olhos'</i>/'muitos olhos' &gt; 'um par de olhos muito grandes'</p> <p><i>'olhar'</i> &gt; 'ficar (só) a ver' &gt; impotência prática <b>por oposição a 'meter na barriga'</b> &gt; 'digerir' &gt; 'elaborar' &gt; 'saber tratar com o objecto do desejo' &gt; 'alcançar os próprios objectivos em relação ao objecto desejado'</p> <p><i>'barriga'</i> &gt; CONTENTOR: relação <b>analógica, metafórica</b> &gt; 'capacidade prática de satisfação dos próprios impulsos'/'potência' – muitas vezes <i>discreta, silenciosa,</i> mas <i>eficaz</i> (o italiano meridional <i>'omo de panza'</i>, <i>'omu di panza'</i>)</p>	<p>A QUANTIDADE PELA QUALIDADE ≈</p> <p>"MAIS" É ACRÉSCIMO DE QUALIDADE ≈</p> <p>O ACRÉSCIMO DE QUANTIDADE É MUDANÇA DE QUALIDADE ESPECÍFICA</p>
<p>– concepções não separadas, estanques, mas antes desenvolvidas num <i>continuum</i> →</p>				

Quadro R

Sintemas utilizados no mapeamento: ≈ 'funcionalmente equivalente';  
> 'implica...'

### 3.8.3. ‘Olho vivo’

*Olho Vivo* era o título português duma série televisiva americana da segunda metade dos anos 60, com o título original de *Get Smart*, que tinha como protagonista Maxwell Smart, um agente secreto particularmente trapalhão. A expressão ‘*Olho Vivo*’ revestia-se, nessas circunstâncias, do significado básico que já possuía na expressão original inglesa; *i. e.*, indicava capacidade de observação, esperteza, critério certo e reacção pronta – sentidos que são, aliás, os mesmos que os nossos dicionários atribuem à expressão<sup>294</sup>. Dadas as reacções tardas, as contínuas distrações e a notória falta de brilho intelectual do protagonista da série televisiva *Olho Vivo*, a atribuição ao mesmo de tal epíteto representava um caso patente de antífrase.

O adjetivo ‘*vivo*’, associado a substantivos como ‘*olho*’, ‘*olhar*’ ou não (‘*é um indivíduo muito vivo*’, por exemplo), mas sempre tomado no sentido de ‘esperto’, implica um processo de extensão semântica que se pode definir metafórico: ‘*vivo*’ como ‘tónico’, ‘dinâmico’, ‘reactivo’ e, daí, como ‘desperto’ e ‘esperto’ – dotado da chamada ‘*presença de espírito*’ –, por oposição a ‘*mort(iç)oo*’ como ‘adormecido’ ou ‘mal acordado’ e ‘obtusos’. No entanto, também a ‘*vivo*’ se pode atribuir, na acepção que estamos tratando e com igual legitimidade, uma relação de extensão semântica de natureza predominantemente metonímica, uma vez que o aspecto exterior (o **efeito** comportamental observado, neste caso a álcere mobilidade e a segura focalização manifestadas pelo olhar) é o Ponto de Referência, que serve para evocar as noções que constituem a Zona Activa, e que neste caso são as características psíquicas, “interiores” (a **causa** que está por detrás dessa vivacidade do olhar, isto é, o espírito bem desperto e vigilante).

#### ‘*Olho vivo e pé ligeiro...*’:

Ao contrário do que sucede com o protagonista da série *Olho Vivo*, é de tomar nos sentidos metafórico e metonímico “normais” – isto é, sem o que quer que seja de antifrástico – o uso da expressão ‘*olho vivo e pé ligeiro*’, tal como ocorre no por demais conhecido apólogo ilustrativo da geral desconfiança em

---

<sup>294</sup> COSTA/SAMPAIO E MELO 1999, s. v. **olho**: «**ter olho, ter olho vivo** ser esperto». CASTELEIRO 2001, s. v. **olho**, acepção 3, **olho vivo**: «1. Estertezza, agudeza de espírito. 2. Atenção, cuidado. *Olho vivo com ele!*». FERREIRA 1986, s. v. **olho**, não regista ‘*ter olho vivo*’ mas só ‘*ter olho*’, com o mesmo sentido que a ambas as expressões é atribuído em COSTA/SAMPAIO E MELO 1999.

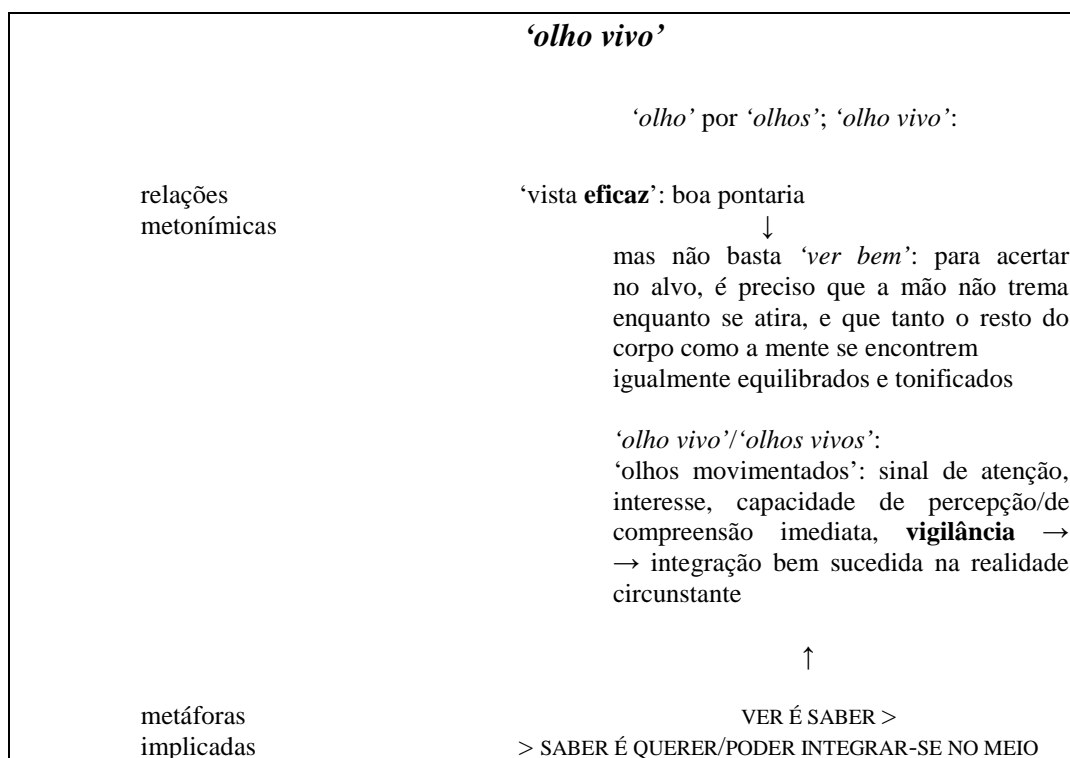
relação aos ciganos, que nele são apresentados como fatores de uma espécie de “baptismo” pagão, se não mesmo blasfemo, em que o oficiante substitui as palavras sacramentais com o seguinte dístico: «Eu te baptizo neste ribeiro/para que tenhas olho vivo e pé ligeiro»<sup>295</sup>. Nesse caso são mesmo as características físicas, e as extensões metonímicas das mesmas que acabámos de referir, as evocadas pela expressão.

Os mesmos conteúdos semânticos presidem ao recurso à expressão num conto popular nortenho intitulado *Olho Vivo, Pé Ligeiro e mais Amigos*, recolhido e adaptado por António Torrado<sup>296</sup>, onde *Olho Vivo* é o epíteto que designa, por antonomásia, um caçador dotado de uma mira excepcional. Note-se, porém, que *não basta ver bem* para se acertar no alvo: é preciso que a mão não trema enquanto se desfere o tiro. Portanto ‘*olho vivo*’, como expressão de ‘boa ponatria’, não implica só ‘acuidade visual’ mas também ‘pulso firme’; e, como o ‘*pulso firme*’ implica um estado biopsíquico geral de *equilíbrio* e de *tonicidade muscular e neural*, o ‘*olho vivo*’ do atirador infalível funciona como uma expressão metonímica do indivíduo na sua totalidade, segundo uma perspectiva holística do organismo. As relações metonímicas e metafóricas que se entrecruzam, dando origem ao conjunto das possibilidades polissémicas de ‘*olho vivo*’, podem ser sumariamente esquematizadas do seguinte modo:

---

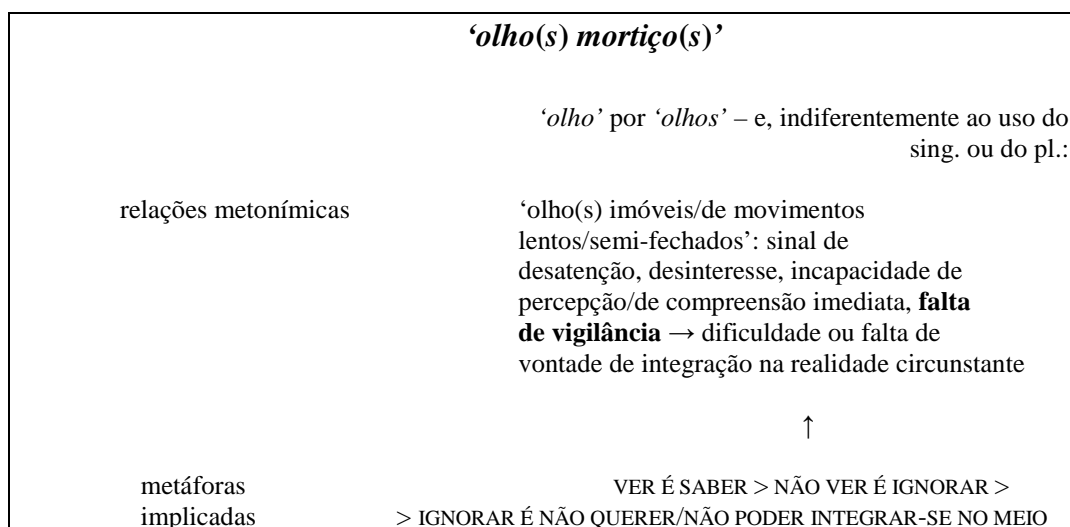
<sup>295</sup> Expressão anedótica de um preconceito étnico que ouvimos pessoalmente, várias vezes, em Lisboa, e que se encontra documentada na Pesquisa *Google* intitulada *Olho vivo e pé ligeiro* – em particular, no documento dela extraído, por sua vez intitulado *Eu te baptizo: documentos guardados no CD-ROM como Documentos 18*.

<sup>296</sup> António Torrado, *Olho Vivo, Pé Ligeiro e mais Amigos*, Lisboa, Comunicação (“Histórias Portuguesas Contadas de Novo”), 1986. Mais recentemente republicado em António Torrado, *Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de Novo*, Volume 2, Porto, Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 17-28.



Quadro S

O que se disse e foi esquematizado para 'olho vivo'/'olhos vivos' é válido, **em parte**, para 'olho(s) mortiço(s)' (a língua não selecciona o imediato e integralmente antitético — em relação a 'olho(s) vivo(s) — \*'olhos mortos'), se substituirmos as definições dos significados pelas que lhes são antitéticas. Com efeito, o processo só em parte é aplicável, já que 'olho(s) mortiço(s)' não selecciona o significado, antitético em relação a 'vista eficaz' ou 'boa pontaria', de 'vista deficiente' ou de 'má pontaria':



Quadro T

As conceptualizações seleccionadas tanto em '*ter mais olhos que barriga*' como em '*olho vivo*' e '*olho(s) mortiço(s)*' produzem, pois, amálgamas conceptuais de base simultaneamente metonímica e metafórica; mas, obviamente, como tivemos modo de apurar, é manifestamente diverso o conjunto articulado dos elementos seleccionados ou focalizados, em cada um dos amálgamas considerados.

Pode-se dizer, em relação a estas expressões e (pelo menos) a muitas das outras de que nos vimos ocupando ao longo deste estudo, o mesmo que se diz em FAUCONNIER/TURNER 2001 (pp. 90-91) a propósito da representação da Morte como Sinistra Ceifeira; isto é, que cada um deles é a resultante de «uma complexa integração conceptual que implica intrincadas interacções metafóricas e metonímicas». Ainda que tenhamos recorrido a um tipo de mapeamentos bastante diverso do proposto por Fauconnier e Turner, esperamos ter produzido, assim mesmo, uma representação esquemática e suficientemente esclarecedora do funcionamento desses complexos mecanismos de *amálgama* ou de *integração* conceptual (*conceptual blending/integration*).

### 3.9. A '*pupila*'/'*menina do olho*'

A parte do olho designada no Português *standard* – e, igualmente, no Português científico – como a '*pupila*' é comumente referida, no Português coloquial, como a '*menina do olho*'. Esta mesma metáfora convencional já se encontrava presente na designação dessa parte do olho que acabamos de identificar como *standard* e como *científica*, ainda que de forma latente: na verdade, o latino '*pupilla*' queria dizer 'menina', antes do mais; mas tal termo já era usado pelos romanos como metáfora convencional dessa parte do olho desde os tempos de Lucrecio, pelo menos<sup>297</sup>. É possível, mas não demonstrável<sup>298</sup>, que a metáfora convencional latina decalque, por sua vez, a já presente no grego clássico: com efeito, *κόρη* – 'menina', 'rapariga' – já era uma metáfora convencional do orifício ou opérculo de diâmetro regulável do olho na

---

<sup>297</sup> Cfr. *pupilla* num bom dicionário de Latim como, por exemplo, o *Dizionario illustrato della lingua latina* de E. Bianchi, R. Bianchi e O. Lelli (Firenze, Le Monnier, 1974<sup>2</sup>).

<sup>298</sup> Cfr. TAGLIAVINI 1949, p. 376.

linguagem de Eurípedes ou de Aristófanes<sup>299</sup> e continuou a sê-lo pelos tempos fora, sobrevivendo, inclusivamente, no grego moderno<sup>300</sup>.

Merece uma explicação o facto de nos termos referido, pouco antes, à pupila como ‘orifício’ ou ‘opérculo’. Na verdade, a pupila é isso mesmo: um espaço deixado vazio, ao interno do complexo entrelaçamento dos diversos “tipos locais” de tecido orgânico. Trata-se, porém, de muito mais do que um mero ‘furo’, pois que é uma autêntica abertura funcional – um ‘órgão’, afinal (como a boca, as narinas, o ânus...) –, determinado pelos tecidos elásticos circunstantes, aos quais deve a faculdade de regulação do seu próprio diâmetro. No entanto, no vasto elenco das expressões com que se designa a pupila, seja em que língua for, será difícil encontrar qualquer referência a esta sua primeira grande característica anatómica, isto é, ao facto de se tratar, basicamente, de uma ‘abertura’. Isso explica-se por não ser um elemento da cultura geral, até tempos muitos recentes, o facto de a pupila ser, no fundo e antes do mais, um orifício. Antes das modernas investigações no domínio da anatomia não era fácil aperceber-se de tal circunstância, tanto mais que a pupila se encontra coberta pela chamada ‘*túnica externa*’ ou ‘*túnica fibrosa*’ do globo ocular, constituída pela esclerótica e pela córnea<sup>301</sup>.

A metáfora convencional da ‘*menina*’ para a pupila está longe, porém, de se poder considerar universal; e, mesmo nas línguas que se servem de tal metáfora, esta encontra-se frequentemente “em concorrência” com outras. Assim, em Hebraico tanto se encontra ‘*a menina*’ como ‘*a boneca*’, ou ‘*a filha*’, ou ‘*o homem/homenzinho*’ do olho. Em Árabe não só se encontram as metáforas equivalentes como as mesmas podem alternar-se, ainda, com outras expressões figuradas tais como ‘*o negro*’, ‘*o inchaço*’, ‘*a pérola*’ do olho, entre outras. Em Inglês, Irlandês, Gaélico, Holandês, Alemão, Lituano ou Russo, a pupila pode também ser ‘*a maçã*’ (com o sintagma preposicional ‘*do olho*’ ou explícito ou subentendido, conforme as línguas). Em várias línguas asiáticas e africanas pode ainda ser ‘*a semente*’, ‘*a grainha*’, ‘*o grão*’, ‘*o espelho*’<sup>302</sup>; e muitas outras fórmulas poderiam ser evocadas, nas mais diversas línguas, se não nos

---

<sup>299</sup> Cfr. *κόρη*, por exemplo, na versão italiana (exclusivamente dedicada ao sentido grego-italiano) do dicionário Liddell/Scott (Firenze, Le Monnier, 1975).

<sup>300</sup> Cfr. TAGLIAVINI 1949, p. 365, ou qualquer dicionário bilíngue de Grego Moderno, de qualidade mínima – por exemplo, o *Dizionario compatto greco-italiano italiano-greco*, Bologna, Zanichelli, 1994, s. v. *pupilla*.

<sup>301</sup> Cfr. TAGLIAVINI 1949, p. 343.

<sup>302</sup> Cfr. TAGLIAVINI 1949, *passim*.

pretendêssemos ater aqui, simplesmente, a uma “visão panorâmica” capaz de dar conta, em termos genéricos, da vasta gama de metáforas que podem ter como referente o ‘diafragma ocular’.

Os mecanismos da evolução da língua fizeram com que cada uma das expressões, ‘*menina do olho*’ e ‘*pupila*’ – ainda que inicialmente investidas do mesmo significado –, acabassem por se revestir de uma certa especialização diastrática e diafásica, isto é, acabassem por se distinguir do ponto de vista pragmático: ‘*pupila*’ é *standard*, mas de uso eminentemente culto, enquanto ‘*menina do olho*’, igualmente *standard*, é seguramente mais característica dos registos popular e familiar. Aliás, só ‘*menina do olho*’, relexicalizada como ‘*menina dos olhos*’, adquiriu a possibilidade de significação metafórica – isto é, pode-se dizer que ‘*O carro novo é a menina dos seus olhos*’, mas não que \*‘*O carro novo é a sua pupila*’.

Passemos, agora, à análise dos verbetes que os dicionários escolhidos dedicam a ‘*pupila*’ e a ‘*menina do olho*’, começando por esta última.

As informações que os três dicionários seleccionados dedicam a ‘*menina do olho*’, ‘*menina-do-olho*’ e/ou ‘*menina dos olhos*’ estão contidas nos verbetes cujas transcrições se seguem. Por motivos que, esperamos, se tornarão mais claros em seguida, preferimos reproduzir integralmente esses verbetes<sup>303</sup>, em vez de seleccionar deles, apenas, as passagens dedicadas às expressões que nos interessam – passagens que evidenciámos a cinzento, nesses verbetes mais densos de acepções, de modo a proporcionar uma mais fácil identificação das expressões e dos sentidos que mais directamente nos interessam.

COSTA/SAMPAIO E MELO 1999, **menina**:

(A) *s. f.* fem. de menino; criança do sexo feminino; tratamento familiar que se dá às pessoas do sexo feminino, novas e adultas solteiras; [*gír.*] meretriz; rapaz efeminado (B) *adj.* designativo de uma variedade de abóbora; *a ~ dos meus olhos* a pessoa a quem eu quero mais; *querer a (alguém) como à ~ dos seus olhos* querer-lhe mais do que a ninguém (De *menino*)

COSTA/SAMPAIO E MELO 1999, **menina-do-olho**:

*s. f.* pupila

---

<sup>303</sup> Retirámos apenas a transcrição fonética, constante dos verbetes de CASTELEIRO 2001, porque não são relevantes para o presente estudo.

COSTA/SAMPAIO E MELO 1999, **menino**: não reproduzimos o verbete porque o seu conteúdo não concerne, de qualquer forma explícita, as expressões que são actualmente objecto da nossa pesquisa.

FERREIRA 1986, **Menina**:

[Fem. de *menino*.] *S. f.* **1.** Criança do sexo feminino. **2.** Mulher nova e/ou solteira, mocinha, garota. **3.** Tratamento familiar e afetuoso dado às pessoas de sexo feminino, crianças e adultos. ♦ **Menina de cinco olhos.** *Fam. V. palmatória* (1). **Menina do olho.** Pupila (1). **Menina dos olhos.** Pessoa a quem se quer muito: “Todos sabemos que tio Geraldo é a menina dos olhos de vovó. Ninguém pode dizer dele uma coisinha que seja, que vovó logo ralha.” (Helena Morley, *Minha Vida de Menina*, p. 68.)

FERREIRA 1986, **Menino**: não reproduzimos o verbete porque o seu conteúdo não concerne, de qualquer forma explícita, as expressões que são actualmente objecto da nossa pesquisa.

CASTELEIRO 2001, **menina**: a forma não é contemplada com um verbete próprio.

CASTELEIRO 2001, **menina-do-olho**:

O m. que *pupila*<sup>2</sup>. **pregá-la na menina-do-olho**, ludibriar alguém na sua presença. Pl. meninas-dos-olhos.

CASTELEIRO 2001, **menino**:

**menino**<sup>1</sup>, **a** (...). *adj.* (De origem obscura). **1.** Que é novo, moço. **2.** Que é infantil. **Deus**<sup>+</sup> **menino**.

**menino**<sup>2</sup>, **a** (...). *s.* (De origem obscura). **1.** Criança. **menina dos olhos**, pessoa a quem se quer muito. **menino alado**, *Mitol.*, Cupido, o Amor. **menino de coro**. **1.** Rapazinho que faz serviço de acólito e canta no coro, nas igrejas. **2.** Criança bem comportada. **menino de ouro**, criança a quem se dedica um amor muito especial. **menino Jesus**, Cristo em criança. **meninos de rua**, aqueles que, por motivos de força maior, ficaram abandonados, sem casa, e, por conseguinte, sem o conforto do lar, permanecendo a maior parte do tempo em locais ao ar livre ou em recintos públicos. **2.** Tratamento familiar entre adultos. **3.** *s. m. Fam.* Homem esperto, vivo, manhoso. <sup>≈</sup> ESPERTALHÃO, FINÓRIO. *Pensavas que ele se deixava enganar? Olha que menino!* **4.** *s. f.* Tratamento que se dá a mulher solteira. **5.** *s. f. Gír.* Prostituta. **6.** *s. f. Gír.* Rapaz efeminado. **7.** *s. f. Gír.* Chave. **8.** **ar**<sup>+</sup> **de menino bem. querer a alguém como à menina dos olhos**, gostar muito de alguém.

É de notar que o COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 e o FERREIRA 1986 dedicam um verbete a ‘*menina*’, separado do de ‘*menino*’. O CASTELEIRO 2001,

pelo contrário, insere *'menina dos olhos'* no verbete de *'menino'*, e a forma feminina só aí tem direito a um verbete isolado no caso da palavra formada por justaposição *'menina-do-olho'*.

Também não pode passar sem comentário o facto de, no verbete do COSTA/SAMPAIO E MELO 1999, se reduzir a *'a menina dos meus olhos'* uma construção que, segundo os outros dois dicionários – ainda que não explicitamente, nos verbetes destes –, pode igualmente implicar, no lugar do possessivo da primeira pessoa singular, os da primeira pessoa plural e os das segunda e terceira pessoas, singular e plural: *'a menina dos meus/teus/seus/nossos/vossos olhos'*, *'a menina dos olhos dele(s)'*. Aliás, o próprio verbete do COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 dá conta dessas restantes possibilidades, em seguida e em contradição com o precedentemente postulado, ao inserir a expressão *'querer a (alguém) como à menina dos seus olhos'* (negrito nosso) no final do verbete.

Se um estrangeiro que estude o Português for consultar os verbetes dos três dicionários que acabamos de reproduzir, provavelmente ficará com uma ideia errada quer do significado quer das modalidades de uso inerentes às expressões que neles evidenciámos a cinzento:

– «***a menina dos meus olhos*** a pessoa a quem eu quero mais; ***querer a (alguém) como à menina dos seus olhos*** querer-lhe mais do que a ninguém» (COSTA/SAMPAIO E MELO 1999) /«***querer a alguém como à menina dos olhos***, gostar muito de alguém» (CASTELEIRO 2001): já comentámos a insuficiência do tratamento reservado, no COSTA/SAMPAIO E MELO 1999, à expressão fraseológica *'a menina dos meus olhos'*; quanto às outras que se lhe seguem, ambos os dicionários em questão se demonstram carentes, pelos mesmos motivos já aduzidos a propósito do exemplo precedente.

– «**Menina dos olhos**. Pessoa a quem se quer muito: “Todos sabemos que tio Geraldo é a menina dos olhos de vovó. Ninguém pode dizer dele uma coisinha que seja, que vovó logo ralha”» (FERREIRA 1986) /«**menina dos olhos**, pessoa a quem se quer muito» (CASTELEIRO 2001): basta substituir, no exemplo abonado no verbete do FERREIRA 1986, *'menina dos olhos'* com *'pessoa a quem se quer muito'* para ver que a simples troca da primeira expressão com a segunda não pode produzir uma frase aceitável. A permuta só terá sucesso se o utente

estiver habilitado a proceder, sozinho, a outras adaptações construtivas que nem no verbete do FERREIRA 1986 nem no do CASTELEIRO 2001 lhe são indicadas.

O tratamento reservado às expressões consideradas demonstra a desatenção, por parte dos redactores desses verbetes dos dicionários em apreço (e estamos em crer que o mesmo aconteceria com outros quaisquer que escolhêssemos) em relação à necessidade de se explicar ao utente – que tanto pode ser um madrelíngua com dúvidas sobre o uso das expressões como, sobretudo, um estrangeiro que estude Português – **como se usam** as ditas expressões, em contexto; com o se confirma que, em muitos casos, os dicionários servem mais para **recordar** ao utente significados e usos que já lhe são conhecidos do que para lhe **explicitar** e **explicar** os respectivos significados e modalidades de emprego... Esta é uma conclusão que decorre, por assim dizer *naturalmente*, da análise que temos vindo a elaborar; mas apraz-nos notar que a constatação de uma insuficiência funcional dos dicionários correntes permeia igualmente todo o ensaio “Lexical Representations for Sentence Processing”, de George A. Miller e Claudia Leacock<sup>304</sup>, manifestando-se ainda, inequivocamente, nos parágrafos iniciais de “Autotroponomy”, de Christiane Fellbaum<sup>305</sup>

### 3.9.1. ‘Menina do olho’, ‘menina dos olhos’: lexicalização e gramaticalização

As expressões ‘menina(-)do(-)olho’<sup>306</sup> [≈ pupila (≈ diafragma ocular)] e ‘menina dos olhos’ (enquanto metáfora de uma preferência pessoal) mereceriam outros aprofundamentos analíticos, no que respeita às possibilidades de manipulação que admitem ou não admitem, em diversos contextos

---

<sup>304</sup> In RAVIN/LEACOCK 2002, pp. 152-159.

<sup>305</sup> *Ibid.*, pp. 52-67, p. 52.

<sup>306</sup> Consideramos meras variantes do mesmo lexema ‘menina do olho’ e ‘menina-do-olho’, na acepção de ‘pupila’/‘diafragma ocular’, sendo, a nosso ver, irrelevante o recurso ou não à hifenização. Os redactores do CASTELEIRO 2001 e do COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 parecem considerar indispensável a sua redacção hifenizada, ao contrário do que sucede no FERREIRA 1986; o que se poderia explicar como uma divergência ortográfica entre a norma portuguesa e a norma brasileira, se não se desse o caso de – como comprovam os verbetes reproduzidos – tanto o COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 como o CASTELEIRO 2001 redigirem a expressão sem hífenes, sempre que o seu uso é metafórico (e o passar do “sentido literal” ao “figurado” não deveria implicar, em princípio, quaisquer alterações gráficas). No entanto, o Prof. Malaca Casteleiro reconhece, na *Introdução* a CASTELEIRO 2001 (vol. I, p. XVI, *Palavras hifenizadas e combinatórias*), que há casos de «oscilação quanto ao uso do hífen» e esclarece que, nesses casos, no CASTELEIRO 2001 «optou-se por consagrar a forma hifenizada, dando-lhe entrada própria no Dicionário».

comunicativos, e que os dicionários de forma alguma relevam, como veremos em seguida – servindo-nos também de outras fontes documentais, como é o caso do *corpus* da *Linguateca*.

A expressão ‘*a menina dos olhos*’, para além do seu significado anatómico, alcança um uso ainda mais corrente como metáfora convencional que tem como domínio-alvo o conceito de FORTE PREFERÊNCIA, de PREDILECÇÃO: «é a menina dos olhos de Duarte Lima...»<sup>307</sup>; «o Oceanário, que é a menina dos olhos da Expo»<sup>308</sup>. O mais curioso é que, nesta acepção metafórica, a expressão não admite o recurso à modalidade *reduativa* (o singular pelo plural) da chamada “sinédoque do número”, tão característica do Português, de que já anteriormente falámos<sup>309</sup> – isto é, resultam inaceitáveis as expressões – hipoteticamente alternativas às anteriores, em princípio – \*‘é a menina do olho de Duarte Lima’ ou \*‘o Oceanário, que é a menina do olho da Expo’.

Note-se, ainda, que a impossibilidade da “sinédoque reduativa” que acabamos de assinalar não é devida a qualquer eventual regra implícita da selecção lexical que marque como inaceitável a versão da expressão ‘*a menina do olho*’: ‘*a menina do olho*’ só se revela inaceitável quando empregue metaforicamente; quando, pelo contrário, é usada na sua imediata acepção anatómica, esse singular já nada tem de estranho, para os falantes-ouvintes do Português Europeu. Por exemplo, é absolutamente possível, e tida como “natural”, uma frase como ‘*Ele foi atingido mesmo na **menina do olho***’.

Se nos interrogámos sobre a possibilidade, ou não, de usar o singular no segundo dos dois blocos semânticos que constituem a expressão, também não nos podemos eximir de testarmos igualmente a variação de número para o primeiro bloco, ‘*a menina*’: é aceitável ‘*as meninas dos olhos*’ (e em que contextos), ou não? E ‘*as meninas do olho*’? ‘*As meninas do olho*’ é expressão improvável, a fazer preceder, sem dúvidas, de um asterisco. Mas já ‘*as meninas dos olhos*’ se revela expressão corrente e não estranhável, seja no sentido

---

<sup>307</sup> *Linguateca*, pesquisa “olhos”, ext. 11886 (CD-ROM, *Documento 11*).

<sup>308</sup> *Ibid*, ext. 31511 – e também em muitas outras ocorrências, como por exemplo *ibid.*, ext. 38756. Acrescente-se, ainda, uma ocorrência ainda não registrada na *Linguateca*, pois que se trata de um artigo recente do «Público» – «Público 2», 16/7/07, pp. 6-9 – e, mais precisamente, de uma entrevista a Vítor Silva Tavares, conduzida por Alexandra Lucas Coelho, onde este afirma (p. 8): «...o velho José Apolinário Ramos, que era tipógrafo durante o dia e ao fim da tarde tirava a sua batazinha azul, vestia o seu casaquinho, descia a Calçada de São Francisco e **ia** a pé até à Rua da Voz do Operário **para a menina dos seus olhos**. Porque era ele que cuidava da Biblioteca da Voz do Operário.» (negritos nossos).

<sup>309</sup> V. 3.3.4 (‘*Olhos que vêm*’).

anatômico imediato seja como metáfora. Para o primeiro sentido, baste como exemplo ‘*Ele tem as meninas dos olhos dilatadas*’, que ilustra suficientemente as possíveis ocorrências em que alguém pretenda referir-se a ambas as pupilas de um indivíduo. Para o emprego metafórico, serão igualmente suficientes os exemplos ‘*A sua filha é a menina dos olhos dele*’/‘*As suas filhas são as meninas dos olhos dele*’<sup>310</sup> – um caso, como tantos outros imagináveis, em que o objecto daquela particular devoção que na frase se atribui ao sujeito é, manifestamente, plural<sup>311</sup>.

O que convém sublinhar é que existem duas lexias distintas, ‘*menina(-)do(-)olho*’ e ‘*menina dos olhos*’, e não um só que tenha gerado extensões semânticas, redundantes em polissemia. Todos os dicionários consultados, aliás, têm o cuidado de as manter claramente separadas, e as ocorrências no *corpus* da *Linguateca* confirmam, a seu modo, essa discriminação, como se pode depreender dos exemplos atrás aduzidos. Por agora, a melhor maneira de mostrar claramente tal discriminação é recorrer a uma esquematização que distinga as formas de gramaticalização próprias de cada uma das duas formas:

	significado: <i>anatômico</i>	significado: <i>metafórico</i>
sing.	‘ <i>menina(-)do(-)olho</i> ’	‘ <i>menina dos olhos</i> ’
pl.	‘ <i>meninas(-)dos(-)olhos</i> ’	‘ <i>meninas dos olhos</i> ’

Quadro U

Assim se pode distinguir claramente, sem profusões verbais, que os plurais dos dois lexemas se podem confundir, mas os seus singulares são definitivamente diversos.

### 3.9.2. A ‘*pupila*’

Os verbetes dedicados a ‘*pupila*’, nos dicionários consultados, também apresentam irregularidades estruturais dignas de atenção, ainda que o termo

<sup>310</sup> Ainda que não seja tão provável como ‘*As suas filhas são as meninas dos olhos dele*’, estamos em crer que ‘*As suas filhas são a menina dos olhos dele*’ constitui, em relação à primeira frase, uma alternativa igualmente válida.

<sup>311</sup> Note-se, porém, que, no lugar de ‘*As suas filhas são as meninas dos olhos dele*’, também se podia recorrer, exactamente com o mesmo sentido, à modalidade da expressão que apresenta o sintagma metafórico no singular: ‘*As suas filhas são a menina dos olhos dele*’. Talvez esta seja, aliás, a “metáfora de base”, constituindo o plural ‘*as meninas*’, em ‘*As suas filhas são as meninas dos olhos dele*’, um caso de contaminação analógica, motivada pela circunstância de o sintagma se encontrar circundado por outros que estão, por sua vez, necessariamente no plural.

'*pupila*' pareça sugerir, no fundo, apenas dois sentidos básicos: o de 'diafragma ocular', cujas definições pouco variam de dicionário em dicionário, e o de 'pessoa de sexo feminino – de idade ou de estatuto inferior, *discípulo* – submetida a um tutor' ou 'preferida por um mestre'<sup>312</sup>. Se a estruturação das entradas lexicais não apresenta problemas, no que concerne ao sentido de '*pupila*' a que nos referimos em primeiro lugar, já o mesmo se não pode dizer do segundo:

– Se a pessoa tutelada (por alguém) for de sexo masculino, recorre-se à forma '*pupilo*'. É claro que só a forma feminina '*pupila*' pode designar o diafragma ocular, o que faz com que essa forma seja contemplada com um verbete à parte em cada dicionário – ao contrário do que é habitual, isto é, da escolha da forma masculina como aquela da entrada do verbete. Tanto o FERREIRA 1986 como o COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 dedicam a '*pupilo*' um verbete à parte, onde não vem especificado que o substantivo pode ser declinado no masculino plural e no feminino, singular e plural:

FERREIRA 1986, **pupila**:

[Do lat. *pupilla*, dim. de *pupa*, 'menina'.]

S. f.

1. Fem. de *pupilo*.
2. Mulher que se prepara para professar num convento; noviça.
3. Anat. Orifício situado no centro de cada íris, e pelo qual passam raios luminosos; menina-do-olho.

FERREIRA 1986, **Pupilo**:

[Do lat. *pupillu*.] S. m. **1.** Órfão menor a cargo de tutor. **2.** Educando, colegial, aluno. **3.** Protegido, valido.

COSTA/SAMPAIO E MELO 1999, **pupila**:

s. f. órfã que está sob tutela; noviça; educanda; ANATOMIA abertura, ao centro da íris, por onde passam os raios luminosos; [pop.] → **menina-do-olho** (Do lat. *pupilla*-, <id.>)

COSTA/SAMPAIO E MELO 1999, **pupilo**:

---

<sup>312</sup> Pode até ocorrer, em certos contextos, que se acumulem, no sujeito cuja acção própria transforma aquele ou aqueles sobre os quais a mesma se exerce em '*pupilo/-a/-os/-as*', as duas implicações relacionais: o tutor pode exercer a sua função de gestor (jurídico, financeiro, educacional) e, simultaneamente, experimentar sentimentos de amor, de amizade, de forte preferência, em relação ao seu '*pupilo*' ou aos seus '*pupilos*'. É, afinal, o caso do pároco de província e das suas protegidas, ditas justamente '*pupilas*', tal como o mesmo nos é apresentado por Júlio Dinis em *As Pupilas do Senhor Reitor*.

s. m. órfão que está sob tutela; [fig.] protegido (Do lat. *pupillu-*, <id.>)

Mas já o CASTELEIRO 2001 dedica verbetes distintos à ‘*pupila*’, na acepção de ‘componente do olho’, e a ‘*pupilo*’, com o significado que lhe é próprio e que é extensível à sua forma feminina:

CASTELEIRO 2001, **pupila**:

**pupila**<sup>1</sup>. V. *pupilo*.

**pupila**<sup>2</sup> (...). s. f. (Do lat. *pupilla*). **1.** Anat. Abertura no centro da íris, por onde passam os raios luminosos. ≈ MENINA-DO-OLHO (Fam.). *Dilatar a pupila. Contrair a pupila.* **2.** Objecto que pelo seu aspecto, formato... lembra a pupila.

CASTELEIRO 2001, **pupilo**:

**pupilo, a** (...). s. (Do lat. *pupillus*). **1.** Criança órfã ou não que se encontra sob tutela, sob a direcção de um tutor; menor de tutelado. *Resolveu dotar a pupila com uma parte dos seus bens.* **2.** Criança ou jovem que se confia a uma instituição ou entidade oficial ou particular. **3.** Educando ou educanda; aluno ou aluna. *Quase todos os seus pupilos seguiram os seus ensinamentos.* **4.** Pessoa protegida ou dependente de alguém. ≈ AFILHADO, VALIDO. **5.** s. f. *Rel.* Mulher que se prepara para professar num convento. ≈ NOVIÇA.

As discrepâncias acabadas de relevar entre os diversos dicionários, na maneira como seleccionam os lexemas que neles constituem verbetes ou na maneira como distribuem as acepções, ao interno dos verbetes, não constituem uma mera questão de pormenor, denunciando, pelo contrário, diferentes perspectivas na categorização do léxico que não nos devem passar despercebidas.

### 3.9.2.1. Entre a homonímia e a polissemia

Assim, em relação aos casos concretos que acabámos de tratar, é preciso deixar bem claro – e nisso, cremos, todos os dicionários deveriam seguir o exemplo do CASTELEIRO 2001 – que ‘*pupilo/-a/-os/-as*’ é um substantivo (‘o indivíduo que... etc.’, como já descrito), que designaremos como ‘*pupila*’ 1; e ‘*pupila*’, sem outra possibilidade de declinação senão o plural ‘*pupilas*’, é um outro substantivo (‘o órgão da vista que... etc.’, como já descrito), que designaremos como ‘*pupila*’ 2. Ainda que o étimo seja o mesmo, este sofreu ressemantizações divergentes, já em períodos remotos de formação da língua, que fizeram com que que designaremos como ‘*pupila*’ 1 e ‘*pupila*’ 2 acabassem por apresentar modalidades de gramaticalização diversas e por constituir, portanto, dois substantivos distintos.

Não é, pois, nem o caso de considerar que estamos perante um caso de polissemia, nem que se trata de homonímia: os homónimos provêm geralmente (ou *sempre?*) de étimos distintos, como acontece no caso de ‘*caio*’ (forma de ‘*cair*’) e ‘*caio*’ (forma de ‘*caiar*’); mas, no caso vertente – como pensamos ter demonstrado –, ‘*pupila*’ 1 e ‘*pupila*’ 2, ainda que tenham o mesmo étimo e se integrem na mesma categoria morfológica<sup>313</sup>, dificilmente se poderão considerar como homónimos, e muito menos como significados distintos de uma palavra polissémica.

As confusões entre polissemia e homonímia são patentes nos exemplos precedentes do COSTA/SAMPAIO E MELO 1999 e do FERREIRA 1986, e não se trata de casos exclusivos do âmbito lexicográfico lusófono. O mesmo tipo de confusões se encontra em vários – e igualmente prestigiados – dicionários monolíngues do Inglês, como Cliff Goddard, em “Polysemy: A Problem of Definition”<sup>314</sup>, constata e ilustra com exemplos esclarecedores.

O problema de uma clara e precisa distinção entre homonímia e polissemia permanece, contudo, e estamos longe, no presente trabalho, de lhe podermos encontrar a solução. Mais do que uma conclusão a tal propósito, portanto, só podemos registar, aqui, a existência do problema, que esperamos venha a ser resolvido em breve por outras pesquisas, nossas ou alheias que sejam.

### 3.10. Conclusões

As duas hipóteses formuladas em IV.3.2 encontram plena confirmação, cremos, nas análises que acabámos de expor. Ao nível (1) do *embodiment*

---

<sup>313</sup> Não sendo, sequer, esta segunda característica necessária para a classificação como homónimos de dois ou mais termos: o ‘*canto*’ de ‘*canto da sala*’ e o ‘*canto*’ de ‘*canto gregoriano*’ são ambos substantivos, mas são igualmente homónimos do ‘*canto*’ do verbo ‘*cantar*’.

<sup>314</sup> In RAVIN/LEACOCK 2002, pp. 129-151: «We have now seen two examples of dictionaries having posited false and unnecessary polysemy» (p. 136); «conventional dictionaries postulate a great deal of false and unnecessary polysemy» (p. 139). Curiosamente, o volume que integra o citado artigo de Goddard contém um outro, o já mencionado “Lexical Representations for Sentence Processing” de George A. Miller e Claudia Leacock, que – apesar dos importantes aspectos que destaca e que já tivemos ocasião de evidenciar – acaba por alimentar, circunstancialmente, a confusão entre homonímia e polissemia. É o que aí sucede, com efeito, quando os referidos autores apresentam (pp. 157-158) os pares ‘*crane*’ (‘grou’)/‘*crane*’ (‘grua’) e ‘*bass*’ (‘baixo’, hipónimo de ‘instrumento musical’)/‘*bass*’ (‘perca’, hipónimo de ‘peixe’) como exemplos de polissemia – o que é aceitável para o primeiro par de termos, mas não para o segundo – e quando definem a homonímia (p. 157) como «a special case of polysemy».

“restrito”, as expressões observadas não poderiam, como é natural, confirmar conhecimentos sobre os processos neurofisiológicos que só as Ciências Cognitivas vêm paulatinamente adquirindo; mas as mesmas expressões confirmam, ainda assim, uma capacidade de conceptualização, que lhes é subjacente e inerente, em termos metafóricos e metonímicos. À figuração, essencial à produção linguística e não apenas “acidental” ou “cosmética”, não se pode, pois fugir; nem essa se pode produzir senão com base em conceptualizações – mormente metafóricas, metonímicas e mistas – que parecem ser generalizadas na nossa comum “Civilização Ocidental”, se não é que são mesmo universais.

As expressões que decorrem dessas conceptualizações variam, porém, no tempo e no espaço, isto é, em traços gerais, do chamado *embodiment* “generalizado” (2); o que faz com que sejam diversas não só de língua para língua, mas também dentro do mesmo idioma, consoante o momento histórico, as particularidades geopolíticas e as características socioculturais dos falantes. Desse ponto de vista, verificamos, com satisfação, que também os conhecimentos veiculados pela História da Língua se demonstraram fundamentais, para o desempenho de uma análise linguística que se pretende intrinsecamente *cognitiva*.

## V. Conclusões gerais

A nossa hipótese básica, inicial, era que (1)

a intuição dos falantes, a experiência de si próprios como uma individualidade, a experiência pessoal do próprio corpo e a influência do meio físico e cultural anteciparão, provavelmente, alguns dos resultados experimentais das modernas Ciências Cognitivas

e que, portanto,

esse conhecimento empírico dos próprios mecanismos cognitivos deve transparecer, de algum modo, nas expressões da língua que implicam referências ao *Eu*, ao corpo e às suas partes<sup>315</sup>.

Creemos que os estudos conduzidos ao longo do presente trabalho confirmam que o próprio *Eu*, o corpo e as suas partes são objecto, no Português Europeu, de um conhecimento empírico que se reflecte na língua: por vezes, em construções que lhe são características, se não mesmo exclusivas; noutros casos, servindo-se de modelos de conceptualização que o Português compartilha com outras línguas.

Assim, a tricotomia conceptual ESPÍRITO-ALMA-MENTE – sendo cada um destes elementos, e todos em conjunto, contrapostos ao CORPO –, de tradição clássica e neotestamentária, é formalmente perceptível em Português, como em tantas outras línguas, mas não em Francês, língua em que ESPÍRITO e MENTE acabam por constituir dois aspectos da polissemia de um só termo, ‘*esprit*’ (v. II 3).

A imagem do *Eu* é de tal modo particular, no Português Europeu, que o papel das diversas “camadas” que constituem a ‘individualidade autoconsciente’ se manifesta em constructos conceptuais e linguísticos significativamente distintos dos que se encontram em outras línguas de ampla difusão internacional, como o Inglês e o Italiano (v. III 1).

(2) A nossa segunda hipótese era a de que

a polissemia e as conceptualizações metafóricas e metonímicas são inerentes e essenciais à linguagem – e, conseqüentemente, ao Português Europeu –, não se reduzindo, portanto, a uma espécie de elementos “enriquecedores” mas não *indispensáveis*.

---

<sup>315</sup> Tanto para o que concerne a esta hipótese como para as restantes hipóteses iniciais, aqui retomadas v. I. 6.

Também neste caso parece confirmar-se plenamente o recurso sistemático – e *inevitável* – às expressões metafóricas e metonímicas, assim como a omnipresença da polissemia. Polissemia, metáfora e metonímia parecem, pois, sérios candidatos à inclusão na categoria dos “universais da linguagem”; mas, como nos não é dado conhecer todas as línguas do mundo, não nos é lícito avançar, a tal propósito, pretensões de certeza absoluta.

(3a) No entanto, a universalidade dos processos a que nos vimos referindo é defensável com uma ampla margem de segurança, no que diz respeito às metáforas e às metonímias cuja emergência é directamente consequente do *embodiment* “restrito”. Será o caso, por exemplo, da metáfora COMPREENDER É VER e da metonímia A PARTE PELO TODO.

As imagens que temos do nosso próprio corpo, das relações entre as suas partes e órgãos, por um lado, e a mente, por outro, tanto se formam espontanea e intuitivamente (sendo decorrentes, portanto, do *embodiment* “restrito”) como nos são transmitidas pelo ambiente físico e social (sendo, em tais casos, decorrentes do *embodiment* “generalizado”). O que a análise linguística nos permite induzir é que essas conceptualizações só muito raramente poderão coincidir com a realidade neurofenomenológica, tal como esta nos vem sendo descrita pelas modernas Ciências Cognitivas, mormente no que respeita aos processos perceptivos e às concatenações entre estes e a cognição propriamente dita.

Assim, a ideia de que o corpo e a mente são realidades separadas e praticamente autónomas encontra-se profundamente enraizada na nossa cultura, ainda que todos os dados científicos apontem para o contrário. É o que se verifica através da análise de expressões como ‘*Quando a cabeça* [‘a mente’] *não tem juízo* [‘não funciona de maneira racional’] *o corpo é que paga*’; expressão que dá ainda conta da conceptualização da mente como *localizada* numa parte específica do corpo, a ‘*cabeça*’.

Ainda que cada vez se compreenda melhor (v. DAMÁSIO 1996, EDELMAN 2005, VARELA/THOMPSON/ROSCHE 1993) que a metáfora A MENTE É A CABEÇA corresponde, do ponto de vista fenomenológico, a uma simplificação grosseira, muitas vezes útil (e até *necessária*) mas sempre enganadora, a mesma constitui, muito provavelmente, uma conceptualização universal. É claro que

também não é verdade que a mente esteja “nas mãos”, “nos pés”, etc., mas a mente é o resultado da interação conjugada de todas as partes do corpo, interação sem a qual ‘a cabeça’ (e ainda menos ‘o encéfalo’) seria completamente inerte ou “funcionaria” de modo caótico<sup>316</sup>. Igualmente universais serão, talvez, as inferências expressas através de lexias como ‘os olhos vêem’, que suscitam o mesmo tipo de reparos neurofenomenológicos que os já adiantados a propósito de ‘Quando a cabeça não tem juízo...’.

A análise neurofenomenológica dos fenómenos perceptivos e cognitivos gera conceptualizações dos mesmos que frequentemente se perfilam **contra o “senso comum”** e, portanto, dificilmente as expressões próprias de uma língua, e os conceitos que lhes são subjacentes, poderão reflectir um conhecimento científico desses mecanismos. Mas há casos em que a intuição dos falantes parece “caminhar no mesmo sentido” que a análise neurofenomenológica – casos que, muito provavelmente, dependem da particular cultura no seio da qual uma língua particular se desenvolveu e se tornou dominante e que, portanto, relevarão, em princípio, mais do *embodiment* “generalizado” do que daquele que definimos como “restrito”. Era essa, afinal, a hipótese inicialmente formulada como **(3.b)**.

Assim, instanciações como ‘ver com as mãos’, ‘não acredito nos meus olhos’ e ‘Olho não vê, coração não sente’ reflectem – cada uma a seu modo – um conhecimento intuitivo, e socialmente transmitido, dos mecanismos perceptuais e da sua efectiva importância epistémica. Os dois primeiros exemplos não relevam decerto de uma consciência dos reais processos neurofenomenológicos envolvidos, mas de um uso irónico das concepções pré-científicas que lhe são contrárias: são casos de recurso ao *nonsense* em que o que se afirma, crendo-o, no fundo, *absurdo*, casualmente – e só casualmente – acaba por coincidir com a visão científica do fenómeno evocado. Mas já o terceiro exemplo reflecte um conhecimento pragmático, experiencial, em perfeita sintonia com os processos epistémicos evidenciados pelas Ciências Cognitivas.

No caso da metonímia A PARTE PELO TODO, as instanciações como ‘pagámos 10 € por cabeça’ são não apenas próprias do Português mas também de muitas outras línguas (a frase pode ser literalmente traduzida para Italiano, Francês e Inglês, por exemplo); mas uma instanciação da mesma metonímia que,

---

<sup>316</sup> V. o exemplo dos gatinhos recém-nascidos em VARELA 2000, aqui resumido em II. 2.

por sua vez, será exclusiva (ou quase exclusiva) do Português é aquela que designámos como *sinédoque particularizante do número* (v. IV.3.4.4.4).

Os elementos teóricos que nortearam a nossa pesquisa e as análises linguísticas desenvolvidas ao longo da mesma permitem-nos concluir que a nossa própria estrutura orgânica (o nosso *embodiment*, em sentido “restrito”) condiciona fortemente, antes do mais e *sobretudo*, a formação dos nossos esquemas imagéticos e das nossas metáforas e metonímias conceptuais básicas, e não tanto a selecção, que a língua nos proporciona, das expressões concretas através das quais nos referimos à nossa própria identidade e ao nosso corpo. São os constructos conceptuais introduzidos ao nível do *embodiment* “generalizado”, principalmente através dos Modelos ou Teorias Populares (os *Folk Models* ou *Folk Theories*), que maiormente condicionam a selecção concreta das expressões sobre a identidade pessoal e o corpo; expressões que, seguindo as pistas traçadas pelo *senso comum* (uma forma de mais ou menos tácito *consenso*), acabam por engendrar *modos de dizer* que forçosamente se encontrarão, as mais das vezes, em contradição com os verdadeiros “mecanismos” neurobiológicos, que gradualmente nos vêm sendo revelados pelas Ciências Cognitivas.

A nossa última hipótese introdutória (4) centrava-se na possível interdependência dos processos de conceptualização metafórica e metonímica que, na esteira de GOOSSENS 1990, designámos, por comodidade de expressão, de *metaftonímia*. Pensamos ter demonstrado cabalmente a sua presença efectiva, nas conceptualizações subjacentes a expressões como ‘*cabeça-no-ar*’, ‘*à cabeça do mês*’, ‘*ter mais olhos que barriga*’ e tantas outras. Portanto, cremos legítimo afirmar a existência do processo *metaftonímico*, no Português Europeu. O mesmo tem sido igualmente detectado, por exemplo, no Inglês (BARCELONA 2000c), no Alemão (FEYAERTS 2000), no Holandês (GEERAERTS 2002) e no Tedim Chin (LAM THANG 2002). Sendo universais, muito provavelmente, os processos conceptuais metafórico e metonímico<sup>317</sup>, a existir este *continuum* e esta interpenetração entre ambos os processos, então também este processo de mutua

---

<sup>317</sup> Para a metáfora, v., por exemplo, LAKOFF/JOHNSON 1999, pp. 45-46, e LAKOFF/JOHNSON 2004, p. 21. Se a circunstância for válida para a metáfora, com maior razão o será para a metonímia, já que «a prerequisite for a metaphorical mapping is an internal metonymic mapping in the target domain» e que «this metonymic understanding (...) was already implicit in Lakoff's earlier notion of the (...) *structural correlation* between source and target (Lakoff 1987: 277-78), which is, according to him, what makes a metaphor possible» – BARCELONA 2000b, pp. 45-46.

integração a que chamamos *metaftonímia* deverá ser, igualmente, universal. Mesmo designando este complexo processo de outros modos que se considerem presentemente mais adequados (v. GOOSSENS 2000, IBÁÑEZ 2000, RADDEN 2000), tudo quanto observámos, ao longo deste trabalho, parece sugerir que o concurso simultâneo e articulado da metáfora e da metonímia se revelará um dos problemas mais absorventes e mais produtivos, no futuro próximo da LC.

## **Lista dos conteúdos do CD-ROM**

(por ordem de comparência da primeira referência aos mesmos,  
no texto da tese)

*Documento 1: I.1.4.*

*Documento 2: II.3.*

*Documentos 3 (“envelope” com diversos doc.s): III.2.*

*Documentos 4 (“envelope” com diversos doc.s): III.5.*

*Documentos 5 (“envelope” com diversos doc.s): III.5.*

*Documentos 6 (“envelope” com diversos doc.s): IV.1.1.*

*Documento 7: IV.1.5*

*Documento 8: IV. 2.1.*

*Documento 9: IV.2.1.*

*Documento 10: IV. 2.3.5.*

*Documento 11: IV.3.4.4.1.*

*Documento 12: IV.3.4.4.3.*

*Documento 13: IV. 3.4.4.4.*

*Documentos 14: IV. 3.4.5.*

*Documento 15: IV.3.6.1.2.*

*Documento 16: IV.3.6.2.*

*Documento 17: IV.3.7.5.*

*Documentos 18: IV.3.8.3*

*Documento 19: IV.3.5*

## Referências

### Dicionários de Língua Portuguesa

FERREIRA 1986: Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira (15.a impressão da 1.a edição).

FERREIRA 1999: Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Novo Aurélio – Séc. XXI. Dicionário Aurélio Eletrônico* (CD-ROM), Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.

CASTELEIRO 2001: João Malaca Casteleiro (coordenador), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, 2 vol.s, Lisboa, Academia das Ciências – Editorial Verbo.

COSTA/SAMPAIO E MELO 1999: J. Almeida Costa e A. Sampaio e Melo, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora (8.a edição).

HOUAISS 2001: Antônio ~, *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa* (CD-ROM), Rio de Janeiro, Editora Objetiva.

MACHADO 1977: José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte (terceira edição).

MACHADO 1981: *id.*, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 12 vol.s, Lisboa, Amigos do Livro.

MORAIS 1889: António de Moraes Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 2 vol.s, Rio de Janeiro – Lisboa, Empresa Editorial Fluminense.

### Corpora e outras fontes documentais electrónicas

*Linguateca*: <<http://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO>>

<<http://proverbios.no.sapo.pt>>

<<http://www.deproverbio.com/DPbooks/VELLASCO/INTRODUCAO.htm>>

<<http://pintopc.home.cern.ch/pintopc/cois&lois/proverbios.html>>

<<http://proverbios.aborla.net>>

<<http://www.moo.pt/proverbios>>

International Cognitive Linguistics Association:  
<<http://www.cogling.org>> ou <<http://www.cognitivelinguistics.org>>

The Center for the Cognitive Science of Metaphor Online:

<<http://zakros.ucsd.edu/~trother/metaphor/metaphor.htm>>

<<http://www.lesmetaphoresducorps.net>>

### **Enciclopédias e dicionários estrangeiros a que mais frequentemente se recorreu**

LEXICOTECA 1992: AA. VV., *Lexicoteca. Moderna Enciclopédia Universal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988 (Tomo I) – 1992 (Tomo XX, 2.º Suplemento).

ZINGARELLI 1999: †Nicola ~ *et al.*, *Lo Zingarelli 2000. Vocabolario della lingua italiana*, Bologna, Zanichelli (12.a ed.).

### **Bibliografia**

BALTRUŠAITIS 1993: Jurgis ~, *Il medioevo fantastico. Antichità ed esotismi nell'arte gotica*, Milano, Adelphi. Ed. or. *Le Moyen Âge fantastique. Antiquités et exotismes dans l'art gotique*, Paris, Flammarion, 1981.

BARCELONA 2000a: Antonio ~ (org.), *Metaphor and Metonymy at the Crossroads. A Cognitive Perspective*, Berlin – New York, Mouton de Gruyter.

BARCELONA 2000b: Antonio ~, “Introduction. The Cognitive theory of metaphor and metonymy”, *in* BARCELONA 2000a, pp. 1-28.

BARCELONA 2000c: *id.*, “On the plausibility of claiming a metonymic motivation for conceptual metaphor”, *in* BARCELONA 2000a, pp. 31-57.

BARILE 2007: Emilia ~, *Dare corpo alla mente. La relazione mente/corpo alla luce delle emozioni e dell'esperienza del sentire*, Milano, Bruno Mondadori.

BATORÉO 1989: Hanna Jakubowicz ~, “Bilinguismo Diferencial – Estudo de um Caso”, in AA. VV., *Actas do 4.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, pp. 305-318.

BATORÉO 2000: *id.*, *Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Ministério da Ciência e da Tecnologia.

BATORÉO 2001: *id.*, “Carácter espacial da significação linguística: localização espacial, temporal e abstracta”, in Maria Helena Mira Mateus/Clara Nunes Correia (org.s), *Saberes no Tempo – Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 93-110.

BATORÉO 2004: *id.*, *Linguística Portuguesa: Abordagem Cognitiva* (CD-ROM), Lisboa, Universidade Aberta.

BATORÉO 2005: *id.*, “Como não ‘Pôr o pé em ramo verde’ ou do papel da polissemia na construção do sentido”, in Graça Maria Rio-Torto/Olívía Maria Figueiredo/Fátima Silva (org.s), *Estudos em Homenagem ao Professor Mário Vilela*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 237-251.

BECCARIA 2004: Gian Luigi ~ (org.), *Dizionario di linguistica e di filologia, metrica, retorica. Nuova edizione*, Torino, Einaudi (2.a ed.; 1.a ed., 1994).

BERGEN/CHANG 2003: Benjamin K. ~/Nancy ~, “Embodied Construction Grammar in Simulation-Based Language Understanding”, doc. PDF disponível em <[www.icsi.berkeley.edu/NTL/papers/ecg.pdf](http://www.icsi.berkeley.edu/NTL/papers/ecg.pdf)>. Publicado sucessivamente in Jan-Ola Östman/Miriam Fried (org.s), *Construction Grammars: Cognitive Grounding and Theoretical Extensions*, Amsterdam, John Benjamins, 2005 (pp. 147-190).

BERRUTO 1997: Gaetano ~, *Corso elementare di linguistica generale*, Torino, UTET.

BERRUTO 1999: *id.*, *Fondamenti di sociolinguistica*, Roma – Bari, Edizioni Laterza.

BLOOM 1996: Peter ~ *et al.* (org.s), *Language and Space*, Cambridge (Mass.) – London, MIT Press.

BRÉAL 1992: Michel ~, *Saggio di semantica (scienza dei significati)*, Chieti, Métis Editrice. Ed. or. *Essai de sémantique (science des significations)*, Paris, Hachette, 1897.

BRESSAN 2007: Paola ~, *Il colore della luna. Come vediamo e perché*, Roma-Bari, Gius. Laterza & Figli.

BUTLER 2004: Samuel ~, *Erewhon, or Over the Range* (1872). Texto disponibilizado *on-line* pelo Projecto Gutenberg:

<<http://www.gutenberg.org/etext/1906>>.

CAPPUCCIO 2006: Massimiliano ~ (org.), *Neurofenomenologia. Le scienze della mente e la sfida dell'esperienza cosciente*, Milano, Bruno Mondadori.

CASTANHO 2007: Arlindo José Nicau ~, “Linguística Cognitiva: um enigma editorial”, in «Artifara» (revista *on-line* da Universidade de Turim), n.º 7 (secção *Marginalia*): <<http://www.artifara.com>>.

CIOFFI 2001: Fabio ~, “La filosofia di fronte alla sfida della multidisciplinarietà”, in «Il Giardino dei Pensieri – Studi di didattica teorica della filosofia»: <<http://www.ilgiardinodeipensieri.eu/artdida1/cioffi-1.htm>>.

COSTA 1999: José Ricardo Marques da ~, *O Livro dos Provérbios Portugueses*, Lisboa, Editorial Presença.

COYAUD 2006: Sylvie ~, “Superorganismi abitati da batteri. Su due gambe”, in «Il Sole – 24 Ore», 3 de Setembro.

CUNHA/CINTRA 1986: Celso ~/Lindley ~, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.

DAMÁSIO 1996: António R. ~, *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Ed. or. *Descartes' Error – Emotion, Reason and the Human Brain*, New York, Putnam, 1994.

DENNETT 2000: Daniel Clement ~, *La mente e le menti*, Milano, RCS Libri (“Superbur Scienza”). Ed. or. *Kinds of Minds*, New York, Basic Books, 1996.

DURAND 1984: Gilbert ~, *Strutture antropologiche dell'immaginario*, Bari, edizioni Dedalo. Ed. or. *Les structures anthropologiques de l'Immaginaire*, Paris, PUF, 1963.

ECO 1980: Umberto ~, “Metafora”, in *Enciclopedia Einaudi*, Torino, Einaudi, XVI vol.s, 1977-1982, vol. IX, pp. 191-236.

ECO 2007: *id.*, *Dall'albero al labirinto. Studi storici sul segno e l'interpretazione*, Milano, Bompiani.

EDELMAN 2005: Gerald M. ~, *Mais vasta do que o céu. O dom fenomenal da consciência*, Lisboa, Relógio D'Água. Ed. or. *Wider than the sky: the phenomenal gift of consciousness*, New Haven, Yale University Press, 2004.

EVANS/GREEN 2006: Vyvyan ~/Melanie ~, *Cognitive Linguistics. An Introduction*, Mahaw, New Jersey – London, Lawrence Erlbaum Associates.

FARIA 1996: Isabel Hub ~ *et al.* (org.s), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho.

FAUCONNIER/SWEETSER 1996: Gilles ~/Eve ~ (org.s), *Spaces, World and Grammars*, Chicago, University of Chicago Press.

FAUCONNIER/TURNER 2001: Gilles ~/Mark ~, *Amalgami. Introduzione ai Network di integrazione concettuale*. Texto que está na base do or. italiano (e não *ed. or.*, porque há diferenças significativas entre um e outro e é desconhecida a fonte exacta, em inglês, do texto italiano): “Conceptual Integration Networks”, in «Cognitive Science», vol. XXII, n.º 2/1998, pp. 133-187.

FEYAERTS 2000: Kurt ~, “Refining the Inheritance Hypothesis: Interaction between metaphoric and metonymic hierarchies”, in BARCELONA 2000a, pp. 59-77.

FODOR 1980: Jerry ~, “Mente”, in *Enciclopedia Einaudi*, Torino, Einaudi, XVI vol.s, 1977-1982, vol. IX, pp. 3-47.

FREUD 1969: Sigmund ~, *Totem e tabú. Concordanze nella vita psichica dei selvaggi e dei nevrotici*, Torino, Boringhieri. Ed. or. *Totem und Tabu. Einige Übereinstimmungen im Seelenleben der Wilden und der Neurotiker*, Leipzig – Wien, H. Heller & Cie., 1913.

FREUD 1989: *id.*, “Significato opposto delle parole primordiali”, in *Opere di Sigmund Freud*, VI, *Casi clinici e altri scritti 1909-1912*, Torino, Bollati Boringhieri, pp. 183-191. Ed. or. in «Jahrbuch für psychoanalytische und psychopathologische Forschungen», vol. II (n.º 1), pp. 179-184.

FREUD 1997: *id.*, *O Ego e o Id*, Rio de Janeiro, Imago Editora. Ed. or. *Das Ich und das Es*, Leipzig – Wien – Zurich, Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1923.

GAETA/LURAGHI 2003a: Livio ~/Silvia ~ (org.s), *Introduzione alla Linguistica Cognitiva*, Roma, Carocci.

GAETA/LURAGHI 2003b: *id.*, “Introduzione” a GAETA/LURAGHI 2003a, pp. 17-35.

GALIMBERTI 2005: Umberto ~, *Il corpo*, Milano, Feltrinelli (15.a edição; 1.a ed., 1983).

GALLESE/LAKOFF 2005: Vittorio ~/George ~, “The brain’s concepts: the role of the sensory-motor system in conceptual knowledge”, in «Cognitive Neuropsychology» 22, pp. 455-479 (também disponível em

[http://www.unipr.it/arpa/mirror/pubs/pdf/FILES/Gallese-Lakoff\\_2005.pdf](http://www.unipr.it/arpa/mirror/pubs/pdf/FILES/Gallese-Lakoff_2005.pdf)).

GEERAERTS 2002: Dirk ~, “The interaction of metaphor and metonymy in composite expressions”, in René Dirven e Ralf Pörings (org.s), *Metaphor and metonymy in comparison and contrast*, Berlin, Mouton de Gruyter, pp. 435-465.

GHITESCU 1997: Micaela ~, *Novo Dicionário de Provérbios. Português – Espanhol – Francês – Italiano – Romeno*, Lisboa, Fim de Século (2.a edição; 1.a ed., 1992).

GIL 1978: José ~, “Corpo”, in *Enciclopedia Einaudi*, Torino, Einaudi, XVI vol.s, 1977-1982, vol. III, pp. 1096-1162.

GOOSSENS 1990: Louis ~, “Metaphonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action”, in «Cognitive Linguistics», Ano I, n.º 3, pp. 323-340.

GOOSSENS 2000: *id.*, “Patterns of meaning extension, "parallel chaining", subjectification, and modal shifts”, in BARCELONA 2000a, pp. 149-169.

GREIMAS 1970: Algirdas Julien ~, *Del senso*, Milano, Bompiani, 1996. Ed. or. *Du sens*, Paris, Editions du Seuil, 1970.

HANNA/THOMPSON 2003: Robert ~/Evan ~, “The Mind-body-Body Problem”, in «Theoria et Historia Scientiarum: International Journal for Interdisciplinary Studies», Ano 7, n.º 1, pp. 23-42.

HOFSTADTER/DENNETT 1988: Douglas R. ~/Daniel C. ~, *L'io della mente*, Milano, Adelphi (2.a ed.; 1.a ed., 1985). Ed. or. *The Mind's I. Fantasies and Reflections on Self and Soul*, New York, Basic Books, 1981.

JÄGER 2003: Ludwig ~, “La parola crea il mondo”, in «Mente & cervello» (Roma), Ano I, n.º 5, Set.-Out. (n.º especial, dedicado ao tema *Parola, linguaggio e comunicazione*), pp. 50-57.

JOHNSON 1996: Mark ~, “Il ruolo della linguistica in tre rivoluzioni cognitive. La natura metaforica della conoscenza”, in «Pluriverso» (Milano), Ano 1, n.° 5, pp. 77- 85.

JONAS 1999: Hans ~, *Organismo e Libertà. Verso una biologia filosofica*, Torino, Einaudi. Ed. or. *Das Prinzip Leben. Ansätze zu einer philosophischen Biologie*, Frankfurt am Main – Leipzig, 1994.

KÖVECSES/RADDEN 1998: Zoltan ~/Gunter ~, “Metonymy: developing a cognitive linguistic view”, in «Cognitive Linguistics», Ano IX, n.° 1, pp. 37-77.

LAING 1965: Ronald David ~, *The Divided Self. An Existential Study in Sanity and Madness*, Harmondsworth (Inghilterra) [etc.], Penguin Books.

LAKOFF 1987: George ~, *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*, Chicago – London, The University of Chicago Press.

LAKOFF 1996a: *id.*, “L’evoluzione cognitiva”, in «Pluriverso» (Milano) Ano 1, n.° 5, pp. 55-76.

LAKOFF 1996b: *id.*, “Sorry, I’m Not Myself Today: The Metaphor System for Conceptualizing the Self”, in FAUCONNIER/SWEETSER 1996, pp. 91-123.

LAKOFF 2006: *id.*, *Non pensare all’elefante!*, Roma, Fusi Orari. Ed. or. *Don’t Think of an Elephant: Know Your Values, Frame the Debate*, White River Junction, Chelsea Green Publishing Company, 2004.

LAKOFF/JOHNSON 1999: George ~/Mark ~, *Philosophy in the Flesh*, New York, Basic Books.

LAKOFF/JOHNSON 2002: George ~/Mark ~, *Elementi di linguistica cognitiva*, Urbino, Edizioni Quattro Venti.

LAKOFF/JOHNSON 2004: George ~/Mark ~, *Metafora e vita quotidiana*, Milano, Bompiani (2.a ed.; 1.a ed., 1998). Ed. or. *Metaphors We Live By*, Chicago, The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF/TURNER 1989: George ~/Mark ~, *More Than Cool Reason*, Chicago – London, The University of Chicago Press.

LAM THANG 2002: Khol ~, “Conceptual analysis of Tedim Chin 'Heart' idioms”, in «Mon-Khmer Studies» (Mahidol University, Salaya, Thailand), n.° 32, pp. 163-174.

LANGACKER 1987: Ronald W. ~, *Foundations of Cognitive Grammar, Volume I. Theoretical Prerequisites*, Stanford, Stanford University Press.

LANGACKER 1990: *id.*, *Concept, Image, and Symbol. The Cognitive Basis of Grammar*, Berlin – New York, Mouton de Gruyter.

LANGACKER 1991: *id.*, *Foundations of Cognitive Grammar, Volume II. Descriptive Application*, Stanford, Stanford University Press.

LA SCIENZA 2005: AA. VV., *La Scienza. La mente e il cervello*, Roma, Gruppo Editoriale L'Espresso.

LAUSBERG 1982: Heinrich ~, *Elementos de Retórica Literária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (3.a ed.). Ed. or. *Elemente der Literarischen Rhetorik*, Max Hueber Verlag, 1967.

LENCASTRE 1999: Marina Prieto Afonso de ~, *Epistemologia Evolutiva e Teoria da Emergência. Contribuição para uma Perspectiva Fundamental em Biologia do Comportamento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Ministério da Ciência e da Tecnologia.

MARRONE 2002: Caterina ~, *I geroglifici fantastici di Athanasius Kircher*, Viterbo, Stampa Alternativa & Graffiti.

MATEUS 2003: Maria Helena Mira ~ *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*, Caminho, Lisboa (5.a ed., revista e aumentada; 1.a ed., 1983).

MERLEAU-PONTY 1945: Maurice ~, *Phénoménologie de la perception*, Paris, Gallimard.

NEVES 2000: Orlando ~, *Dicionário de Expressões Correntes*, Lisboa, Editorial Notícias (2.a ed.; 1.a ed., 1998).

ORTONY 1993: Andrew ~ (org.), *Metaphor and Thought*, Cambridge – New York, Cambridge University Press (2.a ed., revista e aumentada; 1.a ed., 1979).

PAPA 2003: Stefano ~, “Anatomia di una frase”, in «Mente & cervello» (Roma), Ano I, n.º 5, Set.-Out. (n.º especial, dedicado ao tema *Parola, linguaggio e comunicazione*), pp. 58-63.

PIAGET 1966: Jean ~, *La rappresentazione del mondo nel fanciullo*, Torino, Bollati Boringhieri. Ed. or. *Représentation du monde chez l'enfant*, Paris, P. U. F., 1926.

PINKER 1997: Steven ~, *L'istinto del linguaggio*, Milano, Mondadori. Ed. or. *The Language Instinct*, New York, HarperCollins, 1994.

POTTIER 1993: Bernard ~, “Sur l'opération de dénomination”, in Jürgen Schmidt-Radefeldt (org.), *Semiótica e linguística portuguesa e românica*.

*Homenagem a José Gonçalo Herculano de Carvalho*, Tübingen, Günter Narr Verlag, pp. 11-13.

RADDEN 2000: Günter ~, “How metonymic are metaphors?”, in BARCELONA 2000a, pp. 93-107.

RAVIN/LEACOCK 2002: Yael ~/Claudia ~ (org.s), *Polysemy. Theoretical and Computational Approaches*, Oxford – New York, Oxford University Press.

RIGONI/ZANCO 1996: Mario Andrea ~/Elena ~ (org.s), *Orapollo, I geroglifici*, Milano, Rizzoli (“BUR” L 997).

RIZZOLATTI/SINIGAGLIA 2006: Giacomo ~/Corrado ~, *So quel che fai. Il cervello che agisce e i neuroni specchio*, Milano, Raffaello Cortina Editore.

ROOB 1997: Alexander ~, *Il Museo ermetico. Alchimia & mistica*, Köln [etc.], Taschen.

RUIZ DE MENDOZA 2000: Francisco José ~, “The role of mappings and domains in understanding metonymy”, in BARCELONA 2000a, pp. 109-131.

SILVA BASTOS 1933: ~, *Estrangeirismos, Erros e Vícios da Linguagem*, Lisboa, Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.

SILVA 1997: Augusto Soares da ~, “A Linguística Cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística”, in «Revista Portuguesa de Humanidades» (Braga), I, 59-101.

SILVA 2003: *id.*, “O poder cognitivo da metáfora e da metonímia”, in «Revista Portuguesa de Humanidades» (Braga), VII, pp. 13-75.

SILVA 2004: *id.*, “Protótipos, imagens e metáforas, ou o experiencialismo da linguagem e do pensamento”, in A. Dinis e J. M. Curado (org.s), *Consciência e Cognição*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia de Braga, UCP, pp. 79-96.

SILVA 2006: *id.*, *O Mundo dos Sentidos em Português. Polissemia, Semântica e Cognição*, Coimbra, Almedina.

STEIN 1997: Dan J. ~ (org.), *Cognitive Science and the Unconscious*, Washington D C, American Psychiatric Press.

TAGLIAVINI 1949: Carlo ~, “Di alcune denominazioni della pupilla: studio di onomasiologia, con speciale riguardo alle lingue camito-semitiche e negro-africane”, «Annali dell’Istituto Universitario Orientale di Napoli», Nuova Serie, volume III, pp. 341-378.

TALMY 1996: Leonard ~, “Fictive Motion in Language and 'Ception””, in BLOOM 1996, pp. 211-276.

TALMY 2000: Leonard ~, *Toward a Cognitive Semantics, Volume 1: Concept Structuring Systems*, Cambridge (Mass.), MIT Press.

TETTAMANTI *et al.* 2005: Marco ~/Giovanni Buccino/Maria Cristina Saccuman/Vittorio Gallese/Massimo Danna/Paola Scifo/Ferruccio Fazio/Giacomo Rizzolatti/Stefano F. Cappa/Daniela Perani, “Listening to Action-related Sentences Activates Fronto-parietal Motor Circuits”, in «Journal of Cognitive Neuroscience», Ano XVII, n.º 2, pp. 273-281.

VARELA 2000: Francisco J. ~, “Quattro pilastri per il futuro della scienza cognitiva”, in «Pluriverso» (Milano), Ano V, n.º 2 (Abril-Junho), pp. 6-15.

VARELA/THOMPSON/ROSCH 1993: Francisco J. ~/Evan ~/Eleanor ~, *The Embodied Mind. Cognitive Science and Human Experience*, Cambridge (Mass.) – London, The MIT Press, (*paperback edition*; 1.a edição, MIT Press, “Bradford Books”, 1991).

VARELA/THOMPSON/ROSCH 1992: *La via di mezzo della conoscenza. Le scienze cognitive alla prova dell'esperienza*, Milano, Feltrinelli.

VILELA 2002: Mário ~, *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra, Almedina.

VIOLI 2003: Patrizia ~, “Le tematiche del corporeo nella Semantica Cognitiva”, in GAETA/LURAGHI 2003, pp. 57-76.

WEINRICH 2007: Harald ~, *La lingua bugiarda. Possono le parole nascondere i pensieri?*, Bologna, il Mulino. Ed. or. *Linguistic der Lüge*, München, Beck, 2000.

WIERZBICKA 1986: Anna ~, “Metaphors Linguists Live By. Lakoff & Johnson *contra* Aristotle”, in «Papers in Linguistics. International Journal of Human Communication», vol. XIX, n.º 2, pp. 287-313.

WIERZBICKA 1999: Anna ~, “Emotional Universals”, in «Language Design» n.º 2/1999, pp. 23-69.

WILCOX 2000: Phyllis Perrin ~, *Metaphor in American Sign Language*, Washington DC, Gallaudet University Press.

YULE 1997: George ~, *Introduzione alla linguistica*, Bologna, Società editrice il Mulino. Ed. or. *The Study of Language*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996<sup>2</sup>.